Marcos Paulo Campos
Vítor Sandes
Cláudio André de Souza
(Organizadores)

VOTO E POLÍTICA NO NORDESTE

Mudanças regionais em um contexto de transformações nacionais

30 anos
eduepb

UEPB

Universidade Estadual da Paraíba

Profª. Célia Regina Diniz | *Reitora*

Profª. Ivonildes da Silva Fonseca | *Vice-Reitora*

30 anos

Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Morais de Sousa | *Diretor*

Conselho Editorial

Alessandra Ximenes da Silva (UEPB)

Alberto Soares de Melo (UEPB)

Antonio Roberto Faustino da Costa (UEPB)

José Etham de Lucena Barbosa (UEPB)

José Luciano Albino Barbosa (UEPB)

Melânia Nóbrega Pereira de Farias (UEPB)

Patrícia Cristina de Aragão (UEPB)

SciELO

Editora indexada no SciELO desde 2012

ABEU

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500

Fone: (83) 3315-3381 - http://eduepb.uepb.edu.br - email: eduepb@uepb.edu.br

Marcos Paulo Campos
Vítor Sandes
Cláudio André de Souza
(Organizadores)

VOTO E POLÍTICA NO NORDESTE

Mudanças regionais em um contexto de transformações nacionais

Campina Grande - PB
2025

Editora da Universidade Estadual da Paraíba
Cidoval Morais de Sousa (*Diretor*)

Expediente EDUEPB

Design Gráfico e Editoração
Erick Ferreira Cabral
Jefferson Ricardo Lima A. Nunes
Leonardo Ramos Araujo

Revisão Linguística e Normalização
Antonio de Brito Freire
Elizete Amaral de Medeiros

Assessoria Editorial
Eli Brandão da Silva

Assessoria Técnica
Thaise Cabral Arruda

Divulgação
Danielle Correia Gomes

Comunicação
Efigênio Moura

Depósito legal na Câmara Brasileira do Livro - CDL

V971 Voto e política no Nordeste [recurso eletrônico] : mudanças regionais em um contexto de transformações nacionais / organização e apresentação de Marcos Paulo Campos, Vitor Sandes e Cláudio André de Souza. – Campina Grande : EDUEPB, 2025.
324 p. : il. color. ; 15 x 21 cm.

ISBN: 978-65-5221-092-0 (Impresso)
ISBN: 978-65-5221-093-7 (5.937 KB - PDF)
ISBN: 978-65-5221-095-1 (3.750 KB - Epub)

1. Processo Político. 2. Campanhas Eleitorais no Brasil. 3. Política no Nordeste. 4. Esquerda - Posicionamento Político. 5. Política Brasileira. I. Campos, Marcos Paulo. II. Sandes, Vitor. III. Souza, Cláudio André de. IV. Título.

21. ed. CDD 324

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Mirelle de Almeida Silva – CRB-15/483

Copyright © **EDUEPB**

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 7

PARTE I
VOTO E ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO NORDESTE, 9

O NORDESTE NA RECONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA, 10
Marcos Paulo Campos

A DISPUTA PELO VOTO DO NORDESTE NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS: ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS, COMPETIÇÃO ELEITORAL E PERFIL PARTIDÁRIO DA REGIÃO, 49
Gabriella Maria Lima Bezerra,
Monalisa Soares Lopes
Jéssica da Silva Duarte

PARTE II
A INFLUÊNCIA NACIONAL NA POLÍTICA DOS ESTADOS, 87

AS MUDANÇAS NA POLÍTICA PIAUIENSE PÓS-2002: NOVOS ALINHAMENTOS COM A POLÍTICA NACIONAL, 88
Vítor Eduardo Veras de Sandes-Freitas
Raul Wesley Leal Bonfim

EXISTE UM LULISMO BAIANO? ELEIÇÕES, PARTIDOS E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NA BAHIA (2006-2022), 109
Cláudio André de Souza

CICLOS POLÍTICOS EM PERNAMBUCO: ATORES, ALIANÇAS, PROJETOS DE PODER E O RECENTE PROTAGONISMO DAS MULHERES (2006 A 2022), 134
Priscila Maria Lapa
Sandro Virgílio Prado Ribeiro

AS ALIANÇAS NACIONAIS E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DA POLÍTICA CEARENSE: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DOS FERREIRA GOMES, 172
Monalisa Torres
Cleyton Monte

PARTE III
CICLOS POLÍTICOS PÓS-OLIGÁRQUICOS, 203

DE SARNEY À FLÁVIO DINO: UMA ANÁLISE DA NACIONALIZAÇÃO DAS DISPUTAS ELEITORAIS NO MARANHÃO, 204
Hesaú Rômulo
Ananda Marques

OS GRUPOS POLÍTICO-FAMILIARES E AS CONDIÇÕES DA ASCENSÃO DA ESQUERDA POTIGUAR, 233
Alan Daniel Freire de Lacerda

TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS EM SERGIPE NOS ANOS 2000: COLISÕES, COALIZÕES E METAMORFOSES, 256
Mariana Meneses
Ian Batista

AS ELEIÇÕES ESTADUAIS NA PARAÍBA (1986-2022): DINÂMICAS PARTIDÁRIAS E FORÇAS POLÍTICAS, 288
Clóvis Alberto Vieira de Melo
Fábio Ribeiro Machado
Lara Lanny de Oliveira Silva

SOBRE OS AUTORES, 317

APRESENTAÇÃO

Este livro assume a tarefa de decifrar as mudanças no Nordeste do Brasil que fizeram a região deixar de ser o espaço de sobrevivência de oligarquias e se tornar a mais forte coluna eleitoral da centro-esquerda brasileira e seus aliados. Os textos aqui reunidos analisam a relação entre o Nordeste e as mudanças políticas do Brasil, considerando como marco fundamental a primeira eleição presidencial de Lula da Silva e os impactos regionais continuados desse processo nacional. Ao longo dos capítulos, diferentes analistas buscam razões para entender as transformações do eleitorado nordestino nas últimas duas décadas que ensejaram, ao mesmo tempo, sua preferência pelo voto nacional no Partido dos Trabalhadores (PT) e a ascensão regional de governadores petistas ou de seus aliados em contextos locais áridos, dominados historicamente por oligarquias políticas. Para se ter ideia dessas mudanças, é preciso considerar que, em 1982, todos os governadores eleitos no Nordeste eram do PDS, partido criado pelo regime de exceção. Em 1989, oito estados da região sufragaram majoritariamente Collor de Mello, filho da elite autoritária de Alagoas. No entanto, em 2022, o PT venceu a eleição presidencial no eleitorado nordestino, elegeu ou reelegeu quatro governadores da região e seus aliados, PSB, MDB e PSD, ganharam os demais governos do Nordeste, exceto Pernambuco onde a eleita ficou neutra no segundo turno.

Voto e Política no Nordeste apresenta aos leitores em geral, aos cientistas sociais e ao debate político elucidações sobre o conjunto de mudanças sociais, econômicas e políticas responsáveis por essa nova preferência eleitoral regional com impactos nacionais. Nesta obra, importa entender como a diminuição de desigualdades, o investimento público, o nível de crescimento econômico, o combate à pobreza e a ascensão de

políticas públicas de saúde, educação e assistência social colaboraram para a modificação do comportamento eleitoral de cerca de 20 milhões de nordestinos que passaram a apresentar uma forte e duradoura adesão às coalizões lideradas pelo PT ou seus aliados nas disputas presidenciais e regionais. A obra também atenta para o caráter decisivo do voto do Nordeste nas eleições de 2022, evidenciado no rechaço da região à continuidade de um governo nacional de extrema-direita.

A obra que o leitor tem em mãos é a primeira publicação do Observatório da Política no Nordeste (OPN). Essa iniciativa acadêmica articula diferentes pesquisadores e núcleos de estudos de universidades nordestinas num esforço conjunto voltado ao entendimento da face contemporânea da região. Este livro permite concluir que, a despeito de problemas econômicos e sociais renitentes, o Nordeste do Brasil assumiu nos últimos anos uma configuração política pós-autoritária, com eleições competitivas e a ascensão de governos e políticas públicas com tendência centro-esquerdista de cariz democratizante.

Marcos Paulo Campos
Vítor Sandes
Cláudio André de Souza

PARTE I
VOTO E ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO NORDESTE

O NORDESTE NA RECONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA

Marcos Paulo Campos

Entender o papel do eleitorado, dos partidos políticos e das lideranças do Nordeste na atual conjuntura brasileira é a razão de ser deste capítulo. O Brasil contemporâneo está marcado pela transição de um contexto de relativização da democracia para um novo momento de reconstrução institucional (Avritzer, 2022). Isso porque a fragilização conflitiva de importantes compromissos democráticos dominou a política nacional durante os quatro anos do governo do capitão reformado Jair Bolsonaro. A interrupção dessas tensões institucionais se deu pela derrota do incumbente na eleição presidencial de 2022, cuja disputa foi vencida pelo ex-presidente Lula da Silva, candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), e pela frente ampla por ele liderada, em um segundo turno com a maior participação eleitoral (79,41%) desde 2006, conforme os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A primeira derrota de um presidente no exercício do cargo desde o instituto da reeleição no Brasil ocorreu em um pleito com alta mobilização nacional. O número de eleitores que compareceram às urnas subiu 7,17% entre as eleições de 2018 e 2022. O embate entre Lula e Bolsonaro teve o resultado mais apertado desde a redemocratização, sendo do petista a vitória com 50,9% dos votos válidos. O Nordeste, onde estão 27,11% dos eleitores brasileiros, à época, foi a única região em que o ex-presidente venceu o então presidente. Os nordestinos deram a Lula 69,34% dos votos válidos da região no segundo turno de 2022. O mapa abaixo, feito a partir dos dados do TSE, demonstra a votação.

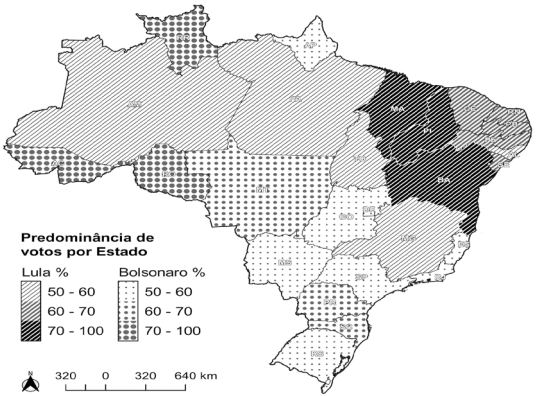


Figura 1 – Votação no 2º Turno Presidencial de 2022
Fonte: Site do TSE. Elaboração própria.

Os resultados eleitorais da quinta vitória presidencial do PT atualizam o realinhamento eleitoral sublinhado analiticamente por André Singer (2012) em obra profícua. Nesse sentido, a hipervotação, no Nordeste, reapresenta-se como elemento fundamental da terceira eleição presidencial do ex-sindicalista. E mais, para Leonardo Avritzer (2022), o elevado percentual de votos de nordestinos constituiu a possibilidade da reconstrução democrática pós-Bolsonaro. Os Estados da região com os maiores índices de votação para Lula foram: Piauí, com 76,86%; Bahia, com 72,12%; Maranhão, 71,14%; e Ceará, com 69,97%.

A significativa votação no Nordeste se somou à melhora da performance do PT nos Estados do Sudeste, onde está a maioria (42,64%) do eleitorado brasileiro, na composição de fatores explicativos para a terceira vitória presidencial de Lula da Silva. O Sudeste foi a região do país em que o voto petista mais cresceu desde a derrota de Fernando Haddad (PT) para Jair Bolsonaro em 2018. O ex-presidente Lula levou a melhor contra o incumbente em Minas Gerais, ficando com 50,20% dos votos válidos. E mais, o petista avançou 7,6 milhões de votos nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro em relação ao resultado do PT no pleito anterior. Apesar de preferir Bolsonaro (54,26%) a Lula (45,74%), o Sudeste deu ao incumbente 1,3 milhão de

votos a menos em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, quando se comparam os segundos turnos de 2018 e 2022. O petista liderou, praticamente, todas as pesquisas de intenção de voto durante a disputa e ganhou em três Estados da região Norte, Amazonas, Pará e Tocantins, agregando treze unidades da federação nas quais foi vitorioso.

A clivagem regional do eleitorado nacional se reapresenta na vitória de Jair Bolsonaro em toda a região Sul e no Centro-Oeste. No Sul, Bolsonaro venceu por 61,84% a 38,16%, sua melhor performance. O Centro-Oeste sufragou em 60,21% o então presidente. O resultado mais apertado ficou na região Norte, onde o capitão reformado fez 51,03%. Nessa mesma região, Bolsonaro ficou com 76,08% dos votos válidos em Roraima, sua melhor performance por unidade da federação, e seguiu mais votado no Acre e em Rondônia. Santa Catarina é o quarto Estado onde Bolsonaro foi mais votado, somando 69,27%. Ele venceu em quatorze unidades da federação. As capitais ficaram divididas, sendo 16 delas para Bolsonaro e 11 para Lula. No Sudeste, o PT foi vitorioso em São Paulo (SP), com 53,34%, e Bolsonaro ficou com as outras três capitais da região. No Sul, Lula ganhou apenas em Porto Alegre (53,5%). No Nordeste, Bolsonaro só venceu em Maceió (AL), com 57,18%, enquanto que Lula ganhou em todas as demais capitais da região.

Os dados eleitorais e as informações públicas reunidas neste capítulo buscam o entendimento das relações entre os processos políticos no Nordeste e a reconstrução democrática do país. Em sua primeira seção, o texto delineia os contornos mais evidentes do governo Bolsonaro, em seguida, o capítulo aborda as tensões institucionais no contexto pandêmico e o papel do Consórcio Nordeste naquele momento. A quarta e quinta seções tratam dos impactos políticos da CPI da Pandemia e da vitória da frente ampla liderada pelo PT em 2022. Na continuidade, a análise se volta aos embaraços pós-eleitorais e à conformação do governo Lula III, considerando o novo lugar dos políticos do Nordeste nessa conjuntura. Ao final, considerações teórico-empíricas encerram o texto.

A eleição de 2018 e o governo Bolsonaro

A comparação entre as duas últimas eleições presidenciais permite pensar para além dos resultados das urnas. Nas duas disputas, o Nordeste

foi a única região do Brasil em que um petista derrotou Jair Bolsonaro. A despeito dessa semelhança, é possível dizer que esses confrontos eleitorais representam perspectivas opostas da democracia brasileira. Se, em 2022, a vitória petista indicou a saída do contexto mais agudo de risco democrático (Avritzer, 2022), em 2018, o resultado das urnas significou a ascensão ao poder de um movimento político disruptivo, o bolsonarismo, agregado em torno da figura do capitão (Rennó, 2022). A diferença de dez pontos percentuais entre os 55,13% de Bolsonaro e os 44,87% de Haddad nos votos válidos daquele segundo turno permitiu a afirmação inequívoca de que o Brasil havia dobrado à direita (Nicolau, 2020). Isso indicou uma significativa mudança na preferência do eleitorado nacional, que havia escolhido alianças lideradas pelo PT nas últimas quatro disputas presidenciais, como demonstram os mapas abaixo.

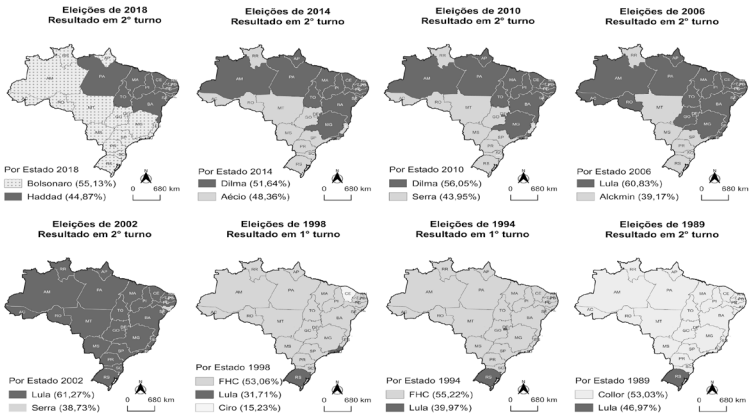


Figura 2 – Votação do PT em eleições presidenciais de 1989 a 2018
Fonte: Site do TSE. Elaboração própria.

A eleição de Jair Bolsonaro inspirou um movimento intelectual intenso para repensar a democracia brasileira em contexto crítico. O filósofo Marcos Nobre (2018, p. 3), antes mesmo da posse do capitão reformado, afirmou: "o eleito não cabe nas instituições". Nobre fez tal declaração com base na análise dos discursos e da base social de apoiadores de Jair Bolsonaro. Para o filósofo, o capitão reformado, apesar

de ter sido eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro por sete mandatos, se percebeu, mais recentemente, como o líder de uma revolução conservadora anti-institucional. Isso o levou a promover as posições da extrema-direita que, em tese, defenderiam tudo o que havia de ético e moralmente decente, enquanto todo o resto (o "sistema político", as instituições, "a esquerda", "o globalismo") seria percebido como aquilo que existia de corrupto e degenerado na sociedade nacional e global. Nobre caracteriza a frente político-social liderada por Bolsonaro como uma articulação entre bancadas conservadoras nos parlamentos, militares, CACs[1] e fundamentalistas cristãos.

A conjunção entre liderança disruptiva, programa político conservador e apoio social coeso constitui o bolsonarismo como fenômeno político marcado pela liderança de Jair Bolsonaro e pelo alinhamento eleitoral de direita. A base social do bolsonarismo congrega aproximadamente 20% da população brasileira, sendo muito concatenada em seus posicionamentos internos e em seus vínculos com o líder e os representantes correlatos (Rennó, 2022). Não por acaso, o governo do capitão reformado teve um piso de popularidade em torno de 25% nos quatro anos de mandato. A cientista política Talita Tanscheit (2023) afirma que Jair Bolsonaro foi o primeiro populista radical de direita a obter sucesso eleitoral na América Latina contemporânea. Isso se fez pela conjunção de elementos autoritários, populistas e neoliberais sob sua liderança. As análises de Marcos Nobre, Jairo Nicolau, Lúcio Rennó e Talita Tanscheit conformam referências para entender o governo Bolsonaro como exemplo de contexto crítico para a democracia brasileira. O período entre 2018 e 2022 foi marcado pela deliberada estratégia de confronto da Presidência da República com as demais instituições, à qual se somaram a relativização de práticas e compromissos democráticos e a sugestão aberta de golpe. As maiores evidências da crise democrática estão na contenda permanente entre o governo do capitão reformado e o Supremo Tribunal Federal (STF), na recusa do Executivo Nacional em elaborar políticas públicas durante a pandemia de Covid-19 e nas reiteradas dúvidas sobre o processo eleitoral trazidas

1 Sigla para Colecionador, Atirador e Caçador, atividades em que pessoas físicas podem ter acesso legal a armas. Com o decreto 9.845, de 2019, Bolsonaro facilitou o registro de CACs e o acesso a munições.

a público pelo presidente Bolsonaro, sua família, seus aliados e sua base social. Não por acaso, o debate público, no Brasil, passou a ser ocupado por preocupações com o risco de ruptura da institucionalidade democrática. Os confrontos políticos patrocinados pelo então presidente, logo no início de seu mandato, foram piorados por sua recusa contínua em aceitar o cotidiano de independência dos poderes, o pacto federativo e o funcionamento regular da burocracia pública.

As primeiras iniciativas de disrupção bolsonarista ensejaram uma resposta do STF. Em março de 2019, sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes, a corte instalou o inquérito 4.781 para apurar a difamação de ministros da corte por meio da divulgação em massa de notícias falsas, as chamadas "fake news". Em novembro do mesmo ano, o então presidente do Supremo, ministro Dias Toffoli, e o presidente da Câmara Federal à época, deputado Rodrigo Maia (à época no DEM-RJ), criticaram a declaração do então ministro da economia, Paulo Guedes, sobre a possível edição de um novo Ato Institucional nº 5 (AI-5), caso houvesse radicalização de protestos de rua no país. Vale ressaltar que a participação do povo nas ruas contra as medidas do governo Bolsonaro havia sido sugerida pelo ex-presidente Lula em entrevista. No que se refere ao AI-5, este foi editado, em 1968, e aprofundou o autoritarismo da Ditadura Militar (1964-1985), resultando em fechamento do Congresso Nacional e assegurando poderes ao presidente da República para cassar mandatos e suspender direitos políticos. As tensões institucionais não ficaram restritas ao início do governo Bolsonaro. A seção a seguir trata da difícil concertação entre poderes e o pacto federativo no período da emergência global em razão do novo coronavírus.

Pandemia, tensão institucional e pacto federativo

A emergência global em saúde por causa do vírus SARS-CoV-2, provocador da infecção respiratória Covid-19, foi declarada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS) no dia 11 de março de 2020. Os casos de Covid-19 fora da China, país onde surgiram os adoecimentos, teriam aumentado treze vezes e a quantidade de países afetados triplicou em duas semanas. No momento da declaração, Tedros Ghebreyesus, diretor-geral da OMS, afirmou a existência de mais de 118 mil infecções em 114 nações e um total de 4.291 óbitos. A Organização

para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) alertou que o impacto da emergência mundial em saúde sobre o trabalho se apresentou dez vezes maior do que na crise financeira global de 2008, demandando ação pública para evitar uma calamidade global. A Zona do Euro estabeleceu robustos pacotes de ajuda financeira a todos os setores econômicos e aprovou um inédito programa de recuperação com a alocação de 1,8 trilhão de euros, o maior da história do bloco. Apesar da relutância inicial do então presidente estadunidense, de perfil disruptivo, Donald Trump, em admitir a crise pandêmica e a econômica que dela decorre, os EUA aprovaram o maior pacote de socorro financeiro a famílias e setores produtivos de sua história.

A magnitude da pandemia global não impediu o presidente Jair Bolsonaro de expressar sua profunda indisposição à negociação de soluções com o Congresso Nacional e os entes federados para as consequências socioeconômicas da emergência em saúde que atingiu o segundo e o terceiro ano de seu mandato. Sete dias após a decretação da pandemia, o capitão reformado editou a Medida Provisória 926 (MP 926/20) e atribuiu exclusivamente ao governo federal a competência para determinar os serviços públicos e as atividades essenciais que não poderiam ser interrompidas em meio às infecções provocadas pelo novo coronavírus. Dessa forma, o então presidente visava ter o controle sobre os decretos de isolamento social, lockdown e demais medidas restritivas recomendadas pela OMS. No mesmo dia, em coletiva de imprensa, Jair Bolsonaro se referiu à Covid-19 como uma "gripezinha". Esse termo reapareceu em pronunciamento oficial do então presidente, transmitido em rede nacional quatro dias depois. O pronunciamento recebeu fortes críticas do então presidente da Câmara Federal, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), do presidente do Senado Federal à época, senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), e do então presidente do STF, ministro Luiz Fux, por minimizar os riscos e as consequências da emergência global em saúde.

As preocupações mais imediatas do governo se voltaram ao setor financeiro e empresarial. O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, anunciou, em 23 de março de 2020, um pacote de socorro aos bancos com R$1,216 trilhão, ou seja, 16,7% do PIB. Esse montante de recursos para o setor bancário na crise pandêmica é quase 10 vezes

maior do que a ajuda ao setor durante a crise financeira global. Em 2008, os bancos puderam acessar R$117 bilhões, ou seja, 3,5% do PIB. Bolsonaro editou a Medida Provisória 927 (MP 927/20), que permitia aos empregadores suspender o contrato de trabalho e o pagamento de salário por quatro meses, bem como adiar o recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e negociar com o trabalhador acima da lei trabalhista. O ministro Paulo Guedes chegou a propor um pacote de R$15 bilhões para garantir 200 reais (1/5 do salário mínimo de 2020) por três meses e somente para trabalhadores autônomos. Após críticas, artigos da MP 927/20 foram revogados pelo próprio presidente. Essas iniciativas configuraram uma postura negacionista (Rennó, 2022) e dificultaram a implementação de medidas restritivas para conter contágios e o acesso dos brasileiros à vacina contra a Covid-19.

Diante da recusa do poder executivo em liderar as soluções para o contexto crítico da pandemia, o Congresso Nacional estabeleceu programas de ajuda emergencial para trabalhadores e empresas de todo porte. Segundo a economista Laura Carvalho, "medidas fiscais substantivas foram adotadas ou enfiadas goela abaixo pelo Congresso [Nacional]" (Carvalho, 2020, p. 13), que assegurou um volume de recursos para o combate à pandemia semelhante ao PIB dos países ricos. Em 30 de março, o Senado concluiu a votação da Lei nº 13.982/20, que estabeleceu o auxílio emergencial de R$ 600 reais por pessoa em situação vulnerável, durante três meses, permitindo até dois auxílios por domicílio ou em caso de mães solo. A aprovação de um orçamento específico e separado dos gastos do Orçamento-Geral da União para o combate ao coronavírus foi central para o enfrentamento à pandemia e se deu a partir da concertação entre os poderes para a gestão da crise. Isso foi feito por meio da Proposta de Emenda Constitucional nº 10 (PEC 10/20), que ficou conhecida como "PEC do Orçamento de Guerra". A PEC 10/20 foi aprovada por 423 votos dos 425 da Câmara Federal e previu o montante de R$ 258,5 bilhões. Desse recurso, R$ 123,9 bilhões foram destinados ao auxílio emergencial, R$ 56,6 bilhões ficaram para o seguro-desemprego de trabalhadores com contrato de trabalho suspenso ou em redução de jornada, R$ 34 bilhões serviram para o financiamento da folha salarial de empresas e R$ 23,9 bilhões foram para despesas adicionais do Ministério da Saúde e dos demais ministérios envolvidos no

enfrentamento à pandemia.

A concertação institucional no contexto da emergência global em saúde teve a participação destacada do STF. Ainda no primeiro mês da pandemia, o ministro Marco Aurélio Mello acolheu a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 6341) do Partido Democrático Trabalhista (PDT) contra a MP 926/20 e deferiu liminar em favor da autonomia de governadores e prefeitos para implementação de medidas restritivas. Ao final daquele março, o ministro Alexandre de Moraes atendeu ao pedido da Advocacia-Geral da União e autorizou o governo a criar despesas para enfrentar a pandemia sem apontar a origem das receitas, flexibilizando as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal. Logo depois, em 15 de abril, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou, por unanimidade, na primeira sessão plenária por videoconferência de sua história, a liminar do ministro Marco Aurélio Mello.

O contexto pandêmico assistiu à liderança do Congresso Nacional e do STF na construção das soluções macroestruturais de enfrentamento ao novo coronavírus, enquanto o presidente Jair Bolsonaro descumpria as orientações da OMS, promovia aglomerações e acirrava o conflito institucional. No penúltimo domingo de março de 2020, o então presidente concedeu entrevista à TV Record e declarou que a população perceberia, em breve, os enganos promovidos pelos governadores e pela mídia durante a pandemia. Esses enganos (as medidas de restrição), segundo o capitão reformado, seriam uma manobra política para tirá-lo do poder antes do fim do mandato. No dia anterior, Bolsonaro havia chamado os governadores de irresponsáveis e os acusados de quererem aumentar a taxa de desemprego no país ao restringir a atividade econômica com medidas de precaução contra as infecções do SARS-CoV-2. Para adensar ainda mais o contexto crítico, o presidente fez um pronunciamento oficial no dia 24 de março, no qual atacou governadores, culpou a imprensa pelo agravamento da crise de saúde e criticou o fechamento de instituições de ensino. As críticas ensejaram respostas de dezenove governadores, incluindo o de São Paulo e do Rio de Janeiro, que apoiaram Bolsonaro na eleição e haviam decretado medidas restritivas para conter contaminações. Ao final do primeiro mês pandêmico, os jornais registravam que 25 governadores do país manteriam os decretos. Os governos de Roraima e Rondônia não se manifestaram.

O presidente Jair Bolsonaro conduziu a situação de crise sanitária com gestos e decisões de confronto com o pacto federativo. O capitão reformado dobrou a aposta no conflito, bem ao estilo das lideranças disruptivas em ascensão na política internacional (Mudde, 2020). No dia 26 de março, Bolsonaro atualizou a lista de atividades essenciais que não poderiam ser paralisadas por governadores ou prefeitos durante a pandemia e acrescentou atividades religiosas e casas lotéricas. Um dia depois da atualização, a Justiça Federal suspendeu a validade do decreto e, como forma de prevenção, proibiu o governo federal de adotar medidas contrárias ao isolamento social. O presidente se contrapunha aos governadores e defendia, sem embasamento científico, o que chamava de "isolamento vertical", ou seja, isolar apenas aqueles que estivessem em grupos de risco, como idosos e portadores de doenças como hipertensão e diabetes. Um vídeo institucional da Presidência da República do dia 27 de março, divulgado pelo senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ), filho mais velho do chefe de Estado, resumiu e comunicou as propostas do governo para a pandemia. O vídeo trazia a campanha "O Brasil não pode parar", com a exibição de depoimentos de trabalhadores autônomos e profissionais de saúde como categorias desejosas do retorno ao regime normal de trabalho. O vídeo mais parecia uma cópia abrasileirada da campanha "Milano non si ferma", feita na terra do extremista de direita Matteo Salvini contra as medidas de restrição recomendadas pela OMS e União Europeia. No dia seguinte, a Justiça Federal do Rio de Janeiro impediu a divulgação do vídeo. Nesse contexto de tensão federativa, a articulação de governos estaduais do Nordeste ganhou enorme relevância, como se pode ver a seguir.

A crise político-sanitária e o Consórcio Nordeste

Os governadores do Nordeste atuaram em conjunto durante a pandemia e, em gesto político, divulgaram uma carta pública na qual afirmaram a ausência de efetiva coordenação nacional do governo federal no enfrentamento à Covid-19. A carta, divulgada ao final do primeiro mês pandêmico, dizia que os governadores da região continuariam orientados pela ciência e pela experiência mundial para definir ações contra o coronavírus. O governo federal também foi criticado por promover campanhas de comunicação em sentido contrário às orientações da

OMS e por estimular aglomerações por todo o país contra a quarentena e as demais restrições determinadas pelos entes subnacionais. A carta dizia que a insistência em provocar conflitos impedia a unidade em favor da saúde pública. Os governadores do Nordeste exigiam mais respeito por parte da Presidência da República.

O Consórcio Nordeste foi mobilizado com maior vigor diante do negacionismo do governo federal. Essa articulação dos nove estados da região surgiu, em 2019, para promover a integração regional, atrair investimentos, realizar compras conjuntas, integrar políticas públicas e buscar cooperação nacional e internacional. Naquele momento, o Consórcio Nordeste reunia todos os governadores eleitos, em 2018, que haviam apoiado o petista Fernando Haddad no segundo turno. Por essas razões, a articulação regional assumiu enorme relevância na coordenação do enfrentamento à pandemia no Nordeste e na conjuntura política nacional. Em certa medida, o Consórcio expressava a política da oposição para a crise pandêmica, contrapondo ações coordenadas de saúde pública ao negacionismo federal. Não por acaso, logo no início da pandemia, os governos nordestinos solicitaram da embaixada chinesa o envio de materiais e equipamentos médicos para tratar e impedir a disseminação da Covid-19, com atenção especial a leitos de UTI e respiradores. A justificativa do pedido teve por base as projeções epidemiológicas que indicaram a possibilidade de déficit de equipamentos no momento de pico das infecções. O embaixador da China, no Brasil, respondeu a Rui Costa (PT), então governador da Bahia e presidente do Consórcio Nordeste, que se esforçaria para colaborar com a região.

A resposta do embaixador ao Consórcio ocorreu em meio à crise diplomática entre o governo federal e o gigante asiático iniciada pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro, filho do então presidente. Em suas redes sociais, o deputado culpou a China pela pandemia e comparou as autoridades de Pequim aos responsáveis políticos pelo acidente na usina nuclear soviética de Tchernóbil. As falas foram questionadas em comunicado oficial do embaixador chinês no Brasil. O presidente Bolsonaro, o vice-presidente Hamilton Mourão e a ministra da agricultura, Tereza Cristina, declararam que o deputado não falava em nome do governo e buscaram minimizar o mal-estar com o país que mais compra do agronegócio brasileiro. Ao mesmo tempo, apoiadores do

presidente afixaram faixas na frente da representação diplomática chinesa em Brasília com dizeres acusatórios.

O estabelecimento de um comitê científico pelo Consórcio Nordeste foi uma inovação institucional importante, considerando aquela conjuntura crítica (Capoccia, 2016), e foi criado para ajudar os governos da região na tomada de decisão sobre as ações de enfrentamento ao novo coronavírus. O colegiado reuniu, entre outros especialistas e secretários de saúde estaduais, o neurocientista Miguel Nicolelis e Sérgio Rezende, físico e ex-ministro de Ciência e Tecnologia. A primeira reunião oficial do grupo aconteceu ainda no mês inicial da pandemia. O comitê manteve reuniões periódicas com autoridades científicas brasileiras e de outros países, emitiu boletins com os números relativos à doença no Nordeste e divulgou orientações para a região com base em suas próprias pesquisas. As outras regiões do país não registraram iniciativas semelhantes. O Consórcio de Integração Sul e Sudeste (COSUD), também surgido, em 2019, com objetivos semelhantes ao Consórcio Nordeste, não promoveu a coordenação de ações e nem estabeleceu estruturas de orientação das políticas públicas de saúde no período.

O governo Bolsonaro identificou o Consórcio Nordeste como um núcleo importante de oposição institucional, em razão disso, as iniciativas da região tiveram que lidar com objeções do Executivo Federal. A compra de respiradores pelo Maranhão e a formação de uma comissão de deputados estaduais para acompanhar o Consórcio foram episódios importantes desse embate. Em março de 2020, o governador maranhense Flávio Dino, então filiado ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), reservou a compra de um lote de respiradores de uma fábrica em Santa Catarina, entretanto o governo federal bloqueou a transação para distribuir os equipamentos segundo seus critérios. No dia 22 de abril, uma liminar do STF determinou que a empresa entregasse os respiradores ao Maranhão.

As dificuldades de acesso a insumos e equipamentos médico-hospitalares por parte dos Estados nordestinos foram significativas naquele momento. O governo do Maranhão reservou 150 respiradores de uma empresa na China, mas a Alemanha cobriu a oferta com valor mais alto e levou o pacote. A frustração se repetiria com autoridades estadunidenses interferindo na negociação. O governo da Bahia enfrentou

dificuldades semelhantes. Para transportar 107 respiradores e 200 mil máscaras da China, o governo de Flávio Dino montou uma operação com dezenas de pessoas e custo de R$ 6 milhões. Articulado com uma empresa de importação maranhense, o governo estadual negociou com uma empresa de Guangzhou o envio de respiradores para a Etiópia, dessa forma buscou escapar do radar da Europa e dos EUA. A Secretaria Estadual de Indústria e Comércio do Maranhão coordenou a empreitada e revelou a existência de um cargueiro que saiu da China e aterrissou em São Paulo, cujo frete foi pago pela mineradora Vale. Em seguida, a mercadoria foi colocada em avião fretado e mandada para o Maranhão, onde foi desembaraçada na Receita Federal. Para evitar que o governo federal retivesse os respiradores, como já havia acontecido, a liberação na alfândega não foi feita no território paulista. A operação durou 20 dias e os equipamentos chegaram a São Luís no dia 14 de abril. A Receita Federal divulgou nota afirmando que a operação foi irregular e que tomaria providências cabíveis para responsabilizar os envolvidos.

A reação do governo Bolsonaro ao ato do governo do Maranhão se somou à formação de uma comissão de deputados estaduais para acompanhar as ações do Consórcio Nordeste. Essa comissão surgiu no contexto das investigações de uma possível fraude na compra de respiradores por parte do Consórcio. A articulação de governos estaduais adiantou o pagamento de R$ 48 milhões por 300 respiradores. O governo baiano fez um aporte de R$ 9,6 milhões por 60 ventiladores e os demais Estados nordestinos receberiam 30 respiradores cada. O contrato foi assinado com a empresa HempCare no início de abril de 2020 e os equipamentos deveriam ter chegado ao final daquele mês. Após o não cumprimento do cronograma estabelecido, um novo prazo foi acordado e os Estados deveriam ter recebido os respiradores até meados de maio. Os equipamentos comprados da HempCare nunca foram entregues e a empresa não devolveu o dinheiro. Diante disso, o governador Rui Costa (PT) acionou a Polícia Civil da Bahia. Em 1º de junho, uma operação policial com agentes da Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal prendeu três pessoas ligadas à HempCare, suspeitas de participarem de um esquema fraudulento de venda de respiradores que seriam usados no enfrentamento da pandemia. Além das três prisões,

realizadas no Rio de Janeiro e em Brasília, foram cumpridos 15 mandados de busca e apreensão. Oito dias depois, uma carta foi divulgada por 26 deputados estaduais do Nordeste, na qual indicavam a criação de uma comissão para acompanhar as ações do Consórcio, alegando que não havia transparência nas operações por parte da articulação de governos da região. Os deputados da comissão eram dos seguintes partidos: PTB, PSL, DEM, PSC, PSDB, MDB, SD, Cidadania, PSB e PV.

Os partidos da comissão de acompanhamento não governavam nenhum Estado da região, exceto MDB e PSB, e, em sua maioria, constituíam a base parlamentar do governo Bolsonaro na Câmara Federal. Conforme o Radar do Congresso, ferramenta do Jornal Congresso em Foco que permite acompanhar o índice de governismo de cada parlamentar, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), presidido pelo estridente fluminense Roberto Jefferson, acompanhou o líder do governo em 96% das votações ocorridas durante o governo do capitão reformado. A partir da comparação entre os votos dos deputados federais e a orientação do líder do governo em 347 votações nominais, realizadas entre fevereiro de 2019 e fevereiro de 2020, o Partido Social Liberal (PSL), pelo qual Bolsonaro se elegeu presidente, registrou um índice de 97% de governismo. O Democratas (DEM) aparece em terceiro lugar, com 93%, empatado com o PSC. PSDB e MDB, com 92% e 91%, respectivamente. Solidariedade (SD) e Cidadania marcam 89%, 87% e 68%. Um trabalho com foco na questão partidária poderia buscar as razões da presença do Partido Socialista Brasileiro (PSB) na comissão de acompanhamento do Consórcio Nordeste. Apesar de figurar na oposição, o PSB marcou 46% de apoio às medidas do poder executivo federal no primeiro ano do mandato bolsonarista. O PT e o PSOL, por evidentes motivos, registraram o menor nível de apoio ao governo de Bolsonaro em 2019, respectivamente 20% e 15%.

A comissão de deputados estaduais pouco realizou seus intentos iniciais e perdeu relevância, possivelmente porque, naquele momento da pandemia, a letalidade da Covid-19 esteve menor no Nordeste do que no restante do país. Embora a comissão não tenha sido relevante, importa destacar que os partidos da comissão já foram abrigo político do então deputado Jair Bolsonaro e integravam sua base quando presidente. Ao longo de três décadas de carreira parlamentar, o capitão

reformado passou por PDC, PPR, PPB, PTB, PFL, PP e PSC. O PSL foi o oitavo partido ao qual Bolsonaro se filiou na busca por uma sigla para disputar a eleição presidencial. O PSL, à época um partido nanico, passou de 1 deputado eleito, em 2014, para 52, em 2018, formando a segunda maior bancada da Câmara dos Deputados (apenas a do PT era maior). Durante o período eleitoral, Luciano Bivar, deputado federal por Pernambuco, transferiu a presidência da sigla para o carioca Gustavo Bebianno, braço-direito bolsonarista naquele momento. Passada a eleição de sucesso extraordinário, o pernambucano reassumiu o comando da legenda. A disputa intrapartidária pelo controle de cargos e de repasses dos fundos partidário e eleitoral levou a uma crise na relação entre os grupos de Bolsonaro e de Bivar. Ao final de 2019, o capitão deixou a sigla e manifestou o desejo de criar seu próprio partido. Essa crise partidária do bolsonarismo se entrelaçou aos confrontos institucionais e desembocou na caótica gestão da pandemia, na qual os erros de condução e as investigações do legislativo configuraram razões para a queda de popularidade do então presidente. A seção seguinte explora esses temas.

Os impactos políticos da CPI da pandemia

O Brasil se tornou, um ano após o decreto da pandemia pela OMS, a segunda nação com mais infectados pelo SARS-CoV-2 e mais mortos por Covid-19, apesar de ser o sexto país mais populoso do mundo. Os dados brasileiros só ficavam atrás dos Estados Unidos, ainda governado pelo disruptivo Donald Trump (Peixoto, 2021). Em 17 de janeiro de 2021, a primeira brasileira foi vacinada contra a Covid-19 com o imunizante Coronavac, desenvolvido por uma parceria entre o Instituto Butantan e a biofarmacêutica chinesa Sinovac. Essa parceria opôs definitivamente o governador paulista João Dória (PSDB) e o presidente Bolsonaro. O chefe do Executivo Federal duvidou da eficácia do imunizante e se somou às mobilizações antivacinas de sua base social e da extrema-direita mundial. Bolsonaro declarou publicamente que não tomaria o imunizante, assim como sua filha de 12 anos também não seria vacinada. O capitão afirmou que os homens, ao receberem o imunizante, poderiam se afeminar, chegando a dizer em uma live na rede social Facebook que a vacina poderia causar AIDS, em razão disso

a rede social derrubou a transmissão. O presidente também se opôs ao caráter obrigatório da vacinação, sendo derrotado por decisão do STF.

A contestação política à gestão da emergência em saúde pelo Poder Executivo Federal assumiu maior relevância quando a Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia foi instalada no Senado Federal em 07 de agosto de 2021. A CPI teve o ex-governador e senador amazonense Omar Aziz (PSD) como presidente, o senador amapaense e líder da oposição Randolfe Rodrigues (Rede) como vice-presidente e o senador alagoano Renan Calheiros (MDB) como relator. A maioria dos onze membros da CPI era de senadores de oposição ou independentes. Dos seis titulares do Nordeste, apenas o senador cearense Eduardo Girão (Podemos) e o piauiense Ciro Nogueira (PP) eram apoiadores do então presidente. O senador Luis Carlos Heinze (PP/RS) substituiu Ciro Nogueira como titular após o piauiense assumir o Ministério da Casa Civil. O senador Flávio Bolsonaro substituiu Heinze na suplência e participou ativamente dos embates da Comissão.

A CPI identificou má gestão, gabinete paralelo e evidências de corrupção em compras de vacinas pelo Ministério da Saúde. Os senadores, no relatório final aprovado em outubro de 2021, pediram o indiciamento do presidente Bolsonaro para que este fosse investigado por diversos crimes, entre eles o emprego irregular de verbas públicas, charlatanismo e epidemia com resultado morte. A Comissão também solicitou o indiciamento do ex-ministro da saúde do governo Bolsonaro, general Eduardo Pazuello, do então titular da pasta, Marcelo Queiroga, e do general Walter Braga Netto, à época ministro da Defesa, que substituiria o general Hamilton Mourão como candidato a vice do capitão reformado em 2022. Os três filhos do presidente com mandato parlamentar, as deputadas governistas Bia Kicis (DF) e Carla Zambelli (SP) e os empresários Carlos Wizard e Luciano Hang também tiveram indiciamento solicitado pela CPI.

As responsabilizações judiciais não foram imediatas, o que se apresentou mais rapidamente foram os prejuízos políticos provocados pela Comissão. As pesquisas eleitorais divulgadas enquanto ocorriam os trabalhos da CPI trouxeram notícias ruins para Jair Bolsonaro. A competitividade eleitoral do presidente foi corroída porque os problemas sanitários (muitas infecções e alta mortalidade) e políticos (perda de

popularidade) se somaram a uma escalada da inflação e do desemprego (Almeida, 2022). A transformação do 7 de Setembro de 2021 num ato político de apoio ao governo não reverteu a tendência decrescente de sua popularidade (Magri, 2021). Naquele dia, em ato na capital federal, o presidente fez críticas a ministros do STF, seguiu para outra manifestação de seus apoiadores em São Paulo e disse aos paulistas que não cumpriria decisões do ministro Alexandre de Moraes, a quem chamou de "canalha". Em 16 de setembro de 2021, a avaliação negativa do governo negacionista aumentava e a reprovação chegava a 53% em pesquisa do Datafolha, um recorde para Bolsonaro (Gielow, 2021). Dois meses depois, este viveria seu pior momento nas pesquisas eleitorais divulgadas pela parceria entre a Genial Investimentos e a Quaest Consultoria e Pesquisa. Naquele novembro, o então presidente registrou apenas 21% nas intenções de voto para as eleições do ano seguinte, enquanto o então ex-presidente Lula já aparecia com 48% (Xavier, 2021). Ao mesmo tempo, Bolsonaro assistia ao afastamento de lideranças políticas, sociais e empresariais e ao crescimento de apoios às candidaturas dos que se opunham à sua reeleição, por perceberem a continuidade do seu governo como um risco à democracia. Em março de 2022, uma pesquisa da FSB, contratada pelo BTG Pactual, banco fundado por Paulo Guedes, apresentou dados nos quais o então presidente seria derrotado pelos seus principais adversários e Lula, no segundo turno das eleições presidenciais, venceria com boa margem todos os demais candidatos (Matos, 2022).

O governo Bolsonaro reagiu à queda de popularidade com medidas de aumento dos recursos para a política social, a primeira delas foi a PEC dos Precatórios (EC 113), aprovada ainda no final de 2021. Essa medida permitiu o parcelamento do pagamento dos precatórios até 2026, reduzindo o desembolso federal em 2022. A EC 113 vinculou o espaço fiscal aberto com a medida ao gasto social, ampliando os recursos para o Auxílio Brasil, nome dado pelo governo Bolsonaro ao emblemático Programa Bolsa Família (PBF) dos governos petistas. A PEC dos Precatórios foi questionada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e por outras entidades no STF. José Alberto Simonetti, presidente da OAB, classificou a postergação do pagamento de dívidas judiciais da União

aos cidadãos como uma espécie de calote ou "um dos mais duros golpes" já sofridos pela população desde a redemocratização (Peron, 2022). O Supremo declarou inconstitucional a EC 113, mas esse julgamento só foi concluído ao final de 2023.

A mudança no calendário de pagamento dos precatórios não foi a única medida excepcional do governo Bolsonaro para recuperar popularidade no ano da eleição. Em março de 2022, o presidente sancionou a Lei Complementar 192 (LC 192/22), que alterava a incidência do ICMS, principal imposto estadual sobre os combustíveis. No momento da sanção, o chefe do Executivo vetou um ponto incluído pelo Congresso Nacional que protegeria recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) das perdas arrecadatórias estaduais. A emenda vetada previa que a União deveria cobrir essas perdas para que os Estados garantissem os percentuais mínimos exigidos pela Constituição para as áreas de educação e saúde, em razão do ICMS ser o principal financiador dessas despesas. A LC 192/22 também estabeleceu a isenção dos impostos federais PIS/Pasep e Cofins sobre a gasolina, álcool combustível, diesel, biodiesel e gás liquefeito de petróleo, inclusive o derivado do gás natural. Dessa forma, Bolsonaro buscou reduzir rapidamente o preço dos combustíveis que estavam com viés de alta em razão do Preço de Paridade de Importação (PPI) adotado pela Petrobras desde o governo Temer.

O reclame dos Estados por compensação das perdas em arrecadação provocadas pela LC 192/22 foi solucionado pelo governo federal com a PEC 123, mais conhecida como "PEC dos Benefícios". Esse termo se deveu ao fato do relator da matéria, o senador pernambucano Fernando Bezerra (MDB), ter ampliado os temas de uma emenda constitucional que, inicialmente, seria apenas para compensar as unidades da federação. Em 14 de julho de 2022, o Congresso Nacional promulgou, com a presença de Bolsonaro, a EC 123/22, que instituiu estado de emergência no país até dezembro daquele ano e permitiu a ampliação, mas também a criação de programas sociais e benefícios econômicos para a população. Os valores disponibilizados pela PEC dos Benefícios chegavam a R$ 41 bilhões e estariam fora dos limites do Teto de Gastos (EC 95/16) ou da Lei de Responsabilidade Fiscal. Entre os benefícios, pode-se destacar o Auxílio Brasil, que teve elevação de R$ 400 para R$ 600 mensais

até dezembro de 2022 e recursos adicionais para o cadastramento de 1,6 milhão de novas famílias. Os caminhoneiros e taxistas passariam a receber mil reais mensais até o fim daquele ano. O Auxílio-Gás, benefício bimestral, passaria de R$ 53 para R$ 112,60, valor médio de um botijão de 13Kg naquele ano. A PEC custeou o transporte coletivo gratuito para idosos acima de 65 anos em Estados e Municípios que possuíam sistema de transporte coletivo urbano em funcionamento.

A PEC dos Benefícios, a menos de três meses do primeiro turno de 2022, significou a maior investida do incumbente na recuperação de sua competitividade eleitoral. Não por acaso, o ex-presidente do STF, Carlos Velloso, declarou que a PEC 123 era inconstitucional (Muniz, 2022). É possível entender as medidas adotadas pelo presidente Bolsonaro, quando se recupera seu perfil de disrupção institucional e o contexto de suas iniciativas. Em maio daquele ano, a pesquisa Datafolha indicava que o ex-presidente Lula da Silva (PT) venceria a eleição no primeiro turno com 54% dos votos válidos, enquanto o incumbente ficaria com 30%. No mês seguinte, o mesmo instituto indicou o candidato petista com 53% dos votos válidos e Jair Bolsonaro, já filiado ao Partido Liberal (PL), com 32%. A desvantagem competitiva bateu à porta do incumbente, que reagiu, mais uma vez, com medidas em conflito com a legalidade e a constitucionalidade. A Lei Eleitoral 9.504/97 veda a oferta de benefícios em ano eleitoral para garantir a paridade de armas na competição política. As análises sobre o Poder Judiciário podem se debruçar sobre as razões que levaram o Supremo a não estabelecer, por liminar ou votação colegiada, a inconstitucionalidade das medidas ainda naquele ano. Para este capítulo, resta a tarefa particular, a que se dedica a seção seguinte, de pensar como os efeitos dessas medidas produziram aquilo que, nas palavras de Leonardo Avritzer (2022), se configurou como o ambiente semidemocrático das eleições presidenciais de 2022. Esse foi o terreno de incertezas e riscos no qual as candidaturas de oposição e as instituições de regulação eleitoral tiveram que caminhar, seja para, no caso das primeiras, derrotarem o incumbente, seja para, no caso das segundas, assegurarem a lisura do pleito e a posse de Lula da Silva em janeiro de 2023.

As eleições de 2022, o risco democrático e a vitória da frente

ampla liderada pelo PT

O processo eleitoral que resultou na derrota do então presidente Jair Bolsonaro ocorreu em meio a um intenso debate público sobre os riscos à democracia no Brasil, que ocupou a cena política mesmo com as presidências do STF e do TSE, reiterando publicamente as garantias institucionais do pleito. Em julho de 2022, Jair Bolsonaro convocou, de forma inédita e peculiar, uma reunião com embaixadores estrangeiros para atacar o sistema eleitoral brasileiro e os membros dos tribunais superiores do país. A reunião não convenceu a embaixada dos Estados Unidos, que já estava sob o governo do democrata Joe Biden, ex-vice presidente que derrotou Trump em sua tentativa de reeleição e fez do líder disruptivo o quarto presidente estadunidense não reeleito. Ned Price, porta-voz do Departamento de Estado dos EUA, declarou confiança nas urnas eletrônicas e nas instituições do Brasil. As iniciativas disruptivas de Bolsonaro mais pareciam se expandir no contexto eleitoral. Não por acaso, o jornalista Reinaldo Azevedo publicou em seu blog um artigo, intitulado *Bolsonaro quer golpe se perder ou se ganhar,* no qual rememorava as confrontações político-institucionais do incumbente e afirmava que:

> Bolsonaro dobrou todas as apostas que o [então] candidato fazia na desinstitucionalização do país. Suas milícias, sob o comando do Gabinete do Ódio, tornaram-se ainda mais agressivas, o que motivou a abertura do inquérito das "fake news" antes do terceiro mês do novo governo. No dia 26 de maio [de 2019], com o patrocínio político do Palácio do Planalto, deu-se a primeira manifestação golpista, com palavras de ordem em favor do fechamento do Supremo [Tribunal Federal] e do Congresso [Nacional] — ele ainda não havia terceirizado o governo para o Centrão. Esse a que fanáticos e idiotas chamam "Mito" nunca se contentou em ser o presidente de um país democrático (Azevedo, 2022, s/p,). (Grifo do autor).

A citação acima reforça a recusa do então presidente em aceitar o

cotidiano da independência dos poderes. Isso repõe a caracterização de Jair Bolsonaro como parte dos populistas radicais da direita latino-americana (Tanscheit, 2023) e das lideranças disruptivas antissistemas globais (Levitsky; Ziblatt, 2018) da quadra histórica 2018-2023. Porém, essas preocupações com o risco democrático, advindas de jornalistas, políticos de oposição e de boa parte da sociedade civil organizada, não encontraram consenso entre os cientistas políticos. Em artigos de opinião, Alberto Carlos Almeida (2020), Carlos Pereira (2022) e Marcus Melo (2022) afirmavam a solidez das instituições políticas nacionais. O debate público, no entanto, se valia das atitudes do capitão reformado em sua trajetória parlamentar, na eleição anterior e no exercício da presidência para manter o sinal de alerta. Nisso importa rememorar os acontecimentos entre a facada que Bolsonaro levou no abdômen durante uma atividade de campanha na cidade mineira de Juiz de Fora (episódio pelo qual obteve extrema visibilidade) e o primeiro turno de 2018. O então candidato à presidência pelo PSL, ainda em situação de internamento hospitalar, concedeu uma entrevista ao programa Brasil Urgente da emissora de televisão aberta Band. Nessa entrevista, o capitão reformado afirmou só aceitar como resultado do pleito a sua vitória, confirmada somente após a apuração do segundo turno daquela eleição. O questionamento ao processo eleitoral não se encerrou com a vitória bolsonarista em 2018. A deputada Bia Kicis, então vice-líder do governo na Câmara dos Deputados, apresentou uma proposta de emenda constitucional que propunha o voto impresso auditável, expressando desconfiança em relação ao voto eletrônico. A proposta foi apresentada em novembro de 2019 e rejeitada pelo plenário da Câmara em agosto de 2021, depois de ter sido recusada por uma comissão especial. No entanto, a emenda recebeu 229 votos favoráveis e o entusiasmo da base governista e do próprio presidente.

As pressões do presidente Jair Bolsonaro e do então ministro da defesa, general Paulo Sérgio Nogueira, durante a discussão da emenda sobre voto impresso entre os deputados, levaram o presidente do TSE à época, o ministro Luís Roberto Barroso, a criar a Comissão de Transparência das Eleições (CTE) em setembro de 2021. A portaria 578/2021 do TSE apresentou como objetivo institucional da CTE a ampliação da transparência e da segurança de todas as etapas de preparação

e realização das eleições no país. No entanto, a comissão representou politicamente a tentativa do poder judiciário de sanar as dúvidas colocadas no debate público pelo presidente e por políticos e militares integrantes de seu governo. No mesmo mês de 2021, para dar mais transparência ao pleito, o TSE criou o Observatório de Transparência Eleitoral. A CTE apresentou 44 propostas e 32 delas foram acatadas de imediato pela Justiça Eleitoral (JE), aproximadamente três de cada quatro sugestões foram acolhidas para o pleito de outubro de 2022. Outras 11 propostas, ou um quarto do total, seguiram em avaliação para eleições vindouras e apenas uma sugestão foi rejeitada. No entanto, a existência da CTE e as contínuas desconfianças sobre o processo eleitoral, promovidas pelo bolsonarismo após o relatório final da comissão, mantiveram aceso o tema da possível insegurança das urnas eletrônicas. Essas desconfianças foram alimentadas, inclusive, por questionamentos do Ministério da Defesa aos relatórios da CTE.

O presidente Bolsonaro adentrou às eleições em que tentaria sua reeleição após superar as dificuldades de sustentação de seu governo no Congresso Nacional. Os partidos de centro-direita, conhecidos no jargão midiático como "Centrão", celebraram um acordo político com o capitão e enterraram quaisquer possibilidades de serem bem-sucedidos os 158 pedidos de impeachment protocolados contra ele. Depois de ficar dois anos sem partido, Bolsonaro deixou de lado o intento de criar sua própria legenda e preferiu se filiar ao Partido Liberal (PL) em novembro de 2021, afirmando se sentir "em casa" no Centrão (Murakawa; Schuch, 2021). Se, em 2018, o capitão foi candidato pelo PSL com o vice do PRTB, ambos os partidos com um deputado à época, em 2022, Bolsonaro fez aliança com o PP e o Republicanos, assegurando 2min e 38s em cada bloco de propaganda eleitoral gratuita na TV. A aliança partidária rendeu à tentativa de reeleição do então presidente o segundo maior espaço de propaganda, bem ao contrário de 2018, quando teve apenas 8s de tempo televisivo.

O ex-presidente Lula experimentou favoritismo em pesquisas eleitorais desde a recuperação de seus direitos políticos. Em março de 2021, o STF, por oito votos a três, referendou a decisão do ministro Edson Fachin de anular todas as condenações do petista oriundas da Operação Lava Jato e declarar a incompetência da 13ª Vara Federal de Curitiba

no processo que o levou à prisão e o retirou da corrida presidencial em 2018. Essa decisão se somou a outra que confirmou, por 7 votos a 4, a suspeição do juiz Sérgio Moro[2] dos julgamentos do ex-presidente. Naquela altura, o juiz já havia deixado a magistratura para assumir o Ministério da Justiça (MJ) no governo Bolsonaro. Após desavenças com o capitão reformado, o ex-juiz Moro deixou o MJ, em abril de 2020, e acusou o então presidente de tentar interferir, com fins políticos, na Polícia Federal (PF).

As decisões judiciais favoráveis, a liderança das pesquisas, os debates sobre risco democrático, os confrontos institucionais e a baixa popularidade do governo Bolsonaro constituíram um ambiente de reapresentação da liderança política do ex-presidente Lula, que lhe permitiu formar a maior coligação partidária de todas as suas candidaturas. A coligação encabeçada pelo PT, Brasil da Esperança, trouxe também PCdoB, PV, Psol, Rede, PSB, Pros, Solidariedade, Avante e Agir, garantindo 3min e 39s ao petista, maior tempo de propaganda gratuita na TV. Além disso, o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, deixou o PSDB, no qual esteve por 33 anos e experimentava escanteamento desde 2018, para se filiar ao PSB e ser vice do petista. Esse gesto teve enorme impacto na construção da imagem de reconstrução nacional que a candidatura do ex-presidente assumiu. A eleição também teve as candidaturas das senadoras Simone Tebet (MDB) e Soraya Thronicke (União Brasil), do ex-ministro Ciro Gomes (PDT), do empresário Felipe D'ávila (Novo) e do Padre Kelmon (PTB).

O resultado do primeiro turno ficou em 48,43% para Lula e 43,20% para Bolsonaro. No Nordeste, Lula obteve 66,7% dos votos válidos. A região deu ao petista 12,9 milhões de votos de vantagem em relação a

2 Em abril de 2024, o corregedor nacional de justiça, ministro Luis Felipe Salomão, concluiu o relatório sobre o trabalho de correição realizado na 13ª Vara Federal de Curitiba, que foi comandada por Sérgio Moro, e nos gabinetes dos desembargadores da 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), instâncias responsáveis por julgar os processos da Operação Lava Jato. O relatório da correição verificou a existência de um possível conluio envolvendo os diversos operadores do sistema de justiça para destinar valores no Brasil e permitir que a Petrobras pagasse acordos no exterior em favor de interesses exclusivos dos membros da força-tarefa, incluindo, entre os interessados, o então juiz e hoje senador Sérgio Moro.

Jair Bolsonaro. A vantagem do petista sobre o incumbente na região (10,69%) foi o dobro da vantagem no país (5,19%), no entanto o Nordeste foi a região onde Bolsonaro mais ganhou votos em relação ao primeiro turno de 2018, ampliando em mais de um milhão e trezentas mil as adesões. A jornalista Cátia Seabra registrou que, na manhã do dia 03 de outubro, o candidato petista teria dito à coordenação de sua campanha: "Vamos ganhar [o segundo turno] por uma pequena margem, como se fosse comendo aquela gordurinha da picanha" (Seabra, 2023, s/p). A última pesquisa Datafolha antes do primeiro turno havia registrado 50% de votos válidos para o petista e 36% para o incumbente. Os resultados, no entanto, indicaram que Lula não ultrapassou o limiar necessário para encerrar a disputa, enquanto Bolsonaro efetivamente ampliou adesões, embora tenha sido o primeiro presidente a ir para o segundo turno em segundo lugar. Ao que parece, o conjunto de medidas excepcionais para a retomada da popularidade, a aliança partidária e a dinâmica da competição eleitoral tiveram efeito na recuperação da competitividade do incumbente. O Datafolha registrou que a aprovação ao desempenho do presidente Jair Bolsonaro subiu de 22% para 31% entre setembro de 2021 e setembro de 2022. No mesmo período, a percepção de governo ruim ou péssimo caiu de 53% para 42%. O ex-presidente venceu no Norte e no Nordeste, o então presidente venceu nas outras três regiões do país e os demais candidatos não venceram em nenhuma região. Dos 15 governadores eleitos no primeiro turno, cinco apoiavam Lula, sendo quatro do Nordeste e um do Norte, outros dez apoiavam Bolsonaro. Os governadores eleitos pelos nordestinos no primeiro turno eram da coligação lulista e os favoritos para vencerem no segundo turno ou já apoiavam Lula, ou passaram a apoiá-lo, ou preferiram a neutralidade, caso de Raquel Lyra (PSDB) em Pernambuco.

O segundo turno de 2022 assumiu o tom plebiscitário típico das acirradas disputas presidenciais. Entretanto, o que estava em questão não era se o governo de plantão seria bom ou ruim segundo o veredicto do eleitor, mas se a democracia brasileira dobraria a aposta em uma liderança disruptiva como Jair Bolsonaro. A base bolsonarista, por sua vez, foi bem sucedida nas eleições parlamentares. Os partidos que apoiaram Bolsonaro tinham 180 deputados e elegeram 188. As legendas que apoiaram Lula partiram com 119 parlamentares e chegaram a 122

eleitos. O PL foi de 77 para 99 deputados federais, o PP foi de 57 para 47 e o Republicanos saiu de 43 para 41 deputados. Isso indica que houve maior concentração eleitoral na legenda que abrigou o incumbente. Algo semelhante ocorreu com o PT, que foi de 56 para 68 deputados, enquanto o PCdoB foi de 8 para 6 e o PSB de 23 para 14 deputados. Dessa forma, ficaram oito parlamentares a mais para o bolsonarismo, enquanto a coligação petista contou com mais três políticos. As siglas que não apoiaram Lula ou Bolsonaro fizeram 203 deputados. O sucesso legislativo do PL assegurou dezessete dos cinquenta deputados federais da lista de mais votados do país. Somente três petistas integravam a lista e nenhum era do Nordeste: a paranaense e presidente nacional do partido, Gleisi Hoffman, em 13º lugar, o deputado gaúcho Paulo Pimenta, em 31º, e o deputado mineiro Reginaldo Lopes, em 49º. O deputado federal mais votado do Brasil foi o bolsonarista mineiro Nikolas Ferreira (PL). O deputado federal mais votado de São Paulo e segundo mais votado do país foi Guilherme Boulos (Psol), líder de movimentos sociais de esquerda, que abriu mão da candidatura presidencial em favor de Lula. No Senado, a vitória bolsonarista também foi expressiva. O PL do então presidente elegeu oito parlamentares e passou a ter a maior bancada, formada por 14 senadores ao todo. O PT elegeu quatro senadores, sendo um do Norte e três do Nordeste. Os resultados eleitorais apresentaram o Nordeste mais disputado do que pareceria a olhos desatentos. O PL de Jair Bolsonaro elegeu 23 de seus deputados federais na região, fazendo a maior bancada. O União Brasil ficou em segundo, com 21 deputados federais. O PT ficou em terceiro lugar, com 20 deputados federais nordestinos.

O ex-presidente Lula somou os apoios do PDT e do Cidadania no segundo turno, obtendo a adesão irritada e descomprometida de Ciro Gomes e o apoio entusiasmado de Simone Tebet (MDB), que havia sido a terceira colocada no primeiro turno, com 4,16%. Bolsonaro agregou o PTB e o PSC. União Brasil, MDB, PSD, PSDB e Novo liberaram suas bancadas. Para o ex-presidente, as declarações de voto de certos ícones liberais e lideranças políticas de partidos que não o apoiaram formalmente tiveram muita importância. Henrique Meirelles, ex-presidente do Banco Central e então filiado ao União Brasil, Cesar Maia, ex-prefeito do Rio de Janeiro e então filiado ao PSDB, e o prefeito carioca

Eduardo Paes (MDB) declararam voto e fizeram campanha para Lula. O mesmo caminho foi seguido pelo pessedebista Aloysio Nunes, entusiasta do impeachment de Dilma Rousseff (PT) e ministro do governo Temer, que declarou: "há duas vias abertas hoje, a via da manutenção do Bolsonaro ou a derrota dele. E quem tem condição de derrotá-lo é o Lula" (Pombo, 2022, s/p). O mais significativo apoio de antigos adversários veio do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que teve um vídeo pedindo voto para o petista divulgado pela conta de Lula na rede social Instagram três dias antes do segundo turno. O ex-presidente pessedebista, logo após o primeiro turno, havia feito uma postagem na rede social Twitter para explicitar as razões de seu apoio ao petista com base na defesa da democracia e da inclusão social. Esse conjunto de apoios conformou uma ampla frente política em favor do candidato petista com base na defesa da democracia.

O Datafolha, na última pesquisa de intenção de voto divulgada antes do segundo turno de 2022, indicou 52% dos votos válidos para o ex-presidente petista e 48% dos votos válidos para o então presidente Bolsonaro. A vitória petista seguiu como indicativo das medições eleitorais, mas, a todo tempo, foi contrastada com a percepção de acirramento político nas ruas e com as investidas bolsonaristas na tentativa de alterar a tendência das pesquisas. A maior dessas investidas configurou um verdadeiro atrapalho às condições isonômicas de competição eleitoral. No dia do segundo turno, houve uma operação atípica da Polícia Rodoviária Federal (PRF) nas estradas do país, liderada pelo chefe da corporação, o policial Silvinei Vasques, que havia postado, um dia antes, um vídeo de apoio à reeleição do presidente Bolsonaro em suas redes sociais. As operações foram realizadas mesmo após o presidente do TSE, ministro Alexandre de Moraes, ter vetado qualquer ação passível de afetar o transporte público ou privado dos eleitores.

A distribuição das *blitze* da PRF naquele 30 de outubro demonstra a concentração regional da ação coordenada por Silvinei Vasques. Das 549 operações, 272 (49,50%) ocorreram no Nordeste, 122 (22,22%) foram no Centro-Oeste, 59 (10,70%) ficaram no Norte, 48 (8,74%) aconteceram no Sudeste e outras 48 (8,74%) se deram no Sul. O PT chegou a acionar o TSE para prender os envolvidos na ação e estender o tempo de votação. O ministro Alexandre de Moraes deu ordem para suspensão

imediata da operação, mas não ampliou o horário da votação, que foi encerrada às 17h, conforme o previsto. Em agosto de 2023, Silvinei Vasques foi preso preventivamente, por decisão do ministro Moraes, para não comprometer a eficácia das diligências que investigavam o policiamento direcionado no dia do segundo turno. A investigação se amparava na denúncia de um servidor da Diretoria de Inteligência do Ministério da Justiça, que revelou ter feito, a pedido de sua chefe imediata, um relatório com locais onde Lula e Bolsonaro tinham obtido mais de 75% dos votos no primeiro turno de 2022. A chefe imediata, diretora Marília Alencar, disse em depoimento à PF que o relatório foi solicitado por Anderson Torres, então ministro da justiça do governo Bolsonaro, sob alegação de coibir eventuais fraudes eleitorais. Na seção seguinte, o nome de Anderson Torres aparecerá em investigações do STF sobre as tentativas de golpe de Estado pós-eleição.

A operação da PRF não foi a única ação atípica das eleições de 2022. Sete dias antes do segundo turno, o ex-deputado fluminense Roberto Jefferson, presidente do PTB e apoiador fervoroso de Jair Bolsonaro, atirou de fuzil e jogou granada em policiais federais que cumpriam uma ordem de prisão contra ele, expedida pelo ministro Alexandre de Moraes. Essa ordem se amparava no descumprimento de medidas cautelares da prisão domiciliar, as quais estava submetido o ex-deputado no âmbito do inquérito sobre atentado ao Estado Democrático de Direito. O presidente do PTB usou as redes sociais em tom provocativo, concedeu entrevistas, compartilhou notícias falsas contra o STF e ofendeu a ministra Cármen Lúcia. A agressão do bolsonarista aos policiais acabou se tornando um escândalo midiático pelo uso de granada e fuzil e por representar a alta temperatura do pleito. A casa de onde Roberto Jefferson saiu preso oito horas depois de ferir policiais, localizada no município de Comendador Levy Gasparian (RJ), foi cercada por apoiadores do capitão reformado, que agrediram um repórter cinematográfico em trabalho. Outra ação escandalosa envolveu a deputada federal bolsonarista Carla Zambelli, que atirou para o alto, apontou uma arma e perseguiu um homem negro na esquina da rua Joaquim Eugênio de Lima com a alameda Lorena, cidade de São Paulo, na tarde do sábado de véspera do segundo turno. Ela alegou ter sido empurrada pelo homem e as imagens da perseguição viralizaram nas redes sociais.

O ministro Alexandre de Moraes promulgou o resultado eleitoral e confirmou a vitória de Lula da Silva na noite do dia 30 de outubro. O presidente do TSE disse não vislumbrar nenhum risco real de contestação ao pleito. Jornais e mídias registraram os aplausos recebidos pelo ministro na coletiva de imprensa como sinal de reconhecimento à ação da presidência do TSE na garantia do processo eleitoral. Depois da promulgação, Lula discursou para mais de cinquenta mil pessoas na Avenida Paulista como presidente eleito. Naquela noite, a Casa Branca, menos de 40 minutos após a confirmação do resultado, divulgou duas mensagens, uma em inglês e outra em português, em nome do presidente Biden, como forma de parabenizar o petista pela eleição. O presidente francês Emmanuel Macron publicou nas redes sociais mensagens em português e em sua língua natal com felicitações a Lula. O recém-empossado primeiro-ministro do Reino Unido, Rishi Sunak, fez o mesmo. Os presidentes da Rússia e da China e todos os chefes de Estado da América Latina cumprimentaram o petista.

O rápido reconhecimento internacional da legitimidade da eleição brasileira demarcou a importância desse processo para além das fronteiras nacionais, mas não tornou a transição de governo tranquila. O presidente Bolsonaro não fez o gesto democrático de telefonar ao vencedor para assumir a derrota. Na verdade, nem ele, nem sua base social e muito menos os políticos ligados ao bolsonarismo encerraram suas atitudes antidemocráticas diante da derrota eleitoral, como este capítulo demonstrará adiante. Enquanto Lula discursava em São Paulo e os chefes de Estado e de Governo o parabenizavam, caminhoneiros bolsonaristas fecharam estradas em 25 Estados do País e apoiadores do capitão reformado montaram acampamentos na porta de quartéis do Exército por todo o Brasil para pedir uma intervenção militar que suspendesse a posse do eleito. Isso fez a terceira posse presidencial de Lula da Silva, apesar de assegurada institucionalmente, ser percebida no debate público como um desafio e não como um protocolo. A seguir, a antepenúltima seção deste capítulo trata dessas tensões.

O pós-eleição, a transição de governo e a terceira posse de Lula

A frente ampla liderada pelo PT optou por fazer da transição governamental um processo com ampla participação social e constituiu 28

grupos de trabalho temáticos para reunir técnicos e convidados. Dessa forma, o agregado político que elegeu Lula e Alckmin mais parecia tentar solucionar sua pouca elaboração programática, que ficou subsumida no amplo compromisso em favor da democracia. Em 04 de novembro, o vice-presidente eleito foi nomeado pelo então ministro-chefe da Casa Civil para o Cargo Especial da Transição de Governo. O Nordeste teve o maior número de parlamentares nos grupos técnicos, considerando que, dos 99 deputados e senadores anunciados pelo coordenador da transição, 43 eram nordestinos. Dos oito parlamentares integrantes das comissões temáticas de Cidades e de Desenvolvimento Regional, sete eram da região onde Lula teve mais votos.

O ainda presidente Jair Bolsonaro confidenciou a seus aliados que não entregaria a faixa ao presidente eleito e essa informação indicou sua ausência na cerimônia de posse. Isso se somou às demais tensões da transição, incluindo a continuidade dos acampamentos nos quartéis totalmente tolerada pelos comandantes militares. Lula e Alckmin acabaram por solicitar adiantamento da diplomação, que seria em 19 de dezembro, mas ocorreu sete dias antes. No dia em que os eleitos receberam os diplomas no TSE, um grupo numeroso de bolsonaristas invadiu a garagem do prédio da PF em Brasília, lançou pedras e pedaços de madeira em direção a soldados da Polícia Militar e destruiu carros e ônibus da Polícia Federal. Na noite de Natal, houve a tentativa de explosão de uma bomba em um caminhão de combustíveis próximo ao aeroporto de Brasília. A Polícia Civil do Distrito Federal concluiu que os dois atos estavam correlacionados e apontou três envolvidos, sendo um empresário paraense, um blogueiro cearense e um desempregado mato-grossense. Eles estavam nos acampamentos dos quartéis e, em depoimento, afirmaram querer produzir uma situação caótica para impedir a posse de Lula. Todos foram condenados em 2023.

O Relatório Final do Gabinete de Transição Governamental diagnosticou uma ameaça real de colapso dos serviços públicos e um profundo desmonte das capacidades estatais brasileiras. O vice-presidente e coordenador da transição, Geraldo Alckmin, declarou que ter ciência dessa situação crítica era o passo inicial do "processo de reconstrução", assumido pelo novo governo como tarefa política. A lista de problemas identificados era grande, por exemplo, os livros didáticos do ano letivo

de 2023 não estavam editados; os remédios para distribuição gratuita não estavam comprados; não havia estoques de vacinas para as novas variantes da Covid-19; faltavam recursos para a merenda escolar; as universidades corriam o risco de não concluir o ano letivo; não existiam recursos para a Defesa Civil e a prevenção de acidentes e desastres. Para enfrentar essa situação, o presidente eleito negociou com o Congresso Nacional a chamada PEC da Transição (EC32/22), aprovada pelo Senado Federal no último mês do governo Bolsonaro por 63 a 11 votos. Dessa forma, R$ 145 bilhões do Orçamento Geral da União para 2023 ficaram fora do Teto de Gastos e disponíveis para as despesas com o Bolsa Família, o Auxílio Gás e a Farmácia Popular, entre outras políticas públicas.

O candidato da oposição foi eleito, diplomado e empossado. Isso deu razão a quem afirmava a solidez institucional brasileira, mas as ações antidemocráticas do bolsonarismo no poder e fora dele mantiveram acesos os discursos sobre riscos à democracia durante a transição de governo. Não por acaso, a posse de Lula e Alckmin, em 1º de janeiro de 2023, assumiu uma dimensão simbólica para além do costumeiro rito institucional. O presidente eleito e seu vice subiram a rampa do Palácio do Planalto, como de praxe, acompanhados de suas esposas e, de modo inaugural, estavam também acompanhados de representantes da sociedade brasileira. Os novos mandatários assim explicitaram seu compromisso com a reconstrução democrática nacional pela afirmação simbólica do pluralismo. A ausência de Bolsonaro, que viajou para os Estados Unidos dois dias antes da posse de Lula, foi solucionada com a entrega da faixa presidencial ao empossado pelas mãos de Aline Sousa, mulher negra e catadora de recicláveis. Essa não foi a única mudança constitutiva da terceira chegada de Lula ao poder. A próxima seção discute especificamente o novo papel político do Nordeste no contexto da reconstrução democrática.

Tarefas nacionais, líderes nordestinos

A composição ministerial do terceiro governo Lula apresenta mudanças significativas em relação ao papel desempenhado nacionalmente pelos líderes políticos da Região Nordeste do Brasil. Quando tomou posse pela primeira vez, o presidente Lula contava com 34 ministros, sendo

cinco deles nascidos ou com relações políticas no Nordeste. A região ficava com 15% das pastas. Naquele 2003, foram nomeados os baianos Jacques Wagner para o Ministério do Trabalho, Gilberto Gil para o Ministério da Cultura e Agnelo Queiroz para o Ministério do Esporte. Esses se somavam ao ex-governador do Ceará, Ciro Gomes, no Ministério da Integração Nacional, e ao cearense Roberto Amaral, no Ministério de Ciência e Tecnologia. Entretanto, somente o carioca Jacques Wagner, que migrou para a Bahia quando jovem para fugir da perseguição da Ditadura Militar, tinha quase exclusiva inserção regional. Wagner liderou a bancada de deputados petistas na década de 1990.

As pastas ocupadas por nordestinos no primeiro governo Lula não compunham o grupo dos cinco maiores orçamentos da Esplanada dos Ministérios e as razões da indicação dos nomes não passavam necessariamente pelos vínculos com a região. Agnelo Queiroz (PCdoB), nascido em Itapetinga (BA) e formado em medicina pela Universidade Federal da Bahia, construiu toda sua carreira política em Brasília (DF), onde reside desde quando foi fazer sua residência médica. Agnelo se tornou ministro em razão da indicação partidária. Isso também explica a nomeação do cearense Roberto Amaral, dirigente nacional do PSB, que após estadia, militância e perseguição política no Rio de Janeiro, privilegiou, desde a redemocratização, a participação na burocracia do partido em detrimento de disputas eleitorais. Ciro Gomes havia deixado o governo do Ceará para ser ministro da Fazenda no final do governo Itamar Franco, durante a implementação do Plano Real. O ex-governador do Ceará foi candidato a presidente duas vezes e apoiou o PT no segundo turno de 2002, tendo, portanto, expressão política nacional. Gilberto Gil, ícone da cultura brasileira, chegou à Esplanada em razão de sua importância no campo artístico.

O início do novo governo Lula, em 2023, constitui 37 gabinetes ministeriais e entregou doze deles a políticos da região onde o PT foi mais votado. Esse aumento em número veio acompanhado de uma diferença qualitativa porque as pastas sob comando de políticos nordestinos no quinto mandato nacional petista são muito relevantes em orçamento, poder institucional e políticas públicas. O Ministério do Desenvolvimento Social, responsável pelo emblemático Programa Bolsa Família (PBF) e com a terceira maior previsão orçamentária para 2023 (R$ 273

bi), ficou sob o comando do ex-governador do Piauí e senador Wellington Dias (PT). A escolha por Dias pode ter considerado a positiva avaliação da gestão do PBF durante seu governo no Piauí, como demonstra Renata Bichir (2023). O ex-governador do Ceará e senador Camilo Santana (PT) foi nomeado para o Ministério da Educação, cujos valores estão previstos em R$ 188 bi, quarto maior orçamento da Esplanada. Não seria absurdo imaginar que pesou a favor de Santana o fato dele ter deixado o Ceará entre os três Estados do País com maior proporção de alunos do ensino médio em escolas de tempo integral, segundo dados do Censo Escolar de 2022. Importa registrar que os outros dois são Pernambuco e Paraíba.

O PT do Nordeste ficou com dois dos quatro ministérios palacianos, aqueles que despacham todo dia com o presidente. A Casa-Civil foi entregue a Rui Costa (PT), ex-governador da Bahia, e a Secretaria-Geral ficou com o sergipano Márcio Macedo, ex-deputado federal pelo PT e dirigente nacional da sigla. Em 2003, não havia nordestinos nos ministérios palacianos. O ex-governador baiano assume a chefia dos ministérios depois de oito anos à frente do maior Estado do País sob longevo domínio petista. A Bahia participou e simbolizou o avanço do PT e de seus aliados no Nordeste. Em 2006, Jaques Wagner deixou o ministério para disputar o governo baiano e derrotou em primeiro turno a aliança política tradicional daquele Estado num pleito em que muitas pesquisas eleitorais nem o colocavam no segundo turno. Naquele mesmo ano, houve a vitória de Marcelo Déda (PT) em Sergipe, a reeleição de Wellington Dias no Piauí, a eleição de Eduardo Campos (PSB) em Pernambuco e de Cid Gomes (PSB) no Ceará. Os baianos deram oito anos de governo estadual a Jaques Wagner e mais oito a seu sucessor Rui Costa. Em 2022, Jerônimo Rodrigues (PT) venceu a disputa pelo Palácio de Ondina, constituindo o quinto mandato petista consecutivo no governo baiano, e Jaques Wagner foi eleito para o Senado Federal, sendo indicado pelo presidente Lula como líder do governo na Casa Revisora. Essa expertise em formar, administrar e reproduzir alianças políticas amplas no quarto maior Estado em população do País ajuda a entender a força dos líderes do PT da Bahia no governo Lula III.

A lista de nordestinos prestigiados segue com Flávio Dino (PSB),

ex-juiz e ex-governador do Maranhão, no Ministério da Justiça, Renan Filho (MDB), ex-governador de Alagoas, no Ministério dos Transportes e Luciana Santos (PCdoB), ex-prefeita de Olinda e ex-vice-governadora de Pernambuco, no Ministério de Ciência e Tecnologia. Há também os pernambucanos Jorge Messias na Advocacia-Geral, José Múcio Monteiro na Defesa, Juscelino Filho (União Brasil) nas Comunicações, André de Paula (PSD) na Pesca e a cantora baiana Margareth Menezes no Ministério da Cultura. A liderança do governo na Câmara dos Deputados ficou com o cearense José Guimarães (PT). A área econômica foi a única em que a presença de nordestinos não sofreu alteração.

A presença de ministros do Nordeste sai de menos de 20% em 2003 e vai a 32% em 2023. Esse aumento geral da presença de nordestinos também se deu entre os ministros filiados ao PT. 40% dos ministros petistas do governo Lula III são nordestinos. Em 2003, entre os vinte ministros do partido, apenas Jacques Wagner era do Nordeste. E mais, o crescimento do número de ministros petistas nordestinos se deu num contexto de redução dos ministérios do PT. Se, em 2003, o PT tinha 20 das 34 pastas, em 2023, os petistas ocupam 10 dos 37 ministérios do governo Lula III. Ou seja, tendo ocupado quase 60% das pastas, há vinte anos, o PT conta hoje com 27% delas. Os analistas da questão partidária podem refletir mais detidamente sobre essa mudança.

Neste capítulo, o relevante é apontar que a hipervotação do Nordeste nas alianças lideradas pelo PT e seus aliados na região e no país, associada a evidências positivas no campo das políticas públicas e da reprodução política, constituiu um cenário no qual os líderes regionais foram chamados ao centro da governança política nacional.

À guisa de conclusão: o Nordeste pós-oligárquico

Este capítulo assumiu a tarefa de compreender o papel do eleitorado, dos partidos políticos e das lideranças do Nordeste na atual conjuntura de reconstrução democrática do Brasil. Para tanto, os dados eleitorais e as informações públicas foram mobilizados no intuito de estabelecer os contornos mais evidentes do disruptivo governo Bolsonaro, delinear as tensões institucionais e o papel do Consórcio Nordeste no contexto pandêmico e balizar os principais impactos políticos da CPI da Pandemia. Em seguida, o contexto pré-eleitoral, os eventos que constituíram

a disputa presidencial de 2022 e os riscos experimentados pela democracia brasileira no período pós-eleitoral foram analisados como parte da crise democrática que a eleição de Lula da Silva para um terceiro mandato pretendia encerrar. Por fim, este capítulo demarcou a mudança de posição dos líderes políticos do Nordeste na conformação das posições de poder no novo governo Lula.

A análise aqui realizada percebeu a vitória da frente ampla liderada pelo ex-presidente Lula (PT), em 2022, como resultado de um bem-sucedido acúmulo processual de capital político (Bourdieu, 2004), gestado na oposição ao bolsonarismo e, em perspectiva mais ampla, nas transformações regionais das últimas duas décadas que reorientaram em favor da centro-esquerda tanto a elite política como o eleitorado do Nordeste. A quinta vitória presidencial petista que constituiu a possibilidade da reconstrução democrática do Brasil não seria possível sem os decisivos votos do Nordeste. Isso se deu em meio à superação das interferências indevidas do incumbente e de seus apoiadores (dentro e fora das instituições) no processo eleitoral, nas quais se destaca a tentativa de atrapalho ao eleitorado nordestino no dia da eleição. É importante dizer que as iniciativas de prejuízo à competição eleitoral e à alternância de poder foram consideradas como uma trama golpista pela Procuradoria Geral da República. Em razão disso, o ex-presidente Jair Bolsonaro foi denunciado ao STF. A denúncia foi aceita pelos ministros do Supremo que, em março de 2025, tornaram Bolsonaro o primeiro ex-presidente brasileiro a virar réu pelo crime de tentativa de golpe de Estado. Três generais que compuseram o governo bolsonarista, Augusto Heleno, Paulo Sérgio Nogueira e Braga Netto, também se tornaram réus pelo mesmo crime.

As informações e reflexões apresentadas permitem dizer que a região Nordeste do Brasil deixou para trás sua configuração de espaço de sobrevivência das elites políticas tradicionais e passou a apresentar um cenário político pós-autoritário de perfil democrático. A exposição feita até aqui recoloca a não eternização dos quadros de análise sobre o Nordeste, como recomenda Rejane Carvalho (1987) e Maria Auxiliadora Lemenhe (1996) demonstra. O que importa como agenda de estudos e reflexões políticas e intelectuais é entender o atual quadro de competição política regional em sua relação com o plano nacional sem

particularizações excessivas, mas com o devido reconhecimento de seu atual viés democratizante.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alberto; GARRIDO, Tiago. **A mão e a luva:** o que elege um presidente. Rio de Janeiro: Record, 2022.

ALMEIDA, Alberto Carlos. Nem golpe, nem impeachment, mas disputa pela reeleição. **Veja**, 20 jul. 2020. Disponível em: https://veja.abril.com.br/alberto-carlos-almeida/nem-golpe-nem-impeachment-mas-disputa-pela-reeleicao. Acesso em: 08 jan. 2024.

AVRITZER, Leonardo. Eleições e democracia. In: AVRITZER, L.; SANTANA, E.; BRAGATTO, R. C**. Eleições 2022 e reconstrução da democracia no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022, p. 9-19.

AZEVEDO, Reinaldo. Bolsonaro quer golpe se perder ou se ganhar. **UoL/Opinião**. 20 de jul. 2022. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/colunas/reinaldo-azevedo/2022/07/20/ Acesso em: 10 jan. 2024.

BICHIR, Renata. **Governança multinível e policy analysis**: discutindo possíveis integrações. 2023. Trabalho Apresentado no 47º Encontro Anual da Anpocs. Campinas (SP).

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CAPOCCIA, G. Critical junctures. In: FIORETOS, O. et al. (Ed.). **The Oxford handbook of historical institutionalism**. Oxford, UK: Oxford University Press, 2016, p. 89-106.

CARVALHO, Laura. **Curto-Circuito:** o vírus e a volta do Estado. São Paulo: Todavia, 2020.

CARVALHO, Rejane. Coronelismo e Neocoronelismo: eternização do quadro de análise do Nordeste. **Caderno de Estudos Sociais**, v. 3, nº 3, p. 193-206, jul-dez, 1987.

Covid-19: doze estados e DF têm taxa de mortalidade maior que a nacional. **Veja,** 14 abr. 2021. Disponível em: https://veja.abril.com.br/brasil/covid-19-doze-estados-e-df-tem-taxa-de-mortalidade-maior-que-a-nacional. Acesso em: 12 set. 2023.

GIELOW, Igor. Datafolha: Avaliação de Bolsonaro piora e reprovação de 53% é novo recorde do presidente. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 set. 2021. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/09/datafolha-avaliacao-de-bolsonaro-piora-e-reprovacao-de-53-e-novo-recorde-do-presidente.shtml. Acesso em 15 set. 2023.

HARARI, Yuval Noah. **Na batalha contra o coronavírus, faltam líderes à humanidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família, Tradição e Poder:** o (caso) dos coronéis. São Paulo: ANNABLUME/Edições UFC, 1996.

MAGRI, Diogo. Com 64% de rejeição, Bolsonaro deve trabalhar atos de 7 de Setembro para recuperar popularidade. **El País, São Paulo, 6 set. 2021. Disponível em:** https://brasil.elpais.com/brasil/2021-09-06/com-64-de-rejeicao-bolsonaro-deve-trabalhar-atos-de-7-de-setembro-para-recuperar-popularidade.html. Acesso em: 14 dez. 2023.

MATOS, Alisson. Bolsonaro perde para todos os adversários no segundo turno, diz pesquisa. **Carta Capital**, 21 mar. 2022. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-perde-para-todos-os-adversarios-no-segundo-turno-diz-pesquisa/. Acesso em: 18 dez. 2023.

MELO, Marcus. Brasil não tem comorbidades institucionais que

favoreçam autoritarismo. [Entrevista a Fernando Canzian]. **Folha de São Paulo**, 27 out. 2022. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/brasil-nao-tem-comorbidades-institucionais. Acesso em: 04 jan. 2024.

MUDDE, Cas. **O regresso da ultradireita da direita radical à direita extremista**. Barcarena: Editorial Presença, 2020.

MUNIZ, Mariana. PEC das Bondades é inconstitucional e afronta à democracia, diz ex-presidente do STF. **O Globo**, Brasília, 30 jun. 2022. Disponível em: https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/06/pec-das-bondades-e-inconstitucional-e-afronta-a-democracia-diz-ex-presidente-do-stf.ghtml. Acesso em: 11 fev. 2024.

MURAKAWA, Fábio; Matheus, SCHUCH, Matheus. Bolsonaro se filia ao PL e afirma que está se sentindo 'em casa' no Centrão. **Valor,** Brasília, 01 dez. 2021. Disponível em: https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/12/01/bolsonaro-se-filia-ao-pl-e-afirma-que-esta-se-sentindo-em-casa-no-centrao.ghtml. Acesso em: 14 mar. 2024.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita:** uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NOBRE, Marcos. A revolta conservadora. **Piauí**, nº 147, p. 24-27, 2018.

OLIVEIRA, Joana. Aprovação ao Governo Bolsonaro cai para 19%, nível mais baixo desde que chegou ao Planalto. **El País Brasil**, 29 nov. 2021. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2021-11-29/aprovacao-a-bolsonaro-cai-para-29-nivel-mais-baixo-desde-o-inicio-do-governo.html. Acesso em: 15 mar. 2024.

PEIXOTO, Sinara. Com alta de 23% nas mortes por COVID, Brasil tem a semana mais letal da pandemia. **CNN,** São Paulo, 22 mar. 2021. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/saude/com-alta-de-23-nas-mortes-por-covid-brasil-tem-a-semana-mais-letal-da-pandemia/. Acesso em: 18 abr. 2024.

PEREIRA, Carlos. **O golpe:** a maior das 'fake news'. Estadão, 17 ago. 2022. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/carlos-pereira/o-golpe-a-maior-das-fake-news/. Acesso em: 19 abr. 2024.

PERON, Isadora. PEC dos precatórios foi 'duro golpe', diz presidente da OAB. **Valor**, Brasília, 01 fev. 2022. Disponível em:https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/02/01/pec-dos-precatorios-foi-duro-golpe-diz-presidente-da-oab.ghtml. Acesso em: 20 abr. 2024.

POMBO, Bárbara. Quais partidos apoiam Lula nas eleições 2022? **Valor**, São Paulo, 22 set. 2022. Disponível em: https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/09/22/quais-partidos-apoiam-lula-nas-eleicoes-2022.ghtml. Acesso em: 11 maio 2024.

RENNÓ, Lúcio. Bolsonarismo e as eleições de 2022. **Estudos Avançados**, v. 36 (106), p. 147-163, 2022.

SANTANA, Betânia. Nordestinos são maioria entre os deputados federais da transição de Lula. **Folha de Pernambuco, 23 nov. 2022. Disponível em: https://www.folhape.com.br/colunistas/blogdafolha/nordestinos-sao-maioria-entre-os-deputados-federais-da-transicao-de-lula/34317/. Acesso em: 12 abr. 2024.**

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SEABRA, Catia. Como Lula, em 664 dias, recuperou direitos políticos e voltou ao Planalto. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 jan. 2023. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2023/01/como-lula-em-664-dias-recuperou-direitos-politicos-e-voltou-ao-planalto.shtml. Acesso em: 13 abr. 2024.

'Se virar jacaré, é problema seu': o que Bolsonaro já disse sobre vacinas... **UOL**, 03 mai. 2023. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/05/03/jair-bolsonaro-vacina-covid-.

Acesso em: 11 jan. 2024.

TUROLLO JÚNIOR, R. Toffoli abre inquérito para apurar fake news. **Folha de São Paulo**. 14 mar. 2019. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/toffoli-abre-inquerito Acesso em: 10 jan. 2024.

XAVIER, Getúlio. Intenção de voto em Bolsonaro despenca e Lula confirma favoritismo em 2022. **Carta Capital**, 10 nov. 2021. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/politica/intencao-de-voto-em--bolsonaro-despenca-e-lula-confirma-favoritismo-em-2022/. Acesso em: 14 jun. 2024.

ŽIŽEK, S. **Pandemia:** Covid-19 e a reinvenção do comunismo. São Paulo: Boitempo, 2020.

A DISPUTA PELO VOTO DO NORDESTE NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS: ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS, COMPETIÇÃO ELEITORAL E PERFIL PARTIDÁRIO DA REGIÃO

Gabriella Maria Lima Bezerra,
Monalisa Soares Lopes
Jéssica da Silva Duarte

APRESENTAÇÃO

Neste capítulo, propomos uma crítica à associação da expressão eleitoral petista no Nordeste exclusivamente como retorno às benesses materiais. Analisamos, por um lado, a expansão do Partido dos Trabalhadores e seus aliados mais próximos, com base nos resultados eleitorais obtidos por esse campo político ao longo da redemocratização brasileira. De outro, examinamos a construção discursiva sobre o Nordeste como elemento de disputa nas campanhas presidenciais entre 2014 e 2022. Em se tratando das eleições presidenciais na Nova República, a trajetória eleitoral do Nordeste desperta interesse. Segunda maior região em termos eleitorais, seu perfil político é alvo de interpretação que o relaciona à pobreza e à influência dos pressupostos da geografia do voto e do comportamento eleitoral.

Desde a eleição de Fernando Collor, em 1989, a região é associada à permanência da política tradicional, personalista, carismática ou clientelista, seja no debate público ou acadêmico, seja nos discursos que circulam durante a disputa eleitoral propriamente dita. Nos anos 1990, a região foi responsabilizada pela eleição e reeleição do FHC, mas não devido à vinculação programática com a social-democracia do partido do candidato e sim pela sua aliança com o PFL, partido de força na

região e descrito como uma sigla tradicional e 'oligárquica'. Essa possibilidade ecoa a interpretação já sedimentada sobre o perfil político da região.

Nos anos petistas, entre 2006 e 2014, tal compreensão sobre a região é atualizada. As políticas sociais dos governos do PT emulariam e atualizariam relações clientelistas e fisiológicas capazes de darem segmento ao pensamento corrente imputado à cultura política nordestina, ou seja, o voto nordestino seria predominantemente guiado pela escassez. A expressiva votação em Lula e Dilma na região evidenciaria a retribuição às políticas públicas sociais, em especial, o Bolsa Família. Ademais, o Nordeste parece ter ignorado as denúncias de corrupção, o que se explicaria pelo mecanismo clientelista, como também por mais uma característica vinculada à pobreza: a baixa escolaridade e a pouca sofisticação política. Essas imagens se reproduzem nas redes sociais, nas análises dos especialistas, nos jornais e outros veículos de comunicação e nas falas de candidatos, tornando-se, também, elemento da disputa política. Nos trabalhos acadêmicos, muitas dessas concepções se mantêm nos pressupostos e nos recortes de pesquisa dos estudos eleitorais. Em alguns deles, as associações se desdobram em outras caracterizações, em especial na identificação da pobreza associada ao voto mais 'benevolente', de outra forma, os pobres tenderiam a apoiar os governos em exercício, seja chancelando o incumbente, seja os seus sucessores.

Entretanto, os resultados eleitorais de 2018 e 2022 desafiam essas pesquisas, já que, em 2018, o fenômeno foi de outra monta. De região conservadora e atrasada, sobre o Nordeste, emergiu também um discurso que o caracterizou como progressista e responsável por levar a eleição presidencial ao segundo turno, reduzindo o sucesso do bolsonarismo e recebendo a alcunha de "região vermelha" e "antifascista". Corroborando para tal percepção, houve a conquista de governos estaduais por lideranças de esquerda. Nas últimas eleições, em 2022, o Nordeste manteve a expressiva votação no candidato petista, permanecendo estratégico, considerando a ampliação do eleitorado em 8%, e atingindo a marca de 42 milhões de votantes.

Diante do exposto, nosso objetivo é rever a construção da imagem do Nordeste na política durante a Nova República. A partir das análises acadêmicas sobre os resultados eleitorais da região e os discursos nas

campanhas presidenciais, fazemos uma crítica aos estudos que animaram e animam a ciência política brasileira e propomos uma mudança de olhar, tendo em vista os partidos políticos e suas estratégias.

Na próxima seção, revisamos os principais estudos eleitorais que buscam explicar o realinhamento petista da região. Em seguida, tendo em vista o crescimento e estabelecimento do PT e de seus aliados no Nordeste, analisamos os resultados das votações da região para o Executivo Federal, Estadual e Capitais no período de 1994 a 2022. Por fim, exploramos a construção discursiva sobre a região nas campanhas presidenciais de 2014 a 2022.

O Nordeste ficção

O cantor e compositor Belchior, na canção "Conheço o meu lugar", gravada em 1979, afirma que o "Nordeste é uma ficção. Nordeste nunca houve". Os versos do compositor cearense lançam luzes às disputas em torno das compreensões sobre a região, tema de estudos em diversas áreas no âmbito das Ciências Sociais. A obra de referência "A invenção do Nordeste e outras artes" (2011), de Durval Muniz de Albuquerque Jr., analisa que esse processo de "invenção" da região é perpassado por uma diversidade de práticas e discursos fragmentados. Em contraponto à definição de Nordeste "real", o autor afirma se interessar por tais práticas e discursos que, mobilizados regularmente, contribuíram para instituir modos de ver e falar sobre a região. O Nordeste não é um fato inerte na natureza, "o Nordeste é uma espacialidade fundada historicamente, originada por uma tradição de pensamento, uma imagística e textos que lhe deram realidade e presença" (Albuquerque Júnior, 2011, p. 79).

O processo de "invenção do Nordeste", em sua construção discursiva, é demarcado pela mobilização de aspectos físicos/naturais da região e a imputação de características morais e simbólicas à sua população. Aqui, destacam-se os estereótipos imagéticos e discursivos que referenciam o povo nordestino como indolente, preguiçoso, violento, crédulo e caracterizam a região a partir do atraso, em virtude da seca e da pobreza.

A expressão "Nordeste como filho das secas", segundo Albuquerque Jr. (2011), é uma das primeiras representações a circular na mídia

nacional. O flagelo da seca é a imagem que marcará as impressões sobre a região. Cabe destacar, ainda de acordo com Albuquerque Júnior (2011), que as elites nordestinas também contribuem com a consolidação dessa associação automática da região com a seca. Isso se dá à medida que essas elites assumem a estiagem prolongada como o problema central do Nordeste, demandando e disputando recursos estatais especiais para seu enfrentamento. Tais movimentações também concorreram e concorrem para delimitar o Nordeste como região carente e com dificuldade de desenvolver-se etc. Do mesmo modo, o cangaço e o messianismo, por sua vez, somam-se aos elementos relevantes para o imaginário nordestino marcado pelo caráter violento e místico da população.

Em termos políticos, as imagens utilizadas para descrever as lideranças e o exercício do poder na região são o coronelismo e o domínio oligárquico das famílias, representação abundante nas produções culturais (novelas, filmes e literatura) e acadêmicas. Albuquerque Jr. assevera que as menções ao Nordeste na programação midiática carregam em comum a "estratégia de estereotipização". Os discursos sobre a região reiteradamente exploram o flagelo da seca, a miséria da população, o atraso econômico etc, como resultado, tal estratégia produz um efeito de homogeneização, "em que as multiplicidades e diferenças são apagadas". Em consonância a isso, Silva (2018) destaca que a construção do Nordeste como "região problema" é um "espelho que reflete uma só imagem".

Rejane Carvalho assinala que o coronelismo se constituiu como um conceito referencial para análise da política brasileira da Primeira República, mas passou "gradativamente a se constituir instrumental aplicável apenas à política regional nordestina" (Carvalho, 2009, p. 19). As caracterizações do coronelismo, carentes de clareza e univocidade, comportavam divergências, especialmente em seus aspectos fundamentais. Segundo a autora, "o controle dos votos das massas rurais e a permuta desse 'patrimônio eleitoral' pelo apoio aos interesses oligárquicos" (Carvalho, 2009, p. 18) representou o cerne das análises que sugeriam a reprodução sistemática dessa forma de exercício do poder político. A caracterização política a partir do coronelismo e clientelismo, com destaque para a dependência e passividade do eleitorado, atravessará

o período pós-redemocratização, marcando os discursos eleitorais e a cobertura midiática sobre as disputas na região.

O Nordeste seria, portanto, uma região marcada pelo "voto de cabresto", onde a detenção de bens e outros recursos garantiriam o controle de votos da população, exercido pelo Estado, inclusive, via políticas públicas. Assim, consolida-se a imagem política da região como conservadora e situacionista, povoada por um eleitor passivo e resignado. Nesse sentido, de acordo com os autores já citados, os eleitores pobres e de baixa escolaridade seriam mais facilmente ludibriados pelos apelos carismáticos, como também necessitavam de menos sofisticação para as vinculações ideológicas e partidárias. O voto nordestino coincidia com a expressão religiosa de fervor e confiança no líder salvador. Sobre esse aspecto, encontramos ecos no clássico euclidiano sobre a Guerra de Canudos e identificamos a permanência de tais visões sobre o país, que contraditoriamente continuam animando parte da ciência política, desejosa de se diferenciar dos pensadores, intérpretes e ensaístas por sua ausente cientificidade.

As análises das dinâmicas políticas do Nordeste centradas nos conceitos de coronelismo e neocoronelismo operam com simplificações, que em vez de evidenciar a persistência dos fenômenos, acabam por eternizar o "próprio instrumental teórico de análise regional utilizado" (Carvalho, 2009, p. 23). Entre os exemplos evidenciados pela autora para complexificar o cenário das disputas eleitorais na região, destacam-se os movimentos de trabalhadores rurais no contexto da transição democrática, além do crescimento de lideranças políticas de esquerda articuladas a tais movimentos.

O Nordeste e as eleições presidenciais: revisando os estudos sobre a competição eleitoral na região

Nas últimas eleições presidenciais, a Região Nordeste ganha destaque como um fenômeno político a ser analisado por sua expressiva votação nas candidaturas petistas, em desacordo com a expressão eleitoral das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. A ciência política brasileira buscou explicar esse desempenho, enfatizando, especialmente, a eleição de 2006. O mapa apresentava uma peculiaridade na distribuição dos votos, compondo uma concentração regional.

Esse conjunto inicial de pesquisas[3] tem sido revisado[4] não só do ponto de vista metodológico, como também do teórico, diagnosticando a insuficiência dos seus pressupostos. Dando seguimento a essa perspectiva, buscamos avançar na crítica à compreensão da expressão política da pobreza focada na fidelidade eleitoral como retorno a benefícios materiais. Desconsiderando assim que as preferências são fruto de uma análise orientada que refletiria simbologias e projetos de vida. Sem intencionalidade, esses trabalhos reforçam a associação entre pobreza, IDH, clientelismo e sua concentração na região. Como consequência analítica, os elementos de convergência do voto, fatores de mudança partidária, sucesso ou insucesso das estratégias dos candidatos e dos partidos, nos planos estaduais e municipais, são desconhecidos. Como consequência política, os trabalhos acabam por reforçar estigmas direcionados ao Nordeste em relação à pobreza e aos políticos da região, elementos que passam a fazer parte do repertório no debate público e na disputa política e eleitoral.

Mesmo nos trabalhos na ciência política que conseguem avançar, fazendo questionamentos aos pressupostos, permanecem ainda referências pouco validadas sobre a política no Nordeste, qual seja a presença de um comportamento político distinto, supostamente histórico, de permanência das lideranças tradicionais, afirmado por fatores sociológicos[5]. Esse movimento, que sai de fatos políticos para estruturas sociais, conflita com a trajetória recente da área na busca de afirmar sua metodologia, diferenciando-se das explicações sociológicas. Nesse caso, o fenômeno não deveria ser suposto, mas investigado pela análise política. Qual o motivo explicaria essa 'sobrevivência' específica na região? Quais os elementos diferenciais dos partidos e da disputa eleitoral na

3 Por exemplo: Hunter; Power (2007); Hall (2006); Soares; Terron (2008, 2018); Zolnerkevic (2011), entre outros.

4 Bohn (2011); Canêdo-Pinheiro (2015); Côrrea (2016); Bohn (2011); Figueiredo *et. al.* (2002); Limongi; Guarnieri (2014, 2015, 2018); Simoni Junior (2017, 2021, 2022), entre outros.

5 Como leitores, entretanto, não recebemos os dados que nos apresentem a razão dos líderes políticos nordestinos serem 'tradicionais', nem mesmo o que isso significa. A competição moderna está presente no Brasil de maneira integral e as supostas sobrevivências podem ocorrer tanto lá quanto cá.

região?

A vulnerabilidade material não poderia ser indiscriminadamente associada a comportamentos políticos, mas se for identificada por pesquisas bem realizadas merece explicação, também, a partir do quadro de racionalidade que o orienta. Algo que extraímos das entrelinhas é uma certa hierarquia dos benefícios, por exemplo entre o recebimento do Bolsa Família e a política fiscal, razão da justificativa de orientação de votos de certos grupos.

Nas explicações acerca do comportamento eleitoral, outra associação constantemente levantada e não testada é a relação entre anos de escolaridade e sofisticação política. Perguntamo-nos quais são os elementos para a continuidade dessa associação. A reflexão política está disponível a qualquer indivíduo e modo de vida. Da mesma forma, ter formação superior ou anos a mais de estudos não indicam que o indivíduo se comprometeu e se dedicou à reflexão política mais sofisticada. Aliás, não há uma explicação do que seria essa sofisticação e, muitas vezes, recorre-se ao sentido de voto ideológico. A sofisticação estaria vinculada à escolha de partidos políticos que representem um projeto político, mas quais elementos nos levam a supor que essa vinculação é refletida e sofisticada? Ademais, esse pressuposto se choca com a *accountability* vertical.

Os eleitores avaliam os governos em ação e na votação posterior podem se mostrar descontentes com seu partido de vínculo ideológico e mudarem de opinião, encontrando em outras siglas as suas aspirações. A mudança do posicionamento político, ao longo da vida, também não é irrelevante e nos ajuda a contestar essas associações, e no caso dos pobres, nas eleições presidenciais, a permanência do voto no PT não foi compreendida como escolha ideológica. Pelo fato de não mudarem o voto mesmo diante dos escândalos de corrupção, a interpretação não foi de fidelização política, mas de que os nordestinos não são informados e fazem escolhas clientelistas.

Em artigo de coletânea sobre os 25 anos de eleições presidenciais brasileiras, Figueiredo *et. al.* (2018, p. 75) criticam a permanência da associação entre baixa renda e a qualidade da escolha eleitoral. Na tentativa de sistematizar a literatura que problematiza e contesta o pressuposto, o artigo cita apenas dois trabalhos, não havendo ainda desenvolvimento

mais robusto, seja na produção nacional, seja na estrangeira. Por outro lado, na direção contestada, as referências são numerosas e cobrem um longo período político brasileiro[6].

Na última década, as percepções e pressupostos sobre o populismo e o personalismo têm sido revistos, em decorrência da emergência de lideranças apoiadas por fatores que não se explicam unicamente por renda, IDH ou escolaridade. O desenvolvimento conceitual para superar as 'antigas' associações tem sido frutífero e novos testes estatísticos recentemente realizados refutam alguns achados[7]. Nesse sentido, Limongi e Guarnieri (2015) identificam ainda nos governos de FHC o decréscimo do PSDB na região anterior à ascensão ao poder do PT e ao Bolsa Família, colidindo com a constatação do governismo da região (ou "dos pobres") e enfatizando a necessidade de se analisar a capacidade competitiva das oposições.

A expressão eleitoral do PT na região é anterior à sua ascensão ao poder, como também é possível simular que o partido teria resultados positivos mesmo na ausência do Programa Bolsa Família, desacreditando as análises que enfatizam a eleição de 2006 como marco no realinhamento eleitoral da sigla:

> A composição social do voto petista, sem dúvida alguma, não é a mesma em 2002 e 2006. Contudo, essa alteração é exagerada quando se toma o voto de 2002 como representando a base tradicional do PT. [...]. Ironicamente, diz-se que o partido abandona suas bases tradicionais quando este passa a depender mais fortemente dos mais pobres, seu público-alvo desde a fundação do partido (Limongi e Guarnieri, 2015, p.

6 Explica-se o comportamento eleitoral na República Velha; na primeira experiência democrática, frequentemente chamada de período populista; nas primeiras disputas eleitorais no contexto da abertura política; passam ainda pela explicação da vitória de Collor; fazendo uma adaptação para explicar a expressiva vitória de Fernando Henrique Cardoso no Nordeste, atribuindo seu sucesso às lideranças tradicionais e à força política do PFL na região; retornando novamente na explicação das vitórias do PT.

7 Trabalhos indicados na nota 2.

81).

Nesse sentido, não apenas os equívocos metodológicos já explicados em diversos trabalhos, mas os pressupostos e teorizações vigentes merecem revisão. A superação de premissas que associam pobreza, Nordeste e política tradicional é fundamental para essa transformação no cenário de pesquisas da ciência política brasileira. Além disso, essa transformação poderá ter consequências para equilibrarmos a politização que envolve a região.

A associação explorada nas análises acadêmicas e na cobertura midiática que criticamos aqui fez parte, por exemplo, das estratégias eleitorais de Bolsonaro: o governo incorporou a compreensão de que o aumento do auxílio teria poder de reconduzir o voto, favorecendo sua reeleição. Ou seja, os beneficiários do Bolsa Família eram percebidos como eleitores disponíveis para um leilão de compra indireta de voto.

Feitas essas considerações, chamamos a atenção para uma abordagem que privilegie os aspectos políticos e a análise partidária na região. A vitalidade dos Partidos dos Trabalhadores no Nordeste não se explica por uma única política pública, mas é também consequência do trabalho político-partidário estratégico nas disputas municipais, governamentais e na sua coordenação nacional, como também merece destaque, a avaliação da "estrutura da competição" e da incapacidade de seus concorrentes, como apontaram Limongi; Guarnieri (2015).

O perfil partidário nordestino: o desempenho nos executivos federal, estadual e capitais

Nesta seção, apresentamos o agregado dos resultados eleitorais na Região Nordeste para o executivo federal, estadual e suas capitais, no período de 1994 a 2022, buscando traçar o perfil partidário da região, entendendo a importância de conhecê-lo. Esse é o primeiro passo para a análise política regional a partir do viés que privilegie as estratégias dos atores e grupos políticos acerca da coordenação da disputa política nos três níveis. Intenta-se ainda que os estudos observem tais dados de resultados eleitorais com base no painel partidário nordestino, como também em comparação às demais regiões e ao conjunto nacional.

Tabela 1 - Votação do candidato eleito (%) por região de 1994 a 2022

País e	Era FHC - PSDB		Era Lula - PT		Dilma - PT		Bolsonarismo x PT	
regiões	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018	2022
Brasil	54,28	53,06	61,27	60,83	56,05	51,64	55,13	50,90
Nordeste	57,59	47,73	61,52	77,13	70,58	71,68	30,31	69,34
Norte	58,87	57,61	58,18	65,59	57,43	56,53	51,89	48,97
Sudeste	56,15	55,35	63,01	56,87	51,88	43,81	65,37	45,74
Sul	41,25	49,17	58,84	46,49	46,11	41,09	68,27	38,16
Centro-oeste	60,45	61,15	57,29	52,38	49,08	42,57	66,55	39,79

Fonte: Site do TSE. Elaboração Própria.

Nos dados das eleições presidenciais (Tabela 1), em 1994, o Nordeste (57,59%) destoou pouco da votação nacional (54,28%), aproximando-se do Sudeste (56,15%) e do Norte (58,87%). As Regiões Sul (41,25%) e Centro-Oeste (60,45%) destoam da média nacional em direções opostas. Na eleição de 1998, reeleição de FHC, o Nordeste já apresentava seu descontentamento, em decorrência da opção pelo candidato ter caído 10 pontos percentuais, pontuando abaixo dos 50% (47,73%), média inferior à nacional (53,06%), já no Sul, FHC ganha 8 pontos, recuperando-se (de 41,25 % para 49,17%).

Em 2002, a vitória eleitoral de Lula no segundo turno manteve médias aproximadas entre as regiões, com melhor desempenho no Nordeste e no Sudeste. Em 2006, o crescimento petista dispara no Nordeste, com queda nas votações subsequentes, mas ainda com votação expressiva (em torno dos 70%). Na eleição de 2006, o candidato petista perde votos no Sudeste, Sul e Centro-Oeste, apresentando os cenários de divisão nos próximos anos (de 63,01% para 56,87%; de 58,84% para 46,49% e de 57,29% para 52,38%, respectivamente).

A eleição de 2010 é um prenúncio, o percentual petista só se mantém no Sul, havendo decréscimo em todas as demais regiões. Em 2014, houve leve recuperação no Nordeste, mas a queda continuou no restante do

país, contrariando as afirmações que associam a votação do Nordeste e dos mais pobres ao governismo. Em 2018 e 2022, a região desafia os partidos governistas e o incumbente, mantendo seu voto nos candidatos petistas. Ademais, os percentuais (69,69% e 69,34%) são superiores ao estrato pobre e beneficiário do Programa Bolsa Família.

Na eleição de 2018, Bolsonaro fez uma diferença de 35 pontos, comparando o Nordeste (30,31%) com Sudeste (65,37%), e 38 pontos com o Sul (68,27%). Em 2022, a diferença se inverte na votação de Lula, o candidato reduziu a distância na comparação com o Sudeste (69,34% e 45,74%), saindo de 35 para 24 pontos, e com o Sul, de 38 para 31 (68,27% e 38,16%).

No panorama dos governos estaduais (Tabela 2), é possível observar que o Nordeste, em 1994, manteve um perfil próximo ao nacional, com desempenho dos partidos PMDB e PSDB, destoando nas duas vitórias do PFL. Na eleição seguinte, o PFL se manteve na região, mas cresceu nacionalmente, fazendo mais quatro governadores, totalizando seis. O PSB fez duas governadorias, sendo uma na região. Em 2002, no Nordeste, o partido aumentou o número de governadores para dois, empatando com o PSDB. O PT fez seu primeiro governador na região, nacionalmente totalizando três. Essa eleição também marcou o encolhimento do PMDB no espaço nordestino.

Tabela 2 - Número de governos estaduais por partido político, de 1994 a 2022, no Nordeste e no agregado das demais regiões

Siglas dos Partidos	Era FHC - PSDB				Era Lula - PT				Era Dilma – PT				Bolsonarismo x PT			
	1994		1998		2002		2006		2010		2014		2018		2022	
	NE	DR	NE	DR	NE	DR	NE	DR	NE	DR	NE	DR	NE	DR	NE	DR
PMDB/MDB	4	5	4	2	1	4	0	7	1	4	2	5	1	2	1	2
PFL/DEM/UB	2	0	2	4	3	1	0	1	1	1	0	0	0	1	0	4
PSDB	2	4	2	5	2	5	2	4	1	7	1	5	1	3	1	2
PSB	1	1	1	1	2	2	3	0	4	2	2	1	2	1	2	1
PP/PPR/PPB	0	3	0	2	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	0	2

PDT	0	2	0	1	0	1	1	1	0	0	0	2	0	2	0	0
PT	0	2	0	3	1	2	3	2	2	3	3	2	4	0	4	0
PTB		1				0		0		0	0	0	0	0	0	0
PPS/Cid						2		1		0	0	0	0	0	0	0
PSL						1				0	0	0	0	3	0	0
PMN										1	0	0	0	0	0	0
PCdoB											1	0	1	0	0	0
PROS												1		0	0	0
PSD												1		1	1	1
PSC														2		0
Novo														1		1
PHS														1		0
Republicanos																2
SD																1
PL																2

Fonte: Site do TSE. Elaboração Própria.

Em 2006, o PFL não fez governadores nordestinos, como também perdeu espaço nacionalmente. Esse pleito marca o crescimento do PSB, do PT e a primeira governadoria do PDT na região. O PSDB consegue manter seu desempenho da disputa anterior e faz dois governadores no Nordeste. Nacionalmente, dominam PMDB e PSDB, com 7 e 6 governadorias.

A disputa seguinte manteve o crescimento do PSB e a manutenção das vitórias petistas na região. O PFL, agora DEM, e o PMDB conseguem, cada um deles, retomar um governo no Nordeste. Já o PSDB perdeu uma das cadeiras e manteve uma. Nacionalmente, o partido fez 8 governadores e com o PMDB inverteu o desempenho da eleição anterior, elegendo 5. Além das duas governadorias nordestinas, o PT faz mais três governos estaduais, desafiando a percepção do seu crescimento restrito à região.

Em 2014, no cenário de conjuntura crítica, o PT fez 3 vitórias, crescendo o número de governadores eleitos no Nordeste e mantendo o

que já tinha no Acre e Minas Gerais. O PCdoB tem sua primeira vitória na região Nordeste, entretanto o PSB cai de 4 governadores nordestinos para dois, equilibrando o avanço dos outros partidos de centro-esquerda. PMDB e PSDB mantêm seu desempenho anterior, com um governador cada. Já no plano nacional, os tucanos perderam dois governos, mas ainda mantêm o maior número, assim como o PMDB, com 6 e 7 governadores, respectivamente. Apesar da inflexão da centro-esquerda nas demais regiões brasileiras, o PDT refez seu desempenho de 1994, com a vitória de dois governadores fora do Nordeste.

Desafiando todos os cenários nacionais, o PT cresceu em 2018 na região Nordeste, fazendo pela primeira vez quatro governadores, número que se manteve em 2022. A eleição de 2018, cujo desempenho foi repetido em 2022, e por não obter vitórias para governos estaduais fora da região, marca uma ruptura com a trajetória do partido desde 1994.

Em 2018, o PSB voltou a ter dois governadores nordestinos e o PCdoB reelegeu seu governador. MDB e PSDB continuam com sua marca de um governador cada. Nacionalmente, a eleição tem uma dispersão de siglas partidárias vitoriosas para o cargo. Nenhum outro ultrapassou a marca de quatro governos estaduais, desempenho do PT e PSDB. Em seguida, aparece o PSL, com três governadores, e PDT e PSC, com dois.

Na mais recente eleição de 2022, o DEM e o PSL, fundidos em 'União Brasil', fizeram quatro governadores, nenhum deles no Nordeste. O PT empata com quatro, todos na região. O perfil nordestino se manteve com governadores do PSB, PSDB e MDB. Nacionalmente, a centro-esquerda encolheu e manteve vitórias apenas com o PSB. Há um crescimento da direita e sua dispersão em vitórias de vários partidos. O Nordeste destoou desse cenário, mantendo a maioria das vitórias na centro-esquerda.

Comparando o desempenho partidário entre os estados nordestinos (Quadro 1), percebe-se o crescimento progressivo da centro-esquerda e sua dominância nas últimas disputas, mas há cenários distintos entre os casos.

Quadro 1 - Os partidos dos executivos estaduais no Nordeste, de 1994 a 2022

Estados do Nordeste	Partido vitorioso para o Executivo Estadual, por ano eleitoral							
	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018	2022
Alagoas	PMDB	PSB	PSB	PSDB	PSDB	PMDB	MDB	MDB
Bahia	PFL	PFL	PFL	PT	PT	PT	PT	PT
Ceará	PSDB	PSDB	PSDB	PSB	PSB	PT	PT	PT
Maranhão	PFL	PFL	PFL	PDT	PMDB	PCdoB	PCdoB	PSB
Paraíba	PMDB	PMDB	PSDB	PSDB	PSB	PSB	PSB	PSB
Pernambuco	PSB	PMDB	PMDB	PSB	PSB	PSB	PSB	PSDB
Piauí	PMDB	PMDB	PT	PT	PSB	PT	PT	PT
Rio Grande do Norte	PMDB	PMDB	PSB	PSB	DEM	PSD	PT	PT
Sergipe	PSDB	PSDB	PFL	PT	PT	PMDB	PSD	PSDB

Fonte: Site do TSE. Elaboração Própria.

Em Alagoas, PSB e PSDB tiveram suas eras entre 1998 e 2010. Nos últimos três pleitos, o PMDB/MDB dominou. Na Bahia, as eras são duas: o PFL, de 1994 a 2002, e o PT, com cinco vitórias consecutivas, de 2006 a 2022. No Ceará, após três governos do PSDB, a centro-esquerda assumiu o comando de 2006 a 2022, com duas vitórias do PSB e três do PT.

O Maranhão tem um perfil mais diverso. Após três governos do PFL, o Estado teve governadores do PDT, PMDB, PSB, sem reeleição, e do PCdoB, com reeleição. Na Paraíba, após as eras PMDB e PSDB (1994 a 2006), o PSB obteve quatro vitórias, de 2010 a 2022. Em Pernambuco, o cenário é parecido, com dois governos do PMDB, cinco do PSB e o atual do PSDB. O Piauí tem o mesmo número de governos petistas que a Bahia, apesar de não sucessivos. O PSB quebrou a sequência em 2010. O PMDB fez os governos de 1994 e 1998. O Rio Grande do Norte teve dois governos do PMDB, sucedidos por dois do PSB. O DEM foi vitorioso em 2010, o PSD em 2014 e o PT nos dois últimos pleitos. Finalmente, em Sergipe, o PT teve dois mandatos, em 2006 e 2010, e nos outros anos, dominaram partidos de centro e direita, sendo três mandatos para o PSDB, um do PFL, um do PSD e um do PMDB.

Para avançar no perfil partidário, identificando padrões, mudanças

e diferenciações no período, adicionamos os dados dos executivos municipais das capitais nordestinas, cobrindo o período de 1996 a 2020 (Quadros 2 e 3 e Tabela 3). A introdução desses dados permite vislumbrar os conflitos e a disputa – ou sua ausência – nos colégios eleitorais, tendo em vista a possibilidade de comparação com o contexto ampliado. As prefeituras desafiam os executivos estaduais? Por sua vez, esses desafiam o Executivo Federal?

A capital alagoana repete o perfil partidário estadual, mas com sincronização em 1998/2000, com a vitória do PSB, que já comandava Maceió em 1994. A sucessão, em 2004, deu a vitória ao vice da chapa de 2000, o PDT. O PP, partido sem expressão na disputa governamental, mas com alguma relevância na composição das chapas municipais (Tabela 3), assumiu em 2008. O PSDB, com chapa pura, saiu vitorioso em 2012, fazendo dobradinha para o governo em 2010 e mantendo o cargo em 2016, em coligação com o PP, desafiando a hegemonia petista federal e seu bom desempenho regional. Na última eleição de 2020, PSB recupera a administração municipal, novamente coligado com o PDT, também vice, em 2002, na governadoria do MDB.

Quadro 2 - Os partidos dos executivos municipais das capitais nordestinas, de 1996 a 2020

Capitais nordestinas	1996	2000	2004	2008	2012	2016	2020
Aracaju	PMDB	PT	PT	PCdoB	DEM	PCdoB	PDT
Fortaleza	PMDB	PMDB	PT	PT	PSB	PDT	PDT
João Pessoa	PMDB	PMDB	PSB	PSB	PT	PSD	PP
Maceió	PSB	PSB	PDT	PP	PSDB	PSDB	PSB
Natal	PSB	PSB	PSB	PV	PDT	PDT	PSDB
Recife	PFL	PT	PT	PT	PSB	PSB	PSB
Salvador	PFL	PFL	PDT	PMDB	DEM	DEM	DEM
São Luís	PDT	PDT	PDT	PSDB	PTC	PDT	PODE
Teresina	PSDB	PSDB	PSDB	PSDB	PSDB	PSDB	MDB

Fonte: Site do TSE. Elaboração própria.

A capital baiana também é, na era petista, um caso de oposição em

relação ao plano federal e ao plano estadual, com três vitórias sucessivas do DEM, de 2012 a 2020. O partido, ainda PFL, foi vitorioso também em 1996 e 2000 e nas disputas em que não foi vitorioso nem compôs chapa, a prefeitura foi para o PDT, em composição com o PSDB, e o PMDB, em composição com o PTB[8]. O tom predominante em Salvador é de centro-direita.

Em Fortaleza, houve dobradinha nas eleições de 2010-2012, com as vitórias do PSB. Em 2014-2016 e 2018-2020, PT e PDT se dividiram nos executivos, o primeiro nas governadorias e o segundo na capital. Em 2004 e 2008, Fortaleza elegeu prefeituras petistas[9]. Nesse período, os governadores eram do PSDB, em 2002, e PSB, com o PT em 2006 como vice, iniciando a era de centro-esquerda, divergindo da linha soteropolitana. Antes disso, o PMDB foi líder em 1994 e 1998, com chapas puras.

A capital maranhense tem uma trajetória de predomínio da centro-esquerda com o PDT nas eleições de 1996 e 2000, antes mesmo da era lulista. O PT foi vice na chapa em 1996. A capital destoa do perfil de centro-direita das vitórias estaduais. Já em 2006, São Luís diverge dos cenários federal e estadual, com a vitória do PSDB. Importante observar que o PSB compôs a chapa, mantendo o perfil mais à centro-esquerda. Em 2012, a vitória foi de um partido *outsider*, o PTC, com chapa pura. O PDT retornou na eleição seguinte com o PCdoB como vice, partido que estava na liderança estadual. Em 2020, venceu novamente uma chapa sem perfil de centro-esquerda, com duas siglas estreando no cargo, na cidade, o Podemos e o PSD. Mas na governadoria, em 2022, venceu o PSB na sua estreia nos cargos executivos no Estado.

Tabela 3 - Quantidade de prefeituras e vice-prefeituras, de 1996 a 2020, dos principais partidos nas capitais do Nordeste

Siglas	Prefeituras	%	Vice	%	Total	%
PMDB	7	11,1	11	17,5	18	14,3

8 Observa-se que o DEM fez chapa com PMDB e PDT nos últimos pleitos.

9 Nesse nível de disputa, algumas vitórias petistas antes mesmo desse período são conhecidas, por exemplo, assumindo pela primeira vez uma capital com a eleição de Maria Luiza em Fortaleza, no ano de 1985.

PCdoB	2	3,2	6	9,5	8	6,3
PDT	11	17,5	7	11,1	18	14,3
PFL/DEM/União	7	11,1	5	7,9	12	9,5
PP/PPB	2	3,2	5	7,9	7	5,6
PSB	12	19,0	10	15,9	22	17,5
PSDB	10	15,9	5	7,9	15	11,9
PT	8	12,7	4	6,3	12	9,5

Fonte: Site do TSE. Elaboração Própria.

Em João Pessoa, após as gestões do PMDB, em 1996 e 1998, predominou o viés de centro-esquerda até 2012, com vitórias do PSB em 2004 e 2008, do PT em 2012, destoando do cenário estadual, com gestões do PSDB. Em 2017 e 2020, assumem os partidos PSD e PP, apontando na cidade uma inclinação à direita. No governo estadual, nesse período, o PSB e PDT obtêm duas vitórias e o PP passa a ser vice na vitória do PSB, em 2022, podendo indicar, em consonância com a capital, o crescimento da direita.

Em Recife, a gestão do PFL, em 1994, se distanciava do PSB na governadoria. Em 1998, o cenário se inverte: PMDB e PFL nos executivos estaduais e o predomínio à centro-esquerda na capital, com três gestões do PT, com vices do PSB e PCdoB e três do PSB em coligação com PDT, PCdoB e MDB. A partir de 2006, capital e Estado sincronizam no viés ideológico de centro-esquerda, desafiado na última eleição de 2022 com o governo do PSDB.

Em Natal, também predominaram gestões mais à centro-esquerda, com três vitórias do PSB, uma do Partido Verde e duas do PDT. O PSDB foi vitorioso em 2020, mas a chapa era com o PDT. Nas próximas eleições, saberemos se a cidade também flutua para a centro-direita ou se a centro-esquerda voltará, já que não sincroniza com o desempenho estadual nas últimas três eleições. Houve proximidade com o PSB apenas em 2002 e 2004. O PT fez governadoria mais recentemente, em 2018 e 2022, mas não foi vitorioso nem compôs a vice-liderança em nenhum outro momento, seja no Estado, seja na capital.

Na capital piauiense, predominou o PSDB, com seis gestões, destoando dos cenários estadual e federal. A hegemonia se quebra em 2020,

com a vitória do MDB, vice na chapa anterior do PSDB, agora coligado com o PSB. Nas eleições de 2024, o PSDB não recuperou Teresina, a eleição foi vencida pelo candidato do União Brasil.

Finalmente, Aracaju teve uma gestão do PMDB em 1994, sucedida por dois executivos petistas com o PCdoB como vice, em 2000 e 2004, ou seja, uma delas antes da vitória de Lula no plano federal. Em 2008, os partidos trocam posições. Nesse período, a capital destoa do perfil partidário do Executivo Federal, alinhando-se apenas nas eleições de 2006-2008. Em 2010, capital e Estado, com a vitória do DEM em Aracaju e do PT para o executivo sergipano, invertem os polos. O PMDB, vice na chapa, assumiu a dianteira em 2014, com o PSB de vice, enquanto na capital se tinha a aliança PCdoB e PT. Em 2018, o PSD, com PT de vice, vence no Estado e o PDT, com PSD, na capital. Em 2020, o PSDB retorna ao executivo municipal depois de 24 anos.

Os dados eleitorais analisados acima mostram uma tendência de crescimento da centro-esquerda e uma dominância nas últimas disputas na região Nordeste, com dinâmicas específicas em cada Estado e no (des)alinhamento municipal, estadual e federal. Constatam-se ainda redutos de centro-direita em alguns contextos, como o seu recente crescimento, em alguns casos. Finalmente, observa-se um cenário político regional complexo e em constante evolução, marcado pela competitividade concentrada em um reduzido número de siglas nacionalizadas e de caráter predominante histórico: PMDB/MDB, PSDB, PFL/DEM/UB, PT, PCdoB, PSB e PDT. Com exceções pontuais: PTC, Podemos, PV, PP, PSD, podendo representar especificidades de dinâmicas locais. Se pensarmos que a região conta com nove Estados, podia se esperar uma dispersão partidária maior, com o aparecimento e desaparecimento repentino de partidos pequenos e localizados. Nesse sentido, não se constata a presença e dominância de partidos endêmicos, nem indicação de que o Nordeste está apartado da dinâmica partidária nacional, pelo contrário.

Quadro 3 - Os partidos dos governadores e de seus vices e dos prefeitos das capitais e seus vices da Região Nordeste, de 1994 a 2022 e de 1996 a 2020

Estados e capitais	**1994/1996**		**1998/2000**		**2002/2004**		**2006/2008**		**2010/2012**		**2014/2016**		**2018/2020**		**2022**	
Alagoas	PMDB	PMDB	PSB	PDT	PSB	PDT	PSDB	PMDB	PSDB	PSDB	PMDB	PMDB	MDB	PP	MDB	PDT
Maceió	PSB	PSB	PSB	PSDB	PDT	PTB	PP	PR	PSDB	PSDB	PSDB	PP	PSB	PDT	x	x
Bahia	PFL	PFL	PFL	PL	PFL	PFL	PT	PMDB	PT	PP	PT	PP	PT	PP	PT	MDB
Salvador	PFL	PPB	PFL	PPB	PDT	PSDB	PMDB	PTB	DEM	DEM	DEM	PMDB	DEM	PDT	x	x
Ceará	PSDB	PSDB	PSDB	PSDB	PSDB	PSDB	PSB	PT	PSB	PMDB	PT	PROS	PT	PDT	PT	MDB
Fortaleza	PMDB	PMDB	PMDB	PMDB	PT	PSB	PT	PHS	PSB	PSB	PDT	DEM	PDT	PSB	x	x
Maranhão	PFL	PFL	PFL	PFL	PFL	PMDB	PDT	PPS	PMDB	PT	PCdoB	PSDB	PCdoB	Rep	PSB	PT
São Luís	PDT	PT	PDT	PDT	PDT	PDT	PSDB	PSB	PTC	PTC	PDT	PCdoB	PODE	PSD	x	x
Paraíba	PMDB	PMDB	PMDB	PMDB	PSDB	PSDB	PSDB	DEM	PSB	PSDB	PSB	PDT	PSB	PDT	PSB	PP
João Pessoa	PMDB	PFL	PMDB	PMDB	PSB	PMDB	PSB	PSB	PT	PT	PSD	PMDB	PP	CID	x	x
Pernambuco	PSB	PSB	PMDB	PFL	PMDB	PFL	PSB	PDT	PSB	PDT	PSB	MDB	PSB	PCdoB	PSDB	Cid
Recife	PFL	PMDB	PT	PCdoB	PT	PCdoB	PT	PSB	PSB	PSB	PSB	PCdoB	PSB	PDT	x	x
Piauí	PMDB	PSDB	PMDB	PCdoB	PT	PCdoB	PT	PSB	PSB	PMDB	PT	PP	PT	PT	PT	MDB
Teresina	PSDB	PSDB	PSDB	PMDB	PSDB	PTB	PSDB	PTB	PSDB	PSDB	PSDB	PMDB	MDB	PSB	x	x
Rio Grande do Norte	PMDB	PPR	PMDB	PPB	PSB	PSB	PSB	PSB	DEM	PMN	PSD	PCdoB	PT	PCdoB	PT	MDB
Natal	PSB	PFL	PSB	PMDB	PSB	PP	PV	PP	PDT	PDT	PDT	PMDB	PSDB	PDT	x	x
Sergipe	PSDB	PFL	PSDB	PMDB	PFL	PFL	PT	PSB	PT	PMDB	PMDB	PSB	PSD	PT	PSDB	PDT
Aracaju	PMDB	PSB	PT	PCdoB	PT	PCdoB	PCdoB	PT	DEM	DEM	PCdoB	PT	PDT	PSD	x	x

Fonte: Site do TSE. Elaboração Própria.

O Nordeste do HGPE: as estratégias discursivas na competição presidencial

Em termos eleitorais, o peso do Nordeste restou inequívoco. Segunda maior região em percentual de eleitores, sua relevância nas propostas e nos planos de governo dos candidatos foi se ampliando ao longo das disputas presidenciais, especialmente após as eleições de 2006 e 2010, quando lhe foi atribuído papel de destaque nas vitórias sucessivas dos candidatos petistas. Tal processo pode ser melhor observado nas disputas de segundo turno pela Presidência da República da última década, a partir de uma breve análise dos discursos eleitorais sobre o Nordeste, que apresentamos a seguir.

A disputa presidencial de 2014 foi marcada por variações de cenário ao longo do processo eleitoral. O destaque ao Nordeste nas estratégias dos candidatos Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB) fez-se notório no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), ambos dedicaram um programa no segundo turno para apresentar suas propostas na região.

A campanha petista explorou a imagem de um "novo Nordeste" que emergiu após os esforços dos governos Lula e Dilma. A síntese das menções à região na propaganda eleitoral indicava que o "PT libertou o Nordeste de marcas profundas de sua história" (Carneiro, 2016, p. 89). No programa de 14 de outubro de 2014, dedicado exclusivamente à região,

> […] o desenvolvimento do Nordeste é apresentado como um exemplo de sucesso do lulismo. A narrativa destaca, portanto, o compromisso social que foi historicamente negado pelos grupos no poder e que os presidentes Lula e Dilma assumiram quando chegaram ao Executivo Federal. […] A caracterização do Nordeste como um lócus de desenvolvimento se funda na apresentação de dados sobre os avanços da região, que é alçada à condição de importante contribuidora para o desenvolvimento do país. Essa discursividade propõe uma ruptura, de certo modo, com todo um repertório de representações que estigmatizaram o

> Nordeste como a região do atraso, da pobreza e da dependência (Lopes, 2016, p. 264-265).

Outro mote para o tratamento do tema Nordeste na propaganda eleitoral petista foi um comentário do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), após o resultado do primeiro turno, que associava o voto em Dilma à falta de informação: "PT cresceu nos grotões porque tem voto dos menos informados"[10]. Em resposta, a candidata acusou o comentário de preconceituoso:

> Dilma: Depois do desenvolvimento dos últimos anos, ter preconceito contra o Nordeste, contra o povo nordestino é coisa de quem não conhece o Brasil real. De quem não tem, nem nunca teve compromisso com o Brasil profundo. [...] Alguém que ainda cultiva esse tipo de pensamento merece de todos e de cada um dos brasileiros o mais forte repúdio (HGPE, Dilma Rousseff, 16/09/2014).

A associação entre a preferência eleitoral por candidatos do PT e a falta de informação não constitui novidade do debate eleitoral de 2014. Biroli e Mantovani (2010), ao analisarem a disputa presidencial de 2006 sob a perspectiva da cobertura midiática, identificaram que a compreensão sobre as motivações do voto para reeleição de Lula passava pelo "problema do acesso à informação e da qualidade e variedade dessas informações na definição das preferências dos eleitores" (Biroli e Mantovani, 2010, p. 95). A análise das autoras privilegiou o tratamento dado

10 "PT cresceu nos grotões porque tem voto dos menos informados" diz FHC. Disponível em: https://www.uol.com.br/eleicoes/2014/noticias/2014/10/06/fhc-pt-cresceu-nos-grotoes-porque-tem-voto-dos-pobres-menos-informados.htm. Acesso em 16 fev. 2024. Para além do programa eleitoral, a fala do tucano gerou repercussão no debate público exigindo-lhe explicações. Na ocasião, Fernando Henrique afirmou que não havia falado dos nordestinos. Em: FHC diz que Lula mentiu, "não falei dos nordestinos". Disponível em: https://www.uol.com.br/eleicoes/2014/noticias/2014/10/10/fhc-diz-que-lula-mentiu-nao-falei-de-nordestinos.htm. Acesso em 16 fev. 2024.

ao Programa Bolsa Família na produção jornalística. Biroli e Mantovani argumentam que os discursos midiáticos acionaram aspectos de estigmatização dos eleitores:

> {...} os beneficiários de programas sociais, e mais especificamente do Programa Bolsa Família, foram vistos como alvos fáceis de manipulação, ou seja, seu voto resultaria da carência e da desinformação, suas escolhas seriam pouco conscientes e baseadas em uma avaliação restrita e inadequada dos seus próprios interesses (Biroli e Mantovani, 2010, p. 91).

Desse modo, coube à propaganda eleitoral tucana a tentativa de desconstruir a narrativa petista, para tanto evidenciaram o Nordeste como uma região que continuava a vivenciar os problemas decorrentes da seca, da ausência de infraestrutura e de desenvolvimento econômico. A saída apresentada seria o "Plano Nordeste Forte", que continha 44 propostas divididas em eixos. A cobertura midiática destacou a continuidade entre as propostas apresentadas pelo tucano e as ações desenvolvidas pelos governos petistas.

Carneiro (2016) identificou que Aécio Neves, apesar de apresentar um plano de propostas específico para a região, pautou o Nordeste a partir da chave da integração às mudanças nacionais[11], e no segundo turno, a candidatura de Aécio dedicou o dobro do tempo a elementos de campanha que faziam menção ao Nordeste.

Após a vitória de Dilma Rousseff, em 2014, com uma expressiva adesão do eleitorado nordestino[12], passou a circular nas redes socais uma onda de xenofobia contra a população da região. Os comentários geralmente mobilizavam os discursos estigmatizantes, acusando o Nordeste pelo "atraso do Brasil", atribuindo ignorância e indolência ao eleitorado da região, entre outros.

A disputa eleitoral de 2018, identificada por seu caráter disruptivo

11 Aécio Neves não ganhou em nenhum Estado do Nordeste no primeiro turno. Marina Silva foi a mais votada em Pernambuco e Dilma Rousseff nos demais Estados.

12 Dilma Rousseff superou Aécio Neves na região por uma diferença de mais de 12 milhões de votos.

em função das repercussões da deposição de Dilma e das ações da Operação Lava Jato, também comportou um espaço no debate público para a disputa de votos no Nordeste. Martins e Alves (2022) destacam, de acordo com as pesquisas de opinião pública, como o eleitorado feminino e nordestino, nas eleições de 2018, foram as trincheiras mais expressivas de rejeição a Jair Bolsonaro. As autoras evidenciam que, especialmente no segundo turno daquela disputa presidencial:

> Bolsonaro se colocou como o único adversário a vencer o petismo no Nordeste; apresentou propostas de políticas públicas específicas para a região; afirmou o seu compromisso como o 13º salário do Bolsa Família e, em formato de animação, caminhou pelo sertão e se descreveu como homem simples, que entende das dificuldades enfrentadas pelo sertanejo (Martins e Alves, 2022, p. 17).

Assim como Aécio Neves em 2014, Jair Bolsonaro também dedicou um programa eleitoral do segundo turno exclusivamente para falar ao eleitorado do Nordeste. Na peça publicitária, a campanha de Bolsonaro argumenta que a região é a mais atingida por obras sem continuidade. A explicação apresentada recuperava um argumento central do discurso do então candidato: a corrupção dos governos petistas. Outro aspecto que a campanha bolsonarista buscou enfrentar foi a familiaridade e conexão entre Lula e o Nordeste, especialmente a narrativa de que o ex-presidente seria chamado de pai pelos nordestinos: "Eu não tenho pai falso não. Meu painho está lá em cima. Meu painho é Deus" (HGPE, Jair Bolsonaro, 19/10/2018).

O HGPE trazia ainda uma animação no formato de cordel, enaltecendo as potencialidades da região, como as belezas naturais, a energia eólica e o turismo internacional. O candidato abria sua fala dirigindo-se aos eleitores, tratando-os por "irmãos do Nordeste" e como promessa mencionava tratativas com o ministro da agricultura de Israel, que também enfrentava escassez de chuvas, para transferência de tecnologia, a fim de otimizar a produção agrícola. O discurso da campanha de Bolsonaro buscava a aproximação com o eleitorado não somente por

meio da crítica ao PT, mas, também, mobilizando um tom positivo e valorativo da região, propondo ao Nordeste uma mudança de rumo.

Enfrentando o favoritismo de Jair Bolsonaro, a campanha de Fernando Haddad (PT) iniciou seu programa de segundo turno dedicado ao Nordeste, com uma propaganda negativa contra o adversário. Na abertura do programa, é apresentado um vídeo no qual Bolsonaro afirma que, no Nordeste, mulheres jovens engravidam para receber benefícios sociais: "Você vê meninas no Nordeste, bate a mão na barriga grávida e falam o seguinte: essa aqui vai ser uma geladeira" (HGPE, Fernando Haddad, 20/10/2018). Em outro trecho evoca uma fala de Bolsonaro em que afirma: "Só tem uma utilidade pobre no nosso país, votar! Título de eleitor numa mão e diploma de burro na outra" (idem). Assim, a campanha petista busca evidenciar que a atenção e deferência demonstradas pelo opositor com o eleitorado nordestino é de ocasião.

Na sequência, a narrativa proposta pela candidatura de Haddad dá continuidade aos discursos petistas sobre a região: a fundação de um novo tempo após os governos do partido. Com uma música de lamento sertanejo ao fundo, o HGPE anuncia, pela voz de populares, o Nordeste antes dos governos petistas:

> A vida daqui era a vida de sofrimento. Nós não comíamos nada. Era uma vida de escravidão. Não tinha água, não tinha nada. Aqui nós vivíamos isolados. Não tinha uma ambulância para pegar um doente. Ninguém tinha alegria. E depois que Lula entrou, mudou muito na vida das pessoas (HGPE, Fernando Haddad, 20/10/2018).

Haddad argumenta que as transformações operadas na região refletem a "alma do governo de Lula". A associação profunda entre o ex-presidente e o Nordeste se materializa no conjunto de realizações citadas pelo candidato:

> As marcas do governo Lula estão por todo o país, mas aqui no Nordeste elas estão muito fortes. Aqui, Lula realizou um verdadeiro trabalho humanitário, com

> ações e oportunidades para milhões de pessoas saírem da miséria, da fome e até da sede. E também para realizar grandes obras de construção, que deram emprego e mudaram a cara e a vida dessa região (HGPE, Fernando Haddad, 20/10/2018).

O discurso da campanha recupera as marcas da narrativa lulista, o Nordeste passa a ser definido também pela distinção entre duas temporalidades: o lulismo *versus* o passado (Lopes, 2016).

A construção da proximidade de Haddad com o eleitorado nordestino acionou um discurso controverso, em termos de representação do Nordeste. O candidato foi representado no HGPE chegando montado num cavalo, cavalgando em meio ao sertão. A imagem é vista num ângulo de baixo para cima e emoldurada pela fala de um cordelista: "o professor que chegou para liderar nossa gente" (HGPE, Fernando Haddad, 20/10/2018). A representação da paisagem é a da terra seca batida e sobre a caracterização da população, destacam-se elementos como o chapéu de couro. De acordo com Ribeiro (2019, p. 23), "há o apelo a uma 'nordestinidade', como se essa fosse uma identidade conformada de forma determinada e essencial".

As imagens destoam da narrativa imagética que vinha se consolidando nas campanhas petistas sobre um Novo Nordeste, a qual privilegiava imagens em plano geral, evidenciando a dimensão das grandes obras e do desenvolvimento econômico na região. Na campanha de Fernando Haddad, emerge um Nordeste que ainda que transformado pelas ações dos governos petistas mantém as marcas da estereotipização:

> É um Nordeste rural, onde essa parte, que existe, é bem verdade, é utilizada para representar um todo, reduzindo a Região a alguns aspectos. No lugar do país onde se localizam algumas de suas maiores cidades, o candidato Fernando Haddad chega montado em um cavalo para visitar uma família. […] o discurso que foi construído findou por contribuir para reforçar a percepção de um Nordeste dependente economicamente e um lugar de problemas, onde as soluções precisam

> vir de "fora" dele (Ribeiro, 2019, p. 100). (Grifo do autor).

O resultado eleitoral de 2018 confirmou a preferência do eleitorado nordestino pelos candidatos petistas, mas houve a aposta em meio à cobertura midiática que, a depender da atuação do governo Bolsonaro, poderia se alterar. Sob o argumento de que o "Nordeste seria mais permeável a assistencialismo, [...] mais vulnerável e, portanto, mais governista"[13], alguns jornalistas cogitaram o fácil deslocamento do eleitorado. Ao contrário das previsões, ao longo do governo de Bolsonaro, as pesquisas de opinião evidenciaram que a população do Nordeste constituiu um dos grupos que mais rejeitaram o então presidente. Mesmo em meio à ampliação dos valores destinados ao auxílio emergencial, em virtude da pandemia de Covid-19 que contribuiu para a redução da pobreza na região[14], a rejeição se manteve em patamares expressivos.

Desse modo, o Nordeste, no contexto da reeleição de Bolsonaro, voltava a figurar como *lócus* relevante de disputa por votos. O investimento discursivo da campanha à reeleição de Bolsonaro no Nordeste foi expressivo em 2022. Já no início do primeiro turno, a primeira-dama foi escalada para participar da propaganda eleitoral. Em spot veiculado em 30 de agosto, Michele Bolsonaro enunciava as transformações ocorridas com a transposição do Rio São Francisco, apresentada como uma obra que havia sido interrompida em virtude da corrupção nos governos petistas e, posteriormente, por empenho do governo de Bolsonaro, foi retomada e concluída. A presença da primeira-dama visava ainda diminuir resistências do eleitorado feminino na região. A transposição não seria apenas a libertação do Nordeste da seca, mas também uma oportunidade para as mulheres construírem uma nova vida:

> A água chegou ao sertão. Trouxe vida, alegria e esperança. A mulher sertaneja, que carregava lata d'água

13 Vitória do PT no Nordeste não é ideológica, diz Dora Kramer. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jZDwTDsIMQs. Acesso em 19 fev. de 2024.

14 Enigma nordestino: auxílio federal ajudou, mas Bolsonaro não levou. Disponível em: https://veja.abril.com.br/coluna/jose-casado/enigma-nordestino-auxilio-federal-ajudou-mas-bolsonaro-nao-levou. Acesso em: 19 fev. de 2024.

> na cabeça, agora pode usar a sua força para voltar à escola ou para tirar o alimento que está brotando na terra. Tem mais tempo para ficar com a família, com os filhos e viver uma nova vida, um presente para a mulher que merece e deve ser o que ela quiser. Juntas, estamos construindo um Brasil para elas, com elas e por elas (SPOT, Bolsonaro, 30/08/2022).

Outro spot, intitulado "O descaso no Nordeste acabou" e veiculado em setembro, retomava o imaginário do Nordeste como região do atraso, cujo "destino" teria mudado pelo trabalho político de Bolsonaro. A peça iniciava questionando a audiência: "Brasil… Se nessa terra tudo que se planta dá, o que acontecia com o Nordeste?" (SPOT, Bolsonaro, 09/2022), e junto à locução, eram apresentadas as clássicas imagens do chão marrom, seco e rachado, a terra da seca. A resposta segue: "O que acontecia era o descaso; o desrespeito com o povo; a promessa vazia" (SPOT, Bolsonaro, 09/2022). Após essa introdução, o objetivo da peça se revela: Bolsonaro é apresentado como o "presidente que respeita seu povo; que trabalha de verdade para vê-los bem" (SPOT, Bolsonaro, 09/2022). Seria pelo trabalho árduo e sem corrupção de Bolsonaro que o ciclo de atraso no Nordeste se romperia. Com imagens aéreas da obra da transposição do rio São Francisco e da interação do então presidente com populares, o locutor afirma que "o nordestino não vai embora da sua terra por causa da seca" (SPOT, Bolsonaro, 09/2022).

O programa eleitoral dedicado à região, intitulado "Homenagem ao Nordeste", foi apresentado no início do segundo turno, em virtude do Dia do Nordestino. A peça iniciava com o agradecimento do candidato pela ampliação de votos recebidos em comparação ao primeiro turno de 2018: "Nordeste é uma região fantástica, de um povo amigo, alegre e acolhedor. E eu tenho certeza que vocês agora dobrarão a votação que eu tive no primeiro turno. Afinal de contas, o Nordeste é Brasil. Um abraço meu Nordeste" (HGPE, Bolsonaro, 08/10/2022).

Buscando desmistificar a rejeição do candidato na região, o programa trazia um jingle em ritmo de forró eletrônico que dizia: "Quem disse que nordestino não vota em Bolsonaro?" (HGPE, Bolsonaro,

08/10/2022). Em seu desenvolvimento, a peça apresentava uma missão aos eleitores, conseguir mais votos para o então presidente: "Hoje eu ganho um voto a mais para Bolsonaro, hoje eu cumpro a missão do capitão" (HGPE, Bolsonaro, 08/10/2022). Nas imagens, aparecem depoimentos de eleitores relatando seu engajamento e a quantidade de votos conseguidos para o candidato à reeleição.

As realizações do governo, que seriam "ocultadas pela mídia", são apresentadas na sequência:

> Apresentadora: Como você sabe, a mídia não mostra o que o presidente Bolsonaro está fazendo para cuidar do povo brasileiro. Mas aqui você vai ver quem é que cuida de verdade.
>
> Locutora off: Foi o presidente Bolsonaro quem criou o Auxílio Brasil, garantindo o mínimo de R$ 600 para mais de 20 milhões de famílias brasileiras. E com Bolsonaro presidente vai continuar. E o Auxílio Gás, que paga 100% do valor do botijão para mais de 5 milhões de famílias. […] Também foi o nosso presidente que levou a água para o sertão nordestino com a conclusão das obras da transposição do Rio São Francisco, que, infelizmente, por causa da corrupção, ficaram paradas por mais de uma década, nos governos do PT, de Lula e Dilma. […] Bolsonaro foi o presidente que fez a maior entrega de títulos de terra para as famílias do campo. Foram mais de 420 mil títulos. 80% desses documentos de posse foram para as mulheres (HGPE, Bolsonaro, 08/10/2022).

Entre as promessas, o programa apresentava a construção de usinas de energia limpa em alto-mar, implantação de internet nas escolas, entrega de moradias populares e conclusão da transnordestina. Para o futuro, o mote foi a geração de emprego e promoção de desenvolvimento. O programa finalizava com uma "homenagem ao povo nordestino" em formato de cordel cantado:

> O Nordeste abençoa o Presidente. Bolsonaro tem Deus no coração. O Nordeste do povo paraibano, potiguar, alagoano e cearense. Sergipano, baiano e maranhense. Piauiense do bom pernambucano. Tem agora um governo mais humano, que cuida bem do dinheiro da nação, combatendo o roubo e a corrupção, lavando a alma de vez da nossa gente. O Nordeste abençoa o presidente. Bolsonaro tem Deus no coração (HGPE, Bolsonaro, 08/10/2022).

Em comparação ao discurso apresentado na disputa de 2018, a campanha à reeleição traz algumas continuidades, como a denúncia da corrupção petista, que evidenciaria o descaso com a região, atrasando obras e drenando recursos que poderiam ser investidos no desenvolvimento. Ao listar as realizações, a campanha reforçou a intenção de firmar Bolsonaro como o único que poderia enfrentar o petismo na região (Martins; Alves, 2022). No entanto, se em 2018 a campanha apresentou uma perspectiva que destacou as potencialidades do Nordeste, os feitos governamentais evidenciados na propaganda eleitoral de 2022 reforçaram as imagens de uma região pobre, castigada pela seca e carente de desenvolvimento. O discurso centrou-se fundamentalmente em promessas de continuidade de benefícios sociais. O potencial desenvolvimento da região ficou como promessa a ser viabilizada num segundo mandato.

Em 2022, a campanha de Lula ao terceiro mandato organizou o discurso sobre o Nordeste em dois eixos: propaganda negativa, buscando desconstruir o discurso do adversário, e reavivamento dos sentimentos de identificação entre o candidato e o eleitorado da região. Os esforços de desconstrução do adversário foram mobilizados em diversas peças publicitárias, de spots e programas de TV a propagandas na internet. O mote discursivo buscava evidenciar que o respeito e aproximação de Bolsonaro com o eleitorado nordestino, por ocasião da relevância eleitoral da região, constituíam oportunismo. Em 2022, a campanha petista reavivou uma estratégia de 2018: apresentar diversos vídeos em que Bolsonaro se refere pejorativamente aos nordestinos ao longo de

sua carreira política.

A peça veiculada como spot e na abertura do programa eleitoral dedicado à região trazia a apresentadora do HGPE afirmando: "Ninguém entende de onde vem tanta raiva do Nordeste". Na sequência, diversos trechos de falas de Bolsonaro são reproduzidos para a audiência:

> Está cheio de pau de arara aqui e não sabe a cidade que fica Padre Cícero?
>
> Lula venceu nove dos dez estados com maior taxa de analfabetismo. Você sabe quais são esses estados? No Nordeste. Falta de cultura.
>
> Se chamar cearense de cabeçudo, você não consegue identificar ninguém, lá todo mundo é cabeçudo.
>
> A única coisa boa do Maranhão é o presídio de Pedrinhas.
>
> Você meninas no Nordeste bate a mão na barriga grávida e fala o seguinte, que tem também o auxílio natalidade: esse aqui vai ser uma geladeira, esse aqui vai ser uma máquina de lavar. E não querem trabalhar (HGPE, Lula, 13/10/2022).

As falas selecionadas eram permeadas pelo reforço dos estereótipos do povo nordestino miserável, que precisou sair em busca de oportunidades em outras regiões do país, indolente e preguiçoso, que busca viver das oportunidades estatais, além de ignorante e sem cultura. Os trechos jogavam com o contraste de Bolsonaro entre o que se via e dizia no HGPE, demarcando seu preconceito com a região, mas iam além, propunham uma trilha interpretativa inequívoca: o candidato à reeleição tinha raiva do Nordeste. Outro contraste se dava com o próprio discurso apresentado pela campanha petista. No referido programa eleitoral, intitulado "Pelo Nordeste, pelo Brasil", após as falas de Bolsonaro, uma locutora off, com sotaque da região e tom animado,

afirmava:

> Tem um Nordeste que o Brasil todo conhece: lugares lindos, cultura rica, arte música, livros, histórias e cordéis. Até na sofrência o povo se diverte, mas o Nordeste vai muito além disso. É força criativa, é força que faz nosso país crescer. O nordestino está de Norte a Sul do Brasil. Se o orgulho já era grande depois que o nordestino virou presidente, ficou ainda maior (HGPE, Lula, 13/10/2022).

O tom valorativo da região encontrava-se não apenas no conteúdo discursivo, mas também nas imagens que revelavam praias e outros pontos turísticos e culturais da região, usinas eólicas, pesquisadores em universidades, portos, indústria automobilística. O Nordeste, de região dependente, passava a ser apresentado a partir de suas contribuições ao crescimento do país. Em contraparte à imagem de região do atraso, valorizava-se seu potencial intelectual e cultural. Esse outro Nordeste era diretamente associado ao legado das realizações dos governos petistas. Entre as realizações que promoveram o Novo Nordeste estavam os programas estruturais, como "Luz para Todos", "Minha casa, minha vida", políticas de incentivo à agricultura familiar, ao agronegócio e à educação. Sobre a transposição do Rio São Francisco, tão explorada pela campanha de Bolsonaro, a reivindicação da paternidade petista era confirmada pelo depoimento da população:

> Locutora off: [...] com Lula uma obra que estava na gaveta desde Dom Pedro II, saiu do papel. Lula entregou 86% da transposição do Rio São Francisco. Por isso 100% do Nordeste sabe que a transposição é obra do Lula.
>
> Homem (1): Todo mundo aqui na região sabe que essa obra é do Lula.
>
> Mulher (1): Aqui não teve uma pá de terra do

> Bolsonaro.
>
> Homem (2): Porque abriu uma torneira, dizer que foi dele a transposição.
>
> Mulher (2): Ele acha que nordestino é besta, nordestino não é besta, nordestino é sabido, trabalhador e guerreiro, igual a Lula (HGPE, Lula, 13/10/2022).

A relação de Lula com a população da região não é apresentada como gratidão. A trilha interpretativa proposta é a da identificação: Lula é um nordestino, "sabido, trabalhador e guerreiro", cuja chegada à Presidência da República ampliou o orgulho da população nordestina. Na fala do candidato, o Nordeste assume a personificação da própria população. Lula reafirma sua identificação e assume a valorização do Nordeste como tarefa política:

> Quando eu cheguei na presidência, eu queria provar que o povo do Nordeste não tinha nascido para sofrer. O que faltava, na verdade, era alguém que olhasse para o Nordeste com o carinho, com o olhar que se olha para a totalidade do território brasileiro. [...] E o mais importante, o Nordeste não quer ser melhor do que ninguém, quer apenas ser igual, ter a mesma oportunidade, o mesmo tratamento e quer viver sua vida dignamente, trabalhando, estudando, tendo acesso ao lazer, à cultura, viajando, aquilo que todo mundo sonha. Por isso, eu tenho orgulho de ser nordestino (HGPE, Lula, 13/10/2022).

A análise dos programas eleitorais e outras peças publicitárias sobre o Nordeste nas disputas pela Presidência da República evidencia que o empenho partidário do PT também se materializou em esforços discursivos. Como pudemos observar, as campanhas petistas apresentaram uma narrativa significativamente destoante do imaginário vigente, em vez de região do atraso e pobreza, faltava ao Nordeste o reconhecimento

de suas potencialidades, que puderam ser amplamente desenvolvidas ao longo das gestões do PT. Tal movimento discursivo de valorização da região empurrou necessariamente seus opositores para um diagnóstico do que ainda precisava ser realizado. O discurso da "falta", no entanto, conduziu-os também a um reforço dos estereótipos. Nas campanhas de Aécio Neves (2014) e Bolsonaro (2018 e 2022), aparecem com mais incidência as promessas sobre ampliação de auxílios e os discursos e imagens sobre a seca.

Conclusões

O texto discute a representação do Nordeste brasileiro, os estereótipos e os discursos que circulam sobre a região e influenciam a percepção pública e a disputa política. Além das representações sobre a seca e a pobreza, tensionamos as interpretações que simplificam a política nordestina pela chave analítica do clientelismo e do domínio oligárquico, apontando a necessidade de uma análise mais complexa das suas dinâmicas políticas.

Partindo da expressiva votação nas candidaturas petistas no Nordeste, em comparação com outras regiões do país, retomamos as explicações de parte da literatura sobre esse fenômeno. Apontamos a necessidade de revisão metodológica, teórica e analítica. Ressaltamos a importância de revisar pressupostos e teorias que associam pobreza, Nordeste e política tradicional, a fim de transformar o cenário de pesquisas sobre a política brasileira. Também indicamos a necessidade de uma abordagem que priorize os aspectos políticos e a análise partidária na região, considerando o investimento político do Partidos dos Trabalhadores no Nordeste.

A análise dos dados eleitorais na região para os cargos executivos federal, estadual e capitais revela padrões e tendências ao longo das últimas décadas. Essa inclusão amplia a compreensão dos cenários políticos locais e suas interações com o contexto nacional. De 1994 a 2022, observamos um panorama partidário concentrado em um conjunto de siglas históricas. A região não está apartada da dinâmica partidária nacional. Não identificamos a incidência de agremiações circunscritas ao contexto regional.

Considerando as estratégias discursivas adotadas pelos candidatos

presidenciais em relação ao Nordeste, entre 2014 e 2022, identificamos o trabalho político do Partidos dos Trabalhadores em produzir uma representação que valorizasse a região, a partir das realizações das gestões petistas, em contraponto aos estereótipos estabelecidos. Destacamos ainda os desafios que essa produção discursiva impõe aos adversários, que acabam por reduzir a sua proposta política à exploração da permanência dos problemas na região, recorrendo e reforçando lógicas estereotipadas sem formular soluções próprias e representações positivas sobre o Nordeste.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A Invenção do nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

AMARAL, Oswaldo; RIBEIRO, Pedro. Por que Dilma de novo? Uma análise exploratória do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, 2015, p. 107-123.

BIROLI, Flávia; MANTOVANI, Denise. Disputas, ajustes e acomodações na agenda eleitoral: a cobertura jornalística ao Programa Bolsa Família e as eleições de 2006. **Opinião pública**, v.16, n.1, 2010 p. 90-116.

CANÊDO-PINHEIRO, Mauricio. Bolsa Família ou desempenho da economia? Determinantes da reeleição de Lula em 2006. **Economia Aplicada**, v. 19, 2015, p. 31-61.

CARNEIRO, Aline Mendonça Conde. **Discursos sobre o Nordeste no HGPE**: uma análise comparativa da imagem pública da região nas campanhas de Dilma e Aécio em 2014. 2016. 154 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Fortaleza (CE), 2016.

CORRÊA, Diego Sanches. Transferência de renda e eleições: a trajetória latino-americana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, 2016, p. 99-114.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. **O Ceará na década de 1980**: atores políticos e processos eleitorais. Campinas-SP: Pontes, 2009.

FAGANELLO, Marco Antonio; SIMONI JÚNIOR, Sérgio; CATELANO, Otávio Zilioli. Revisitando 1989: uma análise da eleição de Collor com novos dados e modelos de regressão espacial. **Revista de Sociologia e Política**, v. 30, 2022.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; BORBA, Felipe (org.). **25 anos de eleições presidenciais no Brasil**. Editora Appris, 2018.

FIGUEIREDO, Argelina; MACIEL, Natalia; SIMONI JÚNIOR. Sergio; SILVA, Thiago Moreira da. O voto do eleitor pobre nas eleições presidenciais (1989-2014). In: FIGUEIREDO, A.; BORBA, F. (org.). **25 anos de eleições presidenciais no Brasil**. Editora Appris, 2018.

HALL, Anthony. From Fome Zero to Bolsa Família: social policies and poverty alleviation under Lula. **Journal of Latin American Studies**, v. 38, n. 4, 2006, p. 689-709.

HUNTER, Wendy; POWER, Timothy J. Rewarding Lula: Executive power, social policy, and the Brazilian elections of 2006. **Latin American politics and society**, v. 49, n. 1, 2007.

LIMONGI, Fernando; GUARNIERI, Fernando. Duverger nos Trópicos: coordenação e estabilidade nas eleições presidenciais brasileiras pós-redemocratização. In: FIGUEIREDO, A.; BORBA, F. (org.). **25 anos de eleições presidenciais no Brasil**. Editora Appris, 2018.

LIMONGI, Fernando. Competição partidária e voto nas eleições presidenciais no Brasil. **Opinião pública**, v. 21, 2015, p. 60-86.

LIMONGI, Fernando. A base e os partidos: as eleições presidenciais no Brasil pós-redemocratização. **Novos estudos CEBRAP**, 2014, p. 5-24.

LOPES, Monalisa Soares. **Narrativas simbólicas do lulismo**: uma análise das campanhas eleitorais de Dilma Rousseff (2010 e 2014). 2016. 306f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2016.

MACIEL, Natalia; VENTURA, Tiago. O Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados: a evolução das bases socioeconômicas e territoriais (1994-2014). **Opinião Pública**, v. 23, 2017, p. 96-125.

MARTINS, Joyce Miranda Leão; ALVES, Mércia. Deus, pátria e família: o discurso neoconservador na propaganda eleitoral de Bolsonaro. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 8, n. 2, 2022, p. 1-24.

SILVA, Flávio José Rocha da. Nordeste: imagem real ou fabricada? **Revista de Ciências Sociais.** Fortaleza, v. 49, n. 2, jul./out., 2018, p. 575–600.

RIBEIRO, Renato Coelho. **Discurso e subalternidades**: a propaganda eleitoral do campo progressista nas eleições presidenciais brasileiras de 2018. 2019. 130 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

SIMONI JUNIOR, Sérgio. Electoral dividends from programmatic policies: a theoretical proposal based on the Brazilian case. **Brazilian Political Science Review**, v. 16, 2022.

SIMONI JUNIOR, Sérgio. Efeitos diretos e indiretos do Programa Bolsa Família nas eleições presidenciais brasileiras. **Opinião Pública**, v. 27, p. 230-260, 2021.

SIMONI JUNIOR, Sérgio. Volatilidade eleitoral e sistema partidário: em busca de uma abordagem alternativa. **Teoria e pesquisa**. São Carlos, SP. v. 28, n. 3, p. 48-74, 2019.

SOARES, Gláucio; TERRON, Sonia. O personalismo (racional) e o

presidencialismo na política brasileira. In: FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; BORBA, Felipe (org.). **25 anos de eleições presidenciais no Brasil**. Editora Appris, 2018.

ZOLNERKEVIC, Aleksei. **Geografia eleitoral: volatilidade e tendências nas eleições presidenciais de 1989 a 2006**. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo, 2011.

PARTE II
A INFLUÊNCIA NACIONAL NA POLÍTICA DOS ESTADOS

AS MUDANÇAS NA POLÍTICA PIAUIENSE PÓS-2002: NOVOS ALINHAMENTOS COM A POLÍTICA NACIONAL

Vítor Eduardo Veras de Sandes-Freitas
Raul Wesley Leal Bonfim

INTRODUÇÃO

Os estudos mais relevantes sobre política piauiense destacavam o caráter oligárquico do subsistema político estadual, sobretudo quando se focavam na dinâmica política estadual até o final dos anos 1990 (Arraes Filho, 2000; Silva, 1999). A partir dos anos 2000, houve uma mudança na política estadual e, a partir disso, os estudos começaram a abordar as mudanças ocorridas, bem como aquelas que já vinham acontecendo antes mesmo dos anos 2000, com a entrada de novos atores políticos para cargos no Legislativo e no Executivo (De Deus, 2007; Sandes-Freitas, 2010).

Mais recentemente, Sandes-Freitas (2015) tratou das mudanças políticas estaduais a partir de um enfoque ainda não realizado até então. O estudo tratou das relações entre a política estadual e a nacional, demonstrando que há uma coordenação nacional nas estratégias eleitorais dos atores políticos dos Estados. O estudo do autor, além de contemplar todos os Estados brasileiros, de forma longitudinal, também realizou estudos de casos de seis Estados, dentre eles o Piauí. As conclusões apontaram para a existência de um subsistema político piauiense "conectado com a lógica de alianças partidárias estabelecidas nacionalmente pelos partidos" (Sandes-Freitas, 2015, p. 182).

Não se nega a existência de particularidades políticas nos Estados brasileiros, devido à existência de "racionalidades políticas contextuais"

(Lima Júnior, 1983; 1997) próprias de cada Estado, devido à prevalência de interesses políticos e partidários condicionados pelo tempo e espaço político. Isso teria levado ao surgimento de uma variabilidade das preferências eleitorais no país, por isso é fundamental que analisemos o contexto e como ele modifica a forma como os partidos políticos brasileiros atuam. Ainda que as agremiações partidárias sejam entidades nacionais, a competição eleitoral acontece de forma pulverizada, em cada município e Estado brasileiro.

No entanto, considerando que o Brasil adota o sistema de governo presidencialista, o principal cargo em disputa no país é o da Presidência da República. Pela sua centralidade, as eleições presidenciais condicionam as estratégias dos grandes partidos, que, por sua vez, se organizam em torno do principal prêmio em uma disputa eleitoral nacional. Isso implica em garantir que os processos eleitorais de escolha de governadores, senadores, deputados federais e estaduais, que ocorrem simultaneamente ao pleito presidencial, sejam, minimamente, coordenados.

Esse tipo de eleição "casada" que ocorre no Brasil gera incentivos ao trabalho de coordenação dos partidos políticos, visando à construção de estratégias eleitorais coordenadas em dois níveis: nacional e estadual. Assim, os candidatos que conseguem coordenar suas candidaturas potencializam suas chances de vitória eleitoral na disputa presidencial e colaboram com os candidatos nos Estados.

Além disso, adotamos o modelo majoritário para a escolha do Presidente da República, com a escolha realizada a partir da maioria dos eleitores brasileiros. Logo, um eleitor do Piauí, um de São Paulo e de qualquer outro Estado têm igual peso. Por isso, os partidos que buscam ganhar eleições presidenciais se articulam nacionalmente em busca da construção de "palanques" nos Estados, de forma a capilarizar suas candidaturas, em busca de votos. Isso leva aos candidatos com maior potencial eleitoral nas disputas presidenciais a terem candidatos nos Estados, com um conjunto de partidos aliados, de forma a empoderar seus palanques estaduais.

Assim, ainda que existam particularidades do caso piauiense, diante da estrutura da competição nacional, com fortes incentivos à coordenação eleitoral, não se pode afirmar que há uma desconexão entre os níveis federal e estadual. Logo, é esperado que haja algum alinhamento

com a disputa política estabelecida nacionalmente, sobretudo à medida que o número de atores políticos se amplia, pois se leva à novos reagrupamentos e à necessidade de maior coordenação desses atores, com a finalidade de gerar maiores ganhos eleitorais para os partidos políticos envolvidos na disputa. Para os partidos que pleiteiam a Presidência da República, ampliar o número de votos no Estado. Já para os partidos que não possuem condições competitivas para pleitear tal cargo, em geral, resta se manterem bem-posicionados politicamente, caso tenham como objetivo principal ocuparem cargos eletivos e terem representantes eleitos. Alguns antecipam esse movimento e se aliam formalmente por meio de coligações eleitorais já no primeiro turno. Outros, buscam realizar tais apoios no segundo turno ou mesmo no processo de composição de governos, posteriormente às eleições.

A literatura reporta que a dinâmica de disputa presidencial entre o PT e o PSDB foi capaz de organizar por meio de um processo de presidencialização da competição eleitoral, que influenciou as estratégias de lançamento de candidaturas e de formação de coligações nas eleições para os governos estaduais (Braga, 2006; Cortez, 2009; Limongi; Cortez, 2010; Melo, 2007; Melo; Câmara, 2012; Meneguello, 2010; Sandes-Freitas, 2015). No caso do estado do Piauí, a grande mudança se deu em 2002, quando as disputas, de fato, tiveram esse formato presidencializado, explicado em grande parte, com a ascensão de uma candidatura petista mais competitiva, opondo-se ao PFL, vinculado a um grupo político hegemônico no estado do Piauí.

Conforme os achados de Sandes-Freitas (2015), a presidencialização ocorre tanto por meio da atuação dos atores políticos nacionais, interessados em ampliar votos no Estado, quanto através da ação dos próprios atores políticos estaduais, diante dos potenciais ganhos no pleito estadual. Nesse caso, a candidatura e a eleição de Lula à presidência da República e a candidatura de Wellington Dias ao Governo do Estado do Piauí, em 2002, representaram uma virada política no estado do Piauí, por representarem a entrada de um grupo político efetivamente novo na política estadual.

É a partir desse marco temporal que este capítulo se focará, analisando a mudança política ocorrida em 2002, bem como o domínio do grupo político do PT no Estado, é fortemente vinculada à força do

lulismo no estado do Piauí. Estrategicamente, o PT nacional tem entendido o estado do Piauí, com um espaço estratégico para a conquista de votos para a disputa presidencial, e o PT estadual tem buscado manter seu domínio, vinculando-se ao lulismo.

Para tanto, organizamos este capítulo da seguinte forma. Analisamos, de forma breve, os antecedentes históricos e políticos do Estado, que levaram à consolidação da polarização PFL-PMDB no Estado. Em seguida, focamos na conjuntura de 2002, por fim, apresentamos os dados referentes aos votos do grupo petista no pleito para o Governo do estado do Piauí, além de cruzarmos os dados de votação presidencial com a votação para o governo estadual no período de 2002 a 2022, com o fim de entendermos a relevância do lulismo nas estratégias do grupo petista no estado do Piauí, o que se configurou em um novo tipo de alinhamento da política estadual à nacional.

Antecedentes históricos e políticos

Historicamente, a política piauiense é conhecida pelos seus antecedentes oligárquicos, isto é, pela ocupação de espaços de poder por poucos grupos políticos, em grande parte, formados por membros ligados por laços familiares (Arres Filho, 2000; Silva, 1999). O processo de redemocratização ocorrido, nos anos 1980, não rompeu com esse tipo de organização política no Estado. As eleições de 1982 e 1986 não definiram uma ruptura com o modelo oligárquico, mas uma continuidade.

O PDS e o PFL foram os grandes herdeiros políticos da força da ARENA no Estado. Mesmo com a força dos dois partidos, o PMDB (sucessor do MDB) conseguiu vencer o pleito para governador do Piauí de 1986, mas, para isso, contou com o apoio do PDS, após um breve rompimento dentro do grupo oligárquico herdeiro da ARENA. Algum tempo depois, PMDB e PDS romperam e, então, a velha aliança arenista voltou a se formar, conformando novamente PFL e PDS. Esta aliança foi responsável pela vitória eleitoral do PFL no pleito para o Governo do Estado em 1990, em uma disputa contra o PSDB e o PMDB coligados, tendo como terceira força política, o PT, com um espaço político muito reduzido na política estadual naquele momento.

Com a redemocratização, o PFL foi paulatinamente se tornando a grande força à direita do espectro ideológico da política piauiense,

tendo o PDS (e seus herdeiros - PPR, PPB e PP) como um grande aliado. Em contraposição, o PMDB era a maior força antagonista. Essa dinâmica durou até as eleições de 2002, quando o PFL foi derrotado na disputa contra o PT.

Esse momento de mudança teve um capítulo importante anteriormente, quando o candidato pefelista Átila Lira foi derrotado na disputa para governador em 1994, num pleito contra Francisco Moraes Souza, o "Mão Santa" (PMDB), referência à atuação como médico-cirurgião. Lira era o candidato situacionista, apoiado pelo Governo do Estado. Naquele mesmo pleito, o PFL elegeu os dois senadores: Freitas Neto, que havia sido governador de 1991 a 1994; e Hugo Napoleão, governador de 1983 a 1986. Em tese, tudo indicava que o PFL também elegeria o governador, sobretudo após Lira ter sido vitorioso no primeiro turno da eleição. No entanto, no segundo turno, Mão Santa se sagrou vitorioso.

Em matéria divulgada na Folha de São Paulo, às vésperas do segundo turno no Piauí, Mão Santa teve seu perfil apresentado:

> Mão Santa, 52 anos de idade e 27 de cirurgias, tem a mesma origem política de seu adversário. Iniciou sua carreira política na Arena e passou pelo PDS e há menos de um ano estava no PPR. Afirma que combate as oligarquias e representa a renovação no Estado [...] Mão Santa conseguiu reunir em torno de si a maioria dos partidos de oposição no Estado. A sua coligação "Resistência Popular" é formada por PMDB, PSDB, PC do B, PPS, PDT e PMN. Agora, conta com a simpatia do PT e do PSB (Trevisan, 1994). (Grifo da Folha de São Paulo)

Mão Santa era uma figura política já conhecida: tinha sido prefeito de Parnaíba, a segunda maior cidade do Estado, bem como já havia sido filiado a outros partidos, tendo um passado no PDS e no próprio PPR, partido do governador Guilherme Melo, agremiação apoiadora do PFL.

Assim, a grande mudança não se deu pela eleição do PMDB (isso já havia acontecido em 1986), mas pelo fato de ter ocorrido sem uma

articulação com grupos oligárquicos tradicionais do Estado. Logo, era um momento de mudança política no Estado. Os acordos estaduais estabelecidos dentro do campo oposicionista mantiveram o PSDB e o PMDB unidos, mantendo o acordo já estabelecido entre as duas agremiações em 1990, em desacordo com o pacto estabelecido entre PFL e o PSDB no nível nacional. Além disso, a coligação de Mão Santa também contou com o apoio de partidos de esquerda, como o PDT, o PPS e o PCdoB.

Em 1998, Mão Santa disputou a reeleição contra Hugo Napoleão, ex-governador e senador pelo PFL. A eleição foi polarizada entre as duas candidaturas, contando com uma terceira via: Francisco Gerardo (PSDB), contando com o apoio do PT. Este foi o último pleito estadual no Brasil em que aconteceu uma coligação eleitoral entre PT e PSDB, demonstrando o caráter mais estadualizado da disputa eleitoral piauiense até aquele momento. Após um segundo turno bastante disputado, Mão Santa foi reeleito com 50,96% dos votos válidos. A dinâmica eleitoral de 2002 marcou uma nova guinada na política estadual. Conforme Sandes-Freitas (2015, p. 176):

> O cenário político piauiense foi marcado por dois períodos: o primeiro, dominado pela polarização PFL-PMDB, de 1986 a 1998; e, o segundo, com a ascensão do PT como principal força política nas disputas estaduais, tendo como principais opositores o grupo político ligado ao PFL/DEM-PSDB. No primeiro momento, observa-se a alternância de poder entre PMDB e PFL. A cada eleição, um partido se apresentava como situação e outro como oposição, invertendo-se a cada pleito. O PT, até 1998, ainda que lançasse candidaturas oposicionistas, cumpria o papel de coadjuvante. A polarização PFL-PMDB definia as carreiras dos políticos no estado, dando pouco espaço para outros partidos.

A mudança política no Estado ocorrida, em 1994, guardou características bastante contextuais, demarcando uma polarização estadual

vinda da herança da ditadura. A dinâmica nacional se modificou e a estadual não seguiu a mesma linha, de disputas entre PT e PSDB, mais característica do período pós-1994.

Em 2002, com a força da candidatura lulista e seu espraiamento para a região Nordeste, antes dominada por grupos e partidos conservadores (como a Arena, no período da ditadura, o PDS e o PFL), uma nova dinâmica eleitoral se estabeleceu no estado do Piauí, passando a ter maior alinhamento entre as campanhas presidenciais e estaduais no Estado. A polarização, a partir de 2002, passou a ser entre o PT e a oposição, liderada principalmente pelo decadente PFL-DEM e pelo PSDB, com pouca interiorização no Estado, mas com significativo capital político na capital do Estado.

O PT venceu todas as eleições estaduais para governador de 2002 até 2022: em 2002, 2006, 2014 e 2018, com Welligton Dias; em 2022, com Rafael Fonteles; e, em 2010, a vitória do candidato apoiado pelo PT, Wilson Martins (PSB), vice-governador do Estado durante a gestão de Dias no período 2007-2010 e governador empossado em abril de 2010, após a desincompatibilização do petista para disputar o Senado Federal.

Assim sendo, o ano de 2002 marcou não somente a vitória do PT, mas um novo reagrupamento entre os partidos políticos no Estado, conforme as movimentações e imposições da coordenação eleitoral movida pelo PSDB e pelo PT no nível nacional. Como afirma Sandes-Freitas (2015), houve a convergência entre os dois partidos que não alinhavam - PFL e PSDB - diante das imposições nacionais, assim como, o PT passou a atrair.

> De um lado, houve a convergência de dois grupos que eram antagônicos durante a década de 1990 no estado: PFL e PSDB. Do outro, ao longo dos anos 2000, o PT passou a atrair uma série de partidos que também se alinhavam no nível nacional: PSB e PC do B, aliados históricos do partido, além de PDT, PMDB e PTB. O PMDB, apesar de ter lançado candidatos em 2002 e 2006, participa constantemente do governo estadual. No entanto, esse posicionamento não era

> consensual dentro do partido, que conseguiu emplacar candidaturas ao Governo do Estado, inclusive, em oposição ao PT (Sandes-Freitas, 2015, p. 178).

A vitória, em 2002, ocorreu em uma conjuntura política estadual muito específica, que uniu elementos de mudança política estadual com a nacional, o que projetou a figura de Wellington Dias (PT), como candidato e governador eleito naquela eleição. Nas palavras de Dias, em uma entrevista concedida e publicada na Folha de São Paulo, em 09 de outubro de 2002, o governador eleito afirma que:

> Vencemos porque milhares de pessoas de todas as regiões do Estado abraçaram um sentimento de mudança. E isso se deve a um acumulado de coisas: desencanto com esse modelo de gestão com muita corrupção, lideranças que se vendem e negociam o voto dos eleitores, perseguições e promessas que não são cumpridas. Isso gerou um forte sentimento de frustração, que se juntou às traições políticas. Aqui, PFL e PMDB, que historicamente se alternavam no poder, dividiram-se (Dias, 2002).

Wellington Dias destaca a disputa centrada em PFL e PMDB, que havia sido rompida naquela eleição, assim como as principais pautas que mobilizaram o pleito, que são centradas em questões muito mais estaduais do que nacionais. Ao responder se houve uma influência do desempenho de Lula na sua vitória, o petista afirma: "Claro. Foi uma contribuição recíproca. Se dependesse do Piauí, Lula teria vencido no primeiro turno" (Folha de São Paulo, 2002).

A partir daquele momento, estabelece-se uma hegemonia do PT, tendo como opositores grupos políticos mais à direita do espectro ideológico, alinhados às candidaturas peessedebistas no nível nacional e, mais recentemente (a partir de 2018), às candidaturas com alinhamentos diretos ou indiretos ao bolsonarismo. O padrão de disputas estaduais, portanto, torna-se mais presidencializado, com grande alinhamento à forma como a disputa presidencial é organizada, resguardadas as

particularidades políticas estaduais.

O lulismo exerce um grande papel nesse processo que levou à hegemonia do grupo petista no Estado, dado que foi justamente o foco na quebra das oligarquias e de grupos mais organizados no campo da direita que levou à vitória de Wellington Dias em 2002. A partir disso, as políticas sociais, gestadas, sobretudo no governo Lula I e II (2003-2006 e 2007-2010), voltadas em grande parte para o Nordeste e para o Piauí, que possuía péssimos indicadores socioeconômicos naquela conjuntura, contribuíram para consolidar o domínio do partido nas eleições para governador do Estado.

Métodos e dados

Para a análise, foram utilizados dados de votação das eleições para presidente da República e para governador realizadas no estado do Piauí no período de 2002 a 2022 (seis pleitos), presentes no Portal de Dados Abertos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), obtidas por meio do uso do pacote electionsBR, do software R. Também foram utilizados os dados de votação nominal por seção eleitoral do CepespData da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP).

A partir dos dados, foram produzidos mapas de votação por município das candidaturas vencedoras para o Governo do Estado do Piauí, para verificar os padrões de votação espacial dos candidatos ao longo do tempo, contemplando todos os 224 municípios do Estado nos pleitos de 2022 a 2022. Os mapas foram produzidos por meio do pacote ggplot2 do software R.

Além disso, foram produzidos seis gráficos de dispersão (um para cada eleição), cruzando a votação do candidato presidencial do PT com a votação do candidato ao Governo do Estado do Piauí do PT por seção eleitoral (ver Tabela 1), no caso das eleições de 2002, 2006, 2014, 2018 e 2022, e do PSB, por ter sido a chapa apoiada pelo PT, em 2010.

Tabela 1 - Número de seleções eleitorais analisadas por ano - Piauí (2002-2022)

Ano	2002	2006	2010	2014	2018	2022
Nº de seções eleitorais	6.324	6.791	7.424	7.937	8.929	8.963

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

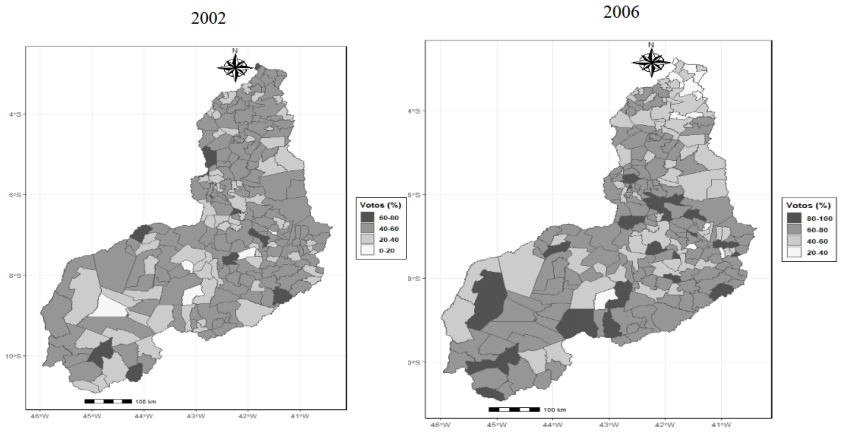
Nas eleições piauienses, apenas, em 2010, houve necessidade de um segundo turno. Nos demais pleitos analisados, as eleições foram decididas no primeiro turno. Portanto, para a análise das eleições de 2002, 2006, 2014, 2018 e 2022, foram utilizados os dados do primeiro turno tanto para as eleições presidenciais quanto para as estaduais. No entanto, para o pleito de 2010, foram analisados exclusivamente os dados do segundo turno das eleições presidenciais e estaduais, a fim de assegurar que os votos dos eleitores fossem considerados no mesmo dia, garantindo assim a consistência da análise.

Com base nos dados por seção eleitoral no estado do Piauí, foram realizados testes de correlação de Pearson entre as votações presidenciais e estaduais como forma de analisar o alinhamento e o atrelamento entre as duas dinâmicas eleitorais.

Resultados e análise

Para a análise, organizamos os mapas de votação na disputa para o Governo do Estado do Piauí de 2002 a 2022, como forma de verificarmos possíveis padrões entre as eleições que demarcam maior alinhamento entre os pleitos presidenciais e estaduais no Estado. Na Figura 1, composta pelos mapas de votação por município de Wellington Dias (PT) em 2002 e 2006, respectivamente, os mapas apontam para um padrão: desde 2002, o PT obteve votação acima dos 40% na maior parte do território piauiense. No entanto, existem diferenças bem marcadas entre as duas eleições.

Figura 1 – Distribuição de votos da candidatura vencedora para o Governo do Estado do Piauí (2002 e 2006).



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Em 2002, a votação de Wellington Dias contou com diversos municípios com um apoio mais reduzido entre 20% e 40%, diferentemente do que ocorreu em 2006 (inclusive com alguns com menos de 20%). Isso demonstra a dificuldade que o partido tinha de entrar em territórios dominados pelo grupo pefelista. Em 2006, o padrão de votação mudou. A votação se torna mais sólida e espraiada (acima de 40%) em todo o território.

Já em 2006, mesmo tendo vencido no primeiro turno, Wellington Dias perdeu espaço nos municípios da região Norte do Estado, onde se localiza a segunda maior cidade do Estado, Parnaíba, explicado pela candidatura de Mão Santa, à época, filiado ao PMDB, tendo como vice, Ciro Nogueira (PP), que também possuía uma importante base eleitoral nessa região do Estado.

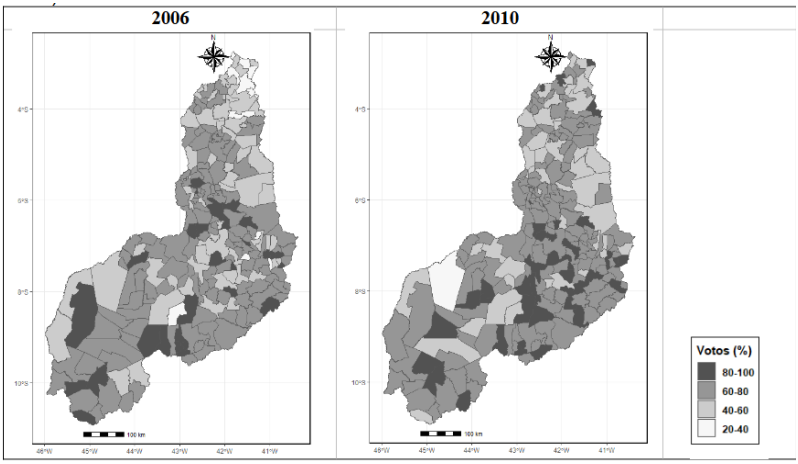
Em 2002, Wellington Dias (PT) contou com o apoio eleitoral de Mão Santa (PMDB) na disputa contra Hugo Napoleão (PFL). Isso explica o forte apoio na região Norte do Estado naquela disputa. Em 2006, sem esse apoio, o PT buscou avançar em outros espaços, antes

dominados pelo PFL.

Além disso, em 2006, Dias (PT) perdeu apoio eleitoral na capital do Estado, Teresina, maior colégio eleitoral do Estado. Em 2002, o petista obteve 63% e, em 2006, 58%. Ainda que tenha obtido uma boa votação na capital piauiense na sua reeleição, a diminuição de votos em Teresina se deveu à candidatura de Firmino Filho (PSDB), prefeito da cidade de 1997 a 2004, tendo feito o sucessor na capital, Sílvio Mendes (PSDB), no pleito municipal de 2004.

No pleito de 2006, as votações de Mão Santa e de Firmino Filho foram mais concentradas em determinadas regiões do Estado, enquanto as de Wellington Dias foram espraiadas em todo o território do Estado com forte presença no Sudeste e no Sudoeste piauiense. Isso demonstra que a votação do PT, no Piauí, foi reconfigurada à luz da conjuntura eleitoral de 2006.

Figura 2 – Distribuição de votos da candidatura vencedora para o Governo do Estado do Piauí (2006-2010)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

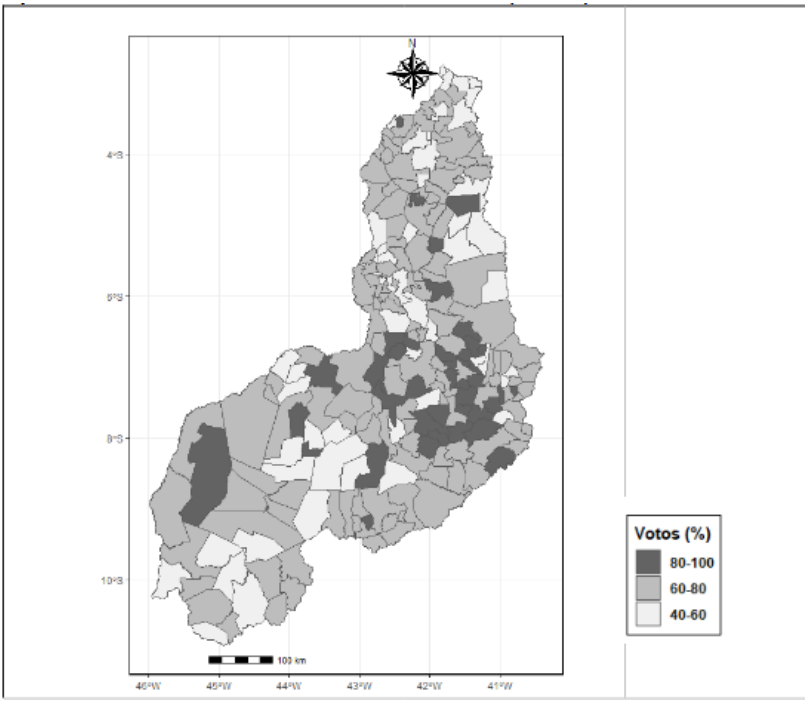
Comparando o desempenho da candidatura de Wellington Dias (PT), em 2006, com a da candidatura apoiada por ele e pelo PT, de Wilson Martins (PSB), em 2010, observa-se que houve um avanço (ver

Figura 2) na região Norte, com a presença de mais municípios que deram mais de 60% de apoio eleitoral. A capital piauiense foi um desafio para a candidatura do grupo petista, pois aquela eleição também contou com a candidatura de Sílvio Mendes (PSDB), prefeito de Teresina eleito em 2004 e reeleito em 2008. A candidatura do grupo petista obteve 42% dos votos na capital piauiense em 2010, o que representou uma perda de mais de 16% dos votos válidos em relação ao pleito de 2006 e de 21% em relação ao de 2002, o que indicou que o grupo petista perdeu, paulatinamente, votos na capital do Estado em detrimento do interior do Estado.

No mapa de 2010, no entanto, consideramos os votos dados somente no segundo turno, de forma que podemos considerar somente os pleitos que garantiram a vitória a uma das chapas. Assim sendo, observa-se que houve um avanço dos votos dados ao candidato vencedor, vinculado ao grupo petista, na região central e sul (Sudoeste e Sudeste) do Estado. Somente o município de Uruçuí, localizado no Sudoeste piauiense, deu baixo apoio ao grupo (38% dos votos).

Em 2014, a dinâmica eleitoral foi diferente. Wilson Martins, ex-vice-governador no mandato de Wellington Dias (2007-2010), e governador reeleito, em 2010, mudou de lado. Apoiou o seu vice-governador, Zé Filho (PMDB), na disputa eleitoral daquele ano. O grupo petista, assim, se tornará oposição e precisará contar com uma candidatura forte o suficiente para enfrentar uma candidatura governista. Assim, o PT escolheu o senador eleito em 2010 e ex-governador do Estado Wellington Dias (PT).

Figura 3 – Distribuição de votos da candidatura vencedora para o Governo do Estado do Piauí (2014).



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Na Figura 3, apresentamos os dados especificamente ao pleito de 2014, vencido por Dias ainda no primeiro turno. Observa-se que não houve nenhum município que conferiu menos de 40% de apoio à candidatura petista. Vale observar que 173 dos 224 municípios piauienses (77% do total) deram mais de 60% de votos para o PT. Isso demonstra a força do PT no Estado, que mesmo sem o controle da máquina estadual, foi capaz de vencer o pleito.

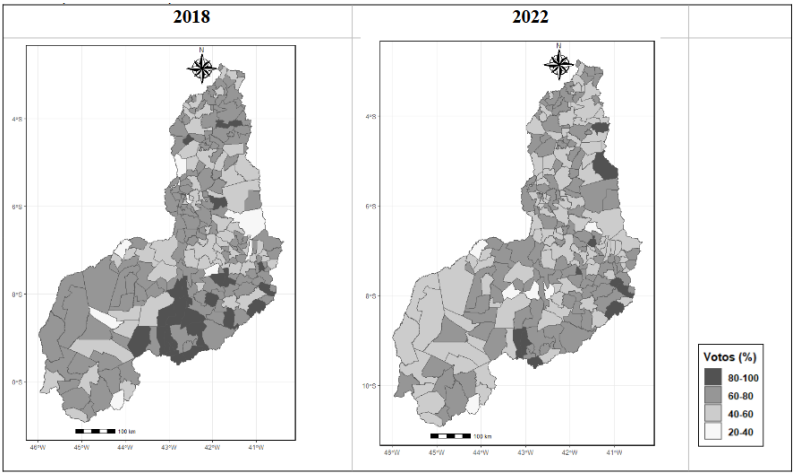
Ademais, é válido reforçar que, além de contar com uma votação expressiva em todo o território, a candidatura petista teve uma alta concentração de votos em municípios localizados no Sudeste piauiense, onde se concentra o semiárido e o bioma da caatinga, caracterizado por

concentrar muitos municípios com baixos indicadores socioeconômicos do Estado e, por sua vez, uma região que tem sido muito beneficiada por políticas sociais gestadas durante os governos Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016).

Apesar da força do PSDB na capital, principal opositor do PT no Estado, e que contava com a força política do prefeito de Teresina, Firmino Filho (PSDB), eleito em 2012 (e reeleito em 2016), Dias obteve, em 2014, 52,9% dos votos válidos na capital do Estado. Dessa vez, contou com Sílvio Mendes como candidato a vice-governador na chapa encabeçada pelo governador Zé Filho (PMDB). Isso não foi suficiente para atrair a preferência do eleitorado piauiense à candidatura encabeçada pelo PMDB.

Assim como em 2014, em 2018, Wellington Dias concorreu e foi eleito ainda no primeiro turno, com algumas diferenças (ver Figura 4).

Figura 4 – Distribuição de votos da candidatura vencedora para o Governo do Estado do Piauí (2018 e 2022).



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

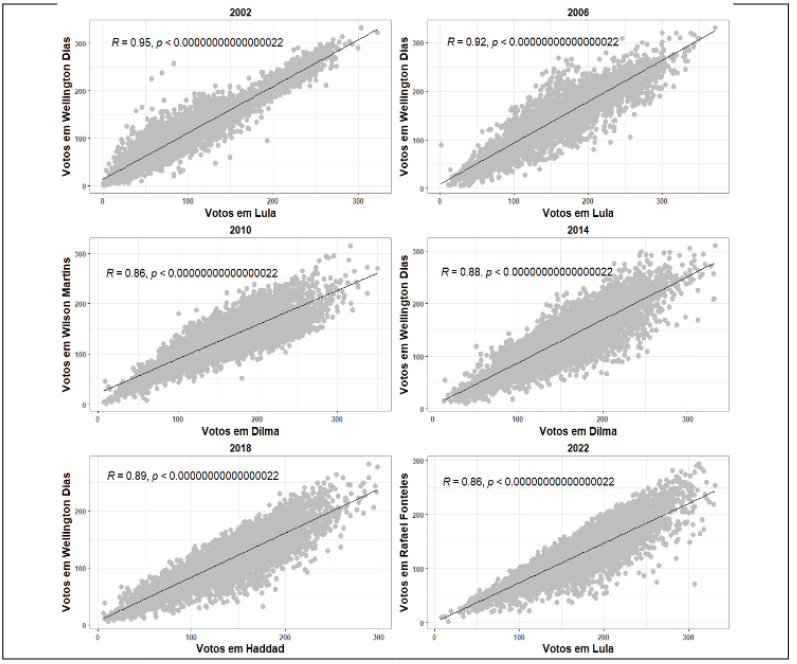
Em 2018, os municípios que deram maior votação ao candidato petista foram aqueles localizados mais ao sul do Estado, em comparação

com 2014, ainda que com votações expressivas (acima de 40% e acima de 60%) em todo o Estado. É válido destacar que a capital do Estado concedeu uma das menores porcentagens de votos ao PT, com 35,5%. Diferentemente de 2014, daquele pleito, dois candidatos tinham base política em Teresina: Dr. Pessoa (Solidariedade) e Luciano Nunes (PSDB).

Em 2022, o PT, que lançou Rafael Fonteles à sucessão de Dias, aumentou a porcentagem de votos petistas em Teresina, mas, ainda assim, obteve menos votos do que o candidato derrotado no pleito, Silvio Mendes (União Brasil). Enquanto Fonteles obteve 45,7% dos votos válidos, Mendes alcançou 50,9%. Ainda assim, isso representou um avanço de mais de 10% dos votos válidos para o PT.

Em relação à votação em todo o território, 2022 apresentou algumas diferenças, sendo a principal delas a diminuição de votos do PT na região que concentra o agronegócio no Estado (Sudoeste). Diferentemente do pleito de 2018, em 2022, a eleição foi bastante polarizada entre o candidato Fonteles e Mendes, sendo os eleitores de Fonteles mais alinhados a Lula e os eleitos de Mendes, a Bolsonaro. A região supracitada é conhecida por ser uma importante base de votos conservadores no Estado, o que pode indicar a dificuldade de Fonteles obter votações mais expressivas na região. E é a partir disso que passamos à análise dos gráficos de dispersão (Figura 5).

Figura 5 – Gráficos de dispersão cruzando votos do PT na disputa presidencial e da candidatura ao Governo do Estado do Piauí do PT ou apoiada pelo PT – por seção eleitoral - Piauí (2002-2022).



Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do TSE e CepespData.
* O gráfico apresenta as correlações de Pearson, com significância estatística entre a votação do PT na disputa presidencial no estado do Piauí e a votação do grupo petista na disputa para o Governo do Estado do Piauí por seção eleitoral (2002-2022).

A Figura 5 apresenta os gráficos de dispersão cruzando os votos dados aos candidatos do PT à presidência da República com os votos concedidos aos candidatos do grupo petista no estado do Piauí por seção eleitoral: em 2002 e 2006, Lula e Wellington Dias; em 2010, Dilma Rousseff e Wilson Martins; em 2014, Dilma Rousseff e Wellington Dias; em 2018, Fernando Haddad e Wellington Dias; e em 2022, Lula e Rafael Fonteles. A ideia é verificar em que medida há convergências

entre os dois tipos de votação. Na impossibilidade de alcançar a unidade mínima em uma eleição, que seria o voto, utilizou-se a seção eleitoral, como forma de observar se os eleitores de uma dada seção eleitoral tendem a casar votos entre a candidatura petista para a presidência da República e para o Governo do Estado do Piauí.

Os gráficos apontam para uma grande convergência entre os dois tipos de votos, confirmados pelos resultados apresentados nas correlações de Pearson, que apresentam correlações positivas elevadas e significativas estatisticamente. Logo, é possível afirmar que houve, durante todo esse período, um alinhamento entre os votos dados ao PT nas duas arenas no estado do Piauí, o que implica em um alto alinhamento entre as duas disputas, consequentemente, nas estratégias de atração do eleitorado.

As políticas sociais gestadas, durante dos governos federais do PT, colaboraram fortemente com a força do partido no Estado. Conforme o Estudo sobre Desenvolvimento Humano e Política Social do Estado do Piauí, realizado pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IEST) e publicado pelo Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (Cepro) em 2018:

> Entre 2002 e 2014, o estado do Piauí apresentou uma das maiores taxas de crescimento da renda *per capita* do País – 4,6% ao ano – maior que a brasileira e que a da região Nordeste. Também a desigualdade na distribuição de renda declinou de forma substancial. Como consequência do elevado crescimento na renda *per capita* e marcante redução no grau de desigualdade de renda, foi possível observar uma redução acentuada na porcentagem de famílias vivendo em situação de pobreza no estado (Estado do Piauí, 2018, p. 38).

Logo, mesmo com as particularidades e conjunturas de cada pleito, com variações nas votações nos municípios, observa-se que o eleitor petista piauiense tende a considerar, conjuntamente, as duas arenas (presidencial e estadual) e as agendas dos grupos petistas nacional e estadual, o que implica em afirmar que a grande mudança política no Estado

ocorrida, em 2002, levou a um novo padrão de alinhamento político e eleitoral no Estado e que o fator-Lula e políticas sociais contribuíram em consolidar a força do PT no Estado ao longo desse período.

Considerações finais

A história política estadual recente do estado do Piauí tem apontado para dois momentos políticos após retorno às eleições diretas para governador em 1982: um mais oligárquico, com a presença de um grupo político herdeiro da ARENA e situado em uma polarização PFL-PDS *versus* PMDB; e outro, a partir de 2002, com forte domínio do PT, em eleições estaduais mais alinhadas ao padrão de disputas presidenciais.

A vitória de Wellington Dias ao Governo do Estado, em 2002, aliada à eleição de Lula à presidência da República, estabeleceu um novo padrão de alinhamento político e eleitoral no estado do Piauí. Esse processo de atrelamento entre as duas arenas foi reforçado pelas políticas sociais implementadas durante os governos petistas, que tiveram um impacto significativo no Estado, tradicionalmente marcado por baixos indicadores socioeconômicos.

A alta convergência entre os votos dados aos candidatos do PT à presidência e ao governo estadual indica um forte alinhamento entre as duas disputas, com forte vínculo dos votos no PT nas eleições para o Governo do Estado e para a Presidência da República. As correlações de Pearson confirmam esse alinhamento, com correlações positivas elevadas e estatisticamente significativas. Esse resultado é corroborado com um padrão consistente e contínuo de distribuição espacial dos votos dados ao PT na disputa para governador.

Em resumo, pode-se afirmar que, a despeito de uma longa trajetória de grupos oligárquicos dominando a política estadual, a dinâmica presidencializada, estabelecida a partir de 2002, foi capaz de transformar o subsistema político piauiense gerando uma grande conexão entre as arenas presidencial e estadual no Piauí. As "racionalidades políticas" se tornaram não somente contextuais, mas fortemente nacionalizadas.

REFERÊNCIAS

ARRAES FILHO, M. R. **Oligarquias e elites políticas no Piauí:**

1982-1995. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

BRAGA, M. do S. **O processo partidário-eleitoral brasileiro:** padrões de competição política (1982-2002). São Paulo: Associação Editorial Humanitas/Fapesp, 2006.

CORTEZ, R. **Eleições majoritárias e entrada estratégica no sistema partidário-eleitoral brasileiro (1989-2006)**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

DE DEUS, C. **O novo arranjo federativo brasileiro, o regime multipartidário e a competição política municipal no Ceará e no Piauí em 1996, 2000 e 2004**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

DIAS, W. Entrevista com o governador eleito do Piauí - Petista agradece a Mão Santa e teme crise. **Folha de S. Paulo, São Paulo,** 09 out. 2002. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0910200258.htm. Acesso em: 15 abr. 2024.

ESTADO DO PIAUÍ. Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí – CEPRO. **Estudo sobre Desenvolvimento Humano e Política Social do Piauí**. 2018. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/201904/CEPRO17_4518ca4e42.pdf. Acesso em: 10. abr. 2024.

LIMA JÚNIOR, O. B. de (Org.). **O sistema partidário brasileiro:** diversidade e tendências (1982-1994). Rio de Janeiro: FGV, 1997.

LIMA JÚNIOR, O. B. de. **Partidos políticos brasileiros:** a experiência federal e regional: 1945/64. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

LIMONGI, F.; CORTEZ, R. **Eleições majoritárias e entrada estratégica no sistema partidário-eleitoral brasileiro (1989-2006).** Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São

Paulo, 2009.

MELO, C. R. Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro. In: MELO, C. R.; SÁEZ, M. A. (Org.). **A democracia brasileira:** balanço e perspectivas para o século 21. Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 267-302.

MELO, C. R.; CÂMARA, R. Estrutura da competição pela presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil. **Dados – Revista de Ciências Sociais,** n. 55, v. 1, p. 71-117, 2012.

MENEGUELLO, R. Alguns aspectos da lógica de coalizões partidárias. **Textos para Discussão CEPAL/IPEA**, Brasília, n. 8, p. 9-45, 2010.

SANDES-FREITAS, V. E. V. de. **Alianças partidárias nos estados brasileiros:** das coligações às coalizões de governo (1986-2010). Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, 2015.

SANDES-FREITAS, V. E. V. de. **A lógica da formação de governos no estado do Piauí (1987-2007)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

SILVA, R. J. G. da. **Metamorfose das oligarquias:** o caso do Piauí. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

TREVISAN, C. "Milagres" ajudam Mão Santa no Piauí. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 nov. 1994. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/11/06/brasil/46.html. Acesso em: 15 abr. 2024.

EXISTE UM LULISMO BAIANO? ELEIÇÕES, PARTIDOS E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NA BAHIA (2006-2022)

Cláudio André de Souza

O CARLISMO E O PÓS-CARLISMO NA BAHIA

Durante décadas, o ciclo de poder do carlismo se entrecruzou com a dimensão nacional, caracterizando-se com ares modernizantes, mas coordenada por uma elite regional (Dantas Neto, 2003). O carlismo e a sua liderança monocrática sob o controle de Antônio Carlos Magalhães (ACM) viveram os seus "tempos de glória" antes da democratização, ou seja, ao longo das décadas de 1980 e 1990, mas também sob influência de um conjunto de atores no âmbito nacional, seja dentro do Partido da Frente Liberal (PFL) ou na partilha de cargos dos governos Sarney (1985-1989), Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e FHC (1995-2002).

Antes desse período, sob a liderança de Juracy Magalhães (alçado ao poder na Bahia desde o período getulista), o regime militar nomeara, em 1966, Luís Viana para o Governo do Estado e ACM para a Prefeitura de Salvador, momento fundamental para a consolidação da sua carreira política, que o levou depois a ser nomeado como governador do Estado em 1971, chegando em seguida a ser nomeado para a presidência da Eletrobras em 1975, depois de ter fracassado na indicação do seu sucessor para ocupar o governo estadual, assistindo à vitória de uma ala "anti-carlista" dentro da ARENA. Vale ressaltar, no entanto, que a perda da batalha na indicação interna selou a ascensão do carlismo nas articulações políticas no cenário nacional.

A escolha de ACM, em 1978, a um novo mandato no governo

estadual foi fruto de um amplo acordo arenista com forte inserção nas elites econômicas e políticas da Bahia. Conforme Paulo Fábio Dantas Neto (2003), o carlismo pode ser definido como uma política inserida na arena estatal e no mercado de forma híbrida, porém autocentrada na figura de um "chefe" com poder vertical e "moderador" sobre quaisquer estruturas político-partidárias. No entanto, o carlismo sobreviveu ao ciclo autoritário levando adiante uma reciclagem liberal nos anos 1990, sendo possível observar que "o processo não contradiz, ao contrário, realça e pereniza traços do período anterior, deixando a Bahia um legado ideológico de 'pensamento único', que afirma o moderno ao passo que trunca o pluralismo político" (Dantas Neto, 2003, p. 231).

Neste período, há a ascensão de um "subchefe" nas hostes carlistas: apesar do revés nas urnas em 1986, quando o candidato de ACM, Josaphat Marinho (PFL), perdeu a eleição ao governo do Estado para Waldir Pires (PMDB), que obteve uma vitória expressiva com 66,95% dos votos válidos, Luís Eduardo Magalhães (PFL), filho de ACM, foi o deputado federal mais votado da Bahia aos 31 anos de idade. Estreante na Câmara, Luís Eduardo já tinha conquistado dois mandatos seguidos na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), sendo presidente da Casa de 1983 a 1985. Sem dúvidas, a chegada de Luís Eduardo a Brasília cumpria o objetivo estratégico de reforçar a sua liderança política em nível local e nacional, confirmando a intenção explícita de ACM legitimar a liderança do filho no seio do grupo carlista, isto é, planejando uma carreira política que se iniciou aos 18 anos, quando assumira, em 1973, um cargo diretamente ligado ao gabinete do seu pai, então governador da Bahia.

O caminho de Luís Eduardo já estava planejado em detalhes e corria nos bastidores da política em Brasília que ser candidato a governador da Bahia, em 1998, consolidaria o político baiano como provável pré-candidato à sucessão do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) em 2002. No entanto, o seu precoce e trágico falecimento em abril de 1998 interrompeu uma linhagem sucessória em andamento no carlismo, levando ACM a projetar, às pressas, seu neto como herdeiro da carreira do tio:

> [...] cinco meses depois de perder o seu herdeiro

natural na política, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL) está preparando e orientando um neto para manter a família Magalhães na vida pública. Antonio Carlos Magalhães Neto, 19, coordena a "Força Jovem" da coligação "Luís Eduardo Magalhães" (PFL, PMDB, PL, PTB, PPB, PT do B, PRN, PSC). Ele é filho de Antonio Carlos Magalhães Júnior, o presidente da Rede Bahia de Comunicação. Somente nos últimos dois meses, Antonio Carlos Magalhães Neto visitou 40 municípios, acompanhando a chapa majoritária do partido à sucessão estadual. Além de acompanhar os candidatos ao governo e ao Senado, ACM Neto discursa em quase todas as visitas. "Procuro passar aos jovens a importância de uma participação ativa na política". "Nosso grupo tem a função de levar os ideais do PFL a juventude", diz o neto de ACM, aluno do segundo ano de direito na UFBa (Universidade Federal da Bahia). Há pouco mais de um mês, Antonio Carlos Magalhães Neto foi escolhido para fazer o discurso de saudação ao presidente Fernando Henrique Cardoso, que visitou a Bahia em campanha política. O discurso de ACM Neto, como é chamado pelos amigos, foi assistido por cerca de 5.000 pessoas que lotaram o Centro de Convenções. Além do próprio ACM, o único integrante da família com mandato eletivo na Bahia é o deputado estadual Paulo Magalhães (sobrinho do presidente do Senado). Na vida pública desde o início da década de 50, a família Magalhães teve mais dois representantes: Angelo Magalhães (deputado federal que não conseguiu se reeleger em 94) e Luís Eduardo Magalhães, morto no último dia 21 de abril. Filho do senador Antonio Carlos Magalhães, Luís Eduardo era o candidato do PFL ao governo. Angelo Magalhães, irmão de ACM, é diretor do Desembanco (Banco de Desenvolvimento da Bahia). O outro irmão de ACM que exerce

> função política na Bahia é José Maria de Magalhães Neto, atual secretário estadual da Saúde. "Em algumas viagens, contei com a companhia de meu primo Luís Eduardo Magalhães Filho", disse. O primo, 16, é filho do deputado Luís Eduardo Magalhães. Para ACM Neto, a importância do avô em sua formação política é "total". "Meu avô é o maior político do Brasil e tenho o privilégio de aprender muito com ele". ACM Neto costuma se encontrar pelo menos uma vez por semana com o avô. "Meu avô é muito exigente e sempre pergunta se eu estou indo bem nos estudos". Para ACM Neto, a atividade política que passou a desenvolver com mais intensidade no começo do ano não está prejudicando sua vida pessoal. "Viajo muito, mas também tenho tempo suficiente para namorar e estudar". Ele mantém suspense sobre uma eventual candidatura a Assembléia da Bahia, em 2002. "As coisas estão caminhando para isso, mas não posso fazer previsões" (Folha de São Paulo, Caderno Eleições, p. 6, 30/09/1998)[15]. (Grifos da Folha de São Paulo).

Os anos seguintes à morte de Luís Eduardo levaram ao fim do clima geral de infalibilidade do grupo carlista (Carvalho Neto, 2001), o que derivava de um cálculo político baseado na perda de recursos importantes de poder. Para Dantas Neto (2003, p. 239):

> [...] à medida em que refluía seu peso em Brasília, começou a perder também o controle sobre importantes recursos de poder na Bahia: rompimento do PMDB; defecção de deputados; confronto com o movimento estudantil; greve radical das polícias estaduais; oposição de A Tarde, principal órgão da imprensa escrita baiana; limitação, pela Rede Globo, do uso político

15 Matéria escrita por Luís Francisco, na Folha de São Paulo, e disponível no acervo de clipping do Senado Federal: http://www.senado.leg.br/noticias/OpiniaoPublica/inc/senamidia/historico/1998/9/zn093037.htm. Acesso em: 19/03/2021.

da sua repetidora na Bahia, propriedade da família Magalhães e perda do controle sobre o TRE e a cúpula judiciária do Estado, tudo isso formando uma cadeia de eventos erosivos, que se precipitaria sobre o cenário eleitoral de 2002. Nas urnas, o desempenho refletiu a erosão. Mesmo vencendo no conjunto da Bahia, amargou derrota em Salvador e em outras das maiores cidades baianas, além de ver crescer muito a oposição de esquerda em todo o Estado.

Esta percepção se ambientou no avanço da esquerda nas eleições para governador no início dos anos 2000. A oposição havia perdido, em 1998, de "goleada" diante da vitória de César Borges (PFL) com 69,61%. O então vereador de Salvador Zezéu Ribeiro (PT) ficou em segundo lugar com 15,17%. Esta eleição consolidou o PT como um grupo protagonista da oposição ao carlismo, até então, com mais influência do PDT e do PSDB como partidos locais anticarlistas, mesmo no caso do PSDB que teve em ACM um aliado estratégico à frente do PFL na arena nacional.

Em 2002, a "onda Lula" e o rearranjo de forças da oposição capitaneados pelo PT não foram suficientes para derrotar o carlismo, que elegeu, no primeiro turno, para mais um mandato o ex-governador Paulo Souto (PFL) com 53,69% dos votos válidos. Em segundo lugar, ficou o então deputado federal Jaques Wagner (PT), com 38,47%, um crescimento significativo quando comparado ao desempenho dos petistas e aliados na eleição anterior. Vale destacar que a vitória do carlismo veio em meio a um escândalo antirrepublicano de ACM envolvido na fraude do painel do Senado, o que acarretou na renúncia para fugir de um processo iminente de cassação do seu mandato. O seu retorno veio justamente pelas urnas: conquistou uma das vagas ao Senado com 30,59% dos votos válidos. Em segundo lugar, César Borges (PFL) foi eleito com 27,90% dos votos.

Em que pese o resultado eleitoral de 2002 tivesse sido favorável ao grupo carlista, a leitura feita pela oposição e por analistas políticos indicava que a hegemonia estava ruindo em um processo lento e gradual. Ou seja, havia o fator nacional: Lula assumira a Presidência,

considerando estratégias eleitorais e as suas clivagens regionais que passavam pela disputa das bases eleitorais baianas, o que motivou a nomeação do candidato derrotado Jaques Wagner para o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e do ex-governador Waldir Pires para a recém-criada Controladoria Geral da União (CGU). Já o cantor e compositor Gilberto Gil tornara-se Ministro da Cultura (MinC), aglutinando forças e lideranças da sociedade civil baiana no interior da sua gestão, trazendo para o seio do governo a aura de "baianidade" que por muito tempo foi visto como um monopólio identitário diretamente vinculado ao carlismo. Conforme Paulo Fábio Dantas Neto em entrevista a Carlos Haag para a Revista FAPESP (2007)[16],

> {...} o carlismo pós-carlista não consiste no cancelamento da herança ou mesmo da liderança presente de ACM, nem da vigência do carlismo como grupo político integrado, mas da superação da estrutura fundada numa personalidade por uma dinâmica ancorada numa competição política institucional, bipolar, onde PFL e PT tendem a disputar, cada vez mais, o lugar do protagonista. A vitória de Jacques Wagner revela, observa o pesquisador, o amadurecimento do PT baiano, que foi além da mera posição anticarlista. "Isso não significa que o eleitorado autorizou Wagner a destruir o que houve de construção positiva no estado durante o carlismo. Creio que se espera dele a substituição, com cuidado, da argamassa armada da razão tecnocrática por um cimento democrático e republicano, que tenha uma lucidez técnica, seriedade administrativa, pluralismo político e compromisso para maior igualdade social". Dantas, tampouco, vê a vitória do petista como a mera derrota do pefelista. "Não foi derrotada a figura do senador ACM, politicamente declinante há mais de meia década, mas da política de 'renovação por dentro'. (Grifos no original).

16 Matéria completa disponível no link: https://revistapesquisa.fapesp.br/o-h-da-baianidade/. Acesso em: 20 abr. 2024.

O lugar central da Bahia no primeiro governo Lula reforçou as articulações em torno da oposição ao carlismo que, em nível nacional, manteve-se na oposição a Lula sob a liderança e protagonismo de ACM no Senado. A base governista do petista foi formada por onze partidos, que reuniam 376 deputados, cerca de 73% da Casa. São eles: PT (90 deputados, já considerada a recente expulsão dos três radicais), PMDB (77), PTB (52), PP (49), PL (43) PPS (21), PSB (20), PC do B (10 deputados), PSC (7), PV (6) e PSL (1). Em dezembro de 2003, somente quatro legendas estavam fora da base: PFL (68 deputados), PSDB (50), PDT (13) e Prona (2). Somadas, essas bancadas totalizavam 133 deputados, cerca de 26% dos integrantes da Câmara[17].

Os partidos da base governista começaram a esboçar as condições objetivas das estratégias eleitorais para "cercar" o grupo carlista nas eleições em 2004 e a eleição na capital baiana pela sucessão do prefeito Antônio Imbassahy (PFL) seria o grande teste a ser observado. ACM escolhera o senador César Borges (PFL) como o candidato do grupo enquanto a oposição chegara à eleição com dois nomes fortes, o deputado estadual João Henrique Carneiro (PDT), filho do ex-governador João Durval, e os petistas lançaram mais uma vez o deputado federal Nelson Pelegrino (PT). Ambos foram candidatos a prefeito em 2000, o pedetista ficou em terceiro lugar com 7,51% e petista alcançara 35,33%.

As expectativas em torno da força eleitoral de Lula em Salvador era um fator novo em debate sobre o qual pairava as condições de crescimento da oposição pela ascensão de um presidente e um governo voltado a cercar o carlismo. A escolha das candidaturas replicou o arco de alianças em nível estadual e nacional em torno das lideranças que se enfrentaram em 2000 nas urnas. Na Tabela 1 (abaixo), é possível observar um cenário eleitoral tri-polarizado. O deputado estadual João Henrique (PDT) obteve uma força significativa logo no primeiro turno, roubando a cena frente à candidatura de Nelson Pelegrino (PT), que perdeu bases eleitorais e voto comparado à eleição de 2000. Em parte, a divisão de votos com a deputada estadual e ex-prefeita de Salvador Lídice da Mata (PSB) influenciou no desempenho do petista, que obteve no primeiro turno 10,36% dos votos válidos. A sua escolha

17 Mais informações sobre o primeiro ano do governo Lula no link: https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u56811.shtml. Acesso em: 19 abr. 2024.

em ser candidata naquela eleição decorreu de um reposicionamento na carreira política para gerar um acúmulo de forças para pavimentar a sua candidatura bem-sucedida em 2006, que a levou a conquistar o mandato de deputada federal.

A derrota do carlismo já se deu no primeiro turno com uma votação pífia de César Borges (PFL), obtendo somente 21,93% dos votos frente a João Henrique, que obteve 41,93%, quase o dobro de votos. Em terceiro lugar, Pelegrino conquistou 21,67% dos votos, ficando a menos de quatro mil votos de diferença para o candidato carlista.

Tabela 1 – Resultado eleitoral dos candidatos a prefeito, Salvador (BA), 2004

Candidato(a)	Vice	1º Turno 3 de outubro de 2004		2º Turno 31 de outubro de 2004	
		Votação			
		Total	Porcentagem	Total	Porcentagem
João Henrique (PDT)	Marcelo Duarte (PSDB)	526.890	43,71%	876.278	74,69%
César Borges (PFL)	Pedro Godinho (PFL)	264.355	21,93%	296.986	25,31%
Nelson Pelegrino (PT)	Javier Alfaya (PCdoB)	261.198	21,67%	-	
Lídice da Mata (PSB)	Mário Soares (PMDB)	124.856	10,36%		
Da Luz (PSDC)	César Barbosa (PSDC)	9.450	0,78%		
Benito Gama (PTB)	Aníbal Gordilho (PTB)	6.354	0,53%		
Ângela Maini (PRTB)	Sandra Mendes (PRTB)	5.155	0,43%		
Rivailton Veloso (PTC)	Emídio Pinto (PTC)	4.322	0,36%		
Luís Carlos França (PSTU)	Natã Vieira (PSTU)	2.150	0,18%		
Antônio Eduardo (PCO)	Roquelina Sena (PCO)	642	0,05%		
Total de votos válidos		**1.205.372**	**100,00%**	**1.173.264**	**100,00%**

Fonte: TSE/Wikipedia.

Com o aval do presidente Lula, o segundo turno reuniu uma frente anticarlista em apoio à João Henrique (PDT), o que definiu a derrota agonizante do carlismo. Do primeiro para o segundo turno, o candidato de ACM agregou menos de cinco pontos percentuais, confirmando um quadro de crise eleitoral do carlismo que se estendeu à Região Metropolitana de Salvador (RMS).

Conforme a Tabela 2, dos treze municípios da RMS em oposição ao carlismo, quatro cidades elegeram prefeitos anticarlistas, sendo que as três maiores cidades da RMS – Salvador, Camaçari e Lauro de Freitas – foram conquistadas por lideranças da oposição. Os dados referentes à proporção de eleitores por município (TSE, 2012) mostram que ao somarmos o eleitorado de Camaçari (1,45%), Lauro de Freitas (1,05%) e Salvador (18,61%), totalizava 21,11% do eleitorado baiano, ou seja, a vitória somente nestes três municípios deu condições para o crescimento eleitoral da oposição anticarlista.

Tabela 2 – Prefeitos eleitos na Região Metropolitana de Salvador (RMS), 2004

Município	Eleito	Partido	Votos (%)	Aliado de ACM
Camaçari	Luiz Carlos Caetano	PT	54,84%	Não
Candeias	Amiga Jú	PFL	46,97%	Sim
Dias D´ávila	Andreia	PFL	49,64%	Sim
Itaparica	Claudio Neves	PFL	57,52%	Sim
Lauro de Freitas	Moema Gramacho	PT	45,09%	Não
Madre de Deus	Nita	PFL	57.70%	Sim
Mata de São João	João Gualberto	PP	64,56%	Sim
Pojuca	Dr. Toinho	PFL	49,88%	Sim
Salvador	João Henrique	PDT	74,69%	Não
São Francisco do Conde	Antônio Calmon	PFL	99,53%	Sim
São Sebastião do Passé	Dr. Valdemar	PSDB	33,34%	Não
Simões Filho	Edson Almeida	PL	47,23%	Sim
Vera Cruz	Dr. Nicandro	PFL	44,11%	Sim

Fonte: TSE, elaboração própria do autor.

A partir de 2004, o crescimento da oposição solidificou a chance real de disputa do PT contra o PFL nas eleições de 2006, mas dentro de um cenário turbulento sobre o qual pairavam a instabilidade política do governo Lula e o papel de destaque do Ministro Jaques Wagner (PT) neste processo. Em julho de 2005, os escândalos envolvendo o mensalão levaram Wagner para a Secretaria de Relações Institucionais (SRI) enquanto uma articulação de Lula para reconstruir laços e manter a sua governabilidade fruto da relação com o Congresso a cargo do político baiano.

O lulismo como fator de representação política

Uma das obras mais relevantes no âmbito da ciência política sobre a Era Lula segue sendo a contribuição de André Singer (2012) que caracteriza o **lulismo** como um fenômeno de realinhamento eleitoral no qual houve a inversão de bases de apoio ao lulismo após as eleições de 2006 e com as camadas mais pobres passando a votar em Lula.

O objetivo de Singer reside na problematização em torno da ascensão do lulismo através de um processo de realinhamento eleitoral, enquanto o encontro de uma liderança com uma fração de classe (subproletariado) na eleição presidencial de 2006. Em linhas gerais, o lulismo encarna a realização de um Estado capaz de ajudar os mais pobres sem estabelecer confronto sistemático com a ordem capitalista. O embate de classes é suspenso em favor de uma arbitragem de interesses que faça prevalecer ganhos para todas as partes em uma tentativa de conciliação acima dos embates de classe.

Neste sentido, o lulismo expressa uma abordagem pragmática e conciliadora, que busca combater a pobreza e a desigualdade social sem desafiar diretamente o poder econômico e a estrutura social existente a partir de políticas públicas que incluem programas sociais, como o Bolsa Família, e medidas econômicas que beneficiam os trabalhadores, como a valorização do salário mínimo e o aumento do crédito para a classe trabalhadora, sendo ações que começaram a ser implementadas a partir do primeiro mandato de Lula à frente da presidência.

Se o fenômeno de realinhamento eleitoral consiste no processo pelo qual os eleitores mudam suas preferências de voto em candidatos ou

partidos que não eram seus tradicionais aliados, o cenário político brasileiro reafirmou mudanças nas políticas públicas que geraram um novo padrão de votação, isto é, o lulismo como fenômeno de realinhamento eleitoral das camadas mais pobres do eleitorado passou a existir em razão do apoio popular a Lula nas eleições de 2006, sendo que o voto dos mais ricos migrou para o PSDB.

Também entendemos, para além do que analisara Singer, o lulismo como um fenômeno de representação política, observado por meio do apoio eleitoral e, ainda mais, em torno das disputas no âmbito do terreno da cultura e da política, que envolvem a reiteração dos projetos políticos em torno das relações entre a sociedade civil e a sociedade política (Dagnino; Olvera; Panfichi, 2006).

Na esteira do cenário nacional, as eleições de 2006, no Brasil, consolidaram um realinhamento no qual a população com menos renda e escolaridade escolhera votar em Lula, algo diferente do que ocorrera na eleição de 2002. A pré-candidatura de Jaques Wagner na Bahia conformou-se na estratégia de estabelecer um palanque forte para o petista, mas, em especial, havia uma compreensão de que o acúmulo de forças do petista na eleição de 2002 o colocaria em uma situação ainda mais favorável para as eleições de 2006. Naquela eleição, o petista alcançou 38,47% dos votos válidos, porém em um contexto adverso com poucos apoios de prefeitos e vereadores, tanto assim que vencera somente em 31 cidades baianas (Figura abaixo).

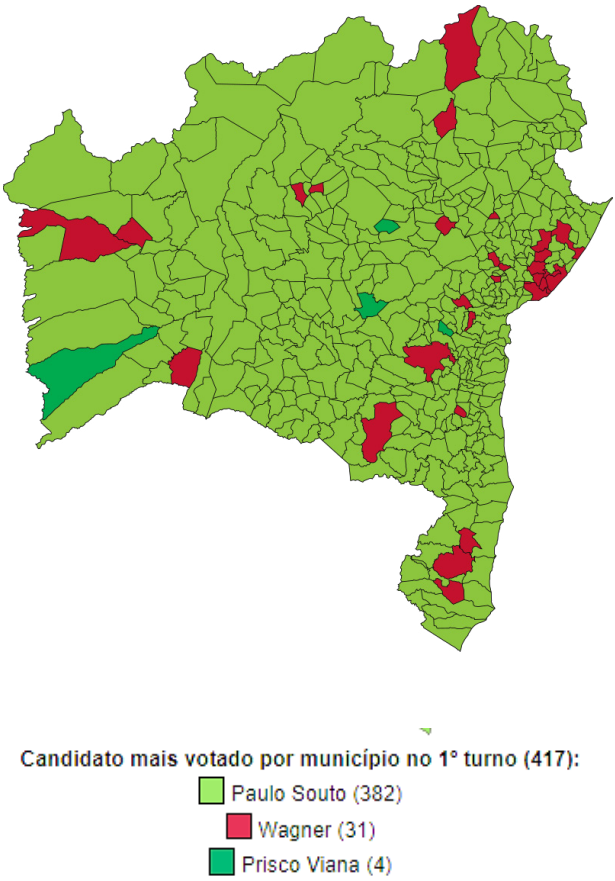
A coligação "A Bahia vai ser melhor" restringiu-se a somente quatro partidos (PT, PCdoB, PV e PMN), sendo que a principal estratégia foi consolidar uma chapa "puro sangue" como um palanque de apoio a Lula. Também contou naquela eleição o julgamento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de verticalização das coligações partidárias[18], segundo o qual os partidos não poderiam fazer alianças divergentes nos Estados e em nível federal, isto é, feita uma aliança nacional, a mesma deve ser replicada nos Estados.

Naquela eleição, a coligação nacional "Lula Presidente" foi formada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Liberal (PL),

18 Mais informações diretamente no link da matéria da Câmara dos Deputados: https://www.camara.leg.br/noticias/142693-anos-2000-marcam-vinda-e-ida-da-verticalizacao-das-coligacoes/. Acesso em: 03 maio 2024.

Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido da Mobilização Nacional (PMN) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). A situação do PL foi adversa, já que o partido na Bahia se mantinha controlado pelo carlismo e se viu impedido de estar coligado em outra chapa senão àquela liderada pelos petistas em nível nacional.

Figura 1 – Candidatos mais votados nos municípios baianos, eleições ao governo estadual, 2002



Fonte: TSE/Wikipedia.

Em síntese, o lulismo como fator de representação política vai além do fenômeno de realinhamento eleitoral (Singer, 2012), mas se tornou presente por meio de um processo de representação política mais amplo por meio do voto e apoio aos petistas sob a liderança política de Lula, mas diante de um hibridismo, isto é, um fator nacional com impacto local. Do ponto de vista analítico, o lulismo também opera a capacidade do PT em mobilizar setores marginalizados e excluídos social, econômica e politicamente por meio da conquista de voto, mas por meio da estabilização da representação política com atuação da sociedade civil por meio de políticas sociais igualitárias de impacto na própria estrutura institucional da democracia representativa (Romão et al., 2020).

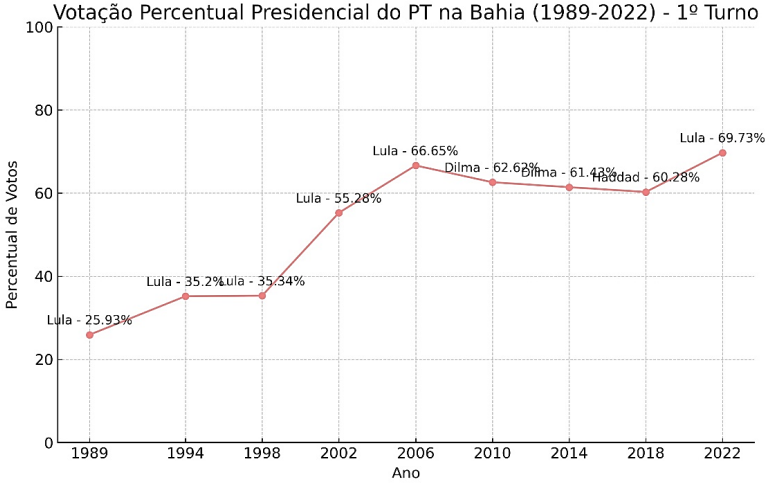
O lulismo baiano

A força política em torno da liderança de Lula revela-se significativa na competição política na Bahia desde 1989, quando o sindicalista se candidatou pela primeira vez à presidência. Naquela eleição, Lula obteve no primeiro turno 25,93% dos votos válidos (Gráfico 1). Em 1994, o petista alcançou na Bahia 35,20% dos votos em uma eleição nacionalmente decidida no primeiro turno com a vitória de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) com 54,28% dos votos válidos ante 27,04% conquistados por Lula. Na Bahia, o PT apoiou a candidatura tucana e anticarlista do deputado federal Jutahy Magalhães Júnior (PSDB). Na verdade, a principal candidatura de oposição foi representada pelo ex-governador João Durval Carneiro (PDT), ficando em segundo lugar com 25,29%.

A eleição seguinte de 1998 teve o lançamento da candidatura ao governo do vereador de Salvador Zezéu Ribeiro (PT) enquanto uma tática eleitoral de protagonismo do partido na oposição ao carlismo. Desta vez, João Durval Carneiro (PDF) saiu candidato ao governo baiano mais uma vez, obtendo 12,80% dos votos e o petista conquistou 15,17% dos votos válidos. A vitória de César Borges (PFL) se deu em um clima de comoção, já que ele substituíra nas urnas o deputado federal Luís Eduardo Magalhães (PFL), filho de ACM e candidato a governador da Bahia com forte pretensão de se candidatar a presidente, em 2002, para a sucessão de FHC na presidência.

Em 2002, a vitória eleitoral de Lula à presidência consolidou um novo patamar de votos do PT para presidente no eleitorado baiano. Conforme o gráfico abaixo, entre 2002 e 2022, os petistas conduziram uma série de vitórias eleitorais para a presidência com uma força eleitoral latente no Estado. A reeleição de Lula inaugurou um novo ciclo de poder em torno da preferência "hegemônica" do voto em Lula, ampliando a margem de votos conquistada na eleição anterior.

Gráfico 1 – Votação do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência, 1º Turno, Bahia, 1989-2022



Fonte: Elaboração do próprio autor.

Em 2006, a disputa eleitoral na Bahia colocou o então ministro do governo Lula, Jaques Wagner (PT), como o principal opositor do grupo carlista, sendo que, na eleição que levou Lula para a presidência pela primeira vez, a disputa ao governo baiano colocou o PT pela primeira vez com uma votação expressiva, alcançando 38,47% dos votos. A ação política do governo Lula na Bahia projetou um cenário mais favorável para os petistas baianos, o que, de fato, ocorreu na eleição que marcara

a tentativa de reeleição de Lula.

Conforme o Gráfico 2 (abaixo), é possível perceber que há uma relação diretamente proporcional entre o crescimento de votos do PT para presidente e para governador, destacando as condições necessárias para que o carlismo saísse derrotado daquelas eleições, mas vale observar que a estabilização dos votos para presidente foi dando lugar também a uma estabilidade de votos a governador, como podemos observar na série histórica. As duas eleições que foram "atípicas", de maneira geral, envolveram múltiplos fatores instáveis politicamente, como as eleições de 2018 e 2022.

Em 2018, Lula foi preso por envolvimento em crimes investigados pela Operação Lava Jato e deu lugar na disputa presidencial para o ex-ministro Fernando Haddad (PT). A reeleição do governador Rui Costa (PT) veio em um cenário de esvaziamento político da oposição liderada pelo prefeito de Salvador ACM Neto (DEM), que desistiu de renunciar para ser pré-candidato a governador um dia antes do prazo, levando à escolha do ex-prefeito de Feira de Santana, José Ronaldo (DEM) – segundo maior colégio eleitoral da Bahia – como o candidato do grupo de oposição ao PT.

A eleição de 2022 foi marcada pelo retorno de Lula às urnas após o STF julgar procedente o pedido de anulação das provas e do rito processual que o levou à prisão, em 2018, pelo julgamento feito pelo Tribunal Regional Federal da 4ª região (TRF-4). No entanto, a base aliada petista na Bahia resolveu lançar a candidatura do então secretário estadual de Educação Jerônimo Rodrigues (PT) para o governo baiano no embate com o ex-prefeito ACM Neto (União Brasil). O detalhe é que o petista jamais tinha disputado qualquer cargo eletivo e sequer dava declarações públicas considerando esta hipótese para a sua carreira política.

A diferença de cerca de 20 pontos percentuais entre Lula e Jerônimo, ao final da corrida eleitoral, passou longe de ser a tônica ao longo dos 45 dias de disputa eleitoral marcada pelo favoritismo de ACM Neto nas pesquisas. No entanto, algumas pesquisas já tinham detectado, desde março de 2022, que quando perguntados sobre se queriam um governador eleito aliado de Bolsonaro ou Lula, a maioria se inclinava a preferir um governador aliado do futuro presidente. Segundo matéria

da Rede Brasil Atual, a pesquisa realizada pela Genial/Quaest em março de 2022 apontou que a

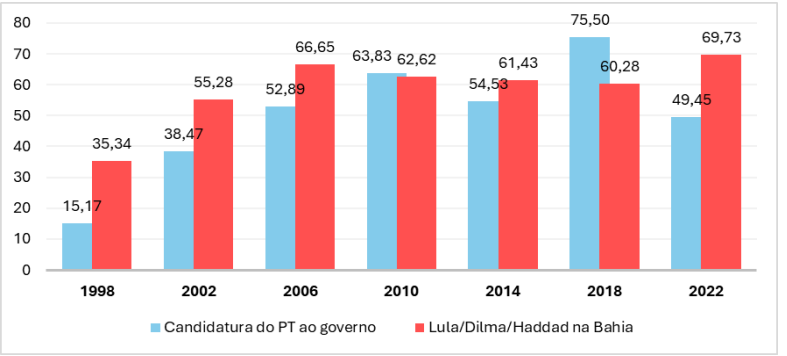
> disputa pelo governo da Bahia mostra liderança folgada do ex-prefeito de Salvador ACM Neto (União Brasil), com vitória no primeiro turno. Se as eleições fossem realizadas hoje, ele teria 66% dos votos, ante 5% do ministro da Cidadania, João Roma (Republicanos), 4% do secretário estadual da Educação, Jerônimo Rodrigues (PT) e 2% do investigador da Polícia Civil Kleber Rosa (Psol). Em um cenário sem João Roma, o percentual de ACM Neto chega a 69%. "A vantagem atual de ACM Neto é explicada pelo seu alto grau de conhecimento no Estado e seu baixo nível de rejeição. Mas o baixo desempenho do candidato do PT pode estar escondendo seu potencial quando for apoiado por Lula e os ex-governadores, Rui Costa e Jacques Wagner", explica em seu perfil no Twitter o diretor da Quaest e professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Felipe Nunes. Enquanto somente 9% dos entrevistados dizem não conhecer ACM Neto, esse índice chega a 82% em relação a Jerônimo Rodrigues. O apoio do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva também poderia alterar o cenário: 48% dizem que poderiam mudar o voto caso o candidato a governador fosse apoiado por ele [...] quando apresentado o nome de Jerônimo Rodrigues associado ao apoio de Lula, seu percentual de votos pula de 4% para 37%, enquanto o índice de ACM Neto, apresentado como independente, baixa de 66% para 43%. O apoio do presidente Jair Bolsonaro (PL) leva João Roma de 5% para 9%[19] (RBA, 2022). (Grifo no original).

O desconhecimento do perfil de Jerônimo e a ausência de uma

19 Veja matéria completa no link: https://www.redebrasilatual.com.br/politica/genial-quaest-bahia-acm-neto-lula/. Acesso em; 02 maio 2024.

"inteligência eleitoral" que associasse o petista a Lula gerou um desafio enorme à campanha do PT: vencer contra o tempo a associação entre as duas lideranças, o que dependia, sobretudo, do engajamento dos prefeitos aliados. Um levantamento inédito realizado em julho e agosto de 2022 mostrou que o petista tinha o apoio público e declarado de 272 prefeitos baianos, desfazendo a narrativa do seu adversário de que já teria conquistado o apoio de dezenas de prefeitos (Carvalho; Souza; Dantas, 2022)[20].

Gráfico 2 - Desempenho eleitoral (%) do Partido dos Trabalhadores (PT) para governador e presidente, 1º Turno, Bahia, 1998-2022



Fonte: Elaboração do próprio autor.

Se, por um lado, a força de Lula influenciou decisivamente os eleitores para uma escolha pautada pelo alinhamento entre o local e o nacional, por outro, o lulismo baiano tem como elemento central a mobilização de políticas inclusivas pautadas na distribuição de renda e defesa dos mais pobres, em especial, na busca de representar interesses relacionados ao interior baiano e a combinação entre o rural e o urbano nas formas de sociabilidade e geração de oportunidades econômicas. Segundo Ortega, Cerqueira e Silva (2016, p. 64), os dados da Bahia

20 Veja mais detalhes do levantamento em matéria publicada no site do UOL: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/08/18/na-bahia-maioria-dos-prefeitos-apoia-petista-mas-acm-neto-lidera-pesquisas.htm. Acesso em 06 maio 2024.

{...} a concentração dos benefícios econômicos e sociais em áreas específicas do território baiano na década de 2000. Exemplo disso é que, em 2005, a participação da RM de Salvador representava, aproximadamente, 50% do PIB da Bahia, e a participação dos cinco municípios com mais de 200 mil habitantes, 10,61%. Do total de 417 municípios, quinze foram responsáveis por mais de 60% do PIB do estado. Os municípios com até 50 mil habitantes apresentaram PIB per capita (R$ 3.528,21) muito inferior ao PIB per capita do estado (R$ 6.582,76) e da RM de Salvador (R$ 13.667,26) (Lacerda, 2009). Em 2006, a concentração da população baiana na RM de Salvador e nos municípios com mais de 200 mil habitantes é expressiva, enquanto 50% da população do estado da Bahia residiam em municípios de pequeno porte, com população inferior a 50 mil habitantes. Ademais, é preciso considerar que 68% destes municípios possuíam até 20 mil habitantes; municípios de características rurais, cuja economia está centrada na agricultura de subsistência (Lacerda, 2009). Observando-se as informações em nível de domicílio, verificam-se desigualdades do dinamismo econômico e dos aspectos sociais entre as áreas rurais e urbanas do estado da Bahia. Em 2001, do total de 3.421.888 famílias baianas, 1.079.112 (31,55%) residiam no meio rural e 2.342.226 (68,45%) residiam no meio urbano. A renda per capita média da família baiana era de R$ 452,12; maior no meio urbano (R$ 536,46) e muito menor no meio rural (R$ 190,04). Na Bahia, o chefe de família possuía, em média, seis anos de estudo; no meio urbano, sete anos; no meio rural, somente três anos de estudo (Cavalcanti, Silva e Queiroz, 2012).

Conforme o Quadro 1 (abaixo), é possível observar um conjunto de políticas públicas que gerou impacto no Estado desde 2006, levando até os municípios ações com grande impacto social e político voltadas a gerar mais inclusão e igualdade. Destaca-se o Programa Água para Todos com ações visando o saneamento e o acesso à água por meio da entrega de cisternas, sendo que se somou no seu alcance nas diversas regiões da Bahia ao Programa "Casa da Gente" na construção de unidades habitacionais para a população mais pobre. Além dos programas estaduais, há enorme relevância das políticas públicas do governo federal implementadas na Região Nordeste. Neste caso, a Bahia teve um grande boom de ações governamentais que não ficaram restritas ao governo estadual, mas sob coordenação do governo Lula e Dilma.

Quadro 1 – Principais Programas governamentais do Governo da Bahia, 2007-2023

Programas	Objetivos	Início de implantação
Água para Todos	O programa beneficiou mais de 4,5 milhões de pessoas com a implantação de 1,62 milhão de novas ligações de água e a ampliação de 1.025 sistemas de abastecimento de água. Além disso, foram criadas 232.576 cisternas de consumo que forneceram água a mais de 800 mil pessoas, e 15.696 cisternas de produção foram implementadas para apoiar atividades socioeconômicas.	2007

Pacto pela Vida	O objetivo principal foi reduzir a violência e a criminalidade no Estado. Esta iniciativa é uma adaptação do modelo desenvolvido pelo ex-governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), e foi relançada em 2023 com uma nova configuração pelo governador Jerônimo Rodrigues com o nome "Bahia pela Paz". O projeto segue em tramitação na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA).	2011
Policlínicas Regionais de Saúde	As Policlínicas Regionais de Saúde na Bahia são uma importante iniciativa de descentralização da assistência médica de média e alta complexidade. Desde a inauguração da primeira unidade em 2017, o projeto expandiu significativamente, atingindo um total de 26 policlínicas até 2023, abrangendo 28 regiões de saúde e atendendo cerca de 77,5% da população do Estado.	2017
Programa de Recuperação e Manutenção de Rodovias da Bahia (PREMAR)	Esse programa foi uma iniciativa do Banco Mundial que ajudou a recuperar 4 mil quilômetros de estradas na Bahia ao longo de 13 anos. O PREMAR foi dividido em duas fases: a primeira de 2006 a 2014, cobrindo 1 mil quilômetros, e a segunda de 2016 a 2021, durante a qual foram melhorados mais 3 mil quilômetros de estradas.	2006

Casa da Gente	O programa "Casa da Gente" foi instituído pelo Governo da Bahia em 2008, conforme a Lei nº 11.041, que definiu o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social e a Política Estadual de Habitação . Este programa, coordenado pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado da Bahia (Conder), visa ajudar famílias de baixa renda a conquistar a casa própria, oferecendo recursos do Governo do Estado, que já entregou cerca de 17 mil moradias em diversas regiões da Bahia.	2008
Reforma e modernização das escolas públicas	O Governo do Estado da Bahia está conduzindo um programa abrangente de construção, ampliação e reforma de escolas em todo o Estado. Este programa inclui a construção de 17 novas escolas estaduais e três complexos esportivos educacionais, além da ampliação e reforma de 150 unidades escolares. O investimento total para este programa ultrapassa R$ 464 milhões até 2026.	2019

Fonte: Elaboração do próprio autor.

O conjunto de políticas públicas de grande impacto social e político implementadas pelo governo federal (Bolsa Família, Luz para Todos, Prouni, Água para Todos etc.) e a força da representação política do que podemos chamar de "políticas lulistas" gerou uma confluência entre o local e o nacional com lideranças próprias, ascendentes diante de um novo ciclo de competição política pós-carlista, ao mesmo tempo alicerçado nas regras democráticas e de compartilhamento de poder. Ou seja, assim como em nível nacional, o lulismo baiano se deu diante de uma coalizão ampla, replicando o cenário nacional, mas com autonomia

estratégica para gerar uma estabilidade coalizacional em vigor há quase vinte anos.

Quando o ex-ministro Geddel Vieira Lima (MDB) desembarcou da aliança com o PT baiano, após as eleições de 2006, não restou outra saída ao governador Jaques Wagner (PT) senão apostar no reingresso político do ex-governador e então conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), Otto Alencar. Não era para menos, a Bahia vivia um rearranjo no seu padrão de competição política após o falecimento do ex-senador Antônio Carlos Magalhães (ACM), o que levou a uma transição em direção a um momento histórico pós-carlista. Mas, afinal, o que era isso? Naquele momento, a transição significava a democratização social e política da Bahia, abandonando uma autocracia centrada na figura pessoal de ACM como um chefe político para se iniciar de fato um modelo de democracia multipartidária àquela altura em curso em nível nacional.

Foi o caráter desta transição, inclusive, que pavimentou a escolha de Geddel em se colocar como uma terceira via na eleição de 2010. Naquela eleição, o ex-ministro terminara em terceiro lugar com 15,56%, encostado com o segundo colocado, o ex-governador Paulo Souto (PFL), que obtivera 16,09% dos votos. No entanto, o maior vencedor foi mesmo Wagner ao ser reeleito com 63,38% dos votos válidos e com um detalhe: Otto Alencar (PP) elegeu-se vice-governador na chapa petista, repondo efetivamente a força necessária à reeleição após a saída do MDB do grupo governista.

Para se ter uma ideia, o PP, em 2004, foi o quarto partido mais votado na Bahia, conquistando 9,67% dos votos para prefeito. Em 2008, o partido mais votado foi o MDB (24,77%), sendo que o PP ficou em quinto lugar (6,72%). Em 2012, o partido ficou em quarto lugar com 10,55% dos votos, mas agora havia um novo protagonista: o PSD liderado por Otto Alencar. Em sua primeira eleição após fundado sob a sua liderança, o partido obteve um resultado surpreendente de 9,57% dos votos para prefeito.

Na eleição de 2016, o PSD passou a ser um *player* consolidado como uma máquina de votos no Estado ao ser o segundo partido mais votado na eleição para prefeito, conquistando 12,50% dos votos. Na eleição de 2020, o partido alcança 18,86% dos votos enquanto o PT conquistou

13,66% e o PP 12,99%. Somando-se a votação dos três partidos na disputa das prefeituras em 2020, 45,51% dos votos ficaram concentrados nos três partidos governistas. Conforme a Tabela 3 (abaixo), o equilíbrio político entre o PT e o PSD revela o foco na estratégia municipalista enquanto os petistas conseguem um resultado mais expressivo na disputa ao legislativo estadual e federal, além da conquista dos últimos três governadores baianos.

Tabela 3 – Desempenho eleitoral da base aliada governista, Bahia, 2016-2022

Cargo	Partido mais votado da base governista	Votos nominais (%)
2016-2018		
Prefeito	PSD	23,23%
Vereador	PSD	8,63%
Deputado Estadual	PT	13,07%
Deputado Federal	PT	15,04%
2020-2022		
Prefeito	PSD	18,86%
Vereador	PSD	13,51%
Deputado Estadual	PT	13,61%
Deputado Federal	PT	15,80%

Fonte: elaboração do próprio autor.

Considerações finais

De maneira geral, alguns dados apontam que entre 2000 e 2010, a Bahia melhorou os seus índices socioeconômicos com foco na redução da pobreza e melhoria no acesso à segurança alimentar, educação e saúde. A proposta aqui neste trabalho foi denominarmos de *lulismo baiano* a ascensão de novas lideranças eleitorais que replicam a liderança de Lula na Bahia, o que representa, de forma preliminar, um avanço na compreensão do fenômeno da representação política.

No entanto, a reiteração do lulismo baiano não se perfaz em uma figura centralizadora, tal como se deu durante décadas com o carlismo, mas depende essencialmente de um conjunto de forças partidárias em torno de diversas lideranças eleitorais, inclusive, que transitaram

do grupo carlista para o campo lulista na Bahia, como aconteceu com lideranças do PP e do PSD baianos nas últimas décadas.

Diante de cinco eleições vitoriosas consecutivas para os petistas no Estado, elegendo três governadores (2006-2022), o lulismo baiano se afirmou como um fenômeno eleitoral e de representação política, mas sem um "chefe" partidário conforme as definições weberianas, embora dependa em grande parte da força exógena de Lula como uma liderança partilhada com outros políticos baianos.

De forma preliminar, o que aqui denominamos de lulismo baiano configura um comportamento eleitoral alinhado entre o local e o nacional com base em políticas públicas e estratégias eleitorais voltadas para os mais pobres. A diferença substancial em relação ao carlismo reside na confluência representativa entre lideranças locais e nacionais dentro da perspectiva político-partidária e ao mesmo tempo dependente de uma coalizão com apoio de partidos de centro e da direita. Esta "fórmula" segue em vigor em um ciclo com vida própria até as eleições de 2026 e com chance de persistir mais alguns anos pela frente.

Referências

CARVALHO, R. F.; SOUZA, C. A.; DANTAS, H. O Governismo em cena: notas preliminares sobre a influência dos prefeitos na eleição ao governo estadual da Bahia em 2022. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, [S. l.], v. 47, n. 257, p. 513–542, 2022. DOI: 10.25247/2447-861X.2022.n257.p513-542. Disponível em: https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/1117. Acesso em: 7 maio 2024.

CARVALHO NETO, Joviniano de. Efeitos de uma renúncia. **Correio Braziliense**, Brasília, 31 maio 2001.

DAGNINO, Evelina; RIVERA, Alberto Olvera; PANFICHI, Aldo. **La disputa por la Construcción democrática en América Latina**. CIESAS, 2006.

DANTAS, Paulo Fábio. "Surf" nas ondas do tempo: do carlismo

histórico ao carlismo pós-carlista. **Caderno CRH**, v. 16, n. 39, 2003.

ORTEGA, A. C.; CERQUEIRA, C. A.; SILVA, Filipe P. M. As Políticas Públicas de Desenvolvimento no estado da Bahia: evolução e características. *In*: ORTEGA, A. C; PIRES, M. J. S. (Orgs.). **As Políticas Territoriais Rurais e a articulação Governo Federal e Estadual**: um estudo de caso da Bahia. Brasília: Ipea, 2016.

ROMÃO, Wagner de Melo; MONTAMBEAULT, Françoise; LOUAULT, Frédéric. Instituições participativas sob a égide do lulismo. **Caderno CRH**, v. 33, jul. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccrh/a/PprMhGnxFDT4WzkC7LL4PPk/. Acesso em: 02 maio 2024.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CICLOS POLÍTICOS EM PERNAMBUCO: ATORES, ALIANÇAS, PROJETOS DE PODER E O RECENTE PROTAGONISMO DAS MULHERES (2006 A 2022)

Priscila Maria Lapa
Sandro Virgílio Prado Ribeiro

Introdução

Este capítulo tem como objetivo analisar aspectos centrais da conjuntura econômica e política de Pernambuco no contexto das eleições de 2022, que levaram à ruptura de um longo ciclo político do Partido Socialista Brasileiro (PSB) à frente do governo estadual. Para tanto, foram abordados os principais aspectos da economia nacional e estadual que influenciaram o cenário político-eleitoral, os desafios enfrentados pelos candidatos e candidatas e as propostas apresentadas para lidar com tais questões. Também foram examinadas as repercussões dessa ruptura de poder nos campos político, econômico e social e as implicações que essa mudança representou para a sociedade pernambucana.

A análise está imbricada ao protagonismo das mulheres nas eleições de 2022. Historicamente, as mulheres têm enfrentado uma série de desafios para participar ativamente na política no Brasil, o que inclui estereótipos de gênero, falta de representatividade nos espaços de poder e desigualdades estruturais.

Em Pernambuco, esses desafios não são diferentes. As mulheres têm enfrentado barreiras significativas para conquistar posições de liderança política. O protagonismo das mulheres nas eleições, especialmente para o governo do Estado e o Senado, teve um peso importante para as discussões sobre o papel das mulheres na política, no ciclo eleitoral

de 2022.

Naquele pleito, a dinâmica política de Pernambuco sofreu uma reviravolta significativa, marcando o fim de um ciclo de 16 anos de hegemonia do PSB e seus aliados, com a ascensão de novas forças políticas, encabeçadas por uma liderança feminina.

Para a construção do presente capítulo, foram utilizados dados eleitorais e econômicos, bem como planos de governos para a análise empírica. Considera-se que a disputa para o governo de Pernambuco representou a ruptura de um padrão histórico no qual candidaturas masculinas eram mais competitivas e, as mulheres, por razões históricas, tinham chances diminutas de alcançar o comando do Poder Executivo Estadual.

O cenário econômico em 2022: altos índices de desemprego, baixa renda *per capita*, desigualdade social e o descontentamento com a gestão pública

A falta de empregos é um dos principais desafios enfrentados por qualquer economia e seus efeitos são sentidos em múltiplos níveis pela população. Quando esse índice está elevado, uma série de consequências afeta diretamente o bem-estar social e econômico dos indivíduos, assim como o funcionamento da sociedade (Mankiw, 2021).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o desemprego "se refere às pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho" (IBGE, 2023, s/p). Em Pernambuco, os altos índices de desocupação afetaram significativamente a qualidade de vida da população no ano de 2022.

De acordo com o IBGE (2024), o Brasil havia encerrado o terceiro trimestre (julho a setembro) de 2022 com uma taxa de desemprego de 8,7%. Os números, que estavam com tendência à queda desde que atingiram o maior patamar dos últimos tempos no final do primeiro trimestre (janeiro a março) de 2021, quando 14,9% da população brasileira estava desempregada, continuavam apresentando índices elevados. Esse fator foi consequência de diversos acontecimentos, como a Covid-19, por exemplo, e falhas na gestão pública.

Ainda segundo o IBGE (2024), Pernambuco estava com um

desempenho bem aquém da média nacional e registrou, nos meses que antecederam as eleições (julho a setembro de 2022), um índice de desemprego de 12,3%, resultado sofrível que só não foi pior do que os índices dos Estados da Bahia e do Amapá. No último trimestre de 2021 (de outubro a dezembro), ano que antecedeu as eleições, o índice de desemprego em Pernambuco chegou a atingir 17,1% da População Economicamente Ativa (PEA).

Além do aspecto econômico, que envolve a perda de renda e o aumento da insegurança financeira, o desemprego também afeta o bem-estar psicológico e emocional dos indivíduos. Segundo Estramiana (2012), a falta de ocupação remunerada pode levar a uma desestabilização psicológica. Isso pode ocasionar diferentes problemas psicológicos, como depressão e aumento da baixa autoestima (Estramiana, 1992).

Ademais, o desemprego tem efeitos em cascata na economia. A redução do poder de compra das famílias impacta negativamente no consumo, o que, por sua vez, pode levar à redução da produção e ao aumento do desemprego em outros setores. Isso cria um ciclo vicioso que tende a agravar ainda mais a situação econômica e social (Mankiw, 2021).

O desemprego, frequentemente, é percebido pela população, em sua maioria, como resultado de falhas na gestão pública e nas políticas econômicas. Os cidadãos esperam que seus governantes adotem medidas para promover o crescimento econômico e a geração de empregos, e quando isso não ocorre, há uma sensação de descontentamento e desconfiança em relação à gestão pública.

Os altos índices de desocupação e a baixa renda familiar são frequentemente associados à má gestão econômica, o que pode levar os eleitores a expressarem seu descontentamento nas urnas, através do voto em candidatos que prometem políticas mais eficazes de geração de empregos e desenvolvimento econômico.

Atrelado ao alto índice de desemprego, a renda *per capita* em Pernambuco se encontrava muito baixa nas eleições de 2022. Enquanto a renda *per capita* do Brasil terminou, em 2022, com a média de R$1.625,00, em Pernambuco, o valor foi de R$1.010,00, considerado o quinto pior resultado, no quesito renda *per capita*, no Brasil (IBGE, 2024).

Dentro do âmbito familiar, a redução da renda se torna um desafio, visto que impacta diretamente na capacidade de satisfazer suas necessidades básicas, como alimentação, moradia, saúde e educação. Quando os recursos salariais não são suficientes para suprir tais necessidades, tem-se uma redução na qualidade de vida, podendo chegar, até mesmo, em um posicionamento na linha de vulnerabilidade social.

Indivíduos de famílias em situação de vulnerabilidade têm acesso limitado aos serviços de saúde e de educação básica, o que pode resultar em uma maior incidência de doenças e menor qualificação profissional, e, consequentemente, perpetuar o ciclo da pobreza e dificultar a ascensão social.

A limitação no acesso aos recursos para as famílias parece influenciar, também, nos índices de criminalidade. Segundo o Boletim de Segurança Pública (2019), há uma correlação positiva entre desigualdade social e criminalidade, ou seja, quanto maior a desigualdade, maior o índice de criminalidade. Ainda segundo os pesquisadores responsáveis pelo estudo, esse cenário provocado pela desigualdade socioeconômica pode incentivar a busca pela sobrevivência por meio da prática de atividades ilegais.

Em muitos casos, indivíduos de baixa renda podem recorrer à criminalidade como uma forma de obterem recursos financeiros de maneira rápida e, muitas vezes, ilegal. Isso pode incluir atividades como roubo, furto, tráfico de drogas e outros crimes relacionados à busca por meios de subsistência.

De acordo com o Monitor de Violência (2024), entre janeiro e setembro de 2022, o estado de Pernambuco registrou a maior taxa de homicídios por 100 mil habitantes do Brasil. Nos três primeiros trimestres do ano de 2022, foram registrados 2.540 assassinatos, equivalente a 26,3 mortes violentas a cada 100 mil habitantes. Durante as eleições de 2022, a insegurança e a violência foram os pontos de grande preocupação entre os eleitores.

A baixa renda *per capita* está diretamente relacionada às políticas públicas adotadas pelo governo federal, especialmente no que diz respeito à distribuição de renda, acesso aos serviços públicos e oportunidades de emprego. Quando as políticas públicas falham em abordar as desigualdades socioeconômicas e não promovem o desenvolvimento

econômico inclusivo, a população de baixa renda tende a ficar descontente com a gestão pública.

A percepção de que o governo não está agindo de forma eficaz para melhorar as condições de vida das famílias de baixa renda pode levar ao aumento do descontentamento e à insatisfação com os gestores públicos. Isso pode se manifestar, principalmente, na hora do voto, o que, de certa forma, pode impactar no processo de descontinuidade de grupos que ocupam o poder.

A estratégia do Governo Federal de aumentar, consideravelmente, o valor do Auxílio Brasil (Bolsa Família) em ano eleitoral fez com que a desigualdade de renda reduzisse no país, em 2022, e atingisse o menor nível da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD CONTÍNUA), que se iniciou em 2012.

Em janeiro de 2022, o valor médio do Auxílio Brasil foi de R$ 210,93 e o montante disponibilizado pelo Governo Federal para o Programa foi no total de R$ 3.705.233.574,00. Tiveram dois aumentos substanciais em 2022: em julho de 2022, o valor médio pago às famílias saltou para R$ 408,80 e, em agosto de 2022, a média do valor pago às famílias foi de R$ 607,85, com o valor total repassado pelo programa de transferências de renda no total de R$ 12.144.301.939,00 (SENARC, 2024).

Além do estratagema de aumentar substancialmente o valor médio pago às famílias, o Governo Federal aumentou de forma, também expressiva, o número de famílias participantes do Programa Auxílio Brasil. Em novembro de 2021, eram 14.506.301 famílias beneficiadas, o que fez com que esse número saltasse para 20.200.862 de famílias em agosto de 2022.

O índice de Gini do rendimento domiciliar *per capita* – um indicador de desigualdade – caiu de 0,544 no ano de 2021 para 0,518 em 2022. Este resultado ficou abaixo de 2019, antes da pandemia, quando era de 0,544. Cabe lembrar que, quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade.

No entanto, a estratégia eleitoral utilizada parece não ter sido eficiente dentro do intervalo de tempo em que foi aplicada. Mesmo com os novos valores do Auxílio Brasil, havia uma percepção muito grande de perda de renda pela população mais pobre, em parte provocada pela alta inflação registrada no ano de 2021.

Em 2021, a inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), foi de 10,1%, uma das maiores desde a implantação do Plano Real em 1994. No ano de 2022, a inflação brasileira ficou em patamares um pouco mais baixos, após o governo se utilizar de estratégias tributárias e ter gerado deflação nos meses que antecederam o pleito eleitoral (julho, agosto e setembro). Esse cenário fez com que o ano se encerrasse com alta de 5,8% (IBGE, 2024).

Um dos impactos mais diretos da inflação é a redução do poder de compra da população. Quando os preços aumentam rapidamente, o dinheiro, que as pessoas têm disponível para gastar, compra menos bens e serviços do que antes. Isso leva a uma queda no padrão de vida, especialmente para os trabalhadores com rendas fixas ou baixas (Sandroni, 2005).

Para a população de baixa renda, que já possui recursos financeiros limitados, o impacto da inflação costuma ser muito mais significativo. O aumento dos preços pode tornar difícil ou até impossível para essas pessoas comprarem itens básicos, como alimentos, remédios e produtos de primeira necessidade, que podem gerar, dentre outras coisas, insegurança alimentar.

Diante deste cenário econômico desfavorável, abriu-se uma brecha para o não continuísmo da gestão pública em âmbito nacional e estadual, conforme os pressupostos teóricos do voto econômico, consolidados na literatura da Ciência Política (Lewis-Beck; Paldam, 2000).

Uma das principais premissas do voto econômico é que fatores como crescimento econômico, inflação e desemprego estão associados a variações nos níveis de popularidade do presidente ou nas suas chances eleitorais, o que também poderia ser transposto para interpretar as disputas nas arenas subnacionais. No entanto, estudos como os de Barone (2009) buscam investigar a capacidade dos eleitores brasileiros em atribuir responsabilidade aos governadores dos Estados e aos seus partidos pelas políticas públicas estaduais.

Um dos aspectos a se considerar diz respeito à clareza de responsabilidade, ou seja, se os eleitores são capazes de identificar o responsável pelo resultado da economia, para que possam recompensar ou punir eleitoralmente o governo pela condução das políticas econômicas. As instituições e os contextos políticos alteram as condições nas quais o

voto econômico ocorre, conforme apontado por Powell e Whitten (1993).

A literatura postula a existência de dois padrões de responsabilização política: o voto econômico subnacional e o voto de referendo (Rodden, 2005). A relação entre a reeleição do governador (ou de seu candidato) e o desempenho da economia estadual é o que define o voto econômico subnacional (Barone, 2009). Nesse sentido, fica evidente que os eleitores brasileiros fazem uma avaliação retrospectiva do governador com base nos resultados da economia estadual.

Por outro lado, o voto de referendo depende da relação entre a reeleição dos membros do partido do Presidente da República nos governos estaduais e o desempenho da economia nacional. Assim, o pressuposto é de que os candidatos à reeleição que pertençam à base presidencial sejam beneficiados eleitoralmente caso haja um bom desempenho da economia nacional, na ótica da opinião pública (Barone, 2009). Mas é fato que os Estados não são unidades políticas completamente autônomas e existe uma severa dificuldade de se isolar os efeitos da economia nacional nas economias locais.

Neste trabalho, não há a intenção de referendar ou refutar nenhuma das duas postulações: nem a do voto econômico, nem a do voto de referendo. No entanto, ao mergulhar na conjuntura da eleição para o governo de Pernambuco em 2022, não se podem desconsiderar aspectos como a baixa aprovação do governo Paulo Câmara (PSB). A pesquisa IPEC, publicada em 27 de setembro de 2022, apontava que 56% dos entrevistados reprovavam a sua gestão, apenas 13% aprovavam e 26% a avaliavam como regular. Essa desaprovação tinha como um dos impulsionadores o debate sobre o desempenho fiscal do governo *versus* a entrega de políticas públicas para a melhoria da vida da população.

A eleição anterior, em 2018, teve o debate do equilíbrio das contas públicas como um pilar central. À época, o então candidato à reeleição, Paulo Câmara, centrava suas estratégias de comunicação na falta de apoio do governo federal na realização de investimentos no Estado. Mesmo assim, as contas públicas de Pernambuco se mantiveram equilibradas, face outros, como Rio de Janeiro e Minas Gerais, que estavam com sua capacidade de honrar os compromissos orçamentários comprometida.

Novas lideranças políticas se apresentaram na conjuntura eleitoral de 2022 como agentes de mudança e ofereceram, a partir das suas experiências à frente do executivo municipal, propostas para impulsionar o crescimento econômico e para melhorar o bem-estar da população. Insistir no discurso do equilíbrio das contas públicas parecia não surtir mais efeito para assegurar a continuidade do PSB no poder.

Mulher, política e protagonismo: as eleições em Pernambuco

A eleição de 2022 encerrou a hegemonia de 16 anos do projeto de poder, na gestão pública estadual, de um poderoso grupo político radicado no PSB em Pernambuco. Entretanto, não é apenas este fato que fez com que tal eleição seja considerada histórica. Pela primeira vez, a ocupação de espaços pelas mulheres na política foi uma das tônicas centrais das eleições: Raquel Lyra (PSDB) e Priscila Krause (Cidadania) foram eleitas governadora e vice, respectivamente, com 58,70% dos votos válidos, numa disputa em segundo turno com outra chapa protagonizada por uma mulher, a ex-deputada federal Marília Arraes (Solidariedade), que teve 41,30% dos votos válidos. Em 2022, Pernambuco foi o único Estado com duas candidatas mulheres disputando o segundo turno.

Houve também uma maior presença das mulheres nas eleições no Estado como candidatas a vice-governadoras. Das dez candidaturas em disputa, oito tinham mulheres como vice. A chapa do PSB, partido do então governador Paulo Câmara, teve o deputado federal Danilo Cabral (PSB) como candidato e, como vice, a então vice-governadora do Estado, Luciana Santos (PCdoB). O ex-prefeito de Jaboatão dos Guararapes, Anderson Ferreira (PL), escolheu como vice Izabel Urquiza, que foi secretária de desenvolvimento econômico de Olinda. O candidato do União Brasil, Miguel Coelho, escolheu a então deputada estadual Alessandra Vieira como vice.

Além do Executivo, o Legislativo também contou com uma vitória histórica, a da ex-deputada Teresa Leitão (PT) como primeira senadora eleita pelo Estado com 46,12% dos votos válidos (2.061.276 votos).

Em relação à Câmara dos Deputados, três mulheres foram eleitas para a bancada pernambucana, composta por vinte e cinco membros: Clarissa Tércio (PP) ficou em segundo lugar na disputa, com 240 mil votos; Maria Arraes, irmã de Marília Arraes (Solidariedade), ficou em

11º lugar, com 104 mil votos; e Iza Arruda (MDB) foi a 12ª colocada, com 103 mil votos. O percentual de representação feminina ficou em 12%, abaixo da média nacional, que foi de 17,7% do total de 513 parlamentares. Mesmo assim, é preciso considerar como um avanço, já que, na legislatura anterior (2018-2022), havia apenas uma mulher na bancada do Estado, justamente Marília Arraes, eleita pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Além disso, o histórico não é favorável às mulheres quando se trata da Câmara dos Deputados: Pernambuco ficou sem mulheres no parlamento federal em 1990, 1994, 1998 e 2002.

Ao mergulhar nos programas de governo dos candidatos ao governo do estado de Pernambuco, pode-se perceber de que maneira a agenda de proposições voltada para as mulheres esteve presente no pleito de 2022.

Pluralidade dos postulantes

A eleição para o governo de Pernambuco, no ano de 2022, foi marcada por uma grande disputa no primeiro turno, devido à pluralidade de candidatos competitivos de diferentes partidos e correntes ideológicas.

A presença de cinco candidatos, que ao longo do processo eleitoral se mantiveram competitivos de acordo com as pesquisas eleitorais, refletiu a diversidade de grupos políticos e a divisão de opiniões entre os eleitores, em que cada candidato buscou consolidar seu apoio e ganhar vantagem sobre os adversários.

Os resultados do primeiro turno apresentaram uma distribuição de votos relativamente equilibrada entre as candidaturas, com uma diferença estreita entre os votos recebidos por cada um. Marília Arraes, do Solidariedade (SD), obteve a maior quantidade de votos, com 1.175.651, seguida por Raquel Lyra, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), com 1.009.556 votos. Em terceiro lugar, ficou Anderson Ferreira, do Partido Liberal (PL), com 890.220 votos, seguido de perto por Danilo Cabral, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), com 885.994 votos, e Miguel Coelho, do União Brasil (UB), com 884.941 votos.

Quadro 1: Resultado final da votação para o governo do estado de Pernambuco (1º turno-2022)

Candidato(a)	*Partido*	*Votação (N)*	*Votação (%)*
Marília Arraes	*Solidariedade*	*1.175.651 (votos)*	*23,97%*
Raquel Lyra	*PSDB*	*1.009.556 (votos)*	*20,58%*
Anderson Ferreira	PL	890.220 (votos)	18,15%
Danilo Cabral	PSB	885.994 (votos)	18,06%
Miguel Coelho	União Brasil	884.941 (votos)	18,04%
Jones Manoel	PCB	33.931 (votos)	0,69%
João Arnaldo	PSOL	12.558 (votos)	0,26%
Pastor Wellington	PTB	8.020 (votos)	0,16%
Jadilson Bombeiro	PMB	2.435 (votos)	0,05%
Claudia Ribeiro	PSTU	1.745 (votos)	0,04%
Nulos		543.922 (votos)	9,49%
Brancos		23.316 (votos)	4,49%
Total		5.738.371 (eleitores)	*100%*
Abstenção		1.276.506 (eleitores)	18,21%

Fonte: TSE. Elaborado pelos autores (2024)

.

A dinâmica eleitoral pernambucana no escrutínio de 2022 mostrou uma intrincada interseção entre o panorama nacional e as peculiaridades locais, com uma multifacetada gama de influências e determinações políticas. Em um cenário em que as eleições presidenciais ocuparam o epicentro da discussão pública, o reflexo dessas contendas transcende a esfera federal e ecoa nas eleições regionais, notadamente na disputa pelo governo estadual e pelo Senado.

Neste embate político, o estado de Pernambuco emergiu como um microcosmo onde as lealdades políticas, enraizadas em aspectos históricos socioculturais e vinculadas a figuras proeminentes, impactaram os desígnios eleitorais. O protagonismo de Lula (PT), filho das terras pernambucanas, em seu retorno às urnas presidenciais, agiu como catalisador de uma adesão eleitoral, caracterizada por uma expressiva vantagem sobre seu principal oponente, Jair Bolsonaro (PL).

A supremacia de Lula no primeiro turno em Pernambuco foi evidenciada pela conquista de 65,27% dos votos válidos, o que contrasta com o quadro nacional, onde a disputa entre os dois líderes políticos

se revelou bastante acirrada. Essa disparidade de preferências eleitorais entre o contexto regional e o nacional serve como um indicativo do enraizamento do eleitorado pernambucano, e do Nordeste do Brasil em geral, com sua identidade e história política. No primeiro turno das eleições presidenciais de 2022, o principal opositor de Lula, Jair Bolsonaro, conquistou 29,91% dos votos válidos em Pernambuco.

A influência exercida pelas eleições presidenciais na dinâmica das eleições para governador do Estado não pode ser subestimada, visto que é um fenômeno intrínseco ao sistema político brasileiro. A atratividade dos candidatos ao governo estadual, muitas vezes, é delineada pelas afinidades políticas com os candidatos presidenciais e reflete as alianças partidárias e os alinhamentos ideológicos.

Protagonistas da disputa pelo Governo Estadual em 2022

Anderson Ferreira

Trajetória Política e Apoio em Âmbito Federal

O candidato Anderson Ferreira, representante do Partido Liberal (PL), que terminou em terceiro lugar no primeiro turno da eleição para governador, optou por alinhar-se estrategicamente a Jair Bolsonaro, líder do seu partido, e se beneficiou do apoio deste como seu principal cabo eleitoral.

Figura política com um histórico consolidado no cenário pernambucano, Anderson teve uma trajetória marcante antes de sua incursão na disputa pelo governo do Estado em 2022. Ele foi eleito duas vezes deputado federal, em 2010 e em 2014. Sua ascensão política culminou com sua eleição como prefeito de Jaboatão dos Guararapes, em 2016, sendo reeleito para o cargo em 2020. Anderson optou por desistir do cargo de prefeito no primeiro semestre de 2022 para concorrer ao governo do Estado.

Jaboatão dos Guararapes, um município estratégico, localizado na Região Metropolitana do Recife, desempenha um papel crucial no panorama político pernambucano, devido ao seu significativo contingente populacional de 644.037 habitantes, que o coloca como o segundo maior colégio eleitoral do Estado, atrás somente da capital, Recife (IBGE, 2022). A base política de Ferreira em Jaboatão permitiu-lhe

mobilizar recursos e apoiadores fundamentais para sua campanha.

É importante ressaltar que, ao longo de sua campanha, Anderson Ferreira direcionou seus esforços para angariar apoio entre os eleitores evangélicos e conservadores, segmentos demográficos que têm exercido crescente influência no cenário político brasileiro. Sua estratégia de comunicação e plataforma política foram habilmente elaboradas para ressoar com esses eleitores e para destacar sua afinidade com suas preocupações e valores.

A aliança estratégica de Anderson Ferreira com Jair Bolsonaro, então Presidente da República, foi um elemento central de sua campanha. Ao alinhar-se com Bolsonaro, Ferreira buscou capitalizar o apoio e a popularidade do presidente, especialmente entre os eleitores pernambucanos que compartilhavam das ideias e das agendas promovidas pelo governo federal.

No entanto, apesar de sua trajetória política e de suas estratégias de campanha direcionadas ao seu nicho eleitoral, Ferreira enfrentou desafios significativos durante o processo eleitoral. A competição acirrada entre os candidatos, aliada à complexidade do cenário político estadual, limitou sua margem de manobra e impactou seu desempenho eleitoral. Além disso, a polarização política observada em nível nacional influenciou a dinâmica das eleições estaduais e afetou a capacidade de Ferreira de ampliar seu eleitorado além de sua base tradicional.

Programa de Governo - Mudar PE

O programa de governo apresentado pelo candidato Anderson Ferreira para as eleições de 2022 em Pernambuco focou, em suas 20 laudas, em questões estruturais e sociais enfrentadas pelo Estado. Ele buscou propor soluções para problemas como alto desemprego, baixa renda, pobreza, dependência de programas de transferência de renda e altos índices de criminalidade. Pode-se dividir suas propostas em 5 eixos centrais:

Terminar as obras inacabadas: o programa de governo de Ferreira identificou mais de 1.600 obras inacabadas em Pernambuco e propôs a conclusão das mesmas como algo prioritário. Isso incluía projetos de mobilidade urbana, requalificação de rodovias, construção de barragens e adutoras, bem como a finalização de iniciativas de saneamento e de

habitação. A conclusão dessas obras não tinha apenas como objetivo melhorar a infraestrutura do Estado, mas também gerar empregos e estimular a economia local.

Retomar a geração de empregos: a proposta de Ferreira para a retomada da geração de empregos enfatizou a consolidação de grandes empreendimentos estruturadores, o fortalecimento do turismo e a qualificação da mão de obra. Foram propostos investimentos em setores como portos, refinarias, infraestrutura de transportes e turismo como impulsionadores do crescimento econômico e vetor para criar novas oportunidades de emprego em todo o Estado.

Promover o desenvolvimento social: o candidato propôs ampliar o acesso às políticas públicas e programas sociais, implementar tarifas sociais para serviços básicos e investir na educação empreendedora e na saúde. Além disso, destacou-se, no seu Plano de Governo, o compromisso com a redução da violência e a proteção dos direitos das mulheres, crianças e grupos vulneráveis a fim de promover uma sociedade mais inclusiva e justa.

Incentivar a economia circular e sustentável: o programa de Ferreira incluiu medidas para promover a economia circular, o tratamento de resíduos sólidos e o uso de energias renováveis com o objetivo de reduzir o impacto ambiental e de promover a sustentabilidade. Destacam-se os investimentos em infraestrutura de tratamento de resíduos e projetos de conservação ambiental, bem como o estímulo à economia de baixo carbono e a utilização de fontes de energia limpa.

Governar com todos, menos no gabinete e mais nos municípios: o candidato propôs uma abordagem de governo mais descentralizada e participativa, com maior proximidade com os municípios e a população. Isso envolveria o estabelecimento de um governo itinerante, em que seriam ouvidas as demandas locais e promoveria a transparência e a prestação de contas em todas as esferas do governo.

Miguel Coelho

Trajetória Política e Apoio em Âmbito Federal

Ao analisar o desempenho do candidato Miguel Coelho, do União Brasil (UB), em sua postulação ao governo estadual, ficou claro que o fulcro de sua estratégia eleitoral repousou, em parte significativa, em

uma conexão estreita com sua base eleitoral em Petrolina, município emblemático situado no sertão pernambucano, cujo eleitorado emitiu um expressivo endosso à sua candidatura. Petrolina é o terceiro maior município do Estado, com uma população de 386.786 habitantes (IBGE, 2022).

Miguel Coelho teve uma ascensão política meteórica, amparada em um histórico político proeminente. Sua trajetória, que remonta a sua eleição como o mais jovem deputado estadual em Pernambuco, em 2014, pelo PSB, consolidou-se com sua vitória nas eleições municipais de 2016 e 2020, onde foi eleito e reeleito, respectivamente, prefeito de Petrolina, com margens eleitorais significativas. Coelho que, em setembro de 2022 completou 31 anos, assim como Anderson Ferreira (Jaboatão dos Guararapes) e Raquel Lyra (Caruaru), optou por desistir do cargo de prefeito no primeiro semestre de 2022 para concorrer ao governo do Estado.

O apoio que Miguel Coelho angariou em Petrolina, traduzido em uma porcentagem de votos de 73,41%, demonstrou sua capacidade de mobilizar sua base eleitoral. Esse resultado evidencia sua relevância política em Petrolina e região e confirmou o estreito vínculo que estabeleceu com sua base eleitoral, uma relação que se fundamenta em realizações administrativas no município.

É importante destacar que Miguel Coelho, filho do então senador Fernando Bezerra Coelho e irmão dos deputados Fernando Coelho Filho e Antônio Coelho, detém uma herança política de peso que influenciou sua ascensão e influência no cenário político pernambucano.

No entanto, a candidatura de Miguel Coelho ao governo estadual não logrou o sucesso eleitoral alcançado em Petrolina em escala estadual. Sua posição como o quinto colocado na disputa pelo governo, no primeiro turno, obtendo 884.941 votos, indica um descompasso entre sua força eleitoral localizada e sua capacidade de expandir sua base de apoio em âmbito estadual, principalmente na Região Metropolitana do Recife.

Um aspecto fundamental a se considerar no seu desempenho no pleito eleitoral foi a sua opção de voto no primeiro turno, onde Miguel Coelho, filiado ao União Brasil, apoiou a candidata de seu partido, Soraya Thronicke, que obteve uma votação irrelevante de 0,38% dos

votos para a Presidência da República, em Pernambuco. Tal movimento político influenciou sua performance eleitoral, em uma dinâmica em que a polarização nacional e as alianças partidárias exerceram um papel preponderante.

Programa de Governo - Pernambuco com força de novo

Miguel Coelho anexou dois planos de governo. O primeiro, com apenas três laudas e o título "Pernambuco com força de novo", foi substituído, em um segundo momento, por um novo com 39 páginas.

O candidato Miguel Coelho propôs um plano de governo dividido em quatro eixos principais: um estado inclusivo, serviços públicos de qualidade, fortalecimento da infraestrutura e um ambiente favorável aos negócios.

Em relação ao primeiro eixo, "Estado Inclusivo e Sustentável", as propostas de Coelho incluíram medidas para combater a pobreza e a fome, promover o desenvolvimento sustentável e valorizar a cultura e o esporte. Destaca-se no Plano de Governo a redução da conta de luz para setores produtivos e população de baixa renda, a ampliação do programa Chapéu de Palha e a criação de redes de restaurantes populares. Além disso, ele propôs iniciativas para fortalecer a agricultura familiar e para promover a inclusão social através de programas de qualificação profissional e incentivos culturais e esportivos.

No segundo eixo, "Serviços Públicos de Qualidade e com Transparência", Miguel Coelho destacou a melhoria do sistema de saúde, com a construção de novos hospitais e maternidades, a descentralização da atenção primária e investimentos em saúde mental e saúde da mulher. Na educação, o candidato propôs a expansão de vagas em creches, incentivos para prefeituras que priorizem a primeira infância e investimentos na infraestrutura escolar. Na segurança pública, destaca-se a valorização dos profissionais e a modernização do sistema prisional.

No terceiro eixo, "Fortalecer a Infraestrutura", Coelho propõe investimentos na expansão da rede de água e de esgoto, na melhoria das estradas e na modernização do sistema de transporte público. Além disso, destacou-se o seu posicionamento em relação à privatização da Companhia de Saneamento (COMPESA), responsável pelos serviços de tratamento de água e de esgoto e sua distribuição, a fim de melhorar

a eficiência e a qualidade do serviço prestado à população.

Por fim, no quarto eixo, "Ambiente Favorável aos Negócios", o candidato propôs medidas para simplificar a burocracia, reduzir a carga tributária e estimular o empreendedorismo e a inovação. Destacam-se iniciativas como a capacitação profissional, a desburocratização do acesso ao crédito e os incentivos fiscais para micro e pequenas empresas.

Danilo Cabral

Trajetória Política e Apoio em Âmbito Federal

Filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) desde 1990, Cabral desempenhou uma variedade de cargos públicos ao longo de sua carreira, como o de auditor concursado do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE) e diversas posições de liderança em secretarias estaduais e municipais.

Como parlamentar, Danilo Cabral acumulava uma experiência significativa nas eleições de 2022. Ele foi eleito vereador do Recife em 2004 e deputado federal por três mandatos consecutivos, desde 2010. Seu engajamento político também se estendeu além das funções legislativas, como a coordenação da campanha de Eduardo Campos ao governo de Pernambuco em 2006. Ele também ocupou cargos em secretarias estaduais, como Educação e Planejamento e Gestão.

O PSB, partido ao qual Cabral é filiado, detinha uma posição dominante na política pernambucana há mais de uma década, visto que tal partido liderou o governo estadual desde 2007 e a Prefeitura do Recife desde 2013. Ao longo dos anos, o partido estabeleceu alianças estratégicas com diferentes forças políticas e se adaptou às demandas e contingências do cenário político local e nacional.

No entanto, apesar da sólida base política e experiência governamental de Danilo Cabral, sua candidatura ao governo de Pernambuco, em 2022, enfrentou desafios significativos. A dinâmica eleitoral, marcada por polarizações ideológicas e disputas acirradas, demandou uma estratégia cuidadosamente articulada para conquistar o eleitorado e garantir uma performance competitiva.

Danilo Cabral foi apoiado, oficialmente, pelo então candidato à presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, embora a campanha da sua adversária política, Marília Arraes (SD), tenha utilizado

a imagem de Lula. Esse fato foi legalmente permitido, pois o partido Solidariedade estava coligado a Lula e ao PT na disputa pela Presidência da República.

O desempenho de Cabral nas eleições reflete a complexidade do cenário político pernambucano nas eleições de 2022 e a disputa extremamente acirrada com Marília pelo voto dos eleitores de Lula.

Programa de Governo - Vamos juntos Pernambuco

Ao analisar o programa de governo de Danilo Cabral, representante da Frente Popular de Pernambuco, é essencial considerar os pontos destacados pela coalizão que esteve no poder estadual nos últimos 16 anos. Esta coalizão, encabeçada nas eleições de 2022 pelos candidatos Danilo Cabral (governador), Luciana Santos (vice-governadora) e Teresa Leitão (senadora), vitoriosa no pleito eleitoral pelo PT, propôs uma atualização e ampliação dos compromissos e valores históricos, com foco no combate às desigualdades, na defesa da democracia e na busca por um desenvolvimento sustentável e inclusivo. Para as eleições de 2022, a coligação da Frente Popular foi formada pelo PSB, Republicanos, PP, PDT e MDB mais a federação partidária PT, PCdoB e PV.

O programa de governo de Danilo Cabral, com 11 páginas, apresentou uma visão ancorada em princípios progressistas. Uma das principais diretrizes do programa foi a promoção do desenvolvimento econômico, com ênfase na geração de empregos e de renda. Nesse sentido, o candidato propôs políticas para atrair investimentos, diversificar a matriz econômica e fortalecer setores estratégicos, como petróleo e gás, automotivo, saúde e tecnologia.

Destacou-se, também, a proposta de interiorização do desenvolvimento, que visou distribuir, de forma mais equitativa, as oportunidades econômicas pelo Estado. Isso inclui investimentos em infraestrutura, estímulo à agricultura familiar e apoio a arranjos produtivos locais a fim de reduzir as disparidades regionais e promover um crescimento mais inclusivo.

No que diz respeito às políticas sociais, o programa de Danilo Cabral enfatizou a importância da eficiência na gestão dos recursos públicos para garantir a qualidade e a universalização dos serviços essenciais. Isso incluiu medidas para melhorar a educação, a saúde e a segurança

pública, bem como o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social para garantir proteção e inclusão social.

Além disso, o programa destacou a necessidade de enfrentar questões emergenciais, como a fome e a pobreza, especialmente em um contexto de crise econômica e sanitária. Também propôs a reestruturação de programas de complementação de renda e ações para garantir segurança alimentar e geração de renda, com foco na agricultura familiar e no apoio a populações vulneráveis.

No âmbito da segurança pública, o programa de governo da Frente Popular destacou a importância da integração entre diferentes instituições e ações para prevenir a violência e promover uma cultura de paz. Além disso, propôs investimentos em políticas de prevenção, repressão qualificada e valorização dos profissionais de segurança com o objetivo de reduzir os índices de criminalidade e aumentar a sensação de segurança da população.

O programa enfatizou a importância da promoção da igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade, com políticas específicas para grupos vulneráveis, como mulheres, jovens, idosos, pessoas com deficiência e comunidades tradicionais. Destaca-se, também, o compromisso com a defesa dos direitos humanos e a promoção da equidade de gênero e racial.

Propôs, ainda, o desenvolvimento de competências a fim de preparar a população para as demandas do mercado de trabalho e do empreendedorismo. A proposta de integração entre diferentes atores, públicos e privados, para a oferta qualificada de formação e aperfeiçoamento. Além disso, é proposta a articulação entre universidades, institutos federais, escolas técnicas estaduais e outras instituições para alinhar a formação profissional às necessidades locais e regionais, com o fito de reduzir o desemprego e promover a inclusão social.

No que diz respeito à criação de oportunidades econômicas, o programa de governo de Danilo propôs medidas para melhorar o ambiente de negócios e estimular o empreendedorismo, como a priorização do apoio aos pequenos e médios empreendimentos, o aperfeiçoamento das condições de acesso ao crédito e a simplificação dos processos burocráticos para impulsionar o desenvolvimento econômico do Estado. Além disso, o Plano de Governo enfatiza a ampliação das práticas de

associativismo e cooperativismo para fortalecer a economia local e reduzir as desigualdades regionais.

O eixo "Desenvolvimento sustentável, inovação e economia do conhecimento" visou à inserção de Pernambuco na economia do século XXI, através do estímulo à inovação, à economia criativa e à sustentabilidade ambiental. A promoção de energias renováveis, a redução das emissões de gases de efeito estufa e o estímulo à economia circular são medidas alinhadas com os desafios globais de desenvolvimento sustentável.

Além disso, o investimento na formação de talentos para a economia do conhecimento foi destaque no programa. Também, o estímulo à pesquisa e desenvolvimento tecnológico é uma estratégia para garantir a competitividade do Estado no cenário nacional e internacional.

A proposta de transformação digital da Frente Popular tinha como meta a excelência dos serviços ao cidadão e a promoção da participação democrática para modernizar a gestão pública e aumentar a eficiência administrativa. A utilização de tecnologias para ampliar o acesso aos serviços públicos e para promover a transparência e estimular a participação cidadã visa fortalecer a democracia e melhorar a qualidade de vida da população.

Marília Arraes

Trajetória Política e Apoio em Âmbito Federal

Marília Arraes traz consigo um legado familiar e uma história política marcada por momentos de desafio e de superação, desde sua filiação ao PSB até sua candidatura ao governo do estado de Pernambuco em 2022, pelo Solidariedade.

Neta de Miguel Arraes, uma figura icônica na política pernambucana, Marília Arraes ingressou na vida política, em 2005, ao se filiar ao PSB, partido que foi presidido por seu avô. Sua estreia nas eleições ocorreu em 2008, quando foi eleita vereadora do Recife pela primeira vez, consolidando-se como a mais jovem parlamentar da 15ª legislatura. Durante sua atuação como vereadora, Marília demonstrou habilidade em liderar e propor políticas públicas voltadas para a juventude e o emprego, além de ocupar cargos importantes nas comissões legislativas do município.

Em 2014, Marília Arraes rompeu com o PSB ao manifestar apoio à reeleição da então presidenta Dilma Rousseff, em detrimento da candidatura presidencial de seu primo, Eduardo Campos (pai de João Campos, que ocupava o cargo de Prefeito de Recife, em 2022). Esse movimento político gerou desgastes dentro do partido e culminou na sua saída em fevereiro de 2016, após denunciar falta de democracia interna e mudança de convicções ideológicas na legenda.

Logo em seguida, Marília ingressou no PT de Pernambuco e recebeu o abono pessoal do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sua filiação ao PT marcou uma nova fase em sua carreira política, em que passou a atuar como uma voz de oposição ao governo municipal do Recife, comandado pelo PSB.

Em 2016, Marília disputou as eleições municipais do Recife pelo PT e foi eleita vereadora pela terceira vez com uma das maiores votações da legislatura. Sua atuação como líder da bancada de oposição na Câmara Municipal a consolidou como uma das principais lideranças políticas do partido no Estado.

Em 2018, Marília foi eleita deputada federal com uma expressiva votação e se tornou a segunda parlamentar mais votada em Pernambuco. Sua atuação na Câmara dos Deputados foi marcada pela defesa dos direitos sociais e pela fiscalização do então Presidente da República, Jair Bolsonaro.

Em 2018, Marília Arraes foi cogitada como pré-candidata ao governo estadual e passou a liderar as pesquisas de intenção de voto. No entanto, a orientação nacional do PT optou pela aliança com outras legendas e pelo apoio à reeleição do então governador Paulo Câmara (PSB).

Em 2020, Marília disputou a prefeitura do Recife pelo PT e chegou ao segundo turno em uma acirrada disputa com seu primo João Campos (PSB). Apesar da derrota nas eleições, sua campanha foi marcada por uma forte polarização política e pela defesa de pautas progressistas.

Nas eleições de 2022, Marília Arraes foi indicada pelo Grupo Tático Eleitoral do PT como pré-candidata ao Senado, em meio a movimentos políticos nacionais, a fim de criar uma frente ampla de combate ao governo Bolsonaro. Sua indicação gerou polêmica dentro do partido, o que evidenciou disputas internas e estratégias divergentes em relação

às alianças partidárias.

Marília se desfiliou do Partido dos Trabalhadores em março de 2022 e se filiou ao Solidariedade, partido pelo qual se candidatou ao Governo de Pernambuco. Os partidos Avante, AGIR, PSD e PMN fizeram parte da coligação.

Programa de Governo - Movimento Pernambuco na Veia

O Programa de Governo da candidata Marília Arraes para as eleições ao governo de Pernambuco, em 2022, possui 12 páginas e reflete um conjunto de propostas fundamentadas em princípios de combate à pobreza, desigualdades socioambientais e fortalecimento da participação democrática.

Uma das prioridades elencadas no Plano de Governo é o combate à pobreza, que foi abordado através do reforço emergencial do Fundo Estadual de Combate à Pobreza. Essa medida, de acordo com Marília, é crucial para garantir a segurança alimentar das populações mais vulneráveis, como gestantes, crianças e estudantes da rede pública de ensino.

Além disso, a regulamentação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e a ampliação do Novo Chapéu de Palha são estratégias colocadas através do Plano de Governo como fundamentais para impulsionar a economia local, especialmente no meio rural, através do estímulo à produção agrícola e ao empreendedorismo.

O apoio à abertura e à ampliação de empresas, aliado à simplificação dos processos burocráticos, é exposto no programa como essencial para fomentar o empreendedorismo e para estimular o crescimento econômico. A priorização das micro e pequenas empresas nas compras governamentais para a geração de empregos e o fortalecimento do setor produtivo estadual. A desburocratização dos procedimentos administrativos também é destaque como mola propulsora para atrair investimentos e promover a competitividade das empresas locais.

No Plano de Governo da candidata Marília Arraes, o incentivo à cultura é colocado como fundamental para fortalecer a identidade cultural do Estado e para promover o desenvolvimento humano. A garantia da participação de talentos em início de carreira nos eventos culturais, aliada à simplificação dos processos de acesso aos editais do FUNCULTURA, para estimular a produção artística local e valorizar a

diversidade cultural de Pernambuco. Além disso, o Programa enaltece a inclusão de aulas de cultura nas escolas como essencial para formar cidadãos críticos e conscientes de sua identidade cultural.

A saúde é destacada como um direito fundamental e sua promoção é essencial para garantir o bem-estar da população. A recuperação e a requalificação da rede estadual de hospitais, aliadas à implantação da telemedicina e ao fortalecimento da atenção à saúde da mulher, para melhorar o acesso aos serviços de saúde e reduzir as desigualdades na prestação de cuidados médicos.

O investimento em tecnologia e a integração dos sistemas de monitoramento também são importantes, de acordo com o Plano de Governo, para aprimorar a eficiência da gestão em saúde e garantir um atendimento de qualidade para os pernambucanos.

Marília Arraes destaca a segurança pública como um dos pilares do desenvolvimento social e econômico de qualquer região. A criação de centrais unificadas de polícia e núcleos de segurança comunitária, para ela, contribuirá para aumentar a eficiência no combate ao crime e para fortalecer a relação de confiança entre a polícia e a comunidade. O investimento em tecnologia de monitoramento é fundamental para prevenir e investigar crimes e para garantir a segurança e a tranquilidade da população.

A infraestrutura é destaque no Plano de Governo como a base para o desenvolvimento econômico e social de qualquer região. A conclusão das obras viárias e o investimento em habitação e saneamento básico são evidenciados como fundamentais para garantir o acesso a serviços básicos e para promover a inclusão social.

O melhor aproveitamento dos recursos hídricos e a melhoria da gestão da água são essenciais para garantir a segurança hídrica do Estado e para promover o desenvolvimento sustentável.

Raquel Lyra

Trajetória Política e Apoio em Âmbito Federal

Nascida em 1978, Raquel Lyra é herdeira de uma linhagem política estabelecida em Pernambuco, sendo filha de Lyra Neto, ex-prefeito de Caruaru e ex-governador do Estado. Seu envolvimento na política, desde a infância, reflete a influência familiar, destacando-se seu interesse

precoce em campanhas eleitorais.

Graduada em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, sua formação foi complementada por uma pós-graduação em Direito Econômico e de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, o que fez como que sua base educacional sólida fosse consolidada. Raquel iniciou sua carreira como advogada e trabalhou em importantes instituições, como o Banco do Nordeste e a Polícia Federal. Sua incursão na esfera pública incluiu a posição de Procuradora-Geral do Estado.

Seu ingresso na política ocorreu em 2010, quando foi eleita deputada estadual pelo PSB. Ela se destacou como a deputada mais votada entre as mulheres e em sua cidade natal, Caruaru. Sua atuação na Assembleia Legislativa de Pernambuco foi marcada pela presidência de comissões importantes, o que evidenciou sua habilidade em lidar com questões jurídicas e legislativas. Sua reeleição, em 2014, reforçou sua base política e a consolidou como uma figura de destaque no cenário estadual.

O rompimento com o PSB, em 2016, marcou uma virada em sua carreira política, o que culminou em sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Sua candidatura bem-sucedida à prefeitura de Caruaru se deu em meio a disputas internas e alianças políticas complexas.

Como prefeita de Caruaru, Raquel implementou políticas voltadas para a segurança pública, infraestrutura e saúde. O programa "Juntos pela Segurança" e o projeto "Via Parque" destacaram-se como iniciativas bem-sucedidas, o que fez com que refletisse sua capacidade de liderança e gestão. Em 2020, Raquel disputou a reeleição fazendo campanha de forma majoritária nas mídias sociais, principalmente no *Instagram,* levantou como principais bandeiras o empreendedorismo feminino, políticas públicas de prevenção e combate à violência contra a mulher, a valorização da cultura, a inovação e o crescimento.

Assim como os candidatos Anderson Ferreira (Jaboatão dos Guararapes) e Miguel Coelho (Petrolina), Raquel Lyra renunciou ao seu segundo mandato como prefeita de Caruaru, município do interior do Estado com a quarta maior população do Estado, com 378.048 habitantes (IBGE, 2022).

Sua candidatura ao governo de Pernambuco em 2022, em meio a

um cenário eleitoral polarizado, foi marcada pela adoção de uma postura de neutralidade a fim de representar uma alternativa conciliatória em um contexto de divisões partidárias. Sua vitória histórica no segundo turno, como a primeira mulher eleita governadora do Estado, representa um marco significativo na história política de Pernambuco e do Brasil.

Apoiada pela Federação composta pelo PSDB, pelo Cidadania e pelo PRTB, o grupo conseguiu eleger apenas três deputados estaduais: Débora Almeida (51.324 votos), Álvaro Porto (reeleição com 46.026 votos) e Izaias Regis (27.104 votos).

Programa de Governo - A mulher que Pernambuco quer

O plano de governo da candidata Raquel Lyra (PSDB), com 68 páginas, teve 13 pontos centrais, denominados de eixos estratégicos, os quais são: educação, conhecimento e inovação; saúde e qualidade de vida; segurança cidadã; políticas para mulheres; inclusão social e direitos humanos; cidades sustentáveis e resilientes; zona rural mais forte; clima e meio ambiente; competitividade e dinamismo econômico; turismo; cultura e economia criativa; ciência, tecnologia e inovação; e gestão, transparência e colaboração.

O programa de governo destacou a importância da educação como um dos pilares para o desenvolvimento social e econômico de Pernambuco. Suas propostas abrangem desde a ampliação da oferta e melhoria da qualidade da educação infantil até a valorização dos professores e a promoção da educação profissional e tecnológica.

A partir da apresentação dos altos números de violência em Pernambuco, as propostas de Lyra destacam a segurança pública como uma prioridade. São reconhecidas a gravidade da situação de violência no Estado e a necessidade urgente de medidas eficazes para enfrentá-la. A meta é reverter o quadro de insegurança e promover uma cultura de paz no local.

Além disso, em seu plano, Raquel Lyra apresenta propostas abrangentes para enfrentar a violência contra a mulher e para promover a igualdade de gênero em Pernambuco, o que inclui: medidas para fortalecer os serviços públicos de apoio às vítimas, promover a autonomia econômica das mulheres e fortalecer as políticas públicas voltadas para

a equidade de gênero.

Em relação aos problemas sociais, o programa de governo apresenta formas de enfrentar os desafios sociais em Pernambuco, com foco na redução da pobreza, promoção dos direitos humanos e inclusão social. As principais temáticas giram em torno da assistência social, dos direitos da criança e do adolescente, das pessoas com deficiência, idosos, do combate à violência e da promoção do esporte e do lazer.

No que tange aos fatores econômicos e sociais enfrentados pelo Estado, destacou-se a necessidade de resgatar a competitividade e o dinamismo econômico. Somado a isso, o programa apresenta alternativas para o enfrentamento de problemas estruturais, como, por exemplo, o elevado índice de desemprego, a baixa renda *per capita* e a dependência de programas de transferência de renda.

As propostas para o desenvolvimento econômico focam na melhoria do ambiente de negócios e abrangem a desburocratização da administração pública a fim de fortalecer o empreendedorismo e a competitividade empresarial. A digitalização do licenciamento ambiental é, para Lyra, uma medida crucial para simplificar processos e estimular o investimento privado.

A retomada de projetos estratégicos, como os do Porto de Suape e da Transnordestina, é um ponto fundamental para Lyra, visto que são necessários para impulsionar o desenvolvimento econômico do Estado. Dentre as pautas abordadas nesse tópico, são citadas a expansão e a requalificação da infraestrutura hídrica, rodoviária e de telecomunicações são ações essenciais para garantir a competitividade de Pernambuco.

Quanto ao fortalecimento da infraestrutura e de serviços de Tecnologia da Informação e Telecomunicações, que inclui a implantação da rede 5G e a promoção de energias limpas e renováveis, demonstra um compromisso com a modernização e com a sustentabilidade econômica.

A criação do "Programa Pernambuco no Caminho Certo" inclui a requalificação e a expansão de estradas e de rodovias para fortalecer o desenvolvimento territorial urbano e para enfrentar os principais gargalos logísticos do Estado. Para mais, a promoção dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) também é evidenciada como uma estratégia importante para estimular a economia regional.

No programa de governo, também é descrito o "Programa Bora Empreender!", que propôs o acesso ao crédito e melhorias rápidas, de baixo custo e alto impacto, em parceria com instituições como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a fim de aumentar a produtividade das pequenas e médias empresas e estimular o crescimento econômico local.

O programa citado acima, apresentado pela candidata Raquel Lyra para o governo de Pernambuco nas eleições de 2022, é direcionado para o fortalecimento do turismo como motor de desenvolvimento econômico e social do Estado. Diante de desafios econômicos persistentes, como altos índices de desemprego, baixa renda *per capita* e dependência de programas de transferência de renda, foram propostas medidas específicas para alavancar o setor do turismo, buscando a geração de empregos, o aumento da renda e a promoção do desenvolvimento regional.

A economia criativa e o fortalecimento cultural são pilares fundamentais para o desenvolvimento econômico e social. No caso da primeira, o Plano destaca como fonte potencial de geração de empregos e de renda em Pernambuco e reconhece o potencial econômico das manifestações culturais e artísticas do Estado, como o frevo, o forró e o maracatu, bem como propõe o estímulo à produção e difusão cultural em todas as regiões do Estado.

Nesse sentido, são apresentadas propostas para estimular a produção cultural, preservar o patrimônio histórico e artístico, promover o empreendedorismo e a qualificação profissional na área da cultura e fortalecer as cadeias produtivas da Economia Criativa em Pernambuco. Para isso, é destacada importância da democratização do acesso aos recursos públicos e incentivos para projetos culturais, através da modernização da gestão da política cultural, com ênfase na integração entre diferentes órgãos e entidades responsáveis pela promoção da cultura e economia criativa. Além disso, é ressaltada a necessidade de fortalecer e democratizar as estruturas da administração pública para melhor atender às demandas dos agentes culturais e empreendedores criativos.

Raquel Lyra é bem enfática ao destacar a ineficiência e a má gestão do governo estadual, como a carga tributária elevada, as despesas

excessivas com pessoal e a baixa qualidade dos serviços públicos oferecidos à população. Além disso, são ressaltados as obras paralisadas e os escândalos de corrupção, que contribuíram para o aumento da pobreza e do desemprego no Estado.

Tomando como base a melhoria na gestão pública, foi proposta uma série de medidas, tais como: revisão dos gastos, fortalecimento da governança corporativa, promoção de uma gestão estratégica de pessoas e modernização da gestão tributária. Somada a isso, é enfatizada a importância dada à transparência na divulgação de indicadores e metas de gestão, contratos públicos e combate à corrupção.

A necessidade de priorização dos investimentos públicos também é um ponto levantado. O Plano de Governo coloca em tela a necessidade de priorizar investimentos públicos estruturadores para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e a competitividade da economia em Pernambuco. Propõem-se a reorientação e a racionalização do gasto público, através da priorização de serviços essenciais e do combate aos desperdícios e aos desvios de recursos.

Raquel Lyra, em seu Programa de Governo, defende uma gestão próxima aos municípios, com apoio do governo estadual na prestação de serviços públicos e execução de projetos. A ampliação da participação das micro e pequenas empresas nas compras públicas também é abordada, além do estímulo a parcerias estratégicas com o setor privado para ampliar a capacidade de investimento do Estado.

A corrida eleitoral para o cargo de Presidente em Pernambuco

Nesse contexto, a vantagem expressiva de Lula em Pernambuco, ao reforçar a adesão ao Partido dos Trabalhadores (PT) e suas siglas aliadas, pode ter servido como um impulso significativo para a candidatura governista filiada a essa coalizão. A identificação do eleitorado pernambucano com a narrativa política encarnada por Lula, enraizada em princípios de inclusão social e progressismo, certamente reverberou na escolha dos seus representantes locais.

Contudo, é imperativo salientar que o cenário político é multifacetado e as dinâmicas eleitorais são moldadas por uma miríade de fatores que transcendem as fronteiras partidárias e ideológicas. Ainda assim, o peso das eleições presidenciais como vetor influenciador das escolhas

eleitorais regionais permanece como uma constante inegável e reflete a complexidade e interconexão do processo democrático brasileiro.

A alta competição no primeiro turno das eleições refletiu a busca dos candidatos e grupos políticos por apoio político e eleitoral em que estratégias de marketing político e eleitoral diversas foram utilizadas. A presença de múltiplos candidatos competitivos resultou em uma acirrada disputa por votos e apoio político nos municípios das diversas regiões do Estado, em que cada candidato tentou se diferenciar e destacar suas propostas e qualificações para o cargo de governador perante os eleitores.

Além disso, a competição foi influenciada pela estrutura partidária e pela dinâmica política do Estado, na qual alianças e coalizões partidárias desempenharam um papel crucial na mobilização de apoio e na distribuição de recursos de campanha. A fragmentação do eleitorado e a presença de candidatos com bases eleitorais sólidas em diferentes regiões do Estado também contribuíram para a complexidade da competição.

A mobilização de eleitores por parte das campanhas presidenciais de Lula e Bolsonaro teve um impacto direto na participação eleitoral e no engajamento político dos eleitores pernambucanos. A polarização entre os dois candidatos à presidência motivou uma mobilização intensa de suas bases de apoio e influenciou indiretamente os resultados das eleições para governador. Aqueles que se identificavam com as propostas e com as ideologias de Lula ou Bolsonaro tendiam a votar em candidatos ao governo estadual alinhados com suas preferências políticas.

A disputa eleitoral para o governo estadual em Pernambuco foi marcada por uma intensa competição entre Danilo Cabral, do PSB, e Marília Arraes, do Solidariedade, em que ambos buscaram angariar o apoio dos eleitores que se identificavam com Lula. A divisão do eleitorado lulista entre os dois candidatos diluiu o potencial de Cabral em obter vantagem sobre sua adversária e os demais candidatos.

Quadro 2 - Resultado final da votação para Presidência da República no estado de Pernambuco (1º turno - 2022)

Candidato(a)	*Partido*	*Votação (N)*	*Votação (%)*
Lula	PT	3.558.322 (votos)	65,27%
Jair Bolsonaro	PL	1.630.938 (votos)	29,91%
Ciro Gomes	PDT	130.015 (votos)	2,38%
Simone Tebet	MDB	96.570 (votos)	1,77%
Soraya Thronicke	União Brasil	20.686 (votos)	0,38%
Felipe D´Avila	Novo	8.633 (votos)	0,16%
Padre Kelmon	PTB	2.991 (votos)	0,05%
Sofia Manzano	PCB	1.419 (votos)	0,03%
Léo Péricles	UP	1.214 (votos)	0,02%
Vera	PSTU	765 (votos)	0,01%
Constituinte Eymael	DC	456 (votos)	0,01%
Nulos		196.270 (votos)	3,42%
Brancos		90.092 (votos)	1,57%
Total		5.738.371 (eleitores)	100%
Abstenção		1.276.506 (eleitores)	18,21%

Fonte: TSE. Elaborado pelos autores (2024)

.

Neste cenário "embolado", a presença feminina ganhou destaque e atraiu a atenção de analistas de todo o país em torno dos diferenciais que as candidatas apresentariam como estratégia para conquistar os eleitores.

Segundo turno feminino

Determinados acontecimentos do contexto têm poder para alterar o clima emocional de uma disputa eleitoral. Nas análises políticas, o conceito de "Cisne Negro" descreve eventos imprevisíveis e de grande impacto que desafiam as expectativas convencionais e têm consequências significativas. Na dinâmica das eleições, os cisnes negros podem surgir como catalisadores de mudanças abruptas e imprevisíveis e podem alterar o curso de uma disputa eleitoral e redefinir cenários políticos.

Os eventos considerados raros e imprevisíveis têm um impacto desproporcionalmente grande sobre os sistemas complexos. Nas eleições, os cisnes negros podem assumir várias formas, como escândalos de

corrupção de última hora, crises econômicas inesperadas, falecimentos de parentes de candidatos que causem grande comoção popular, ou até mesmo o surgimento de candidatos *outsider* populistas (Taleb, 2007).

A notícia de que o marido da então candidata Raquel Lyra (PSDB) havia falecido, vítima de mal súbito, no dia da votação do primeiro turno, é apontada como um fator que impulsionou a candidatura tucana e a distanciou dos seus adversários na corrida para o segundo turno.

Não foram divulgadas pesquisas de opinião que mensuraram o impacto deste acontecimento para o resultado das urnas. Mas é fato que o segundo turno iniciou sob um clima de comoção, relatado nos principais veículos de comunicação do Estado e do País. Aliado a esse aspecto, outro fato deu o tom emocional dos discursos das candidatas nessa etapa. Durante o primeiro turno, Marília Arraes (SD) não havia comparecido à maior parte dos debates realizados pelas emissoras de rádio e de TV do Estado. Como teve uma votação final aquém do que apontavam as pesquisas de opinião, os estrategistas de Arraes definiram que a candidata deveria ter uma postura mais proativa para "puxar" os debates no segundo turno.

Em contrapartida, os coordenadores da campanha de Lyra buscavam dialogar a fim de postergar o início da exibição dos programas eleitorais, tendo em vista o estado emocional da candidata, que não apresentava a condição emocional adequada para gravá-los. Não houve entendimento entre as duas candidatas e os programas foram exibidos conforme o calendário original. Marília Arraes, grávida da sua terceira filha, aparecia como uma candidata combativa e espantava qualquer sombra de um perfil de fragilidade, comumente associado às mulheres em espaços de poder.

O fato de que o Estado seria governado, pela primeira vez, por uma mulher, de forma inequívoca, levou essa agenda de forma decisiva para a disputa e aprofundou o clima de mudança que era a tônica do processo eleitoral de Pernambuco em 2022. O desafio de cada uma delas era mostrar que seria a melhor opção para protagonizar esse processo.

Quando se lançou candidata a governadora, Marília Arraes vinha de uma disputa recente que a projetou em todas as regiões do Estado, ainda que fosse uma campanha municipal. Isso porque ela protagonizou um dos embates mais acirrados da capital pernambucana, quando

disputou, em 2020, a prefeitura do Recife contra seu primo, o atual prefeito João Campos (PSB). Naquela ocasião, Marília se afirmou como liderança política, ainda que não tenha sido vencedora nas urnas (Lapa; Santana, 2022).

A sua trajetória conturbada tanto com o PSB quanto com o PT (seu último partido antes de ingressar no Solidariedade (SD) foi, ao mesmo tempo, essencial para ampliar o seu capital político. Desde que anunciou sua candidatura pelo novo partido, Arraes foi líder em intenções de voto em todas as pesquisas divulgadas. Em 2022, o esforço de Marília era ser identificada pelos eleitores como a candidata de Lula.

Por outro lado, Raquel Lyra (PSDB) tinha uma trajetória ascendente: foi deputada estadual e secretária da infância e juventude, no governo Eduardo Campos, além de ter sido reeleita prefeita de Caruaru, em 2020, com 114.466 votos (66,86%) do total. Tal resultado quebrou um tabu em sua cidade, já que foi a primeira mulher a assumir a gestão do município quando foi eleita em 2016.

Lyra e Arraes, desde o início, mostraram-se candidatas com muito potencial eleitoral. Enquanto Marília Arraes se posicionava na direção dos eleitores de esquerda e tinha a vantagem do recall da eleição municipal de 2020, sobretudo na Região Metropolitana do Recife, Lyra enfrentou o desafio da divisão de votos da oposição entre candidatos com um perfil e posicionamento político, até certo ponto, similares ao seu, como é o caso de Miguel Coelho (UB) e de Anderson Ferreira (PL), igualmente lideranças jovens e com experiência no executivo municipal atestada pelas urnas (Lapa; Santana, 2022).

O discurso nacionalizado não beneficiava Raquel, apoiadora de Simone Tebet (MDB), o que levou a ex-deputada a sempre reforçar o seu posicionamento como opositora do governador Paulo Câmara (PSB). Outro ponto desafiador para Lyra era vencer as fronteiras da regionalização, visto que grande parte do seu potencial de votos se concentrava em Caruaru e nas circunvizinhanças do Agreste. Também precisava ampliar as alianças, pois seu palanque era formado apenas pela Federação PSDB/Cidadania/PRTB. Esse fator chegou a gerar especulações de que ela poderia abrir mão de sua candidatura em favor de algum dos postulantes com palanques mais "robustos". Às vésperas da convenção do seu partido, no final de julho, Raquel anunciou a ex-deputada

Priscila Krause (Cidadania) como candidata a vice-governadora e pôs fim às especulações de que poderia não seguir adiante na disputa.

A narrativa da campanha da ex-prefeita de Caruaru explorava o fato de que as duas integrantes da chapa não mantinham vínculos com o PSB e que não eram apoiadoras do ex-governador Paulo Câmara em nenhuma das duas vezes em que disputaram o Governo. Jogavam no colo da adversária o fato de ser da família Arraes, o que dava respaldo à gestão PSB. Aliás, grande parte dos debates eleitorais do segundo turno se dava em torno desses dois aspectos: o posicionamento perante a eleição nacional e perante o governo estadual.

Raquel Lyra foi eleita no segundo turno com 58,70% dos votos (3.113.415 votos), enquanto Marília Arraes, segunda colocada, conquistou 41,30% dos votos (2.190.264 votos).

A agenda feminina

Em Pernambuco, 53,58% do eleitorado do Estado é formado por mulheres. Assim, em uma eleição marcada pela presença feminina, era de se esperar como tema central dos debates fossem medidas direcionadas ao cerne de questões relevantes para esse público.

Nos sucessivos embates na imprensa e nas suas respectivas plataformas de comunicação eleitoral, as duas candidatas buscavam apresentar as propostas contidas em seus programas de governo, ainda que muitas delas não tivessem, de forma clara, e apontar quais recursos essas medidas seriam financiadas e executadas.

Entre as propostas específicas para o público feminino no programa da candidata do Solidariedade, estava a implantação de "13 Casas da Mulher Pernambucana, voltadas à saúde integral da mulher e ao atendimento pré-natal, parto e puerpério" (Lyra, 2022, p. 16), prioritariamente em municípios carentes em infraestrutura para o atendimento. Além disso, é mencionada a criação de "salas peri-hospitalares para a realização de parto natural integradas às Casas da Mulher Pernambucana para as mães que desejarem ter um parto normal humanizado" (Lyra, 2022, p. 16) e a conclusão das obras do Hospital da Mulher em Caruaru.

No capítulo destinado especificamente às mulheres, o documento menciona que as políticas públicas para mulheres:

> {...} devem atender às premissas da reparação das desigualdades, a proteção das mulheres e o atendimento às questões específicas, principalmente no que se refere à saúde da mulher. Portanto, devem versar sobre a promoção de renda, formação para desenvolvimento de atividades econômicas que emancipam financeiramente às mulheres, garantia de educação e segurança para seus filhos, políticas de saúde para mulheres, além do combate à violência (Lyra, 2022, p. 36).

Para isso, propõe como medidas a serem adotadas o fortalecimento dos Planos Estaduais de Políticas para as Mulheres, a realização de Conferências de Mulheres e a criação de Sistema de Informação Integrado das Mulheres (SIIM), "com foco na coleta de dados, sistematização de informações, produção do conhecimento e acompanhamento de atendimento às mulheres em todos os níveis de governo" (Lyra, 2022, p. 36).

No item segurança, constam como propostas a implantação de Delegacia da Mulher nas cidades com maiores índices de violência contra a mulher; a criação da Patrulha Maria da Penha, para acompanhamento das mulheres que estão sob medida protetiva; e a implantação de Núcleos de Atendimento à Mulher nas delegacias, "com profissionais capacitados e equipe psicossocial integrada, de modo que atendimento às mulheres deixe de ser realizado junto às demais ocorrências" (Lyra, 2022, p. 37).

No que tange à geração de renda, consta a promessa de criação do programa "Empreende Mulher", para funcionar como "uma agência incubadora de empresas, cooperativas, organizações sociais, MEI's, empresas solidárias, ou outro tipo de negócio, voltadas às mulheres empreendedoras com garantia de crédito financeiro" (Lyra, 2022, p. 38).

Por fim, destaca-se a proposição de criar um fundo específico para financiamento das políticas públicas direcionadas às mulheres, "para que sejam captados recursos para execução de projetos, bem como transferências fundo a fundo, de acordo com critérios pré-estabelecidos" (Lyra, 2022, p. 38).

O programa de governo da candidata do PSDB também destina um capítulo específico para tratar de políticas para as mulheres. No campo

da segurança, o programa apresenta como proposição "fortalecer e integrar os serviços públicos de apoio ao enfrentamento da violência contra a mulher" (Lyra, 2022, p. 31), com uma série de desdobramentos, entre eles:

> {...} apoiar a implantação de novos Centros de Referência da Mulher nos municípios, para acolhimento e atendimento à mulher em situação de violência; ampliar o número de instituições de acolhimento para mulheres com risco de morte, inclusive com alternativa para mulheres não contempladas pelos atuais abrigos; criar, em parceria com os municípios, Casas de Passagem para mulheres em situação de violência (Lyra, 2022, p. 31).

Do ponto de vista da geração de renda, a candidata Raquel Lyra propôs a criação de Centros de Qualificação Profissional, "para capacitação, formação sociopolítica, inserção no mercado de trabalho e fomento ao empreendedorismo, de acordo com a vocação econômica dos municípios" (Lyra, 2022, p. 32). Outra proposta era o incentivo à implantação de creches nas empresas, com o fomento do Estado e com a introdução desses critérios no Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco (PRODEPE). Na gestão das políticas públicas para as mulheres, o programa cita a reestruturação e o fortalecimento da Secretaria da Mulher de Pernambuco, com a criação de unidades regionais. Prevê, ainda, o fomento e apoio à estruturação e funcionamento dos organismos de políticas para as mulheres nos municípios (Lyra, 2022, p. 32).

À semelhança do que propôs a candidata Marília Arraes, o programa de Raquel Lyra consta uma medida que busca a criação de um Observatório da Mulher para monitorar a situação da mulher em Pernambuco e produzir informações a fim de direcionar a tomada de decisões e a implementação de políticas públicas (Lyra, 2022, p. 32).

Chama a atenção a semelhança entre as proposições das duas candidatas em relação às questões priorizadas quando se trata do desenho das políticas públicas para as mulheres. Ambas priorizam aspectos

relacionados ao fenômeno da violência, à criação de organismos para a gestão de políticas e à geração de renda. No entanto, nos dois casos, não há um detalhamento sobre como essas medidas seriam implementadas.

O fato é que não havia, nos programas de governo das duas candidatas, uma discussão genuína sobre gênero. Esse aspecto também lança luz para o debate sobre a agenda defendida pelas mulheres dentro dos espaços de representação política e das instâncias de poder. O senso comum e algumas linhas analíticas na academia atribuem à mulher uma forma de atuação política diferenciada, a partir de uma sensibilidade política peculiar para questões relacionadas ao cuidado, pelo fato de ser mais difícil adentrar e ocupar posições no campo político convencional, restando-lhe ocupar outros domínios políticos que a comportem.

As questões locais, relacionadas à vida em comunidade ou à "política do cotidiano" (Brito, 2001, p. 293) seriam o campo em que as mulheres seriam mais ativas, em contraponto à política institucional, relacionada a contextos mais formais, como parlamentos e eleições. No entanto, tomando como base o posicionamento adotado pelas postulantes durante o processo eleitoral, bem como os planos de governo aqui mencionados, é factível crer que as demandas presentes na sociedade exigem posturas e posicionamentos políticos amplos, embasados e capazes de demonstrarem ao eleitorado como as soluções para os problemas postos serão alicerçadas e implementadas. A expectativa é se haverá, para isso, um modo de agir relacionado ao gênero feminino distinto daquele que seria o esperado para o gênero masculino. Estudos posteriores poderão ajudar a responder essa inquietação.

Considerações finais

A análise das eleições para o governo de Pernambuco, em 2022, revela uma transformação significativa no cenário político estadual, caracterizada não apenas pela mudança no comando executivo após 16 anos de hegemonia, mas também pela emergência da pauta feminina como elemento central do processo eleitoral.

As vitórias de Raquel Lyra e de Priscila Krause quebraram barreiras históricas ao tornarem-se a primeira governadora e vice-governadora eleitas em Pernambuco, o que reflete uma evolução na representatividade feminina na política do Brasil. Este marco eleitoral não apenas

celebra a conquista de espaços antes dominados por homens, mas também destaca o potencial transformador das candidaturas femininas na arena política.

A presença expressiva de mulheres nas candidaturas a vice-governadora, assim como a eleição histórica de Teresa Leitão como a primeira senadora pelo Estado, evidencia um movimento ascendente rumo a uma maior participação das mulheres também no Legislativo. Apesar dos avanços, a representatividade feminina na Câmara dos Deputados ainda está aquém da média nacional, o que destaca a necessidade contínua de esforços para ampliar a participação das mulheres no parlamento federal.

A análise dos programas de governo dos candidatos revela uma maior atenção às demandas e às necessidades das mulheres, o que indica um reconhecimento crescente da importância da agenda de gênero no contexto político. Esse enfoque reflete não apenas uma resposta às demandas das eleitoras, que representam uma parte significativa do eleitorado, mas também uma mudança paradigmática na maneira como a política é concebida e articulada em Pernambuco.

As eleições de 2022 representaram um marco histórico para a participação das mulheres na política pernambucana e sinalizaram um progresso significativo em direção a uma maior diversidade na representação política. Esse momento de avanço foi um impulso para a continuidade dos esforços na construção de uma democracia inclusiva e representativa para todos os cidadãos de Pernambuco.

Referências

BARONE, Leonardo Sangali. **Responsabilização política nos estados brasileiros:** o voto econômico nas eleições para governador. 2009. 105p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, FGV.

BRITO, Maria Noemi. Gênero e cidadania: referenciais analíticos. **Revista de Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 291-298, 2001.

ESTRAMIANA, J. L.A. Desempleo y bienestar en Brasil y España: um estúdio comparativo. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 5-16, jan./abr. 2012.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE,** 2023. O que é desemprego. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20desemprego,basta%20n%C3%A3o%20possuir%20um%20emprego. Acesso em: 22 abr. 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE,** 2024**.** Indicadores. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/. Acesso em: 07. abr. 2024.

LAPA, Priscila; SANTANA, Luciana. Os tons femininos nas eleições em Pernambuco. **Revista Nordeste,** 2022. Disponível em: https://revistanordeste.com.br/os-tons-femininos-na-eleicao-em-pernambuco/. Acesso em: 23 mar. 2024.

LEWIS-BECK, M. S.; PALDAM, M. Economic Voting: An Introduction. **Electoral Studies**, v. 19, n. 2-3, p. 113-121, 2000.

LYRA, Raquel Teixeira Lucena. A mulher que Pernambuco quer: proposta de governo **Programa de Governo Pernambuco**, 2022. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2022/BR/PE/546/candidatos/170001610442/pje-4d084c30-Proposta%20de%20governo.pdf. Acesso em: 13 mar. 2023.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia.** São Paulo: Atlas, 2021.

MONITOR da Violência. Relatórios. **Núcleo de Estudos da Violência**, 2024. Disponível em: https://nev.prp.usp.br/projetos/projetos-especiais/monitor-da-violencia/. Acesso em 07 abr. 2024.

POWELL, Bingham; WHITTEN, Guy.A Cross National Analysis of Economic Voting: Taking Account of the Political Context. **American**

Journal of Political Science, v. 37, n. 2, p. 391-414, 1993.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia do Século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

SENARC - SECRETARIA NACIONAL DE RENDA E CIDADANIA. **Senarc**, 2024. Programa Auxílio Brasil - quantidade de famílias e valores do auxílio Brasil. Disponível em: https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/v.php?q[]=0 . Acesso em: 07 abr. 2024.

TALEB, N. N. **The Black Swan:** The Impact of the Highly Improbable. Nova Iorque: Random House, 2007.

AS ALIANÇAS NACIONAIS E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DA POLÍTICA CEARENSE: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DOS FERREIRA GOMES

Monalisa Torres
Cleyton Monte

Introdução

Há vasta literatura na Ciência Política brasileira sobre as oligarquias nordestinas e as razões pelas quais a região estaria fadada a ser controlada por elites políticas sob a égide da política tradicional. A existência de clãs políticos que se consagram na arena política por dois mandatos ou mais (em alguns casos) seriam sintomáticos do oligarquismo ainda presente, reforçando estereótipos sobre a política sobretudo no Nordeste.

No Ceará, em anos mais recentes, famílias que se profissionalizaram na política, como os Ferreira Gomes, os Aguiar, os Albuquerque, os Santana, os Gonçalves entre outros, foram decisivas nos arranjos eleitorais que definiram os resultados dos últimos pleitos eleitorais, tanto na esfera municipal (2020) quanto estadual (2022). A despeito da marca desses sobrenomes na nossa história política e de sua força delimitando bases eleitorais muito consolidadas em regiões específicas do Estado, a ocorrência de clãs políticos não é restrita ao Nordeste e não está atrelada exclusivamente a práticas tradicionais. Aqui vale mencionar as pesquisas realizadas pelo Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil, grupo de pesquisa da UFPR, que analisa vários clãs espalhados pelo Brasil e também nas instituições do Estado.

Um bom exemplo desse fenômeno se dá com o clã Ferreira Gomes, cuja força política no Estado é reconhecida nacionalmente, levando-o

a alcançar mais espaço na esfera federal em anos mais recentes. Por outro lado, a visibilidade conquistada pelo clã somada às perspectivas estereotipadas sobre o Nordeste e alimentadas no jogo político com a oposição, sobretudo durante os pleitos eleitorais, reforçaram análises equivocadas e a má utilização de categorias datadas (a exemplo do coronelismo, oligarquismo etc.) que não contemplam as mudanças e novas dinâmicas pelas quais o Ceará tem passado.

Partindo desse panorama, ainda é possível falar da persistência de oligarquias no Ceará? Essa questão foi elemento norteador que orientou a construção deste capítulo, cujo objetivo é refletir sobre as novas configurações da política cearense, inseridas num contexto nacional de emergência de forças políticas de esquerda a partir das eleições de 2002. O foco da análise foi as estratégias políticas dos irmãos Ferreira Gomes, notadamente Ciro e Cid Gomes, pensadas a partir de sua política de alianças, tanto em âmbito federal quanto local, e que permitiram a construção de uma rede política ampla, capaz de pôr em funcionamento um dos maiores grupos políticos do país, hegemônico no Ceará por quase duas décadas, que no seu apogeu agregou mais de 300 lideranças locais.

O capítulo está dividido em quatro seções, além desta introdução. Na primeira, realizou-se um panorama histórico da trajetória política dos Ferreira Gomes até a chegada de Cid Gomes ao governo estadual. Em seguida, foram abordadas a política de alianças no Ceará ao longo da Era Ferreira Gomes (2006 a 2014) e as mudanças produzidas no cenário político estadual no período de 2006 a 2014. Na seção seguinte, foram apresentados os elementos que indicam o esgotamento da força do grupo ferreiragomista (2018 a 2022) e, finalmente, as hipóteses sobre o futuro dos Ferreira Gomes no Ceará.

A discussão proposta neste capítulo se justifica pela escassez de estudos sobre as elites políticas cearenses em anos recentes, além de contribuir para a reflexão e atualização conceitual que verse sobre as dinâmicas políticas subnacionais e lance luz sobre a lógica democrática contemporânea.

Ciro e Cid entram em cena: de Sobral para o Palácio da Abolição

Descendente de tradicional família de políticos de Sobral, Ciro Gomes[21] foi o primeiro de seus irmãos a seguir as trilhas iniciadas pelo tio-bisavô e bisavô, os irmãos Vicente Cesário e José Ferreira Gomes, que foram chefes do executivo sobralense em fins do século XIX. Na década de 1980, seu pai, José Euclides Ferreira Gomes, prefeito de Sobral, incentivou-o a concorrer a uma cadeira na Assembleia Legislativa do Ceará (ALECE).

Ciro, graduado em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC), estreou na política partidária, em 1982, pelo PDS, ficando na suplência, mas assumindo quase todo o mandato. Habilidoso e incômodo crítico do governo estadual[22], destacou-se como voz da oposição. Em 1986, foi eleito deputado estadual pelo PMDB, mesmo ano em que o grupo político de Tasso Jereissati venceu a disputa pelo governo estadual no Ceará. Combativo e compartilhando dos projetos modernizantes do então governador eleito, tornou-se líder do governo na ALECE. É importante lembrar que Ciro Gomes não pertenceu ao grupo original do mudancismo, ou seja, foi demonstrando sua habilidade à medida que liderou o processo de modernização do Estado na Assembleia Legislativa, trabalho que o aproximou de Tasso Jereissati, com quem construiu sólida relação política. Essa aliança foi fundamental para a consolidação da trajetória política de Ciro e Cid e para a ascensão do grupo em 2006. Nas eleições municipais de 1988, foi o nome escolhido pelo governador para disputar a prefeitura da capital, Fortaleza. No mesmo ano, Cid Gomes estreou na política partidária, compondo a chapa majoritária para a prefeitura de Sobral, na condição de vice-prefeito.

Numa eleição bastante competitiva, Ciro Gomes foi eleito prefeito de Fortaleza em 1988, obtendo altos índices de avaliação positiva, se cacifando a concorrer ao executivo estadual. Escolhido como sucessor de Tasso, concorreu ao governo estadual, sendo eleito em 1990 pelo PSDB. O desempenho de sua gestão o projetou nacionalmente e o oportunizou a ocupar o Ministério da Fazenda (1994) no governo

21 Para saber mais sobre a genealogia política da família Ferreira Gomes, ver Cleyton Monte (2016).

22 À época, o Ceará estava sob a tutela do coronel Virgílio Távora.

Itamar Franco. Ciro continuou relevante no plano federal, tornando-se articulador político de governos, ocupando ministérios e sendo peça fundamental nas estratégias e projetos de seu grupo político no Ceará. Investiu seu capital nas disputas presidenciais – ora como aliado, ora como candidato – e concorreu à presidência em quatro ocasiões: em 1998 e 2002 pelo PPS e em 2018 e 2022 pelo PDT.

Cid Gomes, apesar de formado em Engenharia Civil pela UFC, nunca exerceu a profissão, pois cedo foi convidado a atuar como assessor do irmão, Ciro Gomes. Demonstrando traquejo no jogo político, logo iniciaria sua vida política como candidato a vice-prefeito de Sobral, em 1988 pelo PSDB, quando experimentou sua primeira derrota. As habilidades demonstradas nos bastidores da política cearense chamaram a atenção de Tasso, que o convidou a atuar como articulador político do governo na região Norte do Estado. Nas eleições seguintes, em 1990, elegeu-se deputado estadual, tornando-se líder do governo e galgando funções de destaque na ALECE. Em 1996, foi reeleito deputado estadual, tornando-se presidente da ALECE.

Até meados da década de 1990, a família ganhou projeção estadual na esteira do tassismo, mas consolidou importante base política e eleitoral na região Norte do Estado a partir do trabalho desenvolvido por Cid Gomes, quando prefeito de Sobral durante os anos de 1997 a 2000 e 2001 a 2004. Como prefeito do município mais importante da região Norte, Cid logrou montar uma coalizão de governo unindo os dois principais partidos que polarizavam a arena nacional, PT e PSDB, este último legenda que o abrigava. Foi Sobral o nascedouro da histórica aliança entre os Ferreira Gomes e o PT, que durou 25 anos até enfrentar seu teste mais difícil durante as eleições de 2022.

> Após vencer com 63% dos votos válidos, Cid Gomes iniciou a administração "Sobral no rumo certo", contando com secretários do PT e do PSDB. (...) Entre as ações de suas duas gestões (1997-2004) destacam-se a instalação da fábrica gaúcha GRENDENE, que chegou a empregar mais de 10.000 mil funcionários, a preservação e o tombamento de prédios históricos, a implantação do Programa Saúde da Família, o

> planejamento urbano e a revitalização do rio Acaraú, a qualificação dos servidores públicos, o desenvolvimento do polo universitário, a modernização dos serviços públicos, a reforma do Beco do Cotovelo e, o que é considerado pela população e membros do grupo como o maior legado de suas gestões, a qualificação da educação, levando o município a figurar nos índices nacionais como umas das melhores redes de ensino do país (Ferreira *apud* Monte, 2016, p. 39). (Grifo no original).

Em 2000, foi reeleito prefeito de Sobral pelo PPS. Durante suas gestões, levou seu irmão, Ivo Gomes[23], de perfil mais técnico, para assumir as funções de Chefe de Gabinete e, posteriormente, Secretário da Educação, quando implementou, juntamente com Izolda Cela, o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), responsável pela melhora nos índices de educação do município, que se tornou um dos principais legados do grupo. Ivo Gomes, graduado em Direito pela UFC, com mestrado em Harvard, compõe o quadro da Procuradoria do Município de Fortaleza (PGM). O trabalho desenvolvido em Sobral o credenciou a disputar uma cadeira na ALECE, eleito em 2002 pelo PPS e reconduzido ao cargo em 2006, 2010 e 2014, sendo um dos principais porta-vozes da educação no parlamento cearense.

Buscando sair do raio de influência do PSDB e da sombra do tassismo, o grupo ligado aos irmãos Ciro e Cid Gomes, que se consolidava no Ceará, migrou para o, até então, inexpressivo PPS, elegendo 17 prefeitos nas eleições de 2000. Essa migração tem também um componente nacional, uma vez que representou o primeiro passo do distanciamento da agenda liberal do governo FHC e uma aproximação com a pauta de centro-esquerda. A estratégia visava à busca por maior espaço e construção de autonomia frente ao tassismo (em declínio). Sob a batuta dos irmãos Ferreira Gomes, a legenda tornou-se uma das maiores

23 Em 2007, foi Chefe de Gabinete do irmão e então governador Cid Gomes e atuou como chefe da pasta de Educação do município de Fortaleza durante a gestão de Roberto Cláudio (PDT). Em 2016, sagrou-se prefeito de Sobral, sendo reconduzido ao cargo em 2020, em ambas as ocasiões, pelo PDT.

potências partidárias do Estado, demonstrando a força do grupo de Sobral. Em 2004, o PPS era a segunda maior legenda do Estado em número de prefeituras, 33 no total, atrás apenas do PSDB (70) de Tasso.

A vitória de Lula e do PT nas eleições presidenciais de 2002 teve um impacto significativo na dinâmica política do Ceará. A adesão do PPS ao governo federal, com a nomeação de Ciro Gomes para o Ministério da Integração Nacional, fortaleceu o partido e o grupo político liderado no Estado pelos irmãos Cid e Ciro.

Essa aliança estratégica com o governo federal foi crucial para que os Ferreira Gomes conseguissem se desvincular do grupo político de Tasso Jereissati e se posicionassem como uma força política independente no cenário estadual. Essa autonomia em relação ao tassismo possibilitou que os Ferreira Gomes migrassem para a oposição estadual com condições de competitividade para disputar as eleições de 2006. Importante destacar que esse movimento repercutiu inicialmente na Assembleia Legislativa – os parlamentares ligados ao grupo dos Ferreira Gomes deixaram de fazer a defesa do governo Lúcio Alcântara. Os embates legislativos foram essenciais para compreender as tendências desse grupo.

Considerando as circunstâncias locais e a oposição declarada de Roberto Freire, presidente nacional do PPS, ao governo Lula, Ciro Ferreira Gomes articulou a migração do seu grupo político para o PSB, em 2005. Isso representou uma mudança estratégica, já que o PSB era um partido tradicionalmente ligado à esquerda brasileira e um dos apoiadores históricos do PT. Diferentemente de outras mudanças partidárias realizadas pelos Ferreira Gomes, a migração para o PSB enfrentou resistência interna de lideranças históricas do partido no Ceará, como Sérgio Novais, que representava a ala tradicional do PSB no Estado.

Apesar de o PSB não ocupar cargos de destaque no Ceará, até então, a entrada dos Ferreira Gomes no partido transformou-o em uma das principais forças políticas locais nos anos seguintes, demonstrando como movimentos estratégicos, mudanças partidárias e alianças são frequentemente utilizados para fortalecer o poder político de determinados grupos e indivíduos.

A dinâmica estadual não pode ser compreendida apartada do contexto político nacional, no mais, a partidária e eleitoral envolve jogos intrincados de alianças, oportunidades e estratégias que lançam luz

sobre os contextos estaduais e ajudam a explicar suas particularidades. Esse fenômeno não é de todo recente, desde o início da década de 1930, com o integralismo, podemos perceber que as limitações socioeconômicas do Estado são, em alguns momentos, compensadas com um maior alinhamento com as políticas do governo federal (Parente, 2001).

Considerando os cálculos de atores nas diferentes esferas de poder, voltemos às eleições de 2006. Naquele ano, Lula tentaria reeleição sob fortes críticas, após o escândalo do Mensalão, impondo a necessidade de realinhar as estratégias nos Estados, de modo a garantir a vitória do maior número de aliados para o Congresso Nacional e palanques fortes com candidaturas competitivas para os executivos estaduais.

Segundo a literatura sobre sistema partidário e eleições no Brasil, a "coincidência temporal" das eleições presidenciais, congressuais e estaduais tem como resultado a interdependência das esferas de poder, no que se refere às estratégias adotadas por partidos e candidaturas. Ou seja, a opção por priorizar uma das arenas de competição, seja presidência, parlamento ou governadorias, refletirá no modo como o partido se comportará (ou renunciará à disputa) em outra esfera, dado o "aninhamento" da competição. Desse modo, ao privilegiar a eleição presidencial e, em alguma medida, a congressual, o PT optou por ser parceiro de outras legendas que concorreriam aos governos estaduais (Melo, 2022).

No caso do Ceará, o PT encontrou em Ciro Gomes um importante aliado, considerando que além do PSB a aliança agregaria outras legendas vinculadas ao seu grupo. O grande prestígio de Ciro no Estado e as articulações para viabilizar a candidatura de Cid Gomes ao governo estadual foram exitosas. A coligação de centro-esquerda "Pra frente, Ceará", formada por PSB, PT, PMDB, PP, PCdoB, PV, PRB, PHS e PMN, reuniu nomes como Inácio Arruda (PCdoB), Luizianne Lins[24] (PT), e Eunício Oliveira (PMDB). A despeito da aliança com o PT, o vínculo dos irmãos Ferreira Gomes com Tasso Jereissati (PSDB), à época senador e ferrenho opositor do governo federal, não foi rompido,

24 O PT cearense era resistente à aliança com Cid Gomes, cujos laços com o tassismo permaneciam fortes. A aliança só foi celada após a adesão da prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins, a quem coube a indicação do vice na chapa majoritária. A escolha recaiu sobre seu correligionário, Professor Francisco Pinheiro.

sendo decisivo para a eleição de 2006. Esse fato gerou uma cisão na base tucana, que se dividiu entre a reeleição do então governador Lúcio Alcântara (PSDB) e a candidatura de Cid, que recebeu apoio informal de Tasso (Carvalho, 2008; Silva, 2020). Essas aparentes contradições revelam a complexidade das disputas eleitorais brasileiras num intrincado jogo de estratégias, alianças e acordos de partidos e candidaturas. Conforme Sandes, "ao analisar o contexto estadual, deve-se, sobretudo, compreender os partidos como unidades compostas por políticos que possuem vínculos com o espaço em disputa, isto é, possuem trajetórias políticas históricas que impõem particularidades regionais aos acordos" (Sandes, 2019, p. 17).

Naquele momento, embora Tasso ainda fosse a maior liderança do Estado, com forte influência no parlamento e entre prefeitos, o ciclo político tassista apresentava sinais de esgotamento. O alinhamento com o governo federal durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) foi fundamental para a consolidação de uma máquina política tucana no Ceará, o que mudou de configuração com a vitória de Lula em 2002. O grupo político hegemônico no Ceará por duas décadas enfrentava forte desgaste político e sofria baixas importantes, como a saída de políticos do peso, como o deputado federal Sérgio Machado e o estadual Welington Landim[25]. O mesmo também se expressava no debacle do PSDB nas eleições congressuais e para os executivos locais entre 2002 e 2006[26]. Além disso, o tassismo sofria da fadiga de poder e

25 Tanto Sérgio Machado quanto Welington Landim alimentavam a pretensão de concorrerem ao governo estadual. A dificuldade de encontrar maior espaço dentro do PSDB tassista os levou a buscar abrigo em outras legendas. Em 2002, Machado foi o candidato ao executivo estadual pelo PMDB e Landim o nome escolhido pelo PSB (Carvalho, 2008).

26 Nas eleições de 2002, o candidato tucano, Lúcio Alcântara, venceu José Airton (PT) no segundo com uma diferença de 0,08% dos votos (o que correspondeu a 3.047 votos). Para o legislativo, o PSDB elegeu 8 deputados federais e 17 estaduais. Em 2006, foram 5 deputados federais e 16 estaduais eleitos. O encolhimento do partido também foi sentido nos executivos municipais. Se, em 2000, o partido havia conseguido bater o recorde de prefeitos eleitos na história recente, 83 prefeitos tucanos; em 2004, esse número caiu para 70 prefeitos. A partir de então, o partido viu seus quadros reduzindo-se eleição após eleição.

a pressão constante de movimentos e partidos de oposição, que faziam denúncias e incendiaram o plenário da Assembleia Legislativa.

Admitindo que "as estratégias de construção de máquinas políticas estaduais tendem a ser mais bem-sucedidas em contextos caracterizados pela coincidência, ao longo do tempo, entre partidos e coalizões que ocupam o governo federal e estadual" (Borges, 2010, p. 172), a vitória de Lula e do PT no âmbito federal, em 2002, forneceu as condições e oportunidades para que uma oposição à esquerda se fortalecesse no Ceará. Além disso, um fator externo viria a influenciar diretamente o jogo político nos Estados, a saber, a regra de verticalização das alianças eleitorais em 2002 e 2006. A nova regra obrigava os partidos a reproduzirem as coligações nas duas esferas de competição: presidencial e estadual. Somaram-se a isso os resultados positivos da implementação do Programa Bolsa Família, que impactaram diretamente a vida da população do Nordeste, enfraquecendo as redes clientelistas dos partidos de centro-direita dominantes nos Estados mais pobres.

> De um lado, o federalismo e as instituições eleitorais e partidárias da democracia brasileira conspiram contra a reprodução de oligarquias eleitorais na esfera dos estados. De outro, o próprio processo de competição democrático, ao gerar incentivos para a expansão e institucionalização das políticas sociais, contribui para erodir as bases da intermediação clientelista nas regiões mais pobres. Em outras palavras, a trajetória recente das instituições democráticas brasileiras demonstra ser estas um terreno pouco propício à sobrevivência dos velhos e novos chefes políticos na esfera estadual, não obstante o substancial repertório acumulado pelos governadores dos estados ao longo do recente período democrático (Borges, 2010, p. 186).

São dignas de nota as peças produzidas para o Horário Gratuito Político Eleitoral (HGPE) de Cid. A aliança com o presidente Lula, muito bem avaliada no Ceará, foi amplamente acionada e Ciro Gomes também era figura frequente nas inserções. A trinca Lula, Ciro e Cid

conseguiu superar a força da máquina e esvaziar os apelos do então governador, Lúcio Alcântara, pelo voto do eleitor cearense. Cid Gomes foi eleito sem fazer críticas diretas ao mudancismo, seu alvo era a liderança que estava conduzindo o processo.

Cid Gomes foi eleito governador do Ceará em primeiro turno, com 62,38% dos votos (2.411.457 votos). A única vaga ao senado foi conquistada pelo aliado, Inácio Arruda. Na ALECE, o PSB conquistou 8 das 46 cadeiras, formando a segunda maior bancada, e elegeu dois deputados federais, tendo Ciro Gomes como campeão de votação.

Da fragilidade do tassismo, os Ferreira Gomes se fortaleceram. A aliança estabelecida com prefeitos e deputados, num esforço de construção de base eleitoral própria, e o alinhamento ao governo federal, por intermédio de Ciro, permitiram a consolidação de novo grupo político no Estado. O pragmatismo e o senso de oportunidade do grupo foram cruciais nessa dinâmica.

Ascensão do grupo ferreiragomista e a reconfiguração da dinâmica política no Ceará (2006 a 2014)

Para os objetivos dessa discussão, entende-se por grupo político uma complexa rede política envolvendo alianças estratégicas com lideranças em diferentes níveis de poder, que são atraídas e mantidas pelo poder, e capacidade de aglutinação de uma "*persona* política", um chefe com características pessoais de liderança[27]. As alianças são fundamentais para consolidar e ampliar o poder do chefe político, criando uma teia de lealdades e compromissos que fortalecem sua posição e influência. Essa estrutura política e suas redes podem ser mais fluidas e menos estruturadas do que um sistema político baseado em partidos fortes e ideologicamente coesos. No entanto, ela reflete as realidades políticas e sociais de muitos contextos regionais, nos quais fatores como relações pessoais, lealdades individuais e interesses locais desempenham um

27 O prestígio conquistado sobre um eleitorado capaz de garantir votos para si e/ou para aliados, a habilidade para tecer acordos e construir alianças, a capacidade de coordenar interesses divergentes visando à coesão do grupo credencia o político à condição de chefe de um grupo político. Para conhecer melhor os conceitos de grupo e chefe políticos aqui mobilizados, leia Rejane Carvalho (2014) e Cleyton Monte (2019).

papel significativo na determinação do curso da política.

No Ceará, o grupo político ferreiragomista segue o padrão de organização acima destacado com ramificações para baixo, incorporando lideranças locais (prefeitos e vereadores), e para cima, com assessores e políticos ocupando cargos estratégicos na máquina pública federal. O alinhamento nos três níveis de poder torna-se condição de sobrevivência (e longevidade) do grupo.

O grupo ferreiragomista é caracterizado por grandes e heterogêneas coalizões partidárias e com força suficiente para incluir outros chefes políticos, como Domingos Filho e Eunício Oliveira, cuja composição pode variar a cada eleição. Ainda que haja o compartilhamento de funções e espaços de poder entre os aliados, as principais decisões são tomadas pelo núcleo familiar que divide tarefas. Cada membro da família desempenha um papel específico dentro da estrutura de poder. Ciro Gomes é responsável pela interlocução com o governo federal, enquanto Cid Gomes cuida das questões internas, como acordos e alianças na esfera estadual. Por sua vez, o irmão caçula, Ivo Gomes, atua como aliado local, mantendo contato direto com as bases políticas. Essa estratégia permite que o grupo mantenha uma base de apoio ampla e diversificada, reunindo diferentes forças políticas e garantindo sua influência tanto em nível nacional quanto estadual.

Sobre os protocolos de organização do grupo ferreiragomista, Monte afirma:

> Os rituais de interação entre os membros ocorrem sempre em períodos pré-eleitorais e/ou na movimentação que antecede a migração partidária. Não há uma agenda de discussão com a sociedade civil e as ações são deliberadas na cúpula e disseminadas nessas reuniões, que guardam um papel básico: o pragmatismo eleitoral (Monte, 2016, p. 50).

Apesar de ter formado uma coligação inicialmente de centro-esquerda para as eleições de 2006, seu governo foi marcado por uma coalizão mais ampla e heterogênea, replicando a lógica pragmática de alianças já experimentada em suas gestões em Sobral. Ao incorporar

aliados de diferentes espectros ideológicos, incluindo quadros do PSDB, Cid Gomes conseguiu conferir ao seu governo um perfil mais plural, considerando que o processo de formação de governos "não se trata apenas de um jogo de distribuição de cargos; envolve também a elaboração e execução de políticas públicas" (Sandes, 2019, p. 7). Esse esforço de engenharia política permitiu não apenas a continuidade de políticas iniciadas no governo anterior – a priorização da saúde fiscal do Estado, o modelo de administração pública, políticas de recursos hídricos e desenvolvimento social, marcas dos governos Tasso Jereissati – como também teve impacto na oposição. A incorporação de outras forças políticas e partidárias no Estado reduziu a oposição a pequenos nichos partidários de resistência, ampliando o potencial administrativo e a governabilidade do governador Cid Gomes.

No entanto, a formação de uma coalizão tão ampla e diversificada apresentou desafios significativos. Em trabalho sobre o processo de formação de governos nos Estados brasileiros, Sandes (2019) explica que a estabilidade e a durabilidade das coalizões de governo, portanto, o potencial de governabilidade é diretamente proporcional à distância ideológica entre seus participantes. Ou seja, "quanto maior a distância ideológica, mais heterogênea e instável é essa coalizão. Inversamente, quanto maior a proximidade ideológica entre os participantes da coalizão, mais homogênea, estável e duradoura ela é" (Axelrod *apud* Sandes, 2019, p. 7).

A estratégia de construção de coligações inconsistentes[28] tornou-se mais comum especialmente após a estratégia bem-sucedida do PT nas eleições de 2002. A eleição de Lula para a presidência demonstrou que uma abordagem pragmática na formação de alianças políticas poderia ser eficaz para alcançar o poder e implementar políticas progressistas. Essa estratégia, que prioriza a formação de coalizões eleitorais amplas e inclusivas, mesmo que envolvam partidos com ideologias diferentes,

28 Segundo a classificação, as coligações podem ser: a) consistentes, quando os partidos coligados pertencem ao mesmo espectro ideológico; b) semiconsistentes, quando os partidos que encabeçam a coligação montam alianças com outras legendas de centro; ou c) inconsistentes, quando os partidos se coligam com legendas de espectro ideológico oposto. Para saber mais, leia Silvana Krause e Pedro Godoi (2012) e Vitor Sandes (2019).

foi adotada por várias legendas de esquerda em nível estadual (Krause; Godoi, 2012). Essas coligações podem incluir desde partidos mais alinhados ideologicamente até aqueles com posturas mais centristas ou até mesmo de direita, dependendo das necessidades eleitorais e das circunstâncias políticas locais. O objetivo é reunir o maior número possível de apoios e ampliar as chances de vitória eleitoral.

Analisando comparativamente os arranjos políticos construídos nos governos Tasso e Cid é possível observar que durante as gestões Jereissati o PSDB ocupou hegemonicamente a máquina do Estado e os principais postos políticos, com aliados ideologicamente próximos, o que tornava os acordos menos custosos. Por outro lado, nos governos Cid Gomes, o pragmatismo político orientava o compartilhamento desses mesmos espaços de poder, com aliados cada vez mais numerosos e heterogêneos ideologicamente. Como artífice desse condomínio partidário, Cid Gomes via-se constantemente testado, especialmente durante os períodos eleitorais, quando as diversas lideranças da coalizão competiam pela indicação para as principais vagas na coligação governista, o que podia gerar conflitos internos, dificultar a tomada de decisões unificadas e, consequentemente, comprometer a estabilidade governamental. Não custa lembrar que esses acordos também deveriam considerar as estratégias e diretrizes adotadas nacionalmente pelos partidos, num complexo jogo de equalização de demandas e expectativas nacionais e locais.

Como governador, Cid Gomes tentou conciliar o equilíbrio das contas públicas (herança do tassismo) com investimentos sociais (seguindo a lógica lulista). Por um lado, houve descentralização de investimentos, melhoria na qualidade da educação e saúde, ampliação de infraestrutura, como o Porto do Pecém e as estradas, aumento na geração de empregos, expansão do turismo e ampliação da capacidade de arrecadação. No entanto, a segurança pública emergiu como um problema crítico, com um aumento nos índices de criminalidade. Em relação à agricultura, cultura e participação da indústria no PIB não foram observados progressos significativos. Apesar de adotar uma postura de articulação de interesses e contribuir para a expansão dos programas federais no Estado, Cid Gomes não teve grande influência na formulação de políticas públicas nacionais. Além disso, o diálogo e a

participação com a sociedade civil, movimentos sociais e servidores públicos continuaram sendo desafios semelhantes aos enfrentados durante a "Era Tasso" (Monte, 2016).

A fatura da manutenção de um arco de alianças tão amplo seria cobrada já na reeleição de Cid Gomes em 2010. O governador enfrentava desafios internos e pressões de diferentes frentes. O apoio formal do PMDB com a candidatura de Eunício Oliveira ao Senado Federal já estava assegurado, mas as tensões entre outros aliados políticos próximos, a exemplo de Luizianne Lins e Tasso Jereissati, eram evidentes. A estratégia de Cid Gomes foi adiar ao máximo qualquer decisão que pudesse gerar rompimentos eleitorais com qualquer um dos lados (PT ou PSDB).

Embora Cid Gomes fosse bem avaliado e tivesse ótimas chances de vitória, o apoio do governo federal e a aliança com o PT implicaram em compromissos e contrapartidas que tiveram impacto na campanha. Por parte do PT, havia o interesse em ampliar a bancada governista no Congresso, o que implicou na cobrança de que o governador apoiasse a dobradinha José Pimentel (PT) e Eunício Oliveira (PMDB) ao senado. Essa demanda desconsiderava a aliança histórica dos Ferreira Gomes com Tasso Jereissati, que tentaria a reeleição para uma das vagas ao senado pelo Ceará, situação que colocou Cid Gomes em uma posição delicada, pois enfrentava pressão para apoiar uma aliança que contrariava compromissos políticos de longa data, ao mesmo tempo reconhecia a importância de manter sua aliança com o governo federal e o PT.

Muito se especulou na mídia local até que o PSDB se antecipou e no encontro partidário em Fortaleza para definição das estratégias para as eleições de 2010, houve duas decisões importantes: Tasso Jereissati não seria candidato a governador e o partido não entraria em nenhuma coligação que tivesse o PT. Essas decisões indicaram a postura cautelosa do PSDB em relação às alianças políticas, possivelmente buscando preservar sua identidade e base de apoio, ao mesmo tempo que avaliava as possibilidades de sucesso eleitoral em um cenário político complexo (Silva, 2020). Assim, considerando fortalecer o palanque presidencial do partido e entendendo a necessidade de uma candidatura própria ao governo do Estado, o PSDB lançou a candidatura de Marcos Cals ao governo do Estado e Tasso Jereissati concorreu a reeleição ao Senado,

selando o rompimento com o "futuro ex-amigo".

> Tasso passava a referir-se durante toda a campanha a Cid como um "futuro ex-amigo", que aliou-se a "adversários e ex-amigos" para derrubá-lo (Diário do Nordeste, 13/09/2010, p. 5). Cid Gomes responderia a Tasso tentando pôr fim às desavenças: "candidato a senador debate com candidato a senador" (O Povo, 14/09/2010). Assim, Tasso era, implicitamente, descredenciado pelos dois maiores "padrinhos políticos" – o que equivale a dizer, pelos dois maiores detentores de capital político – naquela eleição: Cid e Lula (Silva, 2020, p. 151). (Grifos no original).

A coligação "Por um Ceará melhor para todos" reuniu PSB, PMDB, PT, PDT, PCdoB, PSC e PRB e teve como candidatos a governador e vice Cid Gomes e Domingos Filho (PMDB), e ao Senado, a dobradinha Eunício e Pimentel, sintetizada no slogan "quem vota em Eunício, vota em Pimentel; quem vota em Pimentel, vota em Eunício", repetida incansavelmente por Lula no HGPE daquele ano.

Cid foi reeleito em primeiro turno com 61,27% dos votos (totalizando 2.436.940 votos). A estratégia de voto casado também foi eficiente: Eunício e Pimentel foram eleitos com 36,32% e 32,39% dos votos, respectivamente. Tasso, que já havia sido governador por três mandatos e senador, amargurou a terceira colocação, obtendo 23,70% dos votos. Houve aumento expressivo das bancadas governistas tanto para a Câmara Federal quanto para a ALECE[29]. O teste maior viria nas eleições de 2014, com sinais claros de desgaste da base aliada e o fortalecimento da oposição dentro da Assembleia Legislativa. Um termômetro para isso são os debates no plenário e as discussões nas comissões temáticas.

29 Das 22 cadeiras para a Câmara, a base governista obteve 17, com a seguinte distribuição: PMDB conquistou 6; PSB 4; PT, também 4; PC do B, 2 e PDT 1. O PSDB teve seu pior desempenho, elegendo apenas um representante. Na ALECE, a lógica se repetiu. Entre as 46 cadeiras em disputa, 25 foram conquistadas por partidos da coligação governista, com destaque para o PSB, que elegeu a maior bancada, com 11 deputados. O PSDB elegeu 8 parlamentares.

O rompimento do PT de Fortaleza com o governador[30], seguido pelo afastamento do líder do governo, deputado Antônio Carlos, indicavam um desgaste nas relações entre Cid Gomes e seus aliados. A saída do PRB da base aliada, motivada por duras críticas à política de segurança pública, e o início do desembarque do PMDB, liderado por Eunício Oliveira, refletiram a crescente fragmentação da base governista e o declínio da popularidade do governador, especialmente em meio a crises em setores estratégicos como segurança e saúde.

A nomeação de Ciro Gomes, ex-governador e irmão de Cid Gomes, para a Secretaria da Saúde, em detrimento do controle pelo PCdoB, mostravam uma mudança no equilíbrio de poder dentro da administração estadual e indicaram possíveis tensões dentro da coalizão governista. Esses eventos sugerem um ambiente político volátil e uma crescente polarização entre governo e oposição, com desafios significativos para a manutenção da estabilidade política e governabilidade no estado do Ceará.

Outro movimento, este fora do território cearense, viria a agitar a política estadual, a saber, a decisão do PSB nacional de sair da coalizão governista em 2013. O desembarque do PSB foi motivado, em parte, pelas pretensões da legenda de lançar uma candidatura própria à Presidência da República nas eleições de 2014. Diante dessa situação, Ciro e Cid Gomes optaram por priorizar a manutenção de sua aliança com o governo federal. Para isso, decidiram enfrentar o PSB e migrar para uma legenda política recém-criada, o Partido Republicano da Ordem Social (PROS). Essa mudança permitiu que eles continuassem a apoiar o governo federal e a manter sua influência política sem ficarem presos às decisões do PSB nacional.

No Ceará, o senador Eunício Oliveira, líder do PMDB no Senado, emergiu como uma figura central na articulação de uma frente de oposição a Cid Gomes. Eunício conseguiu consolidar uma aliança que

30 Rompimento selado nas eleições de 2012, quando Cid Gomes e Luizianne discordam quanto ao nome que seria apoiado pelo grupo a disputar a prefeitura da capital. Luizianne indicou Elmano de Freitas (PT) e Cid Gomes defendia que o nome deveria ser do PSB. O governador apoiou a candidatura do então presidente da ALECE, Roberto Cláudio (PSB). Os trabalhos de Emanuel Freitas Silva (2020), Rejane Carvalho e Monalisa Lopes (2016) discutem esses episódios.

incluía o ex-prefeito de Maracanaú, Roberto Pessoa (PR), cuja entrada na campanha agregou apoio significativo, incluindo Capitão Wagner (PR), opositor ferrenho de Cid Gomes.

O possível retorno de Tasso Jereissati na disputa por cargos públicos também marcou uma mudança importante na dinâmica política, sinalizando um realinhamento de forças contra o grupo liderado por Cid Gomes. Enquanto isso, Cid manteve a estratégia de adiamento na definição de seu candidato, deixando seus aliados em espera e prolongando a incerteza em relação à sua posição política. Essa indecisão, combinada com sua não-renúncia ao governo do Estado[31], resultou em descontentamentos e defecções dentro das hostes governistas, como a candidatura de Eliane Novaes (PSB), que se uniu a Eunício no segundo turno.

O custo para a manutenção de coalizões inconsistentes costuma ser mais alto, sobretudo em períodos eleitorais e quando o chefe do executivo não pode concorrer à reeleição, abrindo um período de tensões internas entre os membros do grupo pelos principais postos em disputa. Cid Gomes, como síndico desse condomínio partidário, sabia dos desafios enfrentados e compreendia a necessidade de uma aliança ampla e forte que garantisse os recursos (políticos e financeiros) de uma campanha que se prenunciava competitiva. Isso justificava a cautela e as longas negociações para acomodação dos aliados, além de garantir a transferência de capital político do grupo para um sucessor de confiança, ao mesmo tempo que o blindasse das possíveis críticas ao governo, visando garantir uma transição suave e a continuidade de políticas e programas iniciados durante o governo de Cid Gomes.

A estratégia de Cid Gomes de adiar o anúncio da coligação governista até os últimos dias do prazo legal é uma prática recorrente em sua trajetória política. Essa tática permite que ele mantenha o controle sobre o processo político e avalie cuidadosamente as opções disponíveis antes de tomar uma decisão final.

Durante esse período de especulação e negociação, Cid ensaiou o apoio a cinco importantes nomes do seu grupo político: Zezinho

31 A não renúncia significava não apenas a desistência de concorrer ao Senado Federal, mas também atrapalhou os planos do seu vice-governador, Domingos Filho, que esperava assumir como titular e cacifar-se para disputar a governadoria do Estado naquele ano.

Albuquerque, Domingos Filho, Leônidas Cristino, Izolda Cela e, em um caso mais remoto, Camilo Santana (PT). Cada um desses possíveis candidatos possuía seus próprios trunfos e dificuldades e as reportagens nos jornais durante o período de 2013 até meados de 2014 refletiam essa análise. Enquanto isso, essas lideranças mobilizavam suas redes de apoio e negociavam alianças políticas.

> O sonho de Cid era construir uma coligação que contasse com o apoio dos três níveis de governo. Inicialmente, cogitou renunciar ao seu mandato e anunciar seu irmão Ciro como postulante à vaga no Senado, para fortalecer a coligação. Esse fato não se consumou, ante a decisão do vice-governador Domingos Filho de não renunciar ao mandato. Diante do impasse, continuou à frente do governo e se concentrou em manter o apoio do principal aliado: o PT. As negociações foram bastante complexas e tensas (Monte, 2016, p. 91-92).

Às vésperas do encerramento do prazo da Justiça Eleitoral para a inscrição das candidaturas, Cid indicou Camilo Santana (PT) e Izolda Cela (PROS) como seus candidatos a governador e vice-governadora, respectivamente. Mauro Filho (PROS) foi o escolhido para concorrer ao Senado. A opção por esses nomes para os cargos majoritários, em 2014, representou a composição de uma chapa de perfil mais técnico, com nomes ligados diretamente ao governador e, principalmente, aos resultados de sua administração. Essas escolhas revelam também a estratégia de manutenção do poder dentro do grupo político, apostando em nomes próximos e de confiança para continuar seu legado político. Além disso, a escolha de um candidato petista impedia que Lula, grande cabo eleitoral no Estado, pudesse fazer campanha para Eunício Oliveira.

Compuseram a coligação "Para o Ceará seguir mudando", PT, PROS, PRB, PP, PDT, PTB, PSL, PRTB, PHS, PMN, PTC, PV, PEN, PPL, PSD, PC do B, PT do B e SD. A coligação governista, que reuniu 18 partidos de diferentes matizes ideológicas, reproduziu a mesma

lógica coligacional dos governos Cid, cuja habilidade de tecer acordos viabilizou a manutenção da base aliada.

> A saída foi a mesma encontrada por vários governadores e presidentes em idêntica situação: estabelecer acomodações em cargos, fazendo uso, inclusive, de atribuições constitucionais. Assim, Domingos Filho foi indicado para o cargo vitalício de conselheiro do TCM (Tribunal de Contas dos Municípios) e Zezinho Albuquerque teria garantido o apoio – recursos e prioridades – do futuro governador Camilo para uma recondução à mesa do Legislativo e um espaço especial na coligação proporcional para o parlamento (Monte, 2016, p. 93).

Camilo Santana antagonizou com o antigo aliado do governo, Eunício Oliveira. As campanhas eleitorais de 2014, uma das mais competitivas da história recente do Estado, foram marcadas por debates acalorados, duras críticas e acusações de irregularidades por ambas as candidaturas. A corrida pelo governo do Estado levou para o segundo turno Eunício Oliveira e Camilo Santana

A disputa pelo apoio dos prefeitos do interior foi intensa e decisiva para o pleito. Segundo noticiado no O Povo (28.10.2014), apesar de vencer na capital e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), o peemedebista foi derrotado por Camilo Santana, que "virou em 37 cidades do interior". Camilo totalizou 2.417.668 votos (53,35% dos votos válidos) contra 2.113.940 de votos (46,65%) de Eunício Oliveira. Os partidos da base governista também foram majoritários no legislativo, garantindo a expectativa de um governo sem grandes sobressaltos.

Frente aos esforços dos Ferreira Gomes no Ceará pela manutenção da aliança com o PT, ao apoio incondicional à reeleição de Dilma Rousseff e tendo os resultados do trabalho na área da educação reconhecidos, Cid Gomes foi escolha pessoal da presidente para chefiar, no seu segundo mandato, o Ministério da Educação[32].

32 Em seu segundo mandato, Dilma Rousseff se comprometeu a priorizar a educação, o que ficou explícito no slogan "Brasil, pátria educadora".

A difícil transição: agora é a vez de Camilo Santana (2014 a 2022)

Camilo Santana, como governador, teve a seu favor uma aliança já consolidada com o governo federal e uma significativa/robusta base governista, adotando a política de alianças de seu antecessor, assim como conseguiu esvaziar o grupo oposicionista ao governo do Estado e logrou chegar ao final do primeiro mandato com excelentes índices de avaliação.

De acordo com o colunista Eliomar de Lima, pesquisas que avaliaram a percepção dos eleitores sobre o governo "apontam média de 65% dos cearenses consideram que o governador vem cumprindo bem o seu papel mesmo em meio à crise que toma conta do País" (Lima, 2018). No entanto, esses resultados exigiram grande esforço de engenharia política. Senão, vejamos.

Admite-se que eleições de 2014 demarcaram um período de enfraquecimento da Era Lulista. Entendendo por Era Lulista o período de domínio político do PT (e seu bloco partidário) na esfera nacional, que abrangeu a primeira eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, até o impedimento de Dilma Rousseff, em 2016. A construção da figura carismática de Lula como um grande pai, conciliador e "protetor dos pobres/excluídos" foi a imagem-marca que orientou a produção das narrativas que embalaram as disputas eleitorais petistas, legitimando a continuidade do grupo político no poder. Monalisa Lopes (2016), em análise sobre as campanhas eleitorais de Dilma Rousseff em 2010 e 2014, sintetiza a narrativa lulista da seguinte maneira:

> (...) a **narrativa simbólica do lulismo** se fez através da constituição discursiva de um **legado** que se caracterizaria pela inauguração de um **novo tempo da história política do país**. Esse novo tempo se evidenciaria pela execução de um **projeto político** que promoveria a **inclusão social** como - nunca antes na história desse país (Lopes, 2016, p. 291, grifos nossos).

Apesar da vitória de Dilma Rousseff (PT), em 2014, com pequena margem de votos, o aprofundamento da crise econômica e política sinalizava a corrosão do lulismo. As manifestações pelo *impeachment* de

Dilma, em 2015 e 2016, anteciparam o debate político e reposicionaram os agentes do/no campo político. Ciro Gomes foi uma das vozes mais eloquentes em denunciar as irregularidades do processo de *impeachment* e as "manobras antidemocráticas" de partidos de oposição. Em paralelo, a Lava Jato entrava em cena como variável desestabilizadora do quadro de forças políticas e, como um trator, destruía a legitimidade e o capital político de diferentes partidos e políticos, colocando-os "no mesmo barco".

O processo jurídico-político que levou ao *impeachment* de Dilma em 2016 bagunçou as peças do tabuleiro político no Ceará. O alinhamento ao governo federal, elemento importante para a continuidade das políticas exitosas no Estado, sobretudo num cenário de primeiro mandato, quando o governador é testado em várias frentes de atuação, havia sido interrompido abruptamente, à revelia dos parceiros da aliança. A emergência de Michel Temer (PMDB) à Presidência da República exigia novas estratégias. Nesse contexto, Camilo Santana articulou reaproximação com o ex-adversário Eunício Oliveira, então presidente do Senado. Essa aliança reconstruiria a ponte entre o governo estadual e federal.

O cenário de midiatização dos escândalos de corrupção denunciados pela Operação Lava-Jato tornava incertos os rumos das eleições de 2018. A percepção de que "não havia diferença entre os grandes partidos" em questões como corrupção e incompetência levou à consolidação de afetos negativos em relação ao sistema político e partidário como um todo, alimentando uma narrativa antissistema, na qual os políticos tradicionais eram vistos como parte do problema, não da solução. Tal situação representou o pano de fundo que serviu para a exaltação de personagens como o "justiceiro", personificado no juiz Sérgio Moro, que simbolizava a "busca pela justiça e pela honestidade na política". Sua atuação na Operação Lava Jato o tornou um nome forte e até mesmo cogitado para concorrer à Presidência da República. Além disso, houve a valorização do "político *outsider*", aquele que, alheio às "práticas tradicionais" da "velha política", incorporaria uma imagem de honestidade, virilidade e ousadia. Esses símbolos representavam a busca por uma nova forma de fazer política, em oposição às "velhas raposas" do jogo político. A virilidade também foi apresentada como qualitativo

importante para combater os altos índices de violência, especialmente em um contexto em que a segurança pública se tornou uma das principais preocupações dos eleitores.

Após dois ciclos petistas à frente do governo federal (com Lula e Dilma) e com um clima fortemente antipetista dominando o debate político e a opinião pública, havia a expectativa de que o PT renunciasse a candidatura própria para a presidência e apoiasse outro partido de sua base para a corrida presidencial. Ciro Gomes já havia se colocado à disposição para ser esse nome que comporia uma frente progressista. Sua migração do PROS para o PDT visava à mudança para um partido mais robusto e capilarizado que pudesse oferecer melhores condições para a disputa que se avizinhava. No entanto, a conjuntura mudou radicalmente de configuração com o desgaste do PT em virtude da Lava-Jato, a perda abrupta da presidência, o encolhimento vertiginoso do partido nas eleições locais de 2016 e a prisão de Lula em 2018, levando ao entendimento de que priorizar a competição presidencial (e congressual) era condição de sobrevivência da legenda. Assim, Ciro Gomes viu-se preterido pelo PT e buscou outros parceiros que estivessem dispostos a construir uma alternativa à esquerda.

No Ceará, o contexto era outro. Mesmo com queda na avaliação nacional, Lula continuava a ser um vetor de influência no Estado. A avaliação positiva do governador Camilo Santana dificultava a manutenção da oposição ao seu governo por parte de outros chefes e grupos políticos. No caso específico de Eunício Oliveira e do MDB, a situação se tornou emblemática.

Inicialmente, Eunício Oliveira buscou consolidar-se como uma das principais lideranças da oposição ao governo no Ceará, preparando-se para uma eventual disputa pelo executivo estadual em 2018. No entanto, os rachas internos no MDB cearense, juntamente com o desgaste de sua imagem devido às exposições no caso Lava-Jato e ao seu papel no processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, forçaram-no a uma mudança de planos: a aliança com o governador candidato à reeleição se apresentava como a melhor estratégia para garantir sua reeleição e a sobrevivência do MDB no Ceará.

No entanto, a presidenta nacional do PT, Gleisi Hoffmann, vetou a aliança do partido com o MDB no Ceará. Apesar disso, um acordo

informal entre Camilo, Eunício e o deputado federal José Guimarães e com o aval de Ciro e Cid Gomes foi selado, garantindo o apoio de Eunício à reeleição de Camilo em troca de liberdade para disputar uma das vagas ao Senado, com o PT renunciando à reeleição de Pimentel.

> A contragosto da cúpula, o PT local rifou a candidatura à reeleição do senador José Pimentel para não atrapalhar os planos do presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB), candidato à reeleição. Os partidos vão se aliar informalmente, num acordo que também envolve palanque para Ciro Gomes, ex-governador do Estado, e seu irmão Cid Gomes, o outro candidato ao Senado na chapa (Frazão *apud* Torres; Pessoa Júnior, 2020, p. 156).

A lógica de coalizões inconsistentes, marca do ferreiragomismo, mostrou-se com toda sua força para as eleições de 2018. Camilo Santana articulou uma grande coalizão em torno da sua reeleição. Partidos que no âmbito nacional votaram a favor do *impeachment* de Dilma agora compunham aliança com o PT no Ceará. Vale destacar que adesão em massa à base governista foi impulsionada também pela crise que atingiu os partidos tradicionais, que temiam perder espaço nas eleições, por isso estar vinculado ao governador, cujo capital político era reconhecido, parecia a decisão mais segura. O resultado foi a construção da maior coalizão da história do Ceará, composta por 24 partidos aglutinados em aliança formal e informal (encabeçada pelo MDB), que garantiu o apoio de aproximadamente 170 dos 184 prefeitos cearenses (Torres; Pessoa Júnior, 2020).

Entre os partidos que se coligaram formalmente com o PT estavam o PP, PSB, PR, PTB, DEM, PCdoB, PPS, PRP, PV, PMN, PPL, PATRI, PRTB e PMB, além do PDT dos Ferreira Gomes. Liderados por Eunício Oliveira, outras lideranças e siglas, como o PRB, PODEMOS, AVANTE, PHS, PSC, SOLIDARIEDADE e o PSD de Domingos Filho também apoiaram informalmente a reeleição de Camilo Santana.

A disputa presidencial no Ceará ganhou aspectos curiosos. Se na esfera estadual a coligação PT-PDT mostrava-se sólida – com a chapa

Camilo Santana (PT) e Izolda Cela (PDT) para governador e vice – no âmbito federal, PT e PDT – com as candidaturas de Fernando Haddad (PT) e Ciro Gomes (PDT) – disputavam o mesmo *pool* de eleitores. A aparente contradição parecia superada num "palanque híbrido", em que Camilo, candidato à reeleição, ora pedia votos para seu correligionário, Haddad, ora para Ciro Gomes, seu histórico aliado.

O esforço do governador em trazer de volta para sua base lideranças que haviam rompido anteriormente, como Eunício Oliveira e Domingos Filho, foi bem-sucedido. Camilo Santana conseguiu reunir apoio de diversas lideranças políticas e consolidar bases eleitorais importantes para sua reeleição. Apesar de a oposição contar com nomes expressivos como Tasso Jereissati, Roberto Pessoa (PSDB) e Capitão Wagner (PROS) ficou praticamente isolada e não conseguiu apresentar um candidato ao governo do Estado com força suficiente para competir com Camilo Santana.

Pode-se dizer que as eleições de 2018, no Ceará, não foram competitivas. Contando com o apoio de uma ampla rede de líderes políticos, numa votação histórica, Camilo obteve 79,95% dos votos, somando mais de 3,4 milhões de votos e garantindo sua vitória já no primeiro turno. Além disso, sua coalizão assegurou a eleição de 38 dos 46 deputados estaduais. Seu padrinho político, Cid Gomes, também foi eleito para uma das vagas ao Senado Federal. A outra vaga foi conquistada por Eduardo Girão (PROS), eleito a esteira da antipolítica e do bolsonarismo, beneficiando-se diretamente da rejeição ao nome de Eunício Oliveira, principalmente na Região Metropolitana de Fortaleza. Na corrida presidencial, Ciro Gomes foi campeão de votação, recebendo 40,95% dos votos à frente de Haddad, este obteve 33,12% dos votos e Bolsonaro 21,74% dos votos.

Apesar da derrota de Eunício Oliveira na disputa pelo Senado[33], sua aliança com o governador foi mantida, permitindo ao MDB participar do primeiro escalão da segunda gestão de Camilo Santana e ocupar posições-chave na ALECE[34]. Outros partidos que marcaram oposição

33 A segunda vaga ao Senado foi duramente disputada por três nomes: Eunício Oliveira (MDB), Eduardo Girão (PROS) e Dra. Mayra Pinheiro (PSDB). Para saber mais, leia o trabalho de Monalisa Torres e Raulino Pessoa Júnior (2020).

34 Em um acordo entre Camilo e Eunício, Aloísio Carvalho foi nomeado Chefe da

durante as eleições também aderiram ao governo (re)eleito, é o caso de parcela do PSDB, a exemplo de Dr. Cabeto, nome que administrou a Secretaria da Saúde durante todo o período crítico de enfrentamento à Covid-19.

Diferente do mandato anterior, quando Camilo assumiu o governo cearense já contando com o apoio do governo federal, em 2019, esse alinhamento tornou-se inviável, dada a vitória de Jair Bolsonaro (PSL) à Presidência da República. A polarização política mantida pelo então presidente e os tensionamentos constantes com governadores de oposição, sobretudo aqueles filiados a partidos de esquerda, tornavam qualquer negociação com o governo federal problemática.

No entanto, dois eventos importantes com impactos no plano estadual e nacional testaram Camilo Santana como líder político e alteraram a conjuntura política em 2020, a saber, o motim dos PMs do Ceará e a pandemia por Covid-19. Em ambos os momentos, Camilo demonstrou habilidade ao coordenar as ações com seus aliados e responder de forma satisfatória aos desafios que sua gestão enfrentou, contribuindo para sua alta taxa de aprovação (78% ao deixar o governo em 2022). Sua atuação no enfrentamento à pandemia no Ceará, o papel de destaque no Consórcio Nordeste e seus embates contra a postura negacionista do presidente o colocaram em posição de relevo, sendo reconhecido nacionalmente como bom exemplo de gestão. Sua atuação eficaz durante o mandato o projetou como uma figura política influente no Estado, sendo considerado peça-chave na indicação do nome que o sucederia e despertando expectativas de concorrer ao Senado nas eleições subsequentes em 2022.

Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, enquanto o deputado estadual Daniel Oliveira (MDB), sobrinho de Eunício, foi eleito 2º vice-presidente da ALECE. Além disso, Bruno Sarmento, homem de confiança de Eunício, foi nomeado assessor especial da Casa Civil, garantindo ao MDB cearense uma presença influente no governo estadual. Essa articulação política evidencia a consolidação do MDB como um *player* relevante na política cearense, mesmo diante da derrota nas eleições. Posteriormente, em 2022, coube ao MDB escolher a vice da chapa majoritária petista. Eunício indicou Jade Romero, que já havia atuado na pasta de Esportes do governo Camilo.

E agora? Qual o futuro dos Ferreira Gomes no Ceará?

A expansão da máquina pública a partir de 2002, a capacidade de direcionamento de recursos diretamente para os aliados locais nos municípios, a publicidade institucional como ferramenta importante de comunicação entre governos e eleitores e o instituto da reeleição funcionaram como incentivos para a consolidação de ciclos políticos. Entendendo por ciclo político o período que delimita simbolicamente a hegemonia política de *personas* ou grupos políticos, no qual a competitividade eleitoral é baixa (Carvalho, 2014). Complementam esse panorama a tendência ao adesismo, ou seja, o alinhamento político entre os diferentes níveis de poder, como forma de alcançar benefícios mútuos entre os parceiros. Esse modelo pragmático de política associado à fragmentação do nosso sistema partidário tornou comum a construção de coalizões inconsistentes como garantia de governabilidade ao executivo.

Essa dinâmica expressa em nível nacional também ecoou nos Estados, como demonstra estudos de Sandes (2019). No Ceará, os Ferreira Gomes souberam adaptar-se a essas mudanças e construíram um grupo grande o suficiente para reduzir a oposição a pequenos nichos de resistência. Embora seu arco de alianças fosse extenso (e inconsistente), garantindo a hegemonia do grupo por diferentes ciclos eleitorais, a manutenção da base era fragilmente mantida, o que pôde ser constatada nos períodos de sucessão, a exemplo do que ocorreu em 2014 e em 2022, no fim do segundo mandato de Camilo Santana, o "petista mais ferreiragomista".

Em 2014, o PDT com os Ferreira Gomes elegeu uma das suas maiores bancadas nos anos recentes. A força do grupo ferreiragomista no Ceará tornou mais atrativa a aliança com o PDT no plano nacional. No entanto, a partir de 2018, com a opção de lançar candidatura própria à Presidência da República, o partido comprometeu a aliança com o PT nos Estados. Na eleição daquele ano, os comandos estaduais do PDT e PT no Ceará resolveram a contenda num "palanque híbrido", mas a mesma estratégia não funcionou em 2022.

Se por um lado, Cid Gomes e Camilo Santana, as duas maiores lideranças cearenses, defendiam a manutenção da aliança PDT-PT no Estado a partir do apoio à reeleição da governadora em exercício, Izolda Cela (PDT) – nome que garantiria a unidade do grupo –, por outro,

Ciro Gomes e a cúpula nacional do PDT priorizavam as estratégias para a disputa presidencial com a indicação de Roberto Cláudio (PDT) para o governo do Estado, ou seja, um palanque puramente pedetista. A ideia era reposicionar a imagem de Ciro Gomes e firmá-lo como terceira via, alternativa à polarização Lula-Bolsonaro, portanto era necessário blindá-lo de qualquer vinculação a Lula e ao PT, adversários no plano nacional. Do ponto de vista do discurso político, parecia custoso e contraditório admitir uma aliança com o PT em seu próprio reduto eleitoral.

Contrariado, Cid Gomes ausentou-se das campanhas de 2022, o que foi desastroso para a candidatura de Roberto Claudio, e o PDT estadual viu suas fraturas expostas. O racha dentro do partido e no grupo ficou claro em falas do presidenciável Ciro Gomes, que se dizia "apunhalado pelas costas". Nossa hipótese é a de que Cid Gomes, sendo um político habilidoso e conhecedor da história política cearense, apostava na manutenção do grande arco de alianças como estratégia para dar sobrevida ao ciclo político ferreiragonista. Com os sinais de esgotamento do ciclo e do poder político do seu grupo – dados ainda nas eleições de 2020 – e com a estratégia de isolar o Ceará das disputas nacionais, como ocorreu em 2018 (quando PT e PDT marcharam lado a lado na disputa ao Palácio da Abolição), Cid apostava numa transição menos traumática.

Excluído do processo de escolha, com a derrota na indicação de Izolda Cela como candidata pelo bloco governista, Camilo Santana optou por romper com o grupo e se somou ao coro por uma candidatura petista ao Palácio da Abolição. O fim da aliança histórica entre PT-PDT/Ferreira Gomes resultou na implosão da base política que vinha apoiando sua gestão, marcando mudança significativa no cenário eleitoral do Estado. A estratégia também fortalecia o palanque de Lula no Estado, tendo em vista a eleição presidencial que se apresentava, talvez, como a mais competitiva de nossa história recente (Santana; Sandes; Torres, 2022). A escolha recaiu sobre Elmano de Freitas, líder do PT na AECE. A estratégia do voto casado para os cargos majoritários, sintetizado no slogan "O Ceará três vezes mais forte", mobilizava o grande capital político de Lula e Camilo, candidatos à Presidência e ao Senado, pela eleição de Elmano, que concorria ao governo estadual.

Camilo atuou como principal articulador e responsável pela construção de uma coalizão forte em torno da candidatura de Elmano de Freitas. A coligação "Por um Ceará cada vez mais forte" foi composta por PT, PCdoB, PV, PP, MDB, PRTB, Psol, REDE e SOLIDARIEDADE. Surfando na onda lulista e com as bênçãos de Camilo, Elmano venceu a disputa ainda em primeiro turno, com 54,02% dos votos válidos (2.808.300 votos).

As escolhas de Ciro foram desastrosas e refletiram na campanha de seu aliado, Roberto Cláudio, que se viu isolado, perdendo apoio de prefeitos e lideranças do interior, além de deputados de seu próprio partido, o PDT. Só para se ter uma ideia, Cláudio, que deixou a prefeitura de Fortaleza, em 2020, com ótimos índices de aprovação, venceu apenas em um dos 184 município cearenses. Ciro Gomes obteve a pior votação no Ceará desde sua primeira disputa presidencial, com parcos 369.222 votos (6,8%), ficando atrás de Lula (65,91%) e Bolsonaro (25,38%). Para o Senado, Camilo elegeu-se com 69,8% dos votos.

Até o momento da escrita deste texto, o racha entre os irmãos Ferreira Gomes se mantém e o destino do grupo ferreiragomista tornou-se incerto, ainda que Cid Gomes mantenha influência sobre parte substancial do grupo, o que inclui os irmãos Ivo, Lúcio e Lia Gomes, atualmente deputada estadual pelo PDT. Cid, defendendo o alinhamento com o governo estadual e a manutenção da aliança com Camilo Santana e o PT, carreou parcela do grupo para o PSB, num movimento de migração em massa, demonstrando que ainda é relevante no cenário estadual[35]. Os deputados federais e estaduais pedetistas mais próximos a Cid esperam decisão do TSE sobre o futuro de seus mandatos, tendo em vista que já demonstraram interesse em migrarem para o PSB, seguindo Cid Gomes.

Atualmente, a tarefa de interlocução entre o governo estadual e federal, compreendendo a lógica dos jogos aninhados de poder, parece

35 Numa demonstração de força, Cid Gomes carreou 38 prefeitos para o PSB, além da Secretária Executiva do Ministério da Educação, Izolda Cela. O PSB passou a ser a maior legenda no Ceará em número de prefeitos (61), à frente do PDT (27), PSD (21) e PT (21). Esse levantamento foi feito pelo pesquisador Nathanael Rodrigues (UECE), em fevereiro de 2024, no bojo de pesquisa sob orientação da profa. Monalisa Torres (UECE).

ser ocupada por Camilo Santana, atual ministro da Educação e um dos nomes mais próximos a Lula. Na esfera estadual, Camilo tem trabalhado para o crescimento do partido, com a filiação de prefeitos e outras lideranças que possam aumentar a capilaridade e competitividade do PT nas eleições municipais que se aproximam e articulado base para garantir a governabilidade de seu correligionário, Elmano de Freitas.

Estamos diante de uma virada de ciclo político com a emergência de Camilo Santana como maior liderança política do Ceará? Acreditamos que as eleições de 2024 nos oferecem bons indícios para responder a essa questão.

Para finalizar, é importante esclarecer alguns aspectos da dinâmica política e partidária cearense. No contexto atual, figuras como os irmãos Ferreira Gomes e, mais recentemente, Camilo Santana entre outros, desempenharam papéis decisivos nos arranjos que determinaram os resultados dos últimos pleitos eleitorais municipais e estaduais. No entanto, apesar da influência desses nomes na história política do Estado e de sua capacidade de consolidar bases eleitorais em regiões específicas, o fenômeno dos grupos políticos não está exclusivamente ligado à chamada "política tradicional".

Esses arranjos políticos, mesmo incorporando diferentes práticas e diversificando seus repertórios, estão sujeitos às regras e aos mecanismos de controle democrático. Isso significa que não podem ser considerados oligarquias, no sentido estrito definido pela Ciência Política (Couto, 2012). Embora essas figuras exerçam influência significativa, o jogo político do Ceará permite a participação de outros *players*, refletindo princípios democráticos que orientam o funcionamento das instituições políticas no Estado.

Referências

BORGES, André. Já não se fazem mais máquinas políticas como antigamente: competição vertical e mudança eleitoral nos estados brasileiros. **Rev. Sociol. Polít**., Curitiba, v. 18, n. 35, p. 167-188, fev. 2010.

CARVALHO, Rejane; LOPES, Monalisa. Duelo entre Candidatos Poste: a campanha eleitoral pela prefeitura de Fortaleza em 2012. **Revista**

De Ciências Sociais, n. 47, v. 2, p. 92-124, 2016.

_____. Fronteiras simbólicas borradas na transição de ciclos políticos: a campanha para o governo do Ceará em 2006. **Revista de Ciências Sociais**, v. 39 n. 2, p. 22-43, 2008.

COUTO, Cláudio. Oligarquia e processos de oligarquização: o aporte de Michels à análise política contemporânea. **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, n. 44, nov. 2012.

KRAUSE, Silvana; GODOI, Pedro. Estratégias coligacionais dos partidos de esquerda no Brasil. Uma análise das eleições para governadores (1986-2010). **CIVITAS,** Porto Alegre, 2010.

LOPES, Monalisa. *Narrativas simbólicas do lulismo*: uma análise das campanhas eleitorais de Dilma Rousseff (2010 e 2014). 2016. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2016.

MELO, Carlos Ranulfo. Nau sem rumo? O sistema partidário brasileiro pós-redemocratização. **Revista USP**, São Paulo, n. 134, p. 75-90, jul./ago./set., 2022.

MONTE. Cleyton. Notas sobre o conceito de grupo político: considerações sobre os Ferreira Gomes no Ceará. **Revista NEP, Curitiba**, v. 5, n. 2, dez. 2019.

_____. **Os caminhos do poder no Ceará:** a política de alianças nos governos Cid Gomes (2007-2014). 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2016.

PARENTE, Josênio. Os partidos políticos e a democracia: uma reflexão a partir do caso cearense. In. AGUIAR, Odílio Alves; BATISTA, José Élcio; PINHEIRO, Joceny (Orgs.). **Olhares contemporâneos:** cenas do mundo em discussão na universidade. Fortaleza: Edições Demócrito

Rocha, 2001, p. 210-220.

SANDES, Vitor. Processo de formação de governos: conciliando perspectivas teóricas para análise dos estados brasileiros. **BIB**, São Paulo, n. 88, 2019, p. 1-22.

SANTANA, Luciana; SANDES, Vitor; TORRES, Monalisa. Eleições nos estados: coordenação eleitoral e formação de palanques presidenciais em 2022. In: INÁCIO, Magna; OLIVEIRA, Vanessa (Orgs.) **Democracia e eleições no Brasil:** para onde vamos? São Paulo: Hucitec, 2022.

SILVA, Emanuel Freitas. Alianças e rompimentos eleitorais do "cidismo" no Ceará. **Revista Eletrônica do Mestrado Acadêmico de História, Culturas e Espacialidades** (MAHCE), Vol. VIII, n. 15, jan./jun, 2020.

TORRES, Monalisa; PESSOA JÚNIOR, Raulino. (O)caso do MDB nas eleições de 2018 e a derrota de Eunício Oliveira ao Senado no Ceará. In: SILVA, E. F.; FROTA, H. e SILVA, M. A. L. **Atores políticos e dinâmicas eleitorais**. Fortaleza: Edmeta, 2020.

PARTE III
CICLOS POLÍTICOS PÓS-OLIGÁRQUICOS

DE SARNEY À FLÁVIO DINO: UMA ANÁLISE DA NACIONALIZAÇÃO DAS DISPUTAS ELEITORAIS NO MARANHÃO

Hesaú Rômulo
Ananda Marques

Introdução

O principal objetivo deste artigo é analisar, à luz da Ciência Política, o processo de reorganização das forças políticas no Maranhão desde a redemocratização. A análise apresenta uma mudança significativa na leitura dos fenômenos eleitorais no Estado, pois a literatura sobre o tema tem, ao longo das últimas décadas, focado no papel da oligarquia Sarney no jogo político local, primeiro como ordenadora das disputas, e, posteriormente, como o eixo sobre o qual orbita a política, a partir do binômio Sarney versus Antissarney.

O que propomos aqui é uma leitura dos dados eleitorais a partir das discussões sobre coalizões e, especialmente, da produção acadêmica da Ciência Política brasileira sobre partidos políticos. Assim, lançamos a pergunta: os partidos importam nas eleições do Maranhão? A hipótese aqui levantada é de que a descontinuidade oligárquica foi acompanhada de uma nacionalização das disputas eleitorais, de modo que as coalizões outrora organizadas a partir de uma lógica local, passaram a ter um maior alinhamento, e até mesmo um espelhamento, das coalizões nacionais.

Assim, o presente trabalho discute o caso do Maranhão e o processo de alinhamento das coalizões eleitorais, também chamadas de coligações pela literatura nacional quando se restringem aos acordos partidários para composição formal de uma chapa eleitoral; de modo que,

em 2022, a disputa pelo executivo estadual espelhava a disputa para o executivo nacional, uma novidade na história das eleições maranhenses.

Para cumprir com nossos objetivos, realizamos análise documental para mapear as coalizões eleitorais nas disputas para o executivo estadual entre 1982 e 2022, e para o executivo municipal de São Luís, a capital e maior colégio eleitoral do Estado, entre 1985 e 2020. A partir dos dados abertos do Tribunal Superior Eleitoral, utilizando o pacote 'ggplot' (Wickham, 2016) no ambiente estatístico R, construímos mapas eleitorais com a candidatura e partido vencedor por município do Maranhão.

Na primeira seção, situamos o debate da Ciência Política sobre coalizões, em especial, as subnacionais; na segunda, apresentamos os principais achados da literatura sobre política maranhense, especialmente a produção científica local. Na terceira parte, analisamos os resultados eleitorais anteriormente citados, de modo a apresentar um panorama das últimas três décadas nas eleições de São Luís e do Estado. Por fim, debatemos a importância dos partidos políticos no processo de nacionalização das disputas eleitorais no Maranhão, por meio de um diálogo com as discussões nacionais e internacionais sobre como as coalizões subnacionais se relacionam com as coalizões nacionais e vice-versa.

O que diz a ciência política sobre coalizões subnacionais?

Os primeiros esforços de análise na Ciência Política sobre coalizões políticas datam da segunda metade do século XX. Ao longo destas quase sete décadas, muito se avançou na compreensão do que são coalizões, como e por que se formam e sobrevivem ou não (Amorim Neto, 2006; Cheibub, Przerworski e Saiegh, 2004; Deheza, 1998). Para Chasquetti (2008, p. 169), uma coalizão é "um conjunto de partidos políticos que acordam metas comuns, reúnem recursos para alcançá-las e distribuem os benefícios decorrentes do cumprimento dessas metas". Já Reynoso (2011, p. 5) definiu as coalizões como "acordos explícitos entre dois ou mais partidos com o objetivo de definir um rol de políticas públicas partilhadas, que podem envolver um comportamento legislativo coordenado". Ou seja, os partidos são atores centrais na formação de coalizões, sejam elas eleitorais ou governamentais.

Inicialmente, os estudos sobre coalizões predominaram em países

parlamentaristas (Laver e Shepsle, 1996), mas há, atualmente, uma multiplicidade de trabalhos que buscam explicar o fenômeno sob o presidencialismo em sua diversidade institucional, especialmente na América Latina (Mainwaring e Shugart, 2002). A primeira onda de pesquisas faz referência aos trabalhos de Riker (1962), que demonstrou matematicamente como e por que políticos formam alianças. Ele teorizou sobre os critérios de coesão e durabilidade de uma coalizão, e sua análise partiu da Teoria da Escolha Racional, o que marcaria as ondas seguintes. As críticas subsequentes a Riker apontaram limitações no foco racional, que não levava em conta a empiria e a fragilidade de suas conceituações, que não encontram confirmação na realidade (Leiserson, 1970; Luebbert, 1983).

A segunda onda é caracterizada pelo incremento de complexidade dos modelos, uma tentativa de prever a composição das coalizões, trabalhos dedutivos e quantitativos que focam na formação das alianças e alocação dos recursos entre seus membros a partir da Teoria dos Jogos. Esta geração mantém a concepção de Riker de que a principal motivação para a construção de coalizões é a busca por cargos no Executivo. As principais variáveis de análise utilizadas são o número de assentos no Legislativo e a ideologia dos atores. Os partidos são considerados atores unitários.

As críticas à segunda geração apontaram a baixa predictabilidade dos modelos e como os pressupostos racionais das análises interpartidárias tornam esta perspectiva a-histórica e estática. Luebbert (1983) é um dos autores que critica a visão unitária dos partidos, que se limita às barganhas interpartidárias e não considera as dimensões intrapartidárias. Outro ponto apresentado pelos críticos é a limitação dos estudos à mera análise da formação de gabinetes, distribuição dos portfólios ministeriais e estabilidade/durabilidade dos governos.

A terceira onda se propõe a ampliar o escopo de investigação a partir do diálogo com o Direito Constitucional e a Sociologia, propondo um tratamento indutivo a partir de dados empíricos sólidos, ainda se baseia no postulado de racionalidade dos atores, porém o pressuposto de perfeição e completude da informação tem sido cada vez mais criticado (Albala e Reniu, 2018). Com o avançar das discussões foi possível estabelecer debates a partir de diferentes prismas e de novos objetos

de pesquisa, como as coalizões subnacionais. Em 2009, é publicado o primeiro dossiê especial sobre coalizões subnacionais, coordenado por Irina Stefuriuc e com foco nos casos europeus. Mais recentemente, trabalhos começaram a investigar as particularidades de coalizões subnacionais na América Latina.

Albala e Reniu (2018) indicam cinco linhagens de pesquisa multidimensional relacionadas à terceira onda de estudos sobre coalizões: i) condição institucional; ii) motivações estruturais e políticas; iii) dimensão temporal; iv) gestão de conflitos internos e turnovers do gabinete; e v) ambiente de negociação e accountability das coalizões. Os autores argumentam que a nova geração de teorias é delineada pela perspectiva vertical e multidimensional, considerando as dimensões multiníveis da representação política. Essa verticalização da análise demanda que se considere os diferentes níveis de comportamento dos partidos no território. A principal vantagem da verticalização, segundo eles, é que evita a ideia de que partidos são atores unitários, característica das gerações anteriores, e está alinhada a uma crescente literatura em Ciência Política sobre política subnacional.

A chamada quarta onda de estudos sobre coalizões (Albala e Reniu, 2018) propõe uma abordagem multidimensional, considerando as diferentes arenas de competição política e as múltiplas possibilidades de comportamento dos atores e partidos (Borges et al., 2017; Detterbeck, 2012). Além disso, temos um promissor debate metodológico quanto à viabilidade de entender coalizões políticas como variável dependente, mas também, como variável independente, principalmente no entendimento da distribuição de benefícios políticos, que podem ser, nos termos de Carrol e Cox (2007), cargos públicos, recursos (patronagem) ou políticas públicas.

A maioria dos estudos sobre coalizões que levam em consideração a verticalização das pactuações, avalia os acordos políticos sob uma perspectiva *top-down*, porém experiências recentes indicam que as coalizões podem também seguir um caminho *bottom-up* e podem servir, inclusive, para a predição de eleições nacionais. Esta diversidade de experiências indica que as pesquisas sobre coalizões subnacionais são um campo de aprendizado e experimentação para cientistas políticos (Albala e Reniu, 2018).

Outrossim, como aponta Stefuriuc (2009), coalizões subnacionais podem atuar como "agente duplo", pois fazem parte da coalizão nacional e atendem à disciplina partidária, e ao mesmo tempo, devem levar em conta os interesses de seus eleitores, devido à dimensão de representação política que lhes forma. A compreensão dessas dimensões simultâneas permite a análise do sistema político numa perspectiva multinível. As pesquisas sobre coalizões subnacionais e a congruência destas com as coalizões nacionais têm se mostrado relevantes porque permitem o discernimento da complexidade de acordos políticos interpartidários e intrapartidários (Back et al., 2013; Schakel, 2013; Stefuriuc, 2013).

No Brasil, o conceito de "presidencialismo de coalizão" criado por Sérgio Abranches (1988) se tornou uma importante chave explicativa para analisar o sistema brasileiro e sua combinação de presidencialismo multipartidário. Além disso, temos um histórico de estudos sobre as coalizões nacionais, especialmente as de governo, e um consenso de parte da literatura brasileira sobre um processo de "presidencialização da competição eleitoral", como aponta Sandes-Freitas (2015) ao investigar a lógica das dinâmicas de coalizões em quatro Estados brasileiros. É recente a análise das esferas subnacionais, mais ainda, numa perspectiva multinível, que leva em consideração a influência das coalizões nacionais sobre as subnacionais e vice-versa, como um jogo complexo de relações de poder.

O que diz a literatura sobre eleições no maranhão?

A literatura sobre organização de forças políticas no Maranhão tem se debruçado, ao longo de décadas, sobre a investigação dos aspectos constitutivos da gênese, reprodução e alcance da oligarquia familiar capitaneada pelo sobrenome Sarney (Aragão, 2010; Aragão, 2016; Costa, 2006; Grill, 2013) e suas influências nas instituições políticas, seja no executivo, legislativo ou na administração central do país. Quando mapeamos os principais trabalhos da literatura, algumas chaves explicativas e pressupostos são predominantes para identificar os mecanismos de perpetuação de um grupo político sobre o comando do aparelho burocrático nacional.

Nesta seção, investigamos os principais argumentos que tratam da

dominação política que o Maranhão esteve submetido ao longo do século XX. Para os fins desta análise, em que tratamos de dez eleições para o executivo municipal (da capital São Luís) e para o executivo estadual, identifica-se uma reorganização da disputa, abandonando uma lógica idiossincrática, de crise intraoligárquica, para uma disputa em que o peso dos partidos políticos, assim como a reverberação dos acordos e coalizões nacionais têm um impacto maior.

Ao contrário do que indicam alguns autores (Borges, 2005; Costa, 2004), defendemos aqui que os partidos políticos, desde a redemocratização brasileira, tiveram um papel importante na acomodação de forças políticas, mas que estes eram submetidos, por vezes, para interesses patrimoniais e/ou particulares. Porém, nos parece insuficiente enxergar a lógica da disputa eleitoral descartando o papel seja da institucionalização da competição política, seja da sua personificação em atores políticos. Compreende-se que grande parte dessa literatura versada nos anos 1990 e 2000 esteve apoiada em uma leitura sociológica da interação dos agentes sociais, seus sentidos, contradições e limites, principalmente a partir de Bourdieu (2002, 2004, 2007a, 2007b) e sua leitura crítica sobre o processo de representação e de disputas simbólicas sobre o poder político.

Uma tese amplamente defendida, ao longo dos anos 1990, na ciência política brasileira era de que as eleições subnacionais atendiam a "racionalidades próprias" (Lima Júnior, 1983; 1997). Desta forma, o poder político local obedeceria a um sistema particular de alianças que estaria, em inúmeras ocasiões, desconectado dos arranjos partidários nacionais.

A leitura que oferecemos aqui disponibiliza um outro horizonte interpretativo porque tem como pressuposto investigar as coalizões eleitorais e o seu caráter vinculante ao processo de disputa nacional (Sandes-Freitas, 2015, Braga 2006). A lógica de apropriação dos partidos políticos e o propósito das coalizões observadas nos diferentes Estados brasileiros, a partir de 1994, demonstram um funcionamento próprio em muitos casos, mas também um alinhamento não-ocasional dos grupos políticos que disputam espaços de poder.

O caso maranhense é emblemático porque acentua este processo sob a ótica da acomodação de vetores dentro da estrutura oligárquica de dominação da família Sarney sobre o aparato burocrático. Este aspecto

de viés institucionalista é particularmente ausente nas análises sobre disputas eleitorais no Maranhão ao longo dos anos.

Quando revisitamos os trabalhos de maior relevo sobre a composição política do Maranhão, quatro eixos temáticos se destacam, no esforço de dar conta sobre a realidade local. São trabalhos que denotam um esforço sociológico, a partir de elementos históricos, de investigar gênese, ascensão e reprodução de elites políticas, a partir de uma matriz predominantemente francesa de análise social. Pode-se dizer que uma parte considerável da produção intelectual sobre o tema concentrou-se em:

Quadro 1 - Síntese da revisão de literatura

Eixo Temático	**Referências**
Explicar o contexto político do Estado na primeira metade do Século XX, em que a estrutura oligárquica do Vitorinismo deu origem ao Sarneísmo como força política.	(Caldeira, 1991).
Abordar a gênese da estrutura oligárquica da família Sarney ao poder no Maranhão, seja pela figura patronal do ex-presidente Sarney no delineamento do perfil político da sua filha e sucessora.	(Gonçalves, 2000); (Gonçalves, 2008).
Analisar e denunciar as contradições históricas da oligarquia vigente, com seus ecos e reverberações dos séculos passados.	(Costa, 2004); (Reis, 2007).
Investigar os espraiamentos da força oligárquica para além da capital São Luís, com suas conexões de sustentação em municípios do interior do Estado.	(Costa, 2009); (Lima, 2009); (Aragão, 2010).

Fonte: Elaboração e sistematização dos autores.

Dividimos os quatro eixos a partir da questão principal a ser elaborada pelos autores locais. Em primeiro lugar, a regressão histórica e

contextualização sobre o momento social que acometia o Maranhão quando da chegada de José Sarney ao poder. É o que Caldeira (1991) faz ao pontuar sobre o contexto de intervencionismo federal no Estado, marcado pela ascensão de um grupo oligárquico autoritário e principalmente de como Sarney foi uma alternativa do regime militar para assumir o comando do Maranhão, a partir de uma fratura com Vitorino Freire.

Em segundo lugar, há um eixo temático de trabalhos que enfocam a gênese da oligarquia, privilegiando a trajetória biográfica do patriarca e todos os seus caminhos no aparelho estatal. Estudos de trajetória política são importantes porque verticalizam a análise de como certos atores políticos se firmaram e reinventaram na burocracia política especializada e construíram liderança estabelecida dentro de seus respectivos grupos. Exemplo disso são os trabalhos de Gonçalves (2000) em que o perfil de José Sarney é traçado. A autora faz algo parecido com a biografia política de Roseana Sarney e os caminhos que levaram a herdeira política da oligarquia ao posto de chefe do executivo estadual, câmara e senado federal. Esse tipo de trabalho, muito característico com personalidades de destaque, cumpre um papel de esmiuçar viradas históricas importantes, mas perde do horizonte uma perspectiva mais ampla, para além da decisão individual que o jogo político preconiza.

O terceiro eixo de pesquisas que nosso mapeamento deu conta diz respeito a uma investigação vertical sobre a própria estrutura social e política do Maranhão, a partir da crise do sistema colonial e, por conseguinte, do sistema imperial, com o advento da primeira república (Reis, 2007). Esse é o principal argumento de Flávio Reis em sua dissertação de mestrado, que acabou se tornando um livro de referência para entender não só o sarneísmo, mas a própria lógica de formação das elites políticas no Maranhão. Também, neste eixo, encontra-se uma análise sociológica que, ao construir argumentos para a reprodução e atuação da oligarquia política, faz uma denúncia das suas contradições (Costa, 2004).

Um último eixo temático diz respeito a uma agenda de pesquisa solidificada a partir do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais - UFMA e seus desdobramentos. A partir das análises de Grill (2013), têm-se análises sobre a capilaridade oligárquica e os efeitos

deste fenômeno nas cidades do interior do Maranhão. São trabalhos que marcam a reverberação das alianças locais nos municípios menores no Estado. Uma das bases de sustentação da oligarquia é precisamente a aglutinação interna de forças que disputam protagonismo entre si. Ao analisar as eleições municipais e o poder local nestes locais, temos um espectro interessante das fronteiras do poder político oligárquico (Costa, 2009; Lima, 2009; Aragão, 2010).

Há um ponto em comum entre os quatro eixos de análise. Uma parte da literatura corrente sobre grupos políticos, no Maranhão, compartilha entre si uma presença marcante de uma sociologia crítica francesa, um apelo à trajetória política como explicação para fenômenos causais, uma análise histórico-política que enxerga nos componentes anteriores uma chave de explicação para o momento atual, uma constatação quase que inequívoca que os meios de comunicação foram determinantes para o assentamento e reprodução da oligarquia política e uma ausência de análise institucional.

Os grupos políticos são formados sob uma lógica de arranjo patrimonial do Estado e se movimentam de acordo com as tendências de intervenção desse poder central nas províncias. Ao longo do tempo, as elites políticas disputam a preferência do poder central na ocupação de cargos estratégicos e na desestabilização de elites rivais. É sob essa matriz de explicação, segundo esses autores, que Sarney se consolida no cenário político local e consegue, com a ajuda da ditadura militar, ganhar destaque nacional. Para efeitos deste artigo, focaremos o terço final do mando oligárquico do sarneísmo no Estado, leiam-se as últimas desde o fim da década de 1980 até a contemporaneidade.

As disputas pelo Palácio Dos Leões e o Palácio De La Ravardière desde a redemocratização

Para os objetivos deste artigo, investigamos agora o retrospecto das últimas eleições majoritárias para a prefeitura da capital e para o governo do Estado. Esta escolha se deu pelo fato de que as coalizões eleitorais montadas ao longo de cada pleito se articularem, em um processo conhecido como conexão política, de reciprocidade de alianças eleitorais ao longo de um ciclo de quatro anos. Desde a redemocratização, este fenômeno tem sido observado de maneira decisiva no Brasil, e no caso

maranhense não foi diferente.

O que chama atenção no Maranhão é justamente a ambivalência da hegemonia política: se por um lado, havia um reincidente sucesso eleitoral por parte da oposição oligárquica na capital São Luís, o comando do executivo estadual esteve sob controle de figuras ligadas ao poder central da oligarquia Sarney. É o que veremos a seguir.

Quadro 2 - Resultado das eleições para a prefeitura de São Luís do Maranhão (1985 a 2020)

Ano	Prefeito(a) Eleito(a)	Vice-Prefeito(a) Eleito(a)
1985	Gardênia Gonçalves (PDS)	Jairzinho da Silva (PDS)
1988	Jackson Lago (PDT)	Magno Bacelar (PDT)
1992	Conceição Andrade (PSB)	Aziz Santos (PDT)
1996	Jackson Lago (PDT)	Domingos Dutra (PT)
2000	Jackson Lago (PDT)	Tadeu Palácio (PDT)
2004	Tadeu Palácio (PDT)	Sandra Torres (PDT)
2008	João Castelo (PSDB)	Helena Duailibe (PSB)
2012	Edivaldo Holanda Junior (PTC)	Roberto Rocha (PSB)
2016	Edivaldo Holanda Junior (PDT)	Júlio Pinheiro (PCdoB)
2020	Eduardo Braide (PODE)	Professora Esmênia (PSD)

Fonte: TSE, 2024.

O quadro 2 indica a série histórica das últimas eleições para o comando da capital e maior município do Maranhão. A partir de 1988, o PDT tornou-se uma força política central na disputa pelo executivo municipal, e principal polo de oposição à oligarquia Sarney. Desde a eleição de Jackson Lago, no final dos anos 1980, o partido tornou-se

peça importante para compreender como a prefeitura de São Luís se configurou como obstáculo para o domínio completo da elite política que comandou o Estado. Lago conseguiu ser prefeito por 3 mandatos e ainda elegeu sucessor, Tadeu Palácio (PDT), no ano de 2004. Em 1996, o PDT compôs uma chapa vitoriosa com o PT, num ensaio da coligação que dois anos depois disputaria as eleições nacionais, em 1998. Tanto Grill (2009) como Borges (2004) apresentam números que mostram o PDT como maior partido do Maranhão nos anos 1990 e anos 2000. Seja no número de filiados, seja na capilaridade do interior, seja pela magnitude eleitoral dos votos conquistados, o PDT funcionou no Maranhão como força consistente de oposição. Esse protagonismo passou a entrar, em xeque, com a chegada de Flávio Dino na cena política do Estado.

A hegemonia partidária pedetista no Maranhão foi um ponto de inflexão importante para antagonizar com o domínio da oligarquia. Por domínio nos referimos aqui a bancada federal de deputados, senado federal, bancada estadual parlamentar e monopólio para indicação de autarquias federais. Uma análise complementar que convirja para estes parâmetros é bem-vinda e possivelmente trará contribuições importantes para o debate. Em se tratando do peso que o partido teve na capital, a figura política de Jackson Lago consolidou um polo de resistência ao sarneísmo (Costa, 2004).

Esse protagonismo entrou em declínio a partir de dois mil e oito, contraditoriamente coincidindo com o período em que o PDT conquistou o executivo estadual. Dois anos antes, em 2006, Jackson Lago impôs a primeira derrota em décadas ao sarneísmo, mas a coalizão governamental enfrentou turbulências administrativas, crises internas e o partido não conseguiu montar uma chapa competitiva para a disputa da capital. O ano de 2008 teve a sua disputa resolvida em segundo turno, em que o ex-governador biônico João Castelo (PSDB) derrotou o deputado federal Flávio Dino (PCdoB). Seria um marco importante para o PDT, que só conseguiria novamente emplacar uma liderança de chapa de maneira "virtual", com Edivaldo Holanda Júnior, no ano de 2016.

Para os objetivos deste artigo, interessa-nos particularmente investigar o papel do PDT na reorganização de forças partidárias dentro do

Estado. E o partido cumpriu, tanto na década de 1990 como na década de 2000, uma espécie de ancoragem política em que as lideranças de oposição à oligarquia Sarney pudessem se abrigar. Em um contexto de cassação de Jackson Lago, em 2009, a fragmentação do PDT foi ainda mais acentuada, com o partido perdendo espaço e protagonismo. Passou de principal polo de oposição para auxiliar de uma nova força oposicionista no Estado: o PCdoB capitaneado por Flávio Dino.

Ainda no quadro municipal para a capital, as últimas três eleições para São Luís marcaram, respectivamente:

- 2012: O início de uma nova coalizão eleitoral oposicionista sem o protagonismo do PDT;
- 2016: O alinhamento incomum entre prefeitura da capital e governo do estado, sob comando político de Flávio Dino;
- 2020: Uma fragmentação político-partidária em uma eleição atípica marcada pela pandemia.

Após a cassação de Jackson Lago e a reeleição de Roseana Sarney em 2010, o PDT não conseguiu se reorganizar o suficiente e abriu caminho para o eleitorado da capital, historicamente oposição ao governo centralizador oligárquico, deslocar-se para outra alternativa. Foi o que aconteceu na eleição de 2012, em que o então prefeito João Castelo, mal avaliado durante o mandato, teve enormes dificuldades ao longo da campanha e não conseguiu a reeleição. O vencedor seria Edivaldo Holanda Jr, eleito pelo então PTC.

O pleito de 2016 marcou a reeleição de Edivaldo Holanda Jr, mas em um contexto completamente diferente do ciclo anterior. Apoiado pelo Palácio dos Leões (executivo estadual), o acordo político empurrara o atual prefeito para o PDT, compondo chapa com o então partido do governador (PCdoB), num balão de ensaio que viria a se concretizar dois anos depois.

Apesar de o PDT ter voltado ao comando da prefeitura de São Luís, fez isso através de uma composição distinta. Acostumado com quadros históricos, Edivaldo Holanda Júnior chegou de última hora e não durou muito no partido. Importante é ressaltar que esta aliança para 2016 foi pontual e não se sustentou por muito tempo.

Em que pese o contexto atípico das eleições de 2020, vale destacar

alguns pontos dignos de reflexão, como a fragmentação do grupo político montado por Flávio Dino em 2018, em que as principais forças estiveram divididas, favorecendo a eleição de Eduardo Braide (PODE). Braide havia sido derrotado quatro anos antes e conseguiu chegar ao executivo municipal em virtude de uma campanha sólida e diferenciada em relação aos demais candidatos.

Quando colocamos em perspectiva os últimos pleitos municipais para a capital, alguns aspectos ficam evidentes e cabe aqui mencioná-los:

- A reconfiguração das forças políticas na capital que migraram do polo PDT para o PCdoB a partir da cassação de Jackson Lago;
- A desarticulação de setores oposicionistas a partir da reeleição de Flávio Dino para o governo estadual;
- A incapacidade do governo estadual em estabilizar uma coalizão eleitoral a médio prazo.

Articulando estes três elementos, fica evidente que o cenário de disputa política na capital do Estado não foi um terreno de muitos êxitos para a oligarquia Sarney. Obedecendo a uma dinâmica diferente, os atores políticos redefinindo posições de acordo com as reverberações das eleições para o executivo estadual, que veremos a seguir.

Quadro 3 - Resultado das eleições para o governo do Maranhão (1982 a 2022)

Ano	Governador(a) Eleito(a)	Vice-Governador Eleito
1982	Luis Rocha (PDS)	João Rodolfo (PDS)
1986	Epitácio Cafeteira (PMDB)	João Alberto (PFL)
1990	Edison Lobão (PFL)	Ribamar Fiquene (PFL)
1994	Roseana Sarney (PFL)	José Reinaldo Tavares (PFL)
1998	Roseana Sarney (PFL)	José Reinaldo Tavares (PFL)

Fonte: TSE, 2024.

Quadro 3 - Resultado das eleições para o governo do Maranhão (1982 a 2022)
(continuação)

Ano	Governador(a) Eleito(a)	Vice-Governador Eleito
2006	Jackson Lago (PDT)	Luis Carlos Porto (PPS)
2010	Roseana Sarney (PMDB)	Washington Luiz de Oliveira (PT)
2014	Flávio Dino (PCdoB)	Carlos Brandão (PSDB)
2018	Flávio Dino (PCdoB)	Carlos Brandão (Republicanos)
2022	Carlos Brandão (PSB)	Felipe Camarão (PT)

Fonte: TSE, 2024.

Se por um lado, havia na disputa pela hegemonia do executivo municipal um lugar de resistência à oligarquia vigente, o cenário de disputa pelo comando da administração estadual foi a principal trincheira política de embates do Maranhão nos últimos anos. Ao mesmo tempo que foi celeiro, foi também um cemitério de reputações. Nossa série histórica (ver quadros 2 e 3) traz alguns apontamentos preliminares que gostaríamos de ilustrar a partir de agora:

a) O predomínio absoluto da oligarquia Sarney por 6 eleições consecutivas no Estado (1982-2002), tanto no executivo como no legislativo;

b) A capacidade do grupo oligárquico de contornar crises internas e seguir competitivo do ponto de vista eleitoral;

c) A hegemonia do PFL no Estado como força motriz do poder oligárquico ao longo dos anos 1990;

d) A nacionalização partidária é um fenômeno que já se evidenciava a partir de 2010, com Roseana Sarney, e foi intensificada sob o comando político de Flávio Dino.

Estes quatro pontos iniciais posicionam o debate sobre a disputa majoritária no Estado, cuja preponderância de forças se desdobrou seja

com figuras políticas ligadas ao passado do regime militar, como Luís Rocha e João Rodolfo, seja com aliados ambivalentes como foi o caso de Epitácio Cafeteira e Edison Lobão. Em ambos os casos, as diretrizes políticas oriundas do núcleo da oligarquia convergiram para vitórias expressivas e um sucesso eleitoral que se confirmou também nas bancadas federais, bancadas estaduais e também para o senado. Esse foi o desenho da coalizão até a chegada de Roseana Sarney (PFL) ao poder, em 1994 (Figura 1).

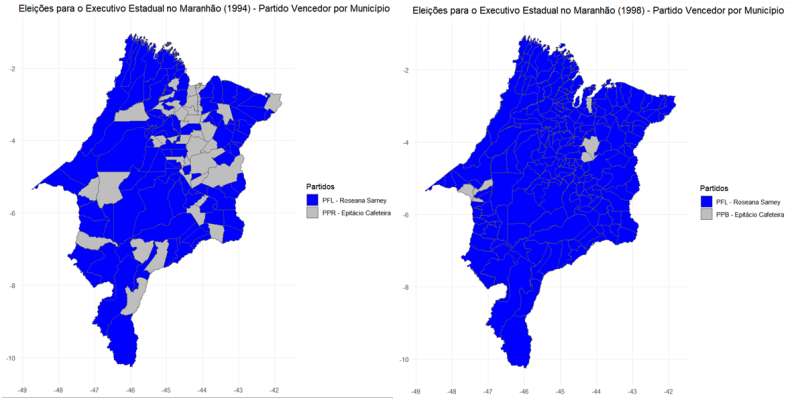


Figura 1 - Eleições para o executivo estadual no Maranhão (1994 e 1998)**Fonte:** TSE, 2024. Elaboração própria.

Roseana impôs duas derrotas consecutivas a Cafeteira. A primeira, muito mais apertada e decidida no limite da porcentagem em segundo turno, foi marcada por uma polêmica recontagem de votos. A coalizão "Frente Popular do Maranhão" era amplíssima e continha 9 partidos (PFL, PMDB, PL, PTB, PSD, PP, PSC, PRP, PCdoB). Do outro lado, uma oposição fragmentada entre "União pelo Maranhão" (PPR, PSB, PSDB) liderada por Cafeteira e a "Frente ética do Maranhão" (PDT, PT, PPS, PMN, PV) liderada por Jackson Lago.

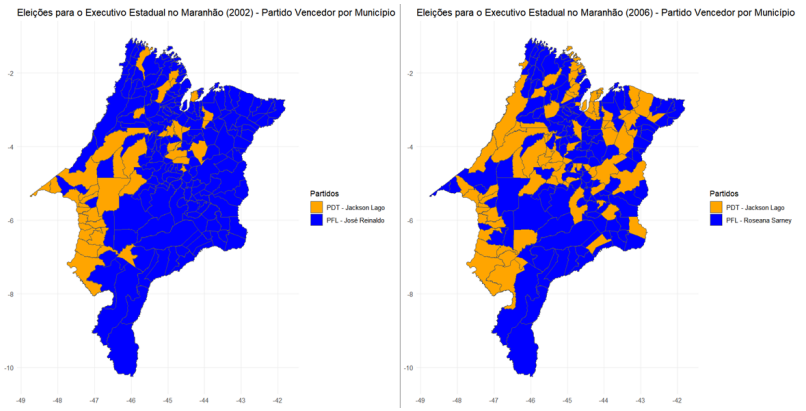
Na eleição seguinte, Roseana ampliou de 9 para 13 o número de partidos em sua coalizão e venceu Cafeteira em primeiro turno com 66, 01% dos votos válidos. O pleito de 1998 marcou a consolidação da força do sarneísmo no Estado, com uma presença carismática e popular

de Roseana, revisitando os aspectos imagéticos que seu pai havia sedimentado, décadas atrás.

As eleições de 2002 são particularmente interessantes porque demonstram uma alteração na cartografia eleitoral do Maranhão (Figura 2). Apesar de derrotado em primeiro turno (com 42,52% dos votos), Jackson Lago (PDT) conseguiu vencer nas duas principais cidades do Estado – São Luís e Imperatriz – e reconfigurou a magnitude eleitoral da oposição para um patamar que se observou em pleitos anteriores, qual seja, o do êxito eleitoral do poder oligárquico no somatório dos municípios do interior do Estado. Se por um lado, temos José Reinaldo Tavares (PFL) eleito com uma coalizão partidária de 7 partidos, temos uma oposição que começava a se firmar, principalmente no oeste maranhense e na capital São Luís.

Quatro anos depois, o Maranhão viveria um momento peculiar: a vitória da oposição liderada por Jackson Lago (PDT). Lago imporia a primeira derrota em seis eleições ao grupo político sarneísta com uma coligação eleitoral muito menor, mas que havia sido estruturada no ciclo anterior. Naquele ano, conseguiu ir ao segundo turno e, mesmo estando atrás, emplacou uma virada em uma votação plebiscitária que ativou no eleitorado um sentimento fortíssimo sarney x antissarney. As eleições de 2006 também marcaram uma disposição geográfica do voto muito mais polarizado do que em anos anteriores. É possível ver que a tendência de votos no PDT na capital e nas maiores cidades do Estado (de leste a oeste) se manteve e a coligação eleitoral de Roseana, apesar de maior e de ter eleito uma expressiva bancada federal, não conseguiu sustentar o resultado do primeiro turno e acabou derrotada.

Figura 2 - Eleições para o executivo estadual no Maranhão (2002 e 2006)

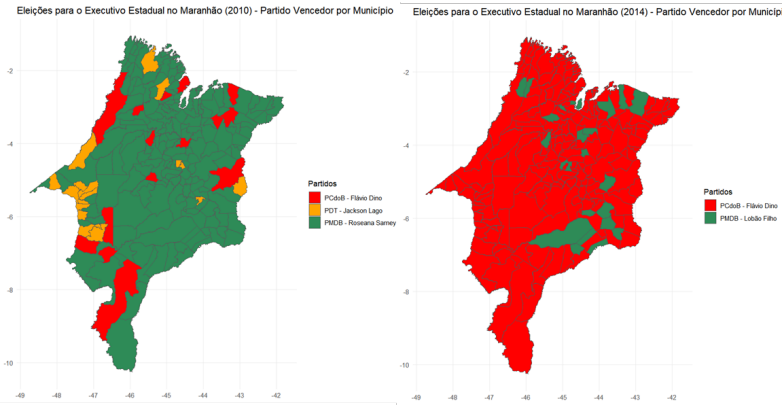


Fonte: TSE, 2024. Elaboração própria.

O intervalo entre as eleições de 2006 e 2010 foi particularmente intenso no Maranhão, marcado por um processo de judicialização do pleito, cassação de Jackson e outorga do mandato de Roseana, que disputou as eleições, em 2010, apenas tendo cumprido uma parte da gestão.

Como indicado na figura abaixo (figura 3), as eleições de 2010 foram marcadas pela fragmentação do polo oposicionista e pela retomada do poder oligárquico no Maranhão. De um lado, a retomada do aparato burocrático estatal por parte de Roseana, e, de outro, o esfacelamento das forças políticas antissarney. Jackson Lago e o declínio do PDT – já mencionados em tópicos anteriores – e a emergência de uma nova liderança oposicionista na figura de Flávio Dino. A ausência de consenso e uma disputa ferrenha nos bastidores da coligação oposicionista possibilitaram uma eleição em primeiro turno de Roseana, agora no PMDB. Este pleito também marca o alinhamento entre PMDB e PT, tanto nas coligações nacionais como no Maranhão. Esta aproximação inclusive foi decisiva para rupturas dentro da classe política maranhense, uma vez que o diretório local do Partido dos Trabalhadores inicialmente apoiaria a candidatura de Dino, e foi orientado pelo diretório nacional a apoiar Roseana.

Figura 3 - Eleições para o executivo estadual no Maranhão (2010 e 2014)



Fonte: TSE, 2024. Elaboração própria.

A figura 3 indica o quadro político das eleições de 2014, que marcaram a segunda derrota do grupo político de Sarney em quase 50 anos de predomínio eleitoral no Estado. Apesar de ter uma coligação mais ampla e com mais tempo de TV, o candidato Edison Lobão Filho (PMDB) foi para a disputa em um momento de anúncios importantes para a família Sarney: tanto José Sarney como Roseana Sarney anunciaram, naquele ano, suas aposentadorias da vida pública. A administração de Roseana vinha de desgastes administrativos, a citar a crise penitenciária. Além disso, é importante citar as contradições nas coligações, fruto do processo de nacionalização da disputa partidária. De um lado, o PT compunha novamente a chapa local, disputando com o PCdoB (Flávio Dino). Nacionalmente no mesmo lado, a fratura local foi observada tanto no apoio dos presidenciáveis como no discurso de campanha dos dois candidatos. O resultado foi uma eleição decidida em primeiro turno com o PCdoB de Dino obtendo 63,52% dos votos válidos.

Os dois últimos ciclos que compõem esta análise encontram-se na figura abaixo (Figura 4). Eles são respectivamente a reeleição de Dino em 2018, com a ampliação da base eleitoral, marcando as pazes institucionais com o PT e impondo a segunda derrota eleitoral de Roseana Sarney na história, desta vez em primeiro turno, e a eleição de 2022

que acentuou o processo de nacionalização da disputa partidária, com a vitória do sucessor de Dino, Carlos Brandão (PSB), que utilizou uma coligação montada por 8 partidos e 2 federações.

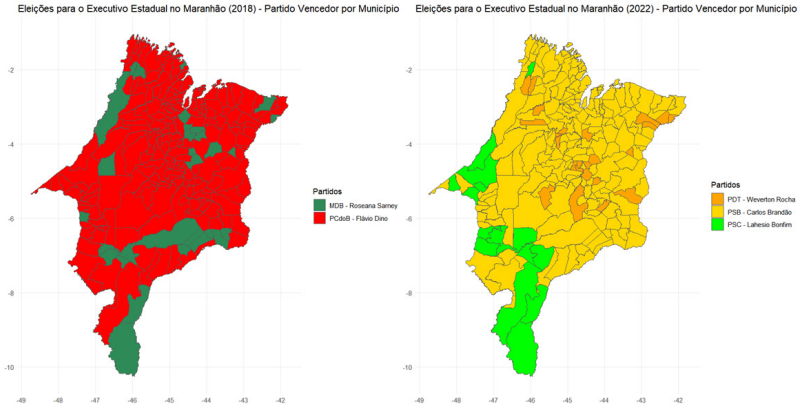


Figura 4 - Eleições para o executivo estadual no Maranhão (2018 e 2022)**Fonte:** TSE, 2024. Elaboração própria.

A disputa antagônica que ocorreu, em 2018, pode ter sido a última em que a polarização sarney/antissarney foi utilizada em campanha eleitoral. Isto porque a hipótese de nacionalização dos partidos que trazemos aqui reconfigurou as fronteiras políticas dos grupos políticos que disputam o poder no Estado. Se por um lado, o PDT perdeu força ao longo dos anos com a cassação e morte de Jackson Lago, a oligarquia viu seu protagonismo – e mesmo seu núcleo mais forte – se esfarelar pós-2018. No seu lugar, uma reconfiguração permeada de nuances e descontinuidades que, inclusive, compuseram a coligação eleitoral e governamental de Carlos Brandão (PSB).

CONCLUSÕES PRELIMINARES: coalizões importam no Maranhão? A nacionalização das disputas eleitorais no Estado

O anexo I apresenta as coalizões eleitorais para o executivo estadual e executivo nacional de 1989/1990 a 2022 e indica um fenômeno interessante e até então ignorado pelas análises políticas que tratam do cenário eleitoral maranhense: a nacionalização das disputas partidárias. É

importante dizer que esse fenômeno acompanha a política local desde os anos 1990, em menor grau e restrito às coligações eleitorais oposicionistas, mas se intensificou nos anos 2010 com a aproximação entre PT e PMDB no plano nacional. Com isso, podemos afirmar que há três momentos de nacionalização das disputas no Maranhão que merecem destaque.

a) Primeiro, com a aglutinação de forças partidárias oposicionistas na segunda metade dos anos 1990, capitaneado por Jackson Lago e o PDT, principal força na capital do Estado. Esta força do PDT em São Luís reverberou nacionalmente e foi capaz de montar um projeto antagônico no quadro político regional.

b) Segundo, uma nacionalização partidária capitaneada por Roseana e o PMDB. Em um momento de esfacelamento do PFL, historicamente ligado às oligarquias políticas do Nordeste, a migração do núcleo do sarneísmo coincidiu com o período em que os governos do PT se aproximaram do PMDB para o primeiro mandato de Dilma Rousseff.

c) Terceiro, a nacionalização, patrocinada por Flávio Dino, que a partir da reconciliação com o Partido dos Trabalhadores, conseguiu uma coligação eleitoral – primeiro com o PCdoB e segundo com o PSB – que homogeneizou setores da esquerda local, figuras tradicionais da classe política e frações do sarneísmo que haviam se desconectado do núcleo principal.

Ao contrário de análises sociológicas que privilegiam aspectos formativos e endógenos da configuração política da oligarquia que vigorou no Estado, entendemos que o processo de êxito eleitoral imposto pelo sarneísmo sempre precisou da institucionalização dos partidos. Por óbvio este processo não foi linear e muito menos longe de contradições. Ainda assim, as peculiaridades e ambiguidades das disputas partidárias existentes no Maranhão são exceção dentro de uma série histórica desde a redemocratização. Há um constrangimento institucional por parte dos partidos políticos e quando analisamos os três momentos distintos em que esta nacionalização se expressou de forma mais intensa, o comportamento político dos atores obedeceu a diretrizes nacionais.

A principal novidade em relação aos dois períodos anteriores é que a

nacionalização partidária impulsionada pela coligação eleitoral de Flávio Dino, em 2018, e seu sucessor Carlos Brandão em 2022, reorganizou as forças políticas do Estado como não se via há 50 anos e tornou mais borradas as fronteiras do que as análises anteriores convencionaram a chamar de sarney x antissarney. Apesar de o próprio Dino ter sido eleito, em 2014, criticando essa lógica, a partir de 2018 o que se viu foi uma dificuldade de classificar os atores políticos dentro da estrutura anterior, justamente porque a nova divisão de forças imprimiu no Estado uma lógica diferente da observada nos pleitos anteriores.

Desta forma, a Figura 4 indica as coalizões eleitorais para o executivo estadual no Maranhão e, também as coalizões para o executivo nacional no período da redemocratização do país. As três fases de nacionalização partidária se observam de forma nítida e reforçam a hipótese defendida aqui neste artigo: os partidos exerceram seu poder de constrangimento institucional e os grupos políticos não atuaram alheios a isto. Seja pelo lado da situação ou da oposição, houve por diversos movimentos de acomodação de interesses dentro da limitação possível para candidaturas dentro da institucionalidade partidária. Destoante de análises anteriores que menosprezaram ou minimizaram a força dos partidos, entendemos que se trata de um elemento importante e que não pode ser descartado.

Para análises futuras, compreendemos que cruzar os dados do legislativo estadual e nacional seja interessante, bem como de investigar as indicações para autarquias federais no Estado e demais cargos federais, pois são indicativos do espraiamento da influência partidária na burocracia pública.

Referências

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro**. Dados**, v. 31, n. 1, p. 5-38, 1988.

ALBALA, Adrián; RENIU, Josep Maria (Ed.). **Coalition politics and federalism**. Springer, 2018.

AMORIM NETO, O. The presidential calculus: Executive policy

making and cabinet formation in the Americas. **Comparative Political Studies**, v. 39, n. 4, p. 415–440, 2006.

ARAGÃO, Elthon Ranyere Oliveira. **Raposas, herdeiros e outsiders:** especialização política e dinâmica eleitoral em Pinheiro – MA. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais-UFMA, 2010.

ARAGÃO, Elthon Ranyere Oliveira. **Os donos do Maranhão:** dominação política e grupos familiares em um Estado brasileiro. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2016.

BÄCK, H. et al. Regional government formation in varying multilevel contexts: A comparison of eight European countries. **Regional Studies**, v. 47, n. 3, p. 368–387, 2013.

BRAGA, Maria. do Socorro. **O processo partidário-eleitoral brasileiro:** padrões de competição política (1982-2002). São Paulo: Associação Editorial Humanitas/Fapesp, 2006.

BORGES, Arleth Santos. Oligarquia, Crise Política e Eleições 2004 na cidade de São Luís. *In*: CORTEZ, Hugo; HERMANNS, Klaus (org.) **Nordeste - O Voto das Capitais**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

BORGES, A. et al. Pathways to nationalization in multilevel presidential systems: Accounting for party strategies in Brazil and Argentina. **Publius**, v. 47, n. 4, p. 648–672, 2017.

BORGES, Arleth. **PT Maranhão 1980-1992:** origens, organização e governos municipais. EDUFMA, São Luís, 2008.

BOURDIEU, Pierre. Modos de dominação. In: BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença:** contribuição para uma economia dos bens simbólicos. Editora Zouk, São Paulo, 2002.

BOURDIEU, Pierre. A delegação e o fetichismo político. In: BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. Editora Brasiliense, São Paulo, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A representação política. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 7ª edição. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 2007a.

BOURDIEU, Pierre. As contradições da herança. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos de Educação**. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 2007b.

BUZAR, Benedito**. Politiqueiros, Politicalha, Politiquice, Politicagem e Política do Maranhão.** São Luís: SIOGE, 1989.

CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. **As interventorias estaduais no Maranhão:** um estudo sobre as transformações políticas regionais no pós 30. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. Campinas, 1981.

CARROLL, R.; COX, G. W. The logic of Gamson's Law: Pre-election coalitions and portfolio allocations. **American Journal of Political Science**, v. 51, n. 2, p. 300–313, 2007.

CHASQUETTI, Daniel. **Democracia, multipartidismo y coaliciones en América Latina:** evaluando la difícil combinación. Buenos Aires: Clacso, 2001.

CHEIBUB, José Antonio; PRZEWORSKI, Adam; SAIEGH, Sebastian M. Government coalitions and legislative success under presidentialism and parliamentarism. **British Journal of political science**, p. 565-587, 2004.

COSTA, Dayana dos Santos Delmiro. **Mulheres e especialização política:** trajetórias e recursos eleitorais entre as deputadas estaduais/federais no Maranhão. Dissertação de mestrado, PPGCS-UFMA, 2009.

COSTA, Wagner Cabral da. **Do "Maranhão Novo" ao "Novo Tempo":** trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. São Luís, UFMA, 1997.

COSTA, Wagner Cabral da. A Raposa e o Canguru: crises políticas e estratégia periférica no Maranhão (1945/1970). *In*: COSTA, Wagner Cabral da. **História do Maranhão:** Novos Estudos. São Luís: EDUFMA, 2004.

COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte:** o poder oligárquico de Victorino a Sarney. São Luís: EDUFMA, 2006.

DEHEZA, Grace Ivana. **Coaliciones de gobierno en el sistema presidencial**. In: XIX Congreso Internacional del Latin American Studies Association, Washington DC. 1998. p. 28-30.

DETERBECK, K. **Multi-level party politics in Western Europe**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012.

DOSEK, T.; FREIDENBERG, F. La Congruencia de los Partidos y los Sistemas de Partidos Multinivel en América Latina: Conceptualización y Evaluación de Algunas Herramientas de Medición. en Politai**: Revista de Ciencia Política**, 4(7), 161–178, 2013.

GRILL, Igor. As fronteiras móveis da "oligarquia" e a "elite política" maranhenses. In: MARENCO, André. **Os eleitos:** representação e carreiras políticas em democracias. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2013.

LAVER, M.; SHEPSLE, K. **Making and Breaking Governments:** Cabinets and Legislatures in Parliamentary Democracies. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

LIMA, João Gilberto do Nascimento. **Bases sociais, facções e mediação:** processo de seleção de "elites locais" e a dinâmica de concorrência eleitoral em um município maranhense. Monografia de conclusão de curso em Ciências Sociais – UFMA, 2009.

LIMA JÚNIOR, O. B. de (Org.). **O sistema partidário brasileiro:** diversidade e tendências (1982-1994). Rio de Janeiro: FGV, 1997.

LIMA JÚNIOR, O. B. de. **Partidos políticos brasileiros:** a experiência federal e regional: 1945/64. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

LEISERSON, Michael. Power and ideology in coalition behavior: an experimental study. **The Study of Coalition Behavior**, Nueva York, Holt, Rinehart and Winston, 1970.

LUEBBERT, Gregory M. **Coalition theory and government formation in multiparty democracie**. Comparative Politics, 1983.

MAINWARING, S.; SHUGART, M. **Presidencialismo y democracia en América Latina**. Buenos Aires: Paidós, 2002.

MARENCO, André. **Os eleitos:** representação e carreiras políticas em democracias. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2013.

REIS, Flávio. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão**. Unigraf, São Luís, 2007.

REYNOSO, Diego. Aprendiendo a Competir. Alianzas Electorales y Margen de Victoria en los Estados Mexicanos, 1988-2006. **Política y Gobierno**, XVIII (1), 3–38. 2011.

RIKER, William H. **The theory of political coalitions**. Yale University Press, 1962.

R Core Team (2023). **_R: A Language and Environment for Statistical Computing_. R Foundation for Statistical Computing**. Vienna, Austria. Disponível em: https://www.R-project.org/. Acesso em: 17 mar. 2024.

SANDES-FREITAS, Vítor Eduardo Veras de. **Alianças partidárias nos estados brasileiros:** das coligações às coalizões de governo. 2015.

Tese de Doutorado. Campinas, São Paulo.

SCHAKEL, A. Congruence between regional and national elections. **Comparative Political Studies**, v. 46, n. 5, p. 631–662, 2013.

STEFURIUC, I. Government formation in multi-level settings: Spanish regional coalitions and the quest for vertical congruence. **Party Politics**, v. 15, n. 1, p. 93–115, 2009.

STEFURIUC, I. **Government formation in multi-level settings**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2013.

WICKHAM, H. ***Ggplot2*: Elegant Graphics for Data Analysis**. Springer-Verlag New York, 2016.

Anexo I - Coalizões eleitorais para o Executivo Estadual e Nacional desde a redemocratização

Eleição	Coalizões para o Executivo Estadual		Coalizões para o Executivo Nacional	
1990/1989	Edison Lobão (PFL)	João Castelo (PRN)	Fernando Collor (PRN)	Luiz Inácio Lula da Silva (PT)
	Maranhão do Povo	Maranhão Livre	Brasil Novo	Frente Brasil Popular
	PFL, PTB, PSC	PRN, PMDB, PDC, PSDB, PDS, PL, PSD	PRN, PSC, PST, PTR	PT, PSB e PCdoB

1994	Roseana Sarney (PFL) Frente Popular do Maranhão PFL, PMDB, PL, PTB, PSD, PP, PSC, PRP, PCdoB	Epitácio Cafeteira (PPR) União pelo Maranhão PPR, PSB, PSDB	Fernando Henrique Cardoso (PSDB) União, Trabalho e Progresso PSDB, PFL, PTB	Luiz Inácio Lula da Silva (PT) Frente Brasil Popular pela Cidadania PT, PSB, PPS, PV, PCdoB, PCB, PSTU
1998	Roseana Sarney (PFL) Maranhão Muito Mais PFL, PMDB, PSD, PL, PTB, PSC, PSL, PCdoB, PRP, PST, PRTB, PRONA, PSDC	Epitácio Cafeteira (PPB) Ética e Liberdade PPB, PDT, PSDB, PPS, PSB, PRN, PMN, PTdoB	Fernando Henrique Cardoso (PSDB) União, Trabalho e Progresso PSDB, PFL, PPB, PTB, PSD	Luiz Inácio Lula da Silva (PT) União do Povo Muda Brasil PT, PDT, PSB, PCdoB, PCB
2002	José Reinaldo Tavares (PFL) O Maranhão Segue em Frente PFL, PMDB, PV, PSC, PSD, PSDC, PST	Jackson Lago (PDT) Frente Trabalhista PDT, PTB, PPB, PPS, PTN, PAN	Luiz Inácio Lula da Silva (PT) Lula Presidente PT, PL, PCdoB, PMN, PCB	José Serra (PSDB) Grande Aliança PSDB, PMDB

2006	Jackson Lago (PDT) Frente de Libertação do Maranhão PDT, PPS, PAN	Roseana Sarney (PFL) Maranhão: A Força do Povo PFL, PMDB, PTB, PP, PSC, PL, PV, PTN, PHS, PRTB, PRP	Luiz Inácio Lula da Silva (PT) A Força do Povo PT, PRB, PCdoB	Geraldo Alckmin (PSDB) Por um Brasil Decente PSDB, PFL
2010	Roseana Sarney (PMDB) O Maranhão Não Pode Parar PMDB, PT, DEM, PRB, PP, PV, PTB, PR, PSL, PTN, PSC, PRTB, PMN, PRP, PTdoB, PHS	Flávio Dino (PcdoB) Coligação Muda Maranhão PCdoB, PPS, PSB	Dilma Roussef (PT) Para o Brasil seguir mudando PT, PMDB, PDT, PCdoB, PSB, PR, PRB, PSC, PTC e PTN	José Serra (PSDB) O Brasil pode mais PSDB, DEM, PPS, PMN, PTdoB e PTB
2014	Flávio Dino (PCdoB) Todos Pelo Maranhão PCdoB, PSB, PSDB, PPS, PP, SD, PDT, PTC, PROS	Edison Lobão Filho (PMDB) Pra Frente Maranhão PMDB, PT, DEM, PEN, PHS, PMN, PR, PRB, PRP, PRTB, PSC, PSD, PSDC, PSL, PTB, PTdoB, PTN, PV	Dilma Roussef (PT) Com a Força do Povo PT, PMDB, PSD, PP, PR, PDT, PRB, PROS, PCdoB	Aécio Neves (PSDB) Muda Brasil PSDB, SD, PMN, PEN, PTN, PTC, DEM, PTdoB, PTB

2018	Flávio Dino (PCdoB)	Roseana Sarney (MDB)	Jair Bolsonaro (PSL)	Fernando Haddad (PT)
	Todos Pelo Maranhão	Maranhão Quer Mais	Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos	O Povo Feliz de Novo
	PCdoB, PRB, PDT, PPS, PT, AVANTE, PTB, PROS, PSB, PR, DEM, PP, PATRI, PTC, SD, PPL	MDB, PSC, PV, PSD, PRP, PMB	PSL e PRTB	PT, PCdoB, PROS
2022	Carlos Brandão (PSB)	Lahesio Bonfim (PSC)	Luiz Inácio Lula da Silva (PT)	Jair Bolsonaro (PL)
	Para o Bem do Maranhão	Coragem pra Mudar o Maranhão	Brasil da Esperança	Pelo Bem do Brasil
	PSB, FE Brasil (PT, PCdoB, PV), Federação PSDB Cidadania (PSDB, Cidadania), MDB, Patriota, PP, PODE	PSC, PMN	FE Brasil (PT, PCdoB e PV), Fed. PSOL REDE (PSOL e REDE), PSB, Solidariedade, Avante, Agir e PROS	PL, Republicanos, PP

Fonte: TSE, 2024.

OS GRUPOS POLÍTICO-FAMILIARES E AS CONDIÇÕES DA ASCENSÃO DA ESQUERDA POTIGUAR

Alan Daniel Freire de Lacerda

INTRODUÇÃO

Como conciliar o recrutamento político por critério familiar com a existência de clivagens ideológicas? Este capítulo indaga de que forma a existência de grupos político-familiares no Rio Grande do Norte interagiu com a chamada esquerda política nas últimas décadas. No centro da análise está a ideia de "giro" ou transição familiar. O giro familiar se dá quando integrantes de grupos político-familiares migram para partidos à esquerda no espectro político. Discuto as razões dessas transições, o status analítico das mesmas e o seu impacto em forças esquerdistas, especialmente o Partido dos Trabalhadores (PT).

O trabalho põe de pé um modelo analítico cujo objetivo é entender de que forma os giros operam como fator limitante para a esquerda, na medida em que deslocam a linha divisória de conflito da qual esquerdas tipicamente se alimentam. Não há aqui um tratamento empírico de todos os dados eleitorais e peças do noticiário político. A ideia é construir parâmetros para que testes empíricos possam ser feitos com o devido refinamento e maior grau de realismo sobre as peculiaridades estaduais.

A despeito do caráter analítico do texto, dois personagens políticos bastante concretos terão destaque na análise, quais sejam, Wilma (Maia) de Faria e Carlos Eduardo Alves. Duas agremiações figuram igualmente com saliência textual, em função de sua ligação com os políticos citados: o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB). De resto, elencaremos vários dados e fatos

históricos ao longo da análise. Em termos metodológicos, utilizamos ao longo do texto nosso próprio conhecimento sobre a realidade política do Estado, evitando o recurso da constante referência a matérias de imprensa.

O texto está organizado em uma progressão conceitual. Na medida em que coloca a questão em termos de grupos político-familiares, pressupõe definir em que consistem os referidos grupos, como identificamos seus integrantes e as diferenças que os separam da esquerda conteúdo exposto na primeira seção do capítulo. Na segunda seção, colocamos a questão de como ocorre o processo do giro familiar à esquerda, discutindo diversas abordagens que tratam este ponto no contexto potiguar. Na mesma seção, propomos nossa própria explicação, que se alimenta das demais, mas acrescenta crucialmente a ideia de competição bidimensional. Na terceira seção, discutimos como a imagem nacional e federal dos partidos opera como um fator gerador de ambiguidade, na medida em que integrantes de grupos tradicionais se filiam a agremiações nacionalmente percebidas na esquerda. Na mesma seção, discutimos a reação do PT às transições familiares, propondo o marco de 2003, ano da ascensão petista ao Executivo Federal, como ponto divisório de duas atitudes distintas da agremiação: sectarismo e ambiguidade. A conclusão arremata o raciocínio, sugerindo vias para pesquisa futura.

Definições básicas: grupo familiar e esquerda

Em que consistem a esquerda e a direita? As definições se espalham por uma literatura vasta, que não temos a presunção de revisitar aqui. Nossa estratégia é partir de um importante texto dos anos 1990, que opera uma classificação dos partidos políticos brasileiros por ideologia (Fernandes, 1995). As razões para isso são as seguintes: a) o artigo classifica o PSB e o PDT, as duas agremiações que figuram em destaque na análise empreendida neste capítulo; b) o artigo se situa próximo no tempo dos momentos em que figuras de famílias políticas assumiram o comando dessas agremiações no Rio Grande do Norte, configurando giros ou transições desses atores.

Após registrar a origem dos termos esquerda e direita na Revolução Francesa, Fernandes (1994) observa que as duas noções "não

permaneceram estáticas desde então". A questão social adquiriu ênfase específica no "movimento socialista na segunda metade do século XIX", associando-se à defesa da ação estatal para "reverter as desigualdades econômicas geradas pela industrialização capitalista" (Fernandes, 1994, p. 108). No caso da América Latina, cujos movimentos socialistas tiveram uma trajetória marcadamente diferente da europeia, o autor opta por empregar a análise feita então por Jorge Castañeda. Esta consiste em "uma diferenciação conceitual mais operacional entre a esquerda e a direita, baseada na evolução política da América Latina" no século passado (Fernandes, 1994, p. 108).

Os dois polos se definem por incompatibilidades nos posicionamentos políticos. A direita, por exemplo, tem como foco ou prioridades o rigor fiscal, o controle da inflação, a competitividade e a eficácia do mercado em geral. Ela também se associa à continuidade e à segurança nacional. A esquerda, por sua vez, apresenta como foco ou prioridades o gasto social, a distribuição de renda, a garantia de emprego e a justiça social em geral. Ela igualmente se vincula à transformação e à soberania nacional. (Fernandes, 1994, p.109)

Curiosamente, é Fernandes (1994) quem se torna mais "operacional" do que Castañeda, ao usar o monitoramento e o juízo de duas entidades de classe sobre as votações na Assembleia Nacional Constituinte (ANC), em 1987-88. O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) acompanha a assembleia "pelo lado dos sindicatos de trabalhadores" e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) "pelo lado empresarial". O autor vê nos levantamentos "um grau elevado de coerência nos posicionamentos predominantes dos partidos", à luz das polarizações apontadas por Castañeda e outros analistas. Crucial para esse estudo é que não apenas o PT, como também o PSB e o PDT são classificados no campo à esquerda (Fernandes, 1995).

A ANC se torna assim no artigo um ponto histórico fulcral para a definição do plano ideológico nacional, culminando com a vitória de Fernando Henrique Cardoso no pleito presidencial de 1994, à frente de uma coalizão de centro-direita. Nesse sentido, "os temas sociais e econômicos da diferenciação esquerda *x* direita passam para primeiro plano" (Fernandes, 1994, p. 136). Neste capítulo, pretendemos mostrar as limitações regionais ou estaduais desse raciocínio, embora aceitando-as

em grande medida para o âmbito nacional. Em todo caso, a clivagem entre esquerda e direita merece ser classificada sobretudo como uma divisão *moderna*. Não apenas por ter origem na Revolução Francesa (e de modo algum antes), mas por conter divisões políticas que se descolam do hábito, da tradição e de laços familiares.

Os grupos em tela são, sobretudo, *tradicionais*. Nosso propósito é apreendermos os grupos tradicionais sob dois prismas distintos, o da precedência e o do recrutamento. O termo tradicional tem relação direta com ambos. No primeiro prisma, integrantes de grupos político-familiares usufruem de uma vantagem contingente, mas decisiva em relação às esquerdas em geral: eles já existem. Ou seja, antes da abertura do espaço potencialmente propício à expansão da esquerda, as famílias políticas já estão operando no plano eleitoral e controlando a distribuição de recursos públicos.

Essa anterioridade é fundamental para entendermos a capacidade desses grupos de se manterem no poder, mesmo quando exibem divisões internas. Assim é porque eles podem se antecipar às esquerdas, seja colonizando suas agremiações antes que elas definam clivagens permanentes no eleitorado, seja ainda por mimetização de suas propostas nacionais. O ponto é bem conhecido na literatura sobre processos que se reforçam mutuamente e rota-dependência. No caso deste texto, o foco está na ideia de "preenchimento do espaço político", por parte de competidores "que buscam ocupar algum 'espaço político' limitado". Se, no contexto da competição, há "grupos capazes de consolidar vantagens" mais cedo, eles "podem atingir uma persistente superioridade" (Pierson, 2004, p. 71)[36].

O segundo prisma está relacionado ao primeiro, mas especifica de que maneira há persistência no tempo de tais grupos. O recrutamento de novos líderes possui intenso caráter autoreproduzível nessas elites. Para delinear melhor tais questões, recorremos ao importante trabalho de Frances Hagopian sobre a sobrevivência de elites tradicionais às mudanças ocasionadas pelo regime autoritário-militar. Em sua definição, tais elites se distinguem de outras elites políticas pela maneira como exercem poder por meio de redes clientelistas personalizadas e de base familiar. A passagem merece ser citada em virtude de sua clareza

36 Cf. também Lacerda, 2017. Todas as traduções do inglês no capítulo são nossas.

conceitual.

> Elites políticas tradicionais se distinguem de 'políticos profissionais' e outras elites políticas 'modernas' ou 'não tradicionais' e burocráticas por seu contexto familiar e a maneira pela qual exercem dominação – através de redes clientelistas altamente personalizadas, que são elas próprias baseadas na família (Hagopian, 1996, p. 18).

Tais grupos se adaptaram às iniciativas modernizantes do sistema "burocrático-autoritário" criado pelo regime militar. O que Hagopian chama de "oligarquia", um compósito de grupos familiares e adjacentes, certamente se engajou em intensa competição política interna na República de 1946 (Hagopian, 1996, p. 60-65). Embora não trate em detalhe de grupos familiares específicos em Minas Gerais, a autora certamente abriga em seu modelo a ideia de que grupos familiares podem ter cisões e permanecer dotados de alta capacidade clientelística, quando vistos em conjunto.

Nossa discordância com Hagopian se refere ao uso do termo "oligarquia" para designar tais grupos. Desde o trabalho clássico de Robert Michels, tem sido geralmente aceita a tese de que partidos políticos, em geral, e sindicatos de trabalhadores possuem tendências oligárquicas; eles são controlados por poucas pessoas. Mesmo que não aceitemos sua generalização para a democracia como um todo, isso quer dizer que podem existir oligarquias "não tradicionais" ou modernas (Michels, 1962).

O foco neste texto é estritamente familiar, o que marca outra diferença, esta mais de abordagem, com o escopo de Hagopian. O motivo é que este parece ser o modo dominante de formação de elites políticas tradicionais no Rio Grande do Norte. Mesmo os políticos sem ligação familiar prévia terminam optando por construir seu próprio grupo de parentesco. Não sabemos se, sem o elemento familiar, os políticos em tela teriam chegado à atividade política de outra forma. Sabemos, entretanto, que o recrutamento inicial ocorreu dessa forma e que o fato de pertencerem a famílias políticas é o fator que lhes dá vantagem decisiva na competição com atores não-familiares. Nesse sentido, é "muito

tênue" a linha que distingue "o que é grupo político e o que é espaço da família" (Carvalho, 2018, p. 180).

A apreensão analítica dos giros familiares à esquerda

Podemos identificar três abordagens no tratamento das mudanças ou transições efetuadas por membros de grupos político-familiares: a imagética, a "transformista" e a circulatória. Os textos acadêmicos mais representativos de cada uma delas serão discutidos a seguir. É importante notar, ademais, que as abordagens também podem ser encontradas de modo menos sofisticado no próprio discurso político ordinário, ou seja, no noticiáro sobre a política potiguar e na maneira como as pessoas interessadas em assuntos políticos emitem opiniões a respeito.

A Abordagem Imagética

As transições políticas de quem busca mandatos eletivos, em geral, passam por algum tipo de alteração na maneira como são percebidas. Isso envolve necessariamente um trabalho de marketing que muda sua imagem pública; este é o *insight* principal da abordagem imagética, destacada neste texto pelo artigo de França (2011). Nessa perspectiva, a personalidade do político ou política compõe a base para o esforço do próprio agente público, combinado à ação de especialistas em marketing eleitoral. A imagem não é algo externo ao ator político, imposto por profissionais especialistas, mas um compósito no qual a persona política vai se definindo ao longo do tempo com o insumo desses colaboradores, assim como do eleitorado. A imagem pode conter, claro, elementos objetivamente falsos. O ponto principal, no entanto, é que ela não pode ser algo a entrar em choque com a variação de personas que o próprio ator político é capaz de produzir em si mesmo.

Wilma de Faria, nessa perspectiva imagética, criou a imagem da "guerreira" em diversas etapas, a partir da evolução de sua própria trajetória de vida[37]. Sua biografia política começa como primeira-dama

37 Carlos Eduardo Alves é bem menos estudado que Wilma e parece construir toda sua imagem em torno da retórica do "bom gestor". Um estudo imagético dele talvez revelasse um número menor de personas possíveis, na comparação com a "guerreira" Wilma. Apesar dessas limitações, ele foi em alguma medida bem-sucedido na suavização da carga do nome Alves, ao insistir em ser chamado apenas de "Carlos

do Rio Grande do Norte no governo de Lavoisier Maia (1979-1983), em típico recrutamento político-familiar no seio da família Maia. Com o nome de Wilma Maia nesses primeiros momentos, ela também se ajusta ao perfil assistencialista da posição; sendo docente, no entanto, prefere ser chamada de "professora Wilma" (França, 2011, p. 132). No governo de José Agripino Maia (1983-1986), o terceiro do grupo e o primeiro eleito popularmente, ela assume a Secretaria de Trabalho e Ação Social. Já com essa experiência no currículo, ela disputa a prefeitura de Natal, em 1985, sob o eslogan "ela sabe governar". A dona de casa e primeira-dama quis ser vista primeiramente como professora, depois como administradora.

Derrotada na eleição de prefeito de Natal, em 1985, por Garibaldi Alves Filho, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Wilma Maia foi eleita deputada constituinte no pleito de 1986 e tenta novamente conquistar a prefeitura da capital em 1988. É nesta campanha exitosa que o termo "guerreira" é primeiramente usado, a partir de uma música da cantora Clara Nunes. Nas eleições seguintes, mesmo a partir de circunstâncias diversas, os temas da "mulher corajosa", identificada com o "social" e "trabalhadora incansável" são repostos como "categorias organizadoras" de sua imagem. (França, 2011, p. 134, 146)

Um hiato na abordagem imagética é o sentido estratégico da construção da imagem na disputa política. Como esses esforços afetam as estratégias de imagem de outros atores na disputa política? As mudanças de imagem guardam relação com o espaço ideológico? Podemos nos perguntar, por exemplo, se a existência de uma *guerreira social tradicional* não cria obstáculos imagéticos a quem defende a luta social por modos relacionados à representação de interesses, ou seja, a esquerda.

A Abordagem "Transformista"

A abordagem transformista, bem exemplificada no texto de Evangelista

Eduardo", no que foi atendido por diversos emissores de opinião. Como sói acontecer, isso não o impediu de apoiar a candidatura de Henrique Alves a governador, em 2014, ou de unir todo o grupo familiar Alves, no ano de 2018, em torno de sua própria aspiração ao mesmo cargo. Sobre ambas as eleições e o recorrente modus operandi dos Alves de construir grandes "acordos" e coalizões, conferir Lacerda (2018, 2020).

e Oliveira (2013), retira seu *insight* principal do pensador italiano Antonio Gramsci e do modo como ele foi interpretado no Brasil. Na abordagem transformista, os grupos políticos dominantes operam em um contexto de "sociedade civil frágil" e "Estado forte". O conflito político pelos cargos estatais ocorre em momentos no qual há uma "conciliação pelo alto" entre os próprios setores dominantes, em relação complementar com o "transformismo político", sob o qual há "cooptação" de "grupos subalternos e dos movimentos potencialmente transformadores" (Evangelista e Oliveira, 2013, p. 86).

Crucialmente, a abordagem em tela tende a ver os giros à esquerda de políticos de origem familiar como movimentos assentados em elementos retóricos que contrastam com práticas políticas anteriores que seguem sendo reproduzidas. Afinal, não se encontram "diferenças substanciais de visão de mundo entre" tais grupos que, conjuntamente, podem ser vistas como "o bloco hegemônico" a dominar a política local mesmo quando competem entre si. Wilma Maia é vista outrossim como "um caso típico de renovação política transformista num contexto de dominação clânico-oligárquica". Tendo origem no grupo Maia, que vicejou no regime autoritário-militar,[38] a política "operou uma transmutação ao migrar para partidos que nacionalmente se situam no espectro de centro-esquerda e de esquerda". Apesar de exibir um "discurso de esquerda", Faria "reproduz práticas e valores políticos conservadores tradicionais". O personalismo, o familismo, o assistencialismo e o clientelismo entram no rol de tais práticas e valores (Evangelista e Oliveira, 2013, p. 87-89).

De particular importância na transição política de Wilma foi sua ocupação do PDT em 1988, juntamente com o seu marido e senador, Lavoisier Maia. Ambos eram oriundos do Partido Democrático Social (PDS), o partido que sucedeu à Aliança Renovadora Nacional (Arena) na sustentação do regime militar. Essa ocupação desalojou "militantes trabalhistas históricos", incluindo o professor Waldson Pinheiro, que sai na ocasião do partido para se candidatar a prefeito de Natal pelo PSB. O mesmo ocorre posteriormente com este partido, o destino

38 É importante notar, no entanto, que Tarcísio Maia, o primeiro governador do grupo, já fora deputado federal na República de 1946. A origem do grupo, por conta disso, deve ser alocada neste regime democrático e não no período autoritário.

seguinte de Wilma em 1994. Segundo os autores, ele também tinha um perfil histórico de esquerda com "militantes socialistas" (Evangelista e Oliveira, 2013, p. 90)[39]. A segunda transição contém um elemento de distanciamento político, conquanto também pessoal, de Lavoisier, de quem estava se separando. Ambos os partidos também estão situados nacionalmente à esquerda, no modelo proposto por Fernandes (1995), discutido na primeira seção.

Embora sem a mesma matriz gramsciana, o trabalho de Almeida (2011) também adota uma perspectiva transformista. Ao analisar as políticas de participação criadas pela segunda gestão de Wilma à frente do Executivo natalense (1997-2002), em especial o programa Nosso Bairro Cidadão, a autora identifica na prefeita o discurso de "uma administração ancorada na participação popular e na prioridade às questões sociais". No entanto, a prática de Wilma foi a manutenção de laços pessoais da governante com os eleitores nos bairros, o atendimento de demandas imediatas da população pela pessoa da prefeita, e a sustentação de clientelas como fundamentais "para a manutenção do seu prestígio político" (Almeida, 2011, p. 230).

Uma das lacunas da abordagem transformista é não enfrentar a questão de quão genuínos são esses movimentos para a esquerda. Não nos referimos a como os atores familiares pensam ou a sua retórica em dado momento, mas se há efeitos concretos de seu giro no mundo político real. Afinal, os mesmos autores do principal trabalho da abordagem em tela registram que Wilma "se aproximou da agenda e das propostas defendidas pela esquerda" na Assembleia Nacional Constituinte (Evangelista e Oliveira, 2013, p. 90). O que na transição transformista realmente se altera em relação ao ponto inicial pré-transformista? Políticas públicas desenvolvidas por tais atores são as mesmas?

A Abordagem Circulatória

A abordagem circulatória vê os movimentos de políticos recrutados

39 Pinheiro também deixa este segundo partido em função disso. A ocupação do PSB começa já em 1992, quando a então prefeita Wilma apoia um nome do PSB para sua sucessão. É importante notar que Rosalba Ciarlini, da família Rosado, também entra no PDT em 1988. Ela compete com sucesso na eleição de prefeito de Mossoró, a segunda maior cidade do Rio Grande do Norte, nesse ano.

pela via familiar como "puramente estratégicos, não representando clivagens duradouras". Eles trafegam entre "dois polos dominantes" representados pelas famílias Maia e Alves, que também têm o poder de agregar lideranças adjacentes. A cisão de alguém do grupo familiar tende a ser em grande medida acompanhada pelo retorno àquele após alguns eventos eleitorais, constituindo movimentos temporários. Ambas as "coalizões utilizam redes de patronagem, com implicações na estrutura de cargos", assim como "estratégias clientelistas de obtenção de votos". Nesse sentido, é notoriamente difícil diferenciar em termos ideológicos tais grupos (Lacerda e Oliveira, 2006, p. 277-278).

Uma fonte possível de distinção ideológica é o próprio regime autoritário-militar e quem constituía sua base de apoio no Estado. A família Maia teve dois governadores indicados pelo regime, Tarcísio Maia (o iniciador do grupo familiar), em 1974, e seu primo, Lavoisier Maia, em 1979. Quando da volta da eleição direta e popular em 1982, o filho de Tarcísio, José Agripino, foi vitorioso no confronto com o chefe da família oposta, Aluízio Alves, que havia sido governador entre 1961 e 1966. Os dois primeiros ascenderam sob a legenda da Arena, enquanto o terceiro concorreu filiado ao PDS, o partido do regime após o fim do bipartidarismo. A vinculação com a ditadura faz com que os Maias sejam percebidos "por importantes emissores de opinião política" como mais à direita que o PMDB e os Alves, inclusive porque, no antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a família assumia o papel de oposição ao regime militar. O próprio trabalho registra os limites dessa percepção, observando que Aluízio apoiou o golpe militar de 1964 e chegou a participar de uma das sublegendas da Arena. Segundo os autores, ambos os grupos "podem ser classificados como agrupamentos de centro-direita" (Lacerda e Oliveira, 2006, p. 278)[40].

Wilma de Faria de fato voltou ao agrupamento Maia, em termos de coligação formal, nas eleições de 1996, quando o Partido da Frente

40 A percepção pode ter sido inadvertidamente reforçada pela decisão de cassar o mandato de deputado federal de Aluízio em 1969. No entanto, o mesmo político apoiara o golpe de 64 na condição de governador do Estado e formou a sublegenda da "Arena Verde" em seguida à instituição do bipartidarismo. A Arena Verde era "bacurau", enquanto a Arena Vermelha representava os "bicudos" ligados ao ex-governador Dinarte Mariz.

Liberal (PFL) apoiou seu vitorioso retorno à prefeitura e, em 1998, quando a prefeita apoiou a candidatura de José Agripino Maia (PFL) ao governo do Estado. Em 1990, ela estava apoiando a candidatura do então marido, Lavoisier Maia, contra o mesmo Agripino, que venceu na ocasião. A sua cisão foi completa em termos formais nos pleitos de 1992, quando elegeu seu sucessor prefeito, e 1994, quando se candidatou ao governo pela primeira vez. No primeiro caso, entretanto, o então governador apoiou Tinoco no segundo turno contra Henrique Alves. Não à toa, outro trabalho que pode ser alocado na abordagem circulatória anota que "rompimentos familiares" podem ser entendidos como mera dinâmica "estratégica" na divisão do poder (Carvalho, 2018, p. 62-65)[41].

A abordagem circulatória tem o mérito de perceber a migração de políticos entre os dois grupos como um movimento pendular, que "ocorre principalmente na direção da coalizão governista de ocasião" (Lacerda e Oliveira, 2006, p. 278). Registra também a independência do PT em relação a esses polos dominantes, a partir da recusa de coligação com os mesmos por parte dos petistas. Essa recusa inicial dos petistas é fundamental para entender a dinâmica pós-2003. O artigo também avalia corretamente que a fonte de poder dos agrupamentos familiares não reside mais na propriedade da terra, e sim na estruturação da ocupação de cargos. Esta é a mesma conclusão do extenso e cuidadoso estudo de Frances Hagopian, segundo o qual um clientelismo

41 Carvalho dá muita importância ao fato de que, em muitos momentos, a família se junta novamente após conflitos. "Na prática, após eventuais rusgas, todos se recompõem" (op. cit.: 180). O raciocínio corre o risco de superestimar o caráter planejado das cisões e rupturas dentro dos grupos familiares tradicionais. Nem sempre os laços de sangue superarão certas oportunidades políticas. Bruno Barreto argumenta de modo convincente, por exemplo, que a divisão dos Rosados nos anos 80 não foi algo "planejado e combinado" para dificultar "o surgimento de novas lideranças políticas em Mossoró" (Barreto, 2017, p. 150-151). A cisão se relaciona às pressões advindas da competição multipartidária. A divisão familiar é real e persistente, pois mesmo divididos os familiares ainda controlam os recursos tradicionais que lhes permitem o acesso a cargos e outros recursos políticos. Assim, o bloqueio ao surgimento de novas lideranças políticas é um subproduto da divisão do grupo, que permanece assim forte mesmo com competição intrafamiliar.

"modernizado" substitui formas ostensivas de dominação política na elite mineira após o fim do Estado Novo. Famílias tradicionais controlam a administração adaptando-se a um ambiente eleitoral mais competitivo (Hagopian, 1996, p. 58-72; Lacerda e Oliveira, 2006, p. 278-279).

Uma lacuna na abordagem circulatória, porém, é a desconsideração dos efeitos nacionais sobre a competição local e o seu impacto nas políticas públicas. O fato da circulação ter características fortemente relacionadas à patronagem não veda a hipótese de que o movimento se dê igualmente em um *espaço ideológico*, restando definir que espaço é esse. A designação de centro-direita para os grupos, por exemplo, parece valer no trabalho para o período pré-2003, mas Wilma já havia girado para o PSB e o PDT antes disso. Ela estaria ainda na centro-direita após tais transições? Isso não fica claro na análise circulatória.

Um modelo alternativo

Aporias emergem quase que naturalmente da análise feita acima das três abordagens. Como localizar os integrantes de grupos familiares no espectro ideológico da esquerda à direita? Eles são classificáveis dessa maneira? Nosso entendimento é auxiliado pelo uso das categorias ideológicas nesse caso? Os grupos familiares podem ser dispostos em outra dimensão que não a da escala esquerda-direita? No que segue, fazemos um tratamento teórico inicial de tais questões, pondo em destaque a dimensão estadual-federal da interação.[42]

À primeira pergunta, sugerimos a resposta de que o *plano nacional ou federal* permite essa localização e que o mencionado plano tem impactos reais na conduta dos atores familiares. Por exemplo, os políticos com esse perfil podem mimetizar ou promover um alinhamento de políticas públicas com um governo nacional inclinado à esquerda. No entanto, no *plano estadual ou local*, os membros desses grupos retêm

42 O plano municipal pode igualmente entrar na análise, embora seja tratado aqui tangencialmente. Ele reforça a disjuntiva posta no modelo, pois os laços e o recrutamento político tradicionais são presumivelmente mais fortes nos municípios que na arena estadual. Por vezes, usaremos o termo "local" para designar fenômenos ou fatores estaduais e regionais (supondo regiões dentro do próprio Estado), tendo em mente que o local também pode ser "municipal".

elevada flexibilidade para se mover desconsiderando o quadro ideológico nacional.

À segunda pergunta, propomos a resposta de que a classificação é possível, nos termos nacionais colocados no parágrafo anterior. Todavia, no plano estadual, a classificação vai informar em grande medida o impacto causal das variáveis nacionais na dimensão local. A seta causal que advém de fatores estaduais não contém o quadro ideológico nacional. Daí também deriva a conclusão de que o impacto específico dos grupos familiares no quadro nacional não contém os elementos ideológicos da escala esquerda-direita, e sim especificidades locais desconectadas dessa clivagem ideológica.

À terceira pergunta, a resposta é mais ambígua. De um ponto de vista positivo (em uso técnico deste termo), o entendimento é ampliado se o empregamos na seta causal que se origina no âmbito nacional e atinge seu congênere estadual. De um ponto de vista negativo (em uso técnico deste termo), o entendimento é dificultado ou paralisado se supomos existir na ação local dos grupos familiares a mesma distribuição de preferências ideológicas verificada no plano nacional. Não ter tal distinção em mente leva a equívocos como classificar o governo Wilma (2003-2010) como uma gestão de centro-esquerda, assim como tratar da mesma maneira as gestões e a figura política de Carlos Eduardo Alves. Ambos podem se posicionar à esquerda na medida em que o cenário local não imponha restrições a isso e que percebam ganhos competitivos para tais movimentos, seja para se diferenciar de seus núcleos familiares, seja para se alinhar a um governo de esquerda nacional.

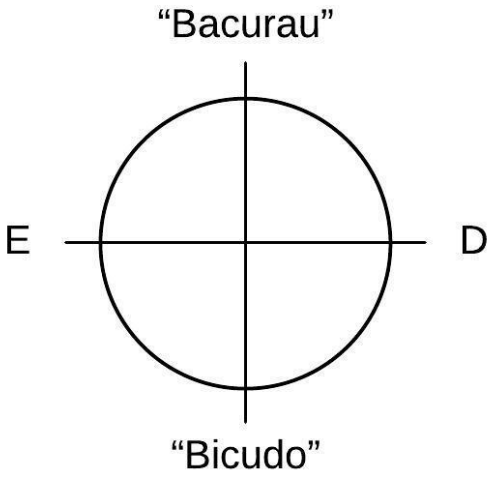
A questão central é qual dimensão predominará no conflito político, se aquela oriunda da competição política tradicional ou a mais moderna, que advém de disputas relacionadas ao que se convencionou chamar de esquerda e direita. A predominância, em determinado momento, desta ou daquela clivagem pode favorecer um dos atores na disputa eleitoral. O poder de definir qual conflito está sendo travado está no centro da própria disputa política. Nos termos de um clássico da ciência política americana, os eventos políticos "dependem da maneira em que as pessoas são divididas em facções" e outros grupos. "O resultado do jogo da política depende" de qual conflito político, dentre uma miríade de possibilidades, "ganha a posição dominante"

(Schattschneider, 1975, p. 60).

Minha resposta à quarta pergunta é, portanto, afirmativa. Claramente há outra dimensão cruzando os fatores tipicamente unidimensionais do espectro da esquerda à direita. Nesse sentido, trabalhamos aqui com duas dimensões simplificadas do conflito político que dividem as pessoas; não apenas a elite política como também o eleitorado. As duas, decerto, operam em interação. Se um grupo político tem a capacidade de se posicionar ora numa dimensão ora noutra, ou até simultaneamente nas duas, ele tem uma vantagem decisiva em relação a quem é privado dessa mobilidade. Nos termos de Schattschneider, "a escolha dos conflitos aloca poder" (Schattschneider, 1975, p. 66).

A Figura 1 abaixo procura exibir visualmente os elementos da análise acima, pondo em destaque *duas* dimensões. Utilizamos para efeito de exposição no eixo vertical da figura a célebre disjuntiva encontrada em muitos municípios do Rio Grande do Norte entre "bacurau" e "bicudo". Os dois grupos também se dividem pelo uso das cores nas bandeiras e outros adereços, com os bacuraus empregando o verde e os bicudos o vermelho. Claro está, em diversas cidades, a competição já não está estruturada dessa forma, seguindo clivagens e nomenclaturas mais recentes, assim como pode haver mais de um nome designando-as. Em todo caso, trata-se de um padrão de competição *tradicional*, sob o qual vicejam mais liames clientelistas e localmente afetivos do que canais de representação de interesses relacionados a visões de mundo sobre como devem ser a economia e a sociedade.

Figura 1: Representação Bidimensional do Conflito Político Potiguar



Fonte: Adaptação da figura constante em Schattschneider (1975, p. 60).

A dimensão horizontal, na qual figuram a esquerda (E) e a direita (D), reflete a competição moderna. Ela não deixa de englobar os grupos tradicionais, quando não pelo fato de terem de atuar em um ambiente de crescente competição multipartidária. Importa destacar, no entanto, que os dois eixos não são estáticos e refletem tentativas de definir onde o conflito reside. Podemos definir outras figuras em que a inclinação se volta para a clivagem bacurau-bicudo ou à divisão esquerda-direita.[43] "Cada mudança da linha de clivagem afeta a natureza do conflito, produz um novo conjunto de vencedores e perdedores e um novo tipo de

43 Conferir algumas figuras possíveis em Schattschneider (op. cit.: 61-64). Visando simplificar a exposição do modelo, não fizemos o exercício no texto.

resultado" (Schattschneider, 1975, p. 61).

No nosso modelo, o giro à esquerda de grupos familiares permite que eles adotem estratégias mistas, ou seja, que usem ao mesmo tempo o espectro esquerda-direita e as clivagens locais. A esquerda não dispõe da mesma flexibilidade. A designação de centro-direita para os grupos familiares, empregada no trabalho de Lacerda e Oliveira (2006), reflete meramente o efeito nacional de suas respectivas vinculações. Em termos locais, o que os diferencia é a efetivação de ligações tradicionais e regionais que entrarão em disputas eleitorais.As redes clientelistas e afetivas são muito similares em substância, refletindo uma competição não moderna entre os grupos. A clivagem clássica, por assim dizer, dos dois grupos, reside na disjuntiva bacurau-bicudo ou suas sucedâneas em cada cidade, compondo um mosaico estadual. A política tradicional possui frequentemente "dois lados" na política local e é plausível presumir que o eleitorado, em especial no interior potiguar, está acostumado com a aparição de ambos nos pleitos.

A expansão do eleitorado e a ampliação da competitividade eleitoral são fundamentais para entender as transições dos anos 1980. A identificação de Lavoisier Maia e de sua então esposa ao regime autoritário-militar certamente era um problema, na medida em que os colocava de saída na direita do espectro político nacional. Não é claro, no entanto, que isso tenha gerado maiores problemas para a dupla. A derrota de Wilma, em 1985, na disputa natalense se deu por placar apertado e seu cônjuge pôde ser eleito de maneira confortável para o Senado no ano seguinte. O giro deve necessariamente guardar relação com o novo ambiente criado pela Nova República. O eleitorado continuava se expandindo em ritmo maior que o da população e um conjunto imenso de políticas públicas entrou no debate público eleitoral pela via da Constituinte. Fernandes (1995) está certo em identificar nela um ponto nevrálgico para as definições de quem é quem no plano ideológico nacional. Entretanto, a ANC é igualmente um ponto fulcral para os grupos tradicionais locais, que buscam colonizar um espaço novo nas políticas públicas, antes que a esquerda ainda incipiente o faça.

O sectarismo do PT como resposta aos giros dos grupos familiares

A colonização do PDT e do PSB pelo grupo Maia, em especial

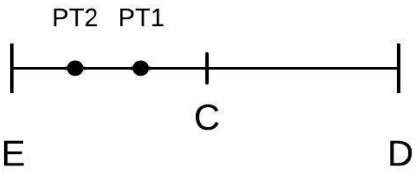
Wilma de Faria, impôs certa solidão ao PT no campo da esquerda potiguar. Em 1988, o partido apoiou a candidatura de Waldson Pinheiro (PSB) em uma frente de esquerda que ainda incluía o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e agremiações ainda menores. A imprensa denominava o grupo de "anões", ressaltando sua pequenez e revelando o caráter estritamente bipolar da competição eleitoral na ocasião. A candidatura da frente obteve menos de 7% dos votos, mas é interessante notar que isso representa um patamar 3 vezes maior do que o mesmo aspirante obtivera, em 1985, e sinalizava a abertura de espaço para a esquerda na capital. O PT, isolado em 1992, chegou a um patamar muito similar de votos. Na eleição de governador de 1994, a aliança majoritária da agremiação incluía apenas um partido que acabara de surgir na esquerda radical, em parte fruto de uma cisão com o próprio PT, na figura da tendência Convergência Socialista.

Embora certa dose de cinismo esteja quase sempre presente na política, é importante não ver os movimentos familiares como manobras puramente cínicas. As transições têm efeitos reais e os políticos que as realizam alteram parte de seu comportamento e o de seus aliados mais próximos. A questão mais importante é se os giros trazem efeitos negativos sobre o perfil das políticas públicas e a clareza da competição política. Acerca do primeiro ponto, são necessárias mais pesquisas, mas é comumente sabido que a governadora Wilma de Faria buscou, entre 2003 e 2010, um alinhamento de gestão com o governo Lula a partir do seu perfil social. Nossa resposta no tocante ao segundo ponto é claramente positiva, apontando que os grupos familiares criam óbices à formação da esquerda local e das clivagens correspondentes ao espectro esquerda-direita.

Nos termos de nossa análise, o PT girou à esquerda mais do que o necessário no momento pós-Constituinte, no afã de se diferenciar dos giros familiares. A Figura 2 abaixo exibe o raciocínio em termos espaciais usando uma escala que vai da esquerda (E) à direita (D). O centro das preferências possíveis na dimensão ideológica nacional está representado pelo ponto C, no centro exato da linha. A expressão PT1 denota o ponto na linha que o PT-RN poderia adotar em suas estratégias de captação de votos mais ao centro. A expressão PT2 denota o ponto efetivamente adotado pelo partido, bem mais próximo do extremo da

esquerda que do centro. O ponto PT1 possui, portanto, um caráter contrafactual na nossa análise: não fosse a existência do giro familiar, a agremiação poderia se aproximar do centro e se posicionar melhor na captação de votos.

Figura 2 - Representação Espacial dos Efeitos de Transições Familiares sobre o PT



Fonte: Elaboração própria.

A figura demonstra um dilema clássico de como um partido pode diferenciar seu discurso e propostas quando a mensagem de outro grupo fica similar. Diante da transição familiar "wilmista", o partido se posiciona mais à esquerda do que a própria posição nacional do partido. É possível dizer que os petistas locais buscaram evitar uma "névoa de ambiguidade", para usar os termos do trabalho clássico sobre a estática e a dinâmica espacial de ideologias partidárias (Downs, 1999, p. 157). Ao procederem assim, criaram uma "nuvem radical", para continuarmos na mesma analogia perceptual. É nesse sentido que se deve entender toda a resistência demonstrada por petistas natalenses à candidatura apoiada por Wilma em sua sucessão, a do sanitarista Aldo Tinoco (PSB). O próprio PCdoB, aliado central do PT na eleição presidencial de 1989, ocupou o posto de vice de Tinoco na ocasião. A direção nacional do partido e o próprio ex-deputado Lula declararam apoio ao aspirante do

PSB em 1992. No segundo turno, ele recebeu o apoio de José Agripino Maia e do ex-senador Carlos Alberto de Souza. Os petistas se tornaram mais sectários no intuito de manter sua identidade, pois não tinham o recurso de recorrer a uma clivagem especificamente estadual.

Diante do fracasso percebido da gestão Tinoco, Wilma busca o retorno à prefeitura, em 1996, em aparente condição de fragilidade. Afinal, ela tinha que justificar com frequência a escolha feita na eleição anterior. Apesar disso, ela pôde superar no segundo turno, em margem apertada, a mais forte candidatura petista até então registrada, a da deputada estadual Fátima Bezerra. A postulação de Bezerra superara o aspirante apoiado pelos Alves no primeiro turno. Conectada com o grupo Maia e de posse de um discurso social, Wilma conseguiu superar esse obstáculo, possivelmente também com o auxílio da imagem radical atribuída ao PT.

Após esse sectarismo inicial, entretanto, o partido passa a lidar com os integrantes dos grupos familiares como se fossem de "centro-esquerda", em função da ascensão nacional dos petistas ao poder federal em 2003. A "névoa de ambiguidade" termina atingindo o partido por outras vias. Na verdade, figuras como Faria e C. E. Alves eram apenas aliados ideológicos nacionais, permanecendo mais flexíveis que os petistas no plano local e borrando as linhas divisórias do conflito político estadual e local.

O caso de Carlos Alves é ilustrativo a respeito. Como deputado estadual do PMDB, ele é indicado pela família para ser o vice da prefeita na eleição de 2000 em Natal. Em termos partidários, ele faz o caminho inverso ao da agora aliada: filia-se ao PSB, em 2002, como parte de um acerto com Wilma para caminhar com ela na disputa de governador. Em 2009, a partir do momento em que fica claro que não terá a legenda peessebista para concorrer ao mesmo posto, migra para o PDT. Sua candidatura a governador, em 2010, demonstra bem o "borramento" produzido pelas transições familiares. Descontentes com a aliança entre PSB e PT em torno da candidatura do governador Iberê Ferreira (PSB), muitos simpatizantes e militantes do PT optaram por Alves na disputa em questão. O caráter tradicional de Ferreira, membro de um grupo familiar da região do Trairi, e sua vinculação prévia com Agripino Maia, fundador do PFL no Estado, pesaram na resistência de eleitores

e militantes petistas. O mesmo Carlos, no entanto, pôde declarar apoio a Jair Bolsonaro no segundo turno de 2018, quando concorreu novamente à posição de governador contra a então senadora Fátima Bezerra (PT). Ele ainda estava no PDT na ocasião, assim como na eleição de 2022, quando figura na chapa de Bezerra como aspirante ao Senado.

A interação entre os petistas e as elites tradicionais pode ser vista nos termos de uma dualidade ambígua, que atinge tanto a competição eleitoral como as estruturas estatais. O conflito entre o tradicional e o moderno acaba por promover um dualismo dentro do Estado, nos sistemas de representação de interesses, no eleitorado, e em vários domínios das políticas públicas. Nos termos de Hagopian, incorporados por nós aqui, nem a esquerda petista nem os grupos familiares "retêm sua pureza". Um tipo de hibridismo é formado por sua interação, "e práticas que são normalmente pensadas como 'tradicionais' se tornam 'modernizadas', assim como as condutas dos "partidos políticos modernos são em alguma medida pervertidas pela presença e ações das elites políticas tradicionais" (Hagopian, 1996, p. 17).

As formas políticas híbridas derivadas dessa convivência podem ser vistas em termos estratégicos e cronológicos no caso do PT potiguar. Podemos inclusive pensar que há uma contradição entre percepção e comportamento nos momentos pré-2003 e pós-2003. A percepção inicial dos petistas em relação aos grupos familiares é provavelmente correta no primeiro momento, no sentido de entender que as associações tradicionais dos grupos são mais salientes de que o seu giro à esquerda. Entretanto, o comportamento escolhido como reação – se posicionar ainda mais à esquerda – gerou maiores dificuldades para o PT, na medida em que o afastou do centro político. No momento pós-2003, por sua vez, a percepção se suaviza em relação aos políticos tradicionais, mas o comportamento escolhido – acomodação – atrasa a chegada ao poder estadual dos petistas (2018). Ele também termina gerando ilusões políticas (e analíticas), como a de que políticos como Carlos Eduardo Alves e Wilma de Faria estão situados no campo do centro à esquerda no plano local e estadual. Eles nunca estiveram nessa posição.

Conclusão

A persistência da política tradicional no Rio Grande do Norte não tem,

portanto, relação apenas com o controle bruto dos recursos públicos e da estrutura de cargos. Ele se dá na flexibilidade proporcionada pelo caráter bidimensional do espaço ideológico. Trata-se de um fenômeno cujo caráter é em parte estratégico, ou seja, dependente de como os jogadores respondem aos passos uns dos outros. A clivagem nacional certamente ajuda o PT potiguar, na medida em que o partido obtém vitórias presidenciais que mobilizam o eleitorado potiguar (que sufragou todos os triunfos nacionais) e auxiliam o seu próprio acesso a cargos federais.

Todavia, na clivagem estadual, o avanço petista provavelmente se dá com alguma perda de identidade e certa mimetização do modus operandi dos grupos familiares. A eleição de 2022, na qual o primeiro governo estadual de esquerda realizou uma abrangente aliança com a família Alves, é um caso central nessa discussão. Fátima Bezerra formou na sua vitoriosa campanha à reeleição uma chapa com Carlos Alves (PDT) para senador e Walter Alves (PMDB) como seu vice. O eleitorado parece não ter aceitado a mimetização, na medida em que o ex-ministro Rogério Marinho, do Partido Liberal (PL), obteve a maioria simples na competição senatorial. O agora senador não apenas está na direita radical, como igualmente é resultado da "fusão de dois clãs políticos do Rio Grande do Norte" (Barros Júnior e Souza, 2020, p. 98)[44].

Importa notar a ambiguidade das setas causais estaduais e federais, que podem ser objeto de uma pesquisa mais ampla sobre como se deu a ascensão do PT a partir de sua imagem nacional mais clara. Juntamente com o que ocorreu em outros Estados, a incorporação pelo PSB e PDT de políticos tradicionais ampliou a viabilidade eleitoral dessas agremiações ao custo da perda de sua clareza programática. A seta estadual tradicional mostra assim todo o seu impacto no âmbito nacional. Como

44 Não sabemos em que extensão os vínculos tradicionais operaram na eleição de 2022. É uma indagação legítima a de que Marinho possa ter captado o antigo voto "bicudo" em muitos municípios, dado o caráter "bacurau" da coligação de Fátima Bezerra. Nessa hipótese, em linha com a análise deste capítulo, ele não usou apenas a posição ideológica da direita e os fundos orçamentários da pasta do Desenvolvimento Regional, da qual fora titular, mas também redes familiares nas quais sempre operou. Para uma leitura que enfatiza, em vez da vinculação social familiar, a interação entre as eleições de senador e governador no pleito, ver Lacerda (2024).

o PT manteve sua clareza e tornou-se o polo presidencial da esquerda, a seta federal moderna implica que os governantes familiares transitivos de "esquerda" terminam por implementar, pelo menos parcialmente, políticas públicas com tal cariz ideológico nos Estados. A flexibilidade dos mesmos grupos precisa, porém, estar sempre no campo analítico de visão, pois eles não precisam competir sempre na mesma dimensão à qual se vinculam os petistas – inclusive quando têm por escopo restringir o raio de ação destes.

Referências

ALMEIDA, Lindijane (2011). Os Limites da Participação: as gestões municipais do PSB em Natal e Maceió. **Política & Sociedade,** v. 10, n. 19, p. 199-237.

BARRETO, Bruno (2017). **Os Rosados Divididos:** Como os Jornais Não Contaram Essa História. Mossoró: Sarau das Letras.

BARROS JÚNIOR, José; SOUZA, Vanessa. O Silêncio dos Vencedores como Gerador da "Ilusão de Outsider": família e trajetória política de Rogério Marinho. **Revista NEP – Núcleo de Estudos Paranaenses,** vol. 6, n. 1, p. 95-117, 2020.

CARVALHO, Robson. **Família e Política no RN:** Alves, Maia e o Suporte do Senado. Natal: Terceirize: Edufrn, 2018.

DOWNS, Anthony. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

EVANGELISTA, João; RIBEIRO, Gustavo. Eleições Democráticas e Transformismo Político: poder e dominação política no Rio Grande do Norte. **Raízes**, v. 33, n. 1, p. 85-104, 2013.

FERNANDES, Luis. Muito Barulho por Nada? O Realinhamento Político-Ideológico nas Eleições de 1994. **Dados,** vol. 38, n. 1, p. 107-144, 1995.

FRANÇA, Fagner. Vida, Política e Mídia: a construção da imagem pública de Wilma de Faria. **Cronos**, v. 12, n. 1, p. 131-147, 2011.

HAGOPIAN, Frances. **Traditional Politics and Regime Change in Brazil.** Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

LACERDA, Alan. Derrotando o Líder Stackelberg: a disputa de governador do RN em 2014. **Política Hoje**, vol. 26, n. 2, p. 7-21, 2017.

LACERDA, Alan. Quando Menos é Mais: tamanho de coalizão e a vitória do PT no Rio Grande do Norte em 2018. In: E. Silva, F. Frota e M. Silva (Orgs.). **Atores Políticos e Dinâmicas Eleitorais**. Fortaleza: Edmeta, 2018, p. 174-206.

LACERDA, Alan. As Duas Faces de Jano: uma análise das eleições majoritárias potiguares de 2022. **Sociologias,** vol. 26, p. 1-29, 2024.

LACERDA, Alan e OLIVEIRA, Bruno. Patronagem e Formação de Coalizões: o caso da Unidade Popular no RN. **Cronos**, v. 5/6, n.1/2, p. 273-287, 2006.

MICHELS, Robert. **Political Parties:** a Sociological Study of the Oligarchical Tendencies of Modern Democracy. Nova York: The Free Press (1962).

PIERSON, Paul. **Politics in Time:** History, Institutions, and Social Analysis. Princeton: Princeton University Press, 2004.

SCHATTSCHNEIDER, E. E. *The Semisovereign People:* **A Realist's View of Democracy in America**. Boston: Wardsworth, 1975.

TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS EM SERGIPE NOS ANOS 2000: COLISÕES, COALIZÕES E METAMORFOSES

Mariana Meneses
Ian Batista

Introdução

No Universo, quando dois corpos celestes colidem, o resultado depende de fatores como tamanho, velocidade e ângulo de colisão. Objetos menores podem ter impacto mínimo, enquanto colisões envolvendo corpos grandes e massivos, como planetas ou estrelas, podem ser catastróficas, levando à destruição ou à formação de novos corpos celestes. A influência gravitacional durante uma colisão pode alterar órbitas, causando ejeção ou captura em uma nova órbita, com possíveis consequências para a dinâmica geral do sistema celeste. Os resultados são complexos e variam com base em inúmeros fatores.

O novo milênio em Sergipe foi marcado por transformações políticas, econômicas e sociais significativas, muitas delas associadas ao Partido dos Trabalhadores (PT). O Estado, histórico e exclusivamente controlado por oligarquias conservadoras até o início dos anos 2000, representadas por figuras como João Alves Filho e Albano Franco, viu a ascensão do PT se dar principalmente com a eleição de Marcelo Déda, em 2006. O crescimento do partido, alavancado pelo início da era Lula I (2002-2006), introduziu um novo corpo celeste em rota de colisão com a órbita cansada das oligarquias sergipanas. Esse choque e suas consequências moldaram – e ainda moldam – a política em Sergipe.

Da colisão entre o PT de Déda com as oligarquias que historicamente revezavam o governo enquanto compartilhavam o poder, derivam

alianças, desafios, rupturas e destruições, com figuras sendo expelidas de uma órbita enquanto são capturadas por outra. A ruptura que o PT significa no estado contra o domínio tradicional se dá somente até certa medida, sendo essa uma história de acomodações e alianças. Sua trajetória tem altos e baixos, enfrentando dissidências, crises de imagem ao redor da corrupção e uma oposição cada vez mais forte, conforme crescia o antipetismo. Ainda assim, o PT sergipano se consolida como força política relevante em um estado que vota em petistas nas eleições presidenciais há duas décadas.

Neste capítulo, discutimos a virada do milênio e o que aconteceu desde então. Começamos com uma contextualização histórica e política do PT em Sergipe, descrevendo as movimentações do xadrez político, para depois falar de como as dinâmicas socioeconômicas estão entrelaçadas ao voto no Estado. Nesse processo, utilizamos dados eleitorais e socioeconômicos, assim como realizamos entrevistas semiestruturadas com atores políticos de distintas vertentes, que foram testemunhas de muitos dos eventos narrados, em um esforço para complementar a parca literatura sobre o período no Estado. Assim, neste capítulo, buscamos tornar evidentes os principais determinantes da *política e voto* em Sergipe.

Contextualização histórica e política

A eleição de Marcelo Déda, primeiro governador petista e primeiro governador de esquerda de Sergipe, na eleição de 2006, marcou a primeira alternância de poder em âmbito estadual desde a redemocratização (Lopes, 2001). A trajetória política que leva até esse acontecimento é errática para a esquerda sergipana de maneira geral, mas ascendente para o Partido dos Trabalhadores (PT) no Estado. Desde a década de 1990, enquanto políticos conservadores representantes das principais oligarquias e elites econômicas sergipanas se alternavam no governo, políticos tradicionais da esquerda flertavam – e por vezes se aliavam – com grupos de direita, ao passo em que nacionalmente o PT se estruturava, expandia-se e assumia o papel protagonista da oposição em um país que enfrentava grave crise econômica e cuja democracia ainda engatinhava.

Em Sergipe, o partido ganhava destaque principalmente com a trajetória de Déda e consolidava um eleitorado urbano que culminou na

eleição desse político para prefeitura da capital Aracaju em 2000, em linha com o perfil do eleitorado petista do país do final da década de 1990 (Singer, 2012). Após reeleição para a prefeitura em 2004, e aproveitando da popularidade do primeiro mandato de Lula da Silva na presidência do país, Déda foi o nome certo, na hora certa, para elevar o PT ao mais alto cargo eletivo do Estado e dali em diante adicionar alguma diversidade à composição dos grupos de poder em Sergipe.

Até ali, contudo, Sergipe era mais um Estado nordestino controlado por oligarquias e dinastias familiares pouco diversas e representativas da população. Como ilustração, nas eleições para governo do Estado em 1986, Sergipe foi o único Estado do Brasil no qual o PMDB, partido opositor à ditadura militar, não saiu vitorioso, oportunidade em que Antônio Carlos Valadares, à época no PFL, foi eleito com o apoio do então governador João Alves Filho, do mesmo partido. Assim como o empresário Albano Franco, o engenheiro João Alves representava a elite oligárquica que governou Sergipe desde que os sergipanos voltaram a eleger diretamente seus governadores, sendo ambos herdeiros políticos do influente ex-governador dos anos de ditadura Augusto do Prado Franco, pai de Albano e mecenas político da eleição de João para governador em 1982.

João e Albano protagonizaram idas e vindas em coligações e alianças políticas ao longo da década de 1990, refletindo disputas intra-oligárquicas, que embora fossem provenientes de distintas atividades econômicas, representavam a mesma elite que controlava o Estado. Na eleição presidencial de 1989, por exemplo, não subiram no mesmo palanque. Albano apoiou e fez campanha para Collor, chegando a filiar-se ao PRN. João Alves, por sua vez, desejava apoiar a candidatura do apresentador Silvio Santos no primeiro turno, mas com essa candidatura indeferida, não apoiou ninguém naquela eleição (Dantas, 2002). Collor teve boa votação proporcional no Estado, acima da média regional e nacional. No segundo turno, no embate entre Lula e Collor, o petista saiu vitorioso na capital, revelando uma tendência oposicionista do eleitorado aracajuano comentada mais adiante.

Em 1990, João e Albano se aliam na coligação entre o PFL e PRN, com o primeiro saindo como candidato ao governo e o segundo para o Senado. João gozava de maior prestígio e influência naquele momento,

visto que até março daquele ano era Ministro do Interior do governo de José Sarney e contava com a maioria das prefeituras do interior – o PFL dois anos antes elegera 40 das 75 prefeituras do Estado. João e Albano, aliados, contavam com "todas as Prefeituras do interior, a máquina do Executivo estadual, 22 dos 24 deputados, todas as emissoras de rádio, todos os jornais, todos os canais de TV, enfim todos os meios de comunicação, os aparelhos públicos e quase todas as forças políticas e empresariais do Estado" (Dantas, 2002, p. 111). Não surpreendentemente, Albano é eleito senador e João é eleito governador com 73% dos votos contra José Eduardo Dutra, do PT, único candidato da esquerda e principal opositor naquele pleito. À época, o PT no Estado ainda engatinhava aprendendo a fazer política e não representava a principal força opositora do Estado.

Jackson Barreto, líder da campanha Diretas Já em Sergipe, com passagens pelo PCB, PMDB e PSB e tendo sido prefeito de Aracaju entre 1986 e 1988, era o principal nome da oposição no início da década de 1990 (Dantas, 2002). Sua passagem pela prefeitura de Aracaju foi interrompida após denúncia do Tribunal de Contas de Sergipe por supostos crimes de falsificação, fraude e estelionato, ao largo de 61 processos que levaram à sua renúncia à prefeitura (FGV, 2014). Com vivência política em movimentos estudantis e movimentos sociais, e com uma multidão de populares que foram para a Assembleia Legislativa protestar contra a intervenção estadual na prefeitura sugerida pelo Tribunal de Contas, Jackson alegou perseguição política por parte das oligarquias e traição por parte de outros nomes da oposição, como Marcelo Déda, então deputado estadual que votou pela intervenção de seu mandato (Dantas, 2002). Em 1990, Jackson teve sua candidatura para o Senado impugnada por atos contábeis irregulares enquanto era prefeito de Aracaju, denúncia proveniente do Tribunal de Contas do Estado e julgada em última instância pelo TSE. Mesmo com tantos problemas na justiça, foi o candidato a vereador de Aracaju mais votado nas eleições municipais de 1988, e em 1992, sagrou-se novamente eleito prefeito da capital, o que reflete a sua popularidade diante das classes mais vulneráveis, que o enxergavam como perseguido e combatente ao sistema (Dantas, 2002).

Em 1994, filiado ao PDT, Jackson se alia ao ex-governador Valadares (1987-1990), ex-PFL e agora PSB, em uma frente opositora ao então

governador João Alves, que lançava Albano Franco, na ocasião PSDB, como candidato da situação. Os registros são de uma eleição polarizada do "rico contra o pobre, o ex-carteiro [Jackson Barreto] diante do empresário [Albano Franco], o líder popular disputando contra o aristocrata, o progressista concorrendo com o conservador" (Dantas, 2002, p. 166), o que revela a posição que Jackson ocupava e representava no cenário político naquele momento. Essa foi a única eleição, na década de 1990, na qual o PT compôs uma coligação com Jackson Barreto – de oposição a João Alves –, demonstrando a polarização do pleito de 1994, mas também ilustrando como o partido naquele momento preferia lançar candidaturas próprias.

Apesar de ter terminado na frente no primeiro turno, Jackson perde para Albano a disputa em um segundo turno marcado por irregularidades, como descreve Dantas (2002), ao mencionar a estratégia governista naquele dia:

> No dia do pleito, a ordem era ignorar todas as irregularidades. Aracaju foi literalmente tomada por milhares de jovens atuando como fiscais de urna e cabos eleitorais, de camisa, boné, panfletos, operando um verdadeiro arrastão em benefício do candidato governista. […] Vários postos de gasolina, financiados pelos governistas, forneciam combustível gratuitamente, enquanto nas seções eleitorais numerosas irregularidades aconteciam e dificilmente se achavam representantes da Justiça Eleitoral. No interior, então, tudo indicava que a ordem da Justiça era fazer "vista grossa" às transgressões e viabilizar Albano Franco, numa operação avassaladora. E assim, para eleger o candidato de mãos limpas, realizou-se o pleito mais sujo do período pós-autoritário em Sergipe (Dantas, 2002, p. 136).

Ainda que a oposição tenha sido acachapada pelas táticas governistas das oligarquias do Estado, a eleição de 1994 trouxe os primeiros resultados significativos para o PT local. Nas eleições presidenciais

daquele ano, Lula teve proporcionalmente mais votos no Estado (36%) do que no país (27%) e na capital chegou a ter o dobro de votos de Fernando Henrique Cardoso (Dantas, 2002). José Eduardo Dutra foi eleito senador, assim como Valadares; ou seja, a oposição fez os dois senadores naquele pleito. O PT ainda elegeu Marcelo Déda como deputado federal, após um mandato como deputado estadual (1987-1990), uma candidatura a prefeito de Aracaju malsucedida, em 1988, e outra candidatura sem sucesso para reeleição à Assembleia Estadual em 1990.

Em 1998, em novo rearranjo do cenário político, Albano Franco é candidato à reeleição ao governo, mas dessa vez apoiado por Jackson Barreto, que estava de volta ao PMDB. O principal desafiante nesse pleito foi João Alves, do PFL, configurando uma disputa entre agrupamentos influentes e poderosos do Estado. A coligação governista entre PSDB e PMDB rendeu a Albano o apoio de 73 dos 75 prefeitos do Estado (Dantas, 2002). A oposição lançou Valadares (PSB) como cabeça de chapa e Dutra (PT) como vice em uma coligação que ainda contava com o PDT e o PCdoB. A oposição se uniu, mas não foi o suficiente para galgar resultado expressivo, ficando na terceira colocação. Essa disputa mais uma vez foi marcada por abuso de recursos públicos por parte do candidato governista, agora sendo utilizados contra João Alves. A desvantagem só não foi maior porque o próprio João controlava sua rede de influência. Destaca-se a atuação altiva do Tribunal Regional Eleitoral, povoado com aliados indicados por João, distribuindo punições e suspensões a veículos de comunicação (jornais, rádio e TV), que se transformavam em palanques de campanha do então candidato governista, Albano Franco (Dantas, 2002). Ainda assim, Albano é reeleito, mas Jackson perde a corrida ao Senado para Maria do Carmo, esposa de João Alves.

É difícil mensurar em que medida a eleição presidencial daquele ano ajudou na vitória de Albano, que seguia no PSDB. Ainda que o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) estivesse bem avaliado graças ao desempenho econômico do país, garantindo sua reeleição em primeiro turno, FHC repete o mesmo desempenho eleitoral de 1994 no Estado, com 47,37% em ambas as eleições. O PT, principal partido opositor e que tinha sido muito bem votado no Estado em 1994, também repete o desempenho, ganhando na capital e com proporção de votação

no Estado maior que no País (35,31% no Estado contra 31,71% no País). O PT demonstrava consolidar um eleitorado considerável no Estado, ainda que, até então, somente aparente nas eleições presidenciais.

O panorama eleitoral do Estado para a década de 1990 não estaria completo sem destacarmos o padrão de votação observado na capital Aracaju. Além dos candidatos opositores quase sempre ganharem nas eleições para governo e para presidente dentre os eleitores da capital, desde a primeira eleição direta para prefeitura, na transição do período autoritário para o democrático, em 1985, os eleitores aracajuanos também priorizam representantes da oposição aos candidatos da oligarquia conservadora que controlava o Estado. Naquele momento, o principal nome da oposição no Estado, Jackson Barreto, resistia à ascensão do Partido dos Trabalhadores e, principalmente, à emergente estreia política de Marcelo Déda, lançado como candidato à prefeitura da capital pela primeira vez em 1985, perdendo para Jackson, mas chegando em segundo lugar. O então jovem advogado foi apresentado, naquele momento, como "representante dos grupos de esquerda não comprometidos com os segmentos dominantes" (Dantas, 2002, p. 33).

Desde que perdera a eleição em 1985, Déda intensificou seu trabalho e aparições junto a movimentos sociais e grevistas, consolidando-se como representante das classes subalternas (Dantas, 2002), o que culmina em sua eleição para deputado estadual, em 1986, como o mais votado da história no Estado. Nessa atuação na assembleia, como já mencionado, votou a favor do afastamento de Jackson Barreto da prefeitura de Aracaju, diante das acusações do Tribunal de Contas, o que gerou indisposição com esse ator e outros setores da oposição.

Na eleição para prefeitura da capital em 1988, Déda é novamente candidato, mas perde para Wellington Paixão, do PSB, candidato de Jackson Barreto, cujo apoio foi fundamental para minar as chances da candidatura de Déda (Dantas, 2002). Em 1992, Jackson é mais uma vez eleito prefeito de Aracaju, derrotando no segundo turno o candidato do PT Ismael Silva. Já em 1996, Jackson apoia José Augusto Gama, do PMDB, em coligação com o PSB, que derrota novamente o petista Ismael no segundo turno. Destaca-se que nesse último pleito, no segundo turno, a candidatura do PT acumulou apoios provenientes de diversas partes do espectro político, incluindo o PFL de João Alves

(Dantas, 2002).

Ao longo da década e em diversas esferas do PT, local ou nacionalmente, agrupamentos internos divergiam sobre as estratégias eleitorais mais adequadas para o fim político que o partido almejava. Grosso modo, a divergência se dava entre os que defendiam negociações e coligações que aumentassem os prospectos eleitorais, ainda que renunciando a algumas pautas programáticas do partido, e aqueles que defendiam a integridade da agenda partidária, ainda que isso significasse não fazer alianças e ter menos força em disputas eleitorais. Isso por vezes é colocado como a disputa entre a institucionalização do partido e a sua tendência de movimento social (Sarti, 2006). Em meados da década de 1990, o primeiro grupo parecia se tornar hegemônico no PT sergipano. As eleições municipais de 1996 marcaram ainda a eleição do primeiro prefeito do PT no Estado, Renato Brandão, em Propriá.

Essa adaptação interna do partido foi fundamental para a conquista da capital em 2000. A gestão do então prefeito Gama era bem avaliada, mas este desistiu de disputar a reeleição, alegando que os caciques políticos cobravam altos preços para apoiá-lo (Dantas, 2002). Gama findou apoiando Marcelo Déda, que foi convencido por grandes nomes da diretriz nacional do partido, como Lula e José Dirceu, a sair como candidato (Dantas, 2002; Lopes, 2001). O PSDB do governador Albano Franco apoiou a candidatura de Almeida Lima pelo PDT, enquanto o PMDB de Jackson e o PFL de João Alves apoiaram a candidatura de Valadares do PSB.

Nessa configuração de alianças, com o PT coligado somente com o PCdoB e o PSTU, a estrela de Déda foi a que mais brilhou diante do eleitorado oposicionista de Aracaju, mas isso não significou que seu discurso não tivesse se adaptado às necessidades do eleitorado. Abandonou propostas mais radicais de outros pleitos, como a substituição da Câmara de Vereadores por conselhos populares, defendeu princípios liberais em atividades de campanha com o empresariado e, na reta final de campanha, passou a receber doações generosas de empresários do comércio e da indústria (Dantas, 2002). A vitória veio no primeiro turno, tornando-o o único petista eleito em primeiro turno no país e selando o PT sergipano como ator político relevante nas disputas políticas locais. E o mais importante, a eleição representou um ganho

para o processo democrático do Estado, adicionando diversidade aos grupos do poder, ao incluir atores políticos divergentes e relativamente marginalizados (Dantas, 2002).

A euforia da virada do milênio só não foi completa por não terem conseguido emplacar o governo do Estado com Zé Eduardo Dutra em 2002. Como analisa Lopes (2001), o eleitorado oposicionista de Aracaju, a empolgação com a prefeitura de Aracaju e o fenômeno da campanha de Lula da Silva para presidência ainda não foram suficientes para fazer frente ao eleitorado do interior do Estado, onde coerção e práticas clientelistas por parte das oligarquias conservadoras ainda garantiam a elas vantagens eleitorais suficientes. Afinal de contas, além de Aracaju, o PT somente havia conseguido a prefeitura de Japaratuba, um município pequeno, no pleito municipal anterior.

Nesse pleito, João Alves se manteve como oposição ao grupo de Albano Franco e lançou candidatura própria, que contou com o apoio, dentre outros partidos, do PDT; Albano e o PMDB de Jackson apoiaram Francisco Rollemberg, do PTN, que ficou 20 mil votos atrás de Dutra no primeiro turno. No segundo turno, todos esses se juntaram contra a candidatura de João Alves, o que não foi suficiente para impedir a vitória do pefelista. Analistas apontam limitações de ordem pessoal do candidato do PT, Zé Eduardo Dutra, como a falta de carisma, o fato de não ter conseguido deslanchar, mesmo com bons índices de aprovação de Déda em Aracaju ou as altas taxas de intenção de voto em Lula no Estado (Lopes, 2001). Na disputa presidencial, o PT amplia sua base eleitoral no Estado, chegando a 57% dos votos para Lula. Ciente desse fenômeno, o próprio João tenta aliar sua imagem à de Lula, representada em adesivos de campanha "Lula lá, João cá" (Lopes, 2001).

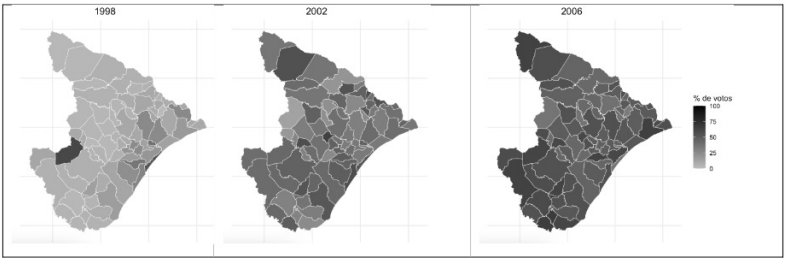
Na eleição para prefeitura de Aracaju, em 2004, Déda é reeleito com acachapantes 71% no primeiro turno. Edvaldo Nogueira, do PCdoB, é novamente seu vice e dessa vez imbuído da missão de assumir a prefeitura quando Déda saísse passa disputar o Estado dali a dois anos. Assim o fez, sendo inclusive reeleito no primeiro turno em 2008, com Silvio Santos do PT como vice.

Em 2006, o PT chega como favorito para a eleição ao governo do Estado, movido pelo grande prestígio de Déda na capital e pela boa avaliação do governo Lula. Dessa vez, não faltaria carisma ao candidato

petista, o próprio Déda, que contou com Belivaldo Chagas, então PSB, como vice. Isso torna a aliar as duas principais frações das oligarquias conservadoras do Estado contra o candidato petista, João Alves e os Franco – mais pelo interesse do primeiro do que do então detentor da máquina pública, o governador Albano Franco, que flertou com apoiar Déda. Dias (2010) revela que João, do PFL, reivindicou ao PSDB nacional o apoio à sua sigla na disputa local, visto que a decisão do STF de verticalização das coligações impedia um apoio formal do PSDB ao PT na disputa no Estado. Assim, lançam a maior coligação já vista, até então, no cenário político sergipano, formada por PFL, PSDB, PSC, PP, PPS, PV, PTdoB, PTN, PHS, PRTB, PTN, PRTB, PTS e PAN. Do lado do petista, a coligação contava com PMDB, PL, PTB, PCdoB, e o PSB de Valadares, que somou à coligação de esquerda líderes importantes do agreste do Estado, onde João Alves costumava ter mais votos (Dias, 2010).

Assim, em 2006, enquanto Lula era reeleito em segundo turno com 60% dos votos do Estado, Marcelo Déda era eleito governador de Sergipe em primeiro turno, alterando pela primeira vez o comando do Estado após o retorno da democracia. A Figura 1 apresenta a magnitude dessa mudança, decorrente do crescimento da votação do PT em todas as regiões do Estado, ao se notar a porcentagem de votos válidos na candidatura petista para governo em cada município. Em 1998, Zé Eduardo Dutra foi o vice na chapa que contava com Valadares como cabeça, sem conseguirem ir para o segundo turno; em 2002, com Dutra, agora como cabeça de chapa, o PT consegue ir para o segundo turno, mas perde para João Alves; por fim, em 2006, o PT consegue votação expressiva já no primeiro turno (52,46% em todo o Estado).

Figura 1 - Porcentagem de votos no PT para governo do Estado de Sergipe (1998, 2002 e 2006)



Fonte: Elaborada pelos autores com dados do TSE.

O governo Déda foi marcado por investimentos para o crescimento econômico e desenvolvimento do Estado, contando com investimentos significativos na saúde (Bonfim, 2018). Foram construídos dois novos hospitais regionais e doze municipais, foi assinada a ordem de implantação de um campus de saúde da Universidade Federal de Sergipe em Lagarto, de duas pontes no litoral sul do Estado, além da ampliação de redes de abastecimento de água e duplicação da adutora do São Francisco (Bonfim, 2018). Nota-se, contudo, que, em seu segundo mandato (2010-2013), enfrentou greve dos professores estaduais, liderada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado (SINTESE), devido à não implementação do piso nacional salarial dos professores, aprovado pelo governo federal (Bonfim, 2018).

A reeleição de Déda, em 2010, é sua quarta vitória seguida em primeiro turno (duas vezes para prefeito, 2000 e 2004, duas vezes para governo, 2006 e 2010), consolidando esse ator como a grande figura política de Sergipe nesse período. Seu vice naquela oportunidade foi Jackson Barreto, do PMDB, o que revela a acomodação de políticos tradicionais do Estado à coalizão petista. A chapa Déda-Jackson derrotou novamente João Alves, que dois anos depois, em 2012, disputaria a eleição para prefeitura de Aracaju e venceria em primeiro turno, com a chapa petista ficando em segundo lugar, composta por Valadares Filho, do PSB, e Conceição Vieira, do PT, como vice. A força e o carisma de Déda já se mostravam como o grande capital político do PT no Estado.

Em 2010, inclusive, o eleitorado petista no âmbito estadual esteve mais seguro da reeleição de Déda do que da eleição de Dilma Rousseff para presidente. Ainda que tenha ganhado no Estado, Dilma reduziu a votação proporcional de Lula nas duas últimas eleições presidenciais, conquistando, dessa vez, 53,56%.

Em 2013, a trajetória do partido em Sergipe é afetada de maneira crucial. No começo do ano, Déda se afasta do governo para tratamento de câncer no pâncreas, oportunidade em que assume Jackson Barreto. Em 2 de dezembro daquele mesmo ano, Déda falece no hospital Sírio-libanês, em São Paulo, onde tratava a doença. Nas eleições seguintes, as movimentações internas desse agrupamento político que governava o Estado contariam a história de um PT que perde sua principal referência e, aos poucos, espaço na coalizão.

Em 2014, Jackson Barreto busca reeleição em uma chapa com Belivaldo Chagas como vice, com o PT compondo a coalizão. O petista Rogério Carvalho, secretário de saúde do primeiro mandato de Déda e então deputado federal, foi o candidato ao Senado pela chapa. Como desafiantes, a principal chapa opositora foi encabeçada por Eduardo Amorim, do PSC, e Augusto Franco Neto, do PSDB, sobrinho de Albano Franco, como vice. Jackson ganha a corrida pelo governo no primeiro turno, com uma campanha marcada por referências de continuidade à gestão Déda e subindo no palanque com Dilma. Na eleição presidencial daquele ano, Dilma consegue uma proporção de votos no Estado maior que nas eleições de Lula, alcançando 67%. Ainda assim, Rogério Carvalho perde a corrida pela única vaga ao Senado para Maria do Carmo, esposa de João Alves.

Na disputa para prefeitura de Aracaju, em 2016, o grupo que governava o Estado desde 2006 passa a apresentar dissidências. O PSB dos Valadares lança a candidatura de Valadares Filho, que tinha sido candidato do grupo em 2012. O grupo governista, por sua vez, lança o ex-prefeito Edvaldo Nogueira, do PCdoB, em uma chapa com Eliane Aquino, do PT, viúva de Déda. O então prefeito que buscava a reeleição, João Alves, não consegue 10% dos votos válidos e fica fora do segundo turno, tendo sido essa a última eleição que disputou, falecendo em 2017. Edvaldo ganha de Valadares Filho no segundo turno e retorna à prefeitura de Aracaju quatro anos após entregar o cargo a João.

Dois anos depois, em 2018, Belivaldo Chagas, agora no PSD, é o candidato da situação na corrida pelo governo do Estado, e Eliane Aquino deixa a vice-prefeitura de Aracaju para novamente compor a chapa para o governo estadual como vice. O principal desafiante, mais uma vez, foi Valadares Filho. Pouco antes da eleição, Jackson entrega o cargo de governador para Belivaldo, seu vice, para disputar uma das duas vagas para o Senado, concorrendo com Rogério Carvalho, do PT, que novamente é candidato.

A eleição de 2018 marcou o surgimento do bolsonarismo como o movimento político que abala o cenário nacional, dobrando o país à direita (Nicolau, 2020). Na disputa ao governo de Sergipe, contudo, não houve candidato alinhado ao bolsonarismo com desempenho relevante. Belivaldo e Valadares, do PSB, foram ao segundo turno, o qual Belivaldo vence, mantendo o agrupamento político no controle do Estado por mais quatro anos.

Na corrida para o Senado, Jackson leva grande revés, sendo o quarto colocado e anunciando sua aposentadoria da política. Rogério fica em segundo e garante uma vaga. No entanto, em primeiro, com 170 mil votos a mais que Rogério, estava o estreante Alessandro Vieira, então REDE, eleito com discurso voltado à segurança pública e tendo ganhado tração no movimento lavajatista, naquele momento capturado pelo bolsonarismo. Ainda assim, apesar de Bolsonaro ter sido eleito presidente naquele ano, em Sergipe, teve somente 32,46% dos votos. Por sua vez, o candidato petista, Fernando Haddad, manteve os 67% que Dilma havia conquistado em 2014.

As duas próximas eleições, prefeitura de Aracaju (2020) e governo do Estado (2022), marcam a definitiva saída do PT do grupo que ascendeu ao poder com Marcelo Déda, em 2006[45]. Na disputa pela prefeitura de Aracaju, em 2020, o partido lança Márcio Macêdo em chapa própria, ficando em quarto lugar, enquanto Edvaldo Nogueira, agora no PDT, é reeleito no segundo turno. Já na disputa para governo em

45 Grupo identificado com setores de oposição de esquerda às oligarquias tradicionais dos Alves e dos Franco durante os anos 1990. Dentre os nomes que ascendem com Marcelo e tornam tradicionais e recorrentes estão Edvaldo Nogueira, Belivaldo Chagas e Rogério Carvalho. Eventualmente Jackson Barreto e Valadares (pai e filho) se tornam aliados desse agrupamento.

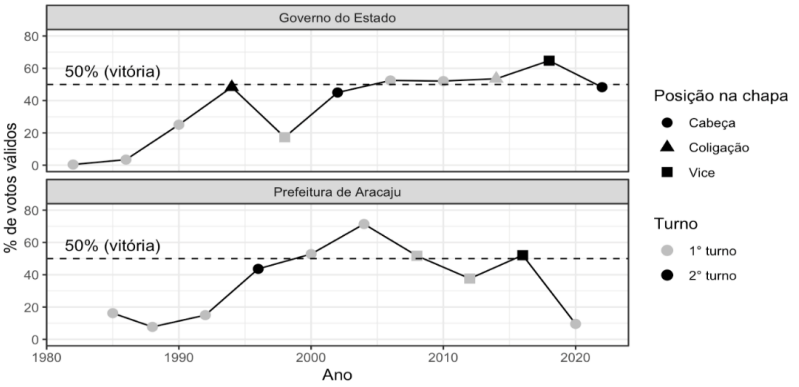
2022, o então senador Rogério Carvalho é o candidato petista da vez, enfrentando no segundo turno Fábio Mitidieri, do PSD, ex-deputado federal, como o candidato da situação. Ambos atrelaram suas imagens à do ex-presidente e novamente candidato Lula, e foram estratégicos em fazer isso, já que Lula consegue novamente 67% dos votos do Estado em sua nova eleição para presidente. Contudo, na disputa local, em um segundo turno apertado, Fábio vence Rogério por 51 a 49 e perpetua o agrupamento da situação, do qual o PT agora torna a ser oposição.

Sobre a eleição de 2022, cabe ainda mencionar a negação do registro da candidatura de Valmir de Francisquinho, do PL, ex-prefeito de Itabaiana por dois mandatos (2013-2020), cidade que é importante polo econômico do Estado. Valmir liderava as pesquisas de intenção de voto para governo e parecia indicar uma rara tendência bolsonarista (ou pelo menos antissistema) no eleitorado sergipano. Contudo, o TRE-SE negou o registro de sua candidatura em decorrência de condenação proferida em 2019, que decretou sua inelegibilidade em processo sobre abuso de poder político enquanto era prefeito, tendo realizado campanha irregular para seu filho em disputa para deputado estadual. No segundo turno, o bolsonarista Valmir declarou apoio ao candidato do PT, Rogério Carvalho, em oposição ao agrupamento do governo[46].

O Gráfico 1 apresenta o desempenho eleitoral do PT em todas as eleições para a prefeitura de Aracaju e para o governo do Estado, desde a redemocratização. A trajetória do PT-SE é de ascensão e queda. No Estado, Déda assume protagonismo na oposição quando Jackson se torna mais um ator nos conchavos políticos das oligarquias locais. Mas a história do PT no Estado é também de queda, perdendo influência a partir da morte de Déda. Ao final de duas décadas, o PT retorna à posição de oposição que há tempos não ocupava.

46 Bolsonarista, Valmir de Francisquinho declara apoio a candidato de Lula em Sergipe. G1, 10 de outubro de 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/se/sergipe/eleicoes/2022/noticia/2022/10/10/bolsonarista-valmir-de-francisquinho-declara-apoio-a-candidato-de-lula-em-sergipe.ghtml#. Acesso em: 2 de fevereiro de 2023.

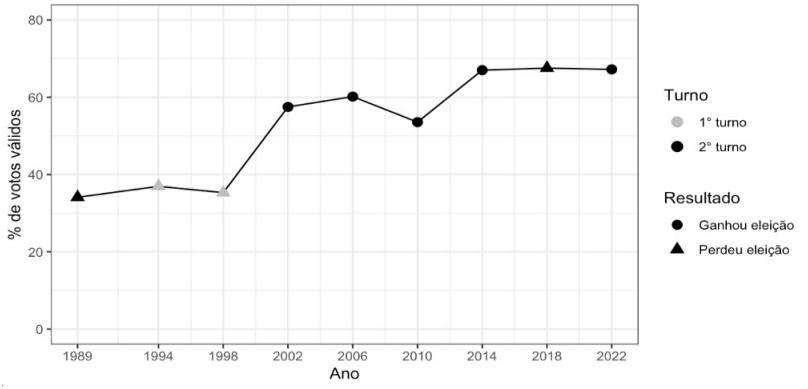
Gráfico 1 - Votos em chapas do Partido dos Trabalhadores nas eleições para Prefeitura de Aracaju e Governo do Estado de Sergipe (1982-2022)



Fonte: Elaborado pelos autores com dados do TSE.

Assim, a trajetória estadual do PT contrasta com o padrão crescente e até aqui consolidado da votação dos eleitores sergipanos nas eleições presidenciais. O Gráfico 2 apresenta a evolução dos votos válidos em candidatos do PT, no qual nota-se desde a eleição de Lula em 2002 que o partido esteve acima dos 50% dos votos no Estado, consolidando um padrão de 67% dos votos nos três últimos pleitos, ainda que fossem disputas apertadas no âmbito nacional. O eleitorado sergipano pode ser, assim, considerado mais petista do que a média nacional nas eleições presidenciais.

Gráfico 2 - Votos para o Partido dos Trabalhadores em eleições presidenciais no Estado de Sergipe (1989-2022)



Fonte: Elaborado pelos autores com dados do TSE.

Mas o que explicaria essa dissincronia recente entre votação no PT para presidente e votação no PT nas disputas locais? Antes disso, quais elementos explicam a ascensão e consolidação do eleitorado petista em Sergipe? E a que se deve a trajetória ascendente e depois decadente do PT no Estado? A próxima seção busca mobilizar algumas variáveis para investigar essas questões.

Transformações sociais e políticas do novo milênio em Sergipe

Sergipe é o menor Estado do país. De acordo com o último censo demográfico do IBGE (2022), conta com uma área de 21.938,188 km², onde reside uma população de 2.210.004 pessoas, distribuídas em 75 municípios. Segundo o Observatório de Sergipe[47], em 2021, o PIB estadual foi de R$ 51, 86 bilhões. Impulsionada pela exploração de petróleo e gás natural, nesse ano, a indústria sergipana foi responsável por cerca de 22% do Valor Adicionado Bruto (VAB), na frente da agropecuária (com cerca de 6,0%), mas muito aquém do setor de serviços, com 72%. No período, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Sergipe

47 https://observatorio.se.gov.br/pib-de-sergipe-cresceu-43-superando-a-fase-mais-aguda-da-pandemia/

foi de 0,702, levemente acima de vizinhos como Bahia (0,691) e Alagoas (0,684).

Capital e cidade mais populosa do Estado, a litorânea Aracaju, concentra 602.757 habitantes, cerca de 27% dos sergipanos e sergipanas. A região metropolitana como um todo, conhecida como Grande Aracaju, compreende sete municípios[48] que somam uma população de 1.026.15 ou 46,4% da população do Estado. Para além dessa região, o território sergipano se divide em Alto Sertão, Médio Sertão, Baixo São Francisco, Agreste Central, Leste, Centro Sul e Sul.

A concentração populacional e, portanto, de eleitores na região metropolitana fez com que ao longo dos anos a política municipal aracajuana se confundisse com a sergipana. Dois dos principais líderes políticos no Estado, Jackson Barreto e Marcelo Déda, foram de prefeitos da capital a governadores reeleitos e com grande força definidora na política estadual. Suas histórias estão intimamente conectadas entre si e a muitas das transformações sociais e políticas do novo milênio em Sergipe

Conforme relembra o jornalista e articulista político Luiz Eduardo Costa[49], em entrevista para este capítulo, "em Sergipe, nós tivemos uma sucessão de oligarquias, sempre vivemos de dissidências oligárquicas, [então] tudo dependia muito da personalidade de quem assumia". A realidade ao longo da década de 1990, relembra, era de que, "na maior parte dos municípios, não tinha um posto de saúde sequer, bairros não tinham calçamento, faltava escola em todo canto, a mortalidade infantil era altíssima". Segundo avaliação de Costa, Sergipe passou por uma grande transformação social nas últimas décadas, que estaria associada a diferenças no comportamento do eleitorado, sobretudo na região metropolitana do Estado.

Compartilham da percepção acerca da dicotomia capital-interior

48 Além de Aracaju, Barra dos Coqueiros, São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro, Laranjeiras, Itaporanga d'Ajuda, Riachuelo, Maruim e Santo Amaro das Brotas.

49 Jornalista político que, depois de ter atuado no estabelecimento do Partido Comunista, em Sergipe, no início da década de 1990, veio a tornar-se figura relevante nos bastidores da política sergipana, tendo ocupado Secretarias diversas e cargos de confiança em diversos governos, desde Albano Franco, passando por Valadares, Marcelo Déda, Jackson Barreto e Belivaldo Chagas.

também a jornalista política Kátia Santana e a professora e ex-deputada estadual petista Ana Lúcia[50], em entrevistas para este capítulo, porém com diferentes explicações para o fenômeno. Santana descreve o eleitorado de Aracaju como "responsivo, provocativo e rebelde", com tendências a punir políticos por má gestão, o que explicaria o histórico de eleger oposições na cidade, mencionando a eleição de João Alves para prefeito em 2012, sucedendo Edvaldo Nogueira. Já o eleitorado do interior seria mais desacreditado na possibilidade de mudança positiva, levando-o a priorizar ganhos assistencialistas. Já para Ana Lúcia, importante liderança política no Estado, a população de Aracaju teria reais preferências mais à esquerda que o resto do Estado, o que estaria, dentre outros fatores, associado à maior escolaridade dos eleitores da capital.

Vejamos, portanto, o que mostram os dados sobre a dinâmica capital *versus* interior. Em 2005, Aracaju recebeu o "título" de capital da qualidade de vida, após uma pesquisa divulgada pela Fundação Getúlio Vargas ter apontado a capital sergipana como aquela com maior satisfação de seus habitantes dentre as situadas nas regiões Norte e Nordeste do país[51]. Mas essa realidade sempre foi – e continua a ser – muito diferente da vivida no interior do Estado. Consideremos a educação, inicialmente. Em um intervalo de 16 anos, o IDEB em Sergipe foi de 2,8, em 2005, para 3,9, em 2021[52], enquanto em Aracaju, foi de 3,2 para 5,0, no mesmo período, seguindo o padrão de Estados e capitais vizinhas[53].

50 Foi fundadora e liderança do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Sergipe (SINTESE), tendo realizado quatro mandatos de deputada estadual, entre 2002 e 2018, quando se retirou da política partidária para cuidar de sua saúde. Quadro histórico do PT-SE, orgulha-se do trabalho que fez ao longo de sua carreira, incluindo à frente da Secretaria de Educação e da Secretaria de Assistência Social.

51 Aracaju é apontada como a melhor capital do Norte e Nordeste em qualidade de vida. Disponível em: https://www.aracaju.se.gov.br/noticias/20582/aracaju_e_apontada_como_a_melhor_capital_do_norte_e_nordeste_em_qualidade_de_vida.html#:~:text=Uma%20recente%20pesquisa%20divulgada%20pela,de%20satisfa%C3%A7%C3%A30%20de%20seus%20habitantes. Acesso em: 10 jan. 2024.

52 Para fins de comparação, estados vizinhos, como a Bahia, saiu de 2,7, em 2005, para 3,5, em 2021, enquanto o IDEB de Alagoas foi de 2,8 para 3,5.

53 Maceió (AL) foi de 3,1 para 4,9, enquanto Salvador (BA) foi de 2,8 para 5,4.

Outra característica do interior do Estado é o "Sergipe é Aqui"[54], programa de governo itinerante, em execução há anos, que busca "levar às diferentes regiões de Sergipe a estrutura governamental para acolher as demandas locais, prestar serviços à população e apresentar projetos e programas". Os serviços incluem a emissão de RG, exames e consultas, abertura de contas bancárias, atividades esportivas, assessoria jurídica, dentre outros. Professora de História, Mestra em Antropologia e Doutoranda em Sociologia, a sergipana Tatiana Sales nos conta que "a própria existência do 'Sergipe é Aqui' é um atestado de que o Estado não chega [com políticas públicas, de forma constante] em muitas partes do interior".

Por meio de dados do IPEA, Andrade *et al*. (2017) concluem que:

> O acesso às políticas públicas ainda é mais grave no meio rural, em que seus residentes são privados do acesso aos serviços públicos de saúde, educação, abastecimento de água e tratamento de esgotos, como também a outras políticas sociais e ao uso de equipamentos urbanos. A vulnerabilidade social também resulta da pouca capacidade e habilidade da administração pública, nos três níveis de governo, de articulação para a integração de programas, bem como de acompanhamento e avaliação das políticas (Andrade *et al*., 2017, p. 105).

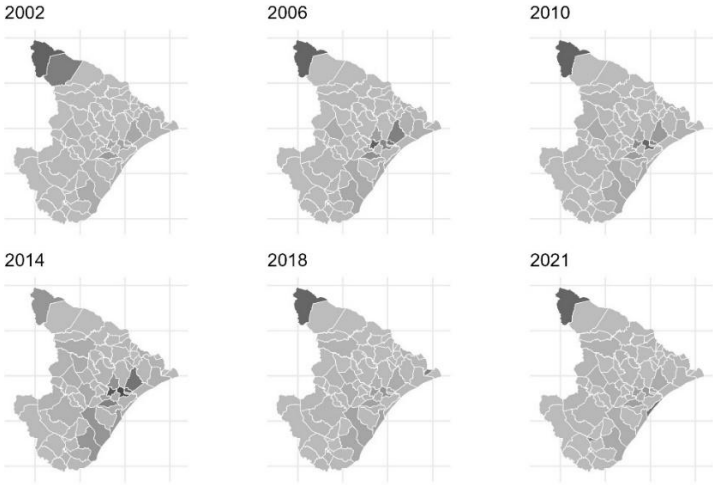
Assim, sobretudo considerando-se, como mencionado anteriormente, que a Grande Aracaju concentra cerca de metade da população votante do Estado, a dicotomia capital-interior é fundamental para a compreensão do voto e da política em Sergipe. Investiguemos o caso exemplar de Canindé do São Francisco. A hidrelétrica de Xingó, localizada nesse município do Alto Sertão sergipano, oferece um caso simbólico para entendermos voto e política no interior do Estado. A discussão passa, necessariamente, pela educação no município, atrelada a práticas clientelistas historicamente fortes e definidoras da política no

54 Ainda que, sob esse nome, o projeto tenha sido implementado na gestão Mitidieri, outras propostas semelhantes foram implementadas por gestões anteriores.

município.

A hidrelétrica de Xingó foi construída entre 1987 e 1994 (com o último de seus geradores comissionado em 1997) e desde então é operada pela CHESF. Segundo o Coordenador de Captação de Investimentos e Recursos da Secretaria de Turismo de Sergipe, Caio Lucas de Moura Morais, também em entrevista para este capítulo, a presença da usina é chave para a arrecadação municipal por meio do turismo, da geração de empregos, "mas principalmente em *royalties* e tributos, como ICMS". Isso pode ser visto na Figura 2, a seguir, que revela a discrepância no PIB municipal de Canindé do São Francisco, no Alto Sertão, quando comparado a outros municípios, incluindo a região metropolitana.

Figura 2 - PIB *per capita* por município sergipano



Fonte: Elaborada pelos autores com dados do IPEA.

É sabido que onde está o dinheiro, tradicionalmente está o poder, portanto, Canindé, assim como Aracaju, é palco para algumas das principais movimentações políticas do novo milênio sergipano. Contudo, a prática da compra de votos é amplamente mais presente e definidora das eleições no interior que na capital, e – novamente – em Canindé, há

muito dinheiro. A jornalista Kátia Santana destaca o clientelismo forte no interior do Estado e conta que o PT "teve que aprender a utilizar das mesmas técnicas" dos grupos políticos tradicionais dessas regiões para conseguir penetração nos municípios para além de Aracaju.

Uma de nossas fontes anônimas nos revela que:

> Aqui em Sergipe, cresceu muito a corrupção, como cresceu no mundo todo. Como dizem, a máquina gira melhor com lubrificação. Não tem uma prefeitura que não tenha roubo, porque parte importante do financiamento de campanha é roubo. E cada dia a compra de votos aumenta. Antigamente o assistencialismo resolvia. Em Canindé, 20-30% do eleitorado vota em quem deu dinheiro. Em alguns municípios, há identificação dos eleitores com os grupos, por exemplo em Lagarto. Mas onde não tem isso solidificado (ao redor de famílias), é mais compra de voto. De qualquer modo, avançamos e muito. Em 1946, pegavam eleitores para votar em carros-de-boi, davam as células já preenchidas.

Para o PT, um nome esteve, mais que outros, associado à expansão do partido no interior, o deputado João Daniel. Kátia relembra como ele se tornou forte em diversas regiões, como em São Cristóvão, na Grande Aracaju, no Alto Sertão, em Canindé do São Francisco, e na vizinha, Poço Redondo, influência que desprende da sua posição e atuação como líder do MST no Estado. Figura histórica do PT sergipano, a professora e ex-deputada estadual Ana Lúcia conta que a marca da presença de João Daniel, enquanto referência do PT no interior, foi o abandono do "purismo" de petistas da capital, a favor de alianças vistas como necessárias ou estratégicas. Ela também chama atenção para o papel da igreja católica nos municípios menores, em específico a Teologia da Libertação, que foi vital para a penetração do partido nas camadas mais pobres no interior entre as décadas de 1980 e 1990. A igreja, tão importante para involucrar noções de participação e comunidade na gênese do PT (Sarti, 2006), teria sido também um importante braço do

partido nesses municípios sergipanos, em contraste ao partido formado na capital. Conta-nos Ana Lúcia:

> O PT aqui em Sergipe não foi criado pela classe operária. É um movimento urbano, da capital. Da UFS [Universidade Federal de Sergipe], tanto discentes quanto docentes, e dos bancários. Depois também se conecta à Teologia da Libertação, no Baixo São Francisco, e consegue expandir para o interior. Missionários, freiras, padres belgas, muito conflito de terra, campesinato. Chega o MST sob liderança de João Daniel, vai dar outra concepção de movimento, que não é no discurso purista [sem alianças] que surgiu na capital. O MST, forte, influencia a organização do PT, a maneira do partido fazer política, mais aberto a negociações e partilhas.

Em se tratando de mobilização social, a importância do MST para o PT em Sergipe é inequívoca. Para o jornalista Luiz Eduardo Costa, "o PT quebrou a espinha dorsal do coronelismo, e nessa mudança, o mais importante foi o MST. O fato é que a intocabilidade da terra foi rompida." Ele continua: "Antes, a esquerda era muito pequena; fechar um jornal etc. resolvia. Mas o MST começou a expandir a esquerda". O movimento projeta a visibilidade de Déda para além da capital, onde atuava no movimento estudantil da Universidade Federal de Sergipe. Enquanto recém-formado em Direito, atuou na defesa de presos em ocupações do MST, nos conflitos por terra nas décadas de 1980-1990, no Alto São Francisco. Do mesmo modo, consegue destaque tendo uma grande habilidade de oratória e aproveita a oportunidade, que surge quando há uma "fragmentação acima dele" começando a ocupar mais espaço.

Déda se constrói no cansaço das próprias elites com João Alves, conta Luiz Eduardo Costa: "classe média e oligárquica se juntaram". Abandonando o purismo que inicialmente caracterizou o PT e tecendo alianças, ele consegue se eleger pela primeira vez em 1986. "Déda era bicho grilo e consegue ter votação estrondosa como deputado estadual.

A esquerda passa a ter influência forte", relembra. No entanto, com o passar do tempo, o crescimento do petismo também deu origem ao antipetismo (Samuels; Zucco, 2018), com uma direita que anos depois "se enfureceu e se radicalizou" em Sergipe, segundo conta o jornalista.

Apesar dessa força, Déda não se reelege deputado estadual em 1990. Alguns dos motivos levantados em nossas entrevistas apontam que muitos teriam ficado incomodados com tantas mudanças e alianças, o "bicho-grilo" que agora usava terno. Como conta a petista Ana Lúcia, "Déda não se reelege como deputado estadual porque a maior parte do partido não concordou [com a sua nova candidatura]. Ele tinha feito parte do secretariado da ALESE e isso não pegou bem com o partido". Mas, principalmente, sua derrota eleitoral foi uma das consequências de ter votado a favor da cassação do mandato de prefeito de Jackson Barreto, no final da década de 1980. Segundo Dantas (2002, p. 74), Jackson "identificou Déda como aliado das oligarquias, imagem facilitada pelo acordo que a bancada do PT fizera com o governo no início do mandato", prejudicando as perspectivas eleitorais do petista.

Na visão de Luiz Eduardo Costa, que participou do governo Jackson (2013-2018) no final da década de 1980, "o PT não aceitava o crescimento de Jackson [como liderança popular]", que teria rompido com a esquerda para apoiar o ex-governador Valadares, levando à votação de Déda pela cassação do mandato de prefeito de Jackson em 1988, conforme entrevista realizada pelos autores em janeiro de 2024. Para Luiz Eduardo Costa,

> Jackson foi um líder populista grande – conta o jornalista. – João Alves foi prefeito [no final da ditadura militar] e fez transformações importantes, mas sem visão social. Quem coloca o combate à pobreza como importante é Jackson (...) Jackson [como prefeito] leva alguma dignidade para a população, com água, ruas, escolas, unidades de saúde..., mas o Partido Comunista não conseguiu entrar no chão de fábrica. Antigamente isso de distribuir colchão, filtro etc., era visto como trabalho social do governo, não práticas clientelistas ou de compra de votos. [Naquela

> época], falava-se que Aracaju era 'a Bélgica brasileira', para padrões da época, porque era muito industrializada, tínhamos faculdades. Aracaju sempre votou na oposição. Não mudou muito a dinâmica Aracaju vs. interior em termos de eleitorado (L. E. Costa, comunicação pessoal, janeiro de 2024).

Segundo a ex-deputada petista Ana Lúcia, apesar de ter se tornado uma liderança popular, Jackson, originalmente atrelado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), depois perde credibilidade como figura opositora, enquanto o PT conquista esse espaço alicerçado em alianças. A reeleição de Déda para a prefeitura, em 2004, foi um marco nesse sentido, ao acomodar figuras tradicionais em sua gestão. Déda conseguia implementar políticas públicas que geravam bem-estar para a população, "mas às custas de valores", avalia a ex-deputada em entrevista realizada pelos autores em janeiro de 2024.

Na medida em que nutriu e expandiu alianças, o PT se indispôs com parcelas de sua base social. Do SINTESE, veio muito apoio desde a eleição da liderança sindical Ana Lúcia como deputada estadual na década de 1990, mas, eventualmente, muita oposição, advinda das muitas diferenças que o PT apresenta internamente entre suas diversas tendências ou facções. Ana Lúcia nos conta que "depois de uns dois anos, o sindicato rachou com o [primeiro] governo [Déda] por falta de aumento real de salários e continuou rachado nos governos conservadores subsequentes, de Jackson, Belivaldo e atualmente Mitidieri". Para a jornalista Kátia Santana, Ana Lúcia foi uma política "muito ética e coerente", mas "acabou no ostracismo dentro do PT, por votar contra políticas do próprio Déda, como os benefícios retirados dos professores". O PT também teve muita dificuldade em formar outras lideranças, o que mais tarde viria a gerar desafios para o partido quando figuras carismáticas como Déda já não estavam mais presentes para organizar as disputas.

Chegando ao governo do Estado em 2007, Déda abordou questões sociais de forma inovadora, "transformando favelas em centros de empreendedorismo", conta Luiz Eduardo Costa. Seu discurso era intelectual e inovador, destacando a importância dos programas de habitação

social durante o governo petista. Embora seu estilo de governar fosse conservador, Déda promoveu o crescimento da Petrobras, estabelecendo um centro de pesquisa de petróleo, inaugurando o IFS, além de *Campi* da UFS no interior, investindo em infraestrutura, como rodovias e planejamento territorial, além de impulsionar a projeção de Sergipe. Sua gestão também viabilizou a construção de uma usina térmica na Barra dos Coqueiros, município da Grande Aracaju, contribuindo significativamente para o desenvolvimento do Nordeste. Demonstrando habilidade com empresários, Déda, com o auxílio de Rogério Carvalho, trouxe inovações à saúde. No entanto, escândalos de corrupção envolvendo Carvalho durante esse período lançaram sombras sobre a administração de Déda, o que a professora Ana Lúcia chama de "pecha de corrupto, colocada pela classe dominante", que pesa sob Rogério Carvalho até hoje entre eleitores da capital.

Quando Déda, ao final de sua vida, já está afastado por motivos de saúde, Rogério, sem seu apoio, elege-se presidente do PT estadual, que já vinha fragilizado, conta Luiz Eduardo Costa. Depois de Déda, o PT-Sergipe nunca mais teve a mesma força. Para Ana Lúcia, com as mortes de Déda, em 2013, e José Eduardo Dutra, em 2015, o partido perde suas principais referências políticas, carismáticas e organizadoras dos conflitos internos do partido: "Rogério tinha pragmatismo, mas lhe faltava o carisma de Déda". Mais recentemente, no Senado, Rogério também fica malvisto, após ter votado a favor do orçamento secreto, pois passariam "por ali articulações anteriores à prisão de Lula". Isso foi pesadamente utilizado pela campanha de Fábio Mitidieri ao governo, em 2022. A análise da ex-deputada e liderança petista sobre os motivos da derrota de Rogério de Carvalho conclui que "a máquina governista foi mais forte". Já para Luiz Eduardo, ligado ao grupo governista, a esquerda "se perdeu debatendo os costumes" em uma sociedade sergipana que é majoritariamente conservadora.

Fica claro como as grandes disputas locais não são sobre partidos, mas sim sobre indivíduos, que em sua maioria não deixaram sucessores relevantes. Como uma de nossas fontes comenta, Edvaldo Nogueira é o único que ascende como coadjuvante e se mantém, ao contrário de outras figuras que declinam. Edvaldo, então PCdoB, foi eleito vice de Déda para prefeitura de Aracaju, em 2000, e novamente na eleição de

2004, assumindo a prefeitura quando Déda deixa o cargo para disputar o governo em 2006. Depois disso, Edvaldo é eleito prefeito, em 2008, e retorna ao cargo na eleição de 2016, reelegendo-se em 2020, agora no PDT. Ainda assim, Edvaldo "não transfere votos", conta-nos a jornalista Kátia Santana. Sua dificuldade em acomodar interesses, tanto da oposição quanto de aliados, faz com que sua posição, enquanto herdeiro político de Déda, seja peculiar: tem votos para eleger-se na capital, mas não consegue costurar alianças suficientes para lançar-se como cabeça de chapa para o governo, tampouco pode dizer que tem sido eficaz em transferir votos (isto é, eleger os seus), pelo menos até agora. Outra de nossas fontes, que falou em condição de anonimato, disse que mesmo Edvaldo tendo aprendido a ser pragmático para fazer política, parece que há uma dificuldade dele em lidar com interesses práticos da política. Isso, segundo a fonte, poderia ser um resquício de um purismo da sua época no PCdoB.

As dinâmicas políticas em Sergipe são fortemente influenciadas pela dicotomia entre a capital e o interior, com figuras políticas chave desempenhando papéis significativos, mas, muitas vezes, sem sucessores relevantes. Os avanços de políticas sociais durante os primeiros governos Lula, sobretudo quando Déda estava à frente do governo estadual, deixaram muitas marcas, dentre elas um lulismo que segue fiel a candidatos presidenciáveis petistas (Gráfico 2). No entanto, os grupos políticos que derivam das oligarquias tradicionais seguem no poder, independentemente de quem escolham ou permitam como cabeça de chapa. Com o fortalecimento do antipetismo, tudo que "o grupo governista" precisou fazer, além de deter os recursos que a máquina pública lhe confere, foi convencer a população do seu apoio a Lula, colhendo benefícios sem arcar com os custos do antipetismo.

Hoje, o PT-SE parece – no mínimo – dividido entre dois lados: um encabeçado por Rogério, apoiado por João Daniel, Ana Lúcia e outros nomes históricos do partido no Estado, e outro mais atento e alinhado às movimentações de Edvaldo, Eliane e Márcio Macêdo, com laços mais fortes com o grupo governista. Para Kátia Santana, houve um "esfacelamento do PT por necessidade de sobrevivência pessoal de cada um", pois "políticos de SE não fazem sucessores que têm vida própria. Edvaldo não é sucessor de Déda por sua própria falta de habilidade

política. Esfacelou o PCdoB ao ir para o PDT, levando todo mundo forte; destruiu o partido".

Nossas entrevistas revelaram diversas ocasiões em que os principais atores políticos sergipanos brigaram e fizeram as pazes. Por exemplo, quando Jackson foi cassado, João Alves usou sua rádio para falar mal de Valadares, mas, desde então, já se desentenderam e reataram algumas vezes. Isso ilustra que para entender a política em Sergipe é preciso entender os diversos choques do que é, e sempre foi, com o que poderia ser. O surgimento do PT-SE no purismo da elite intelectual da capital se choca com o pragmatismo do MST no Alto Sertão e o que surge disso entra em rota de colisão e coalizão com os blocos oligárquicos, até então inertes. Com isso, o PT se transforma, "o grupo do poder" se transforma e o Estado se transforma.

As mulheres na política sergipana

As eleições de 2022 marcaram a primeira vez em que uma mulher foi eleita deputada federal por Sergipe. Historicamente, a representatividade feminina em cargos políticos foi mínima no Estado. Dados do TSE[55] mostram que, em Sergipe, a proporção entre eleitores e eleitoras segue a média nacional de aproximadamente 47% de homens e 53% de mulheres. No entanto, essa maioria feminina está longe de se refletir no número de candidatas e representantes eleitas.

Desde 2009, a lei estabelece cota de gênero de pelo menos 30% das candidaturas a cargos proporcionais, mas, apesar disso, a inserção da mulher na política sergipana encontra grande resistência. Como nos conta a ex-deputada petista Ana Lúcia, "a manipulação dos partidos em relação à cota é algo muito sério; essa divisão do fundo eleitoral gera muito conflito". Assim, em pleitos eleitorais em Sergipe, a maioria esmagadora dos eleitos para os cargos de prefeito(a), vereador(a) e deputado(a) estadual foi sempre de homens. Além disso, como já mencionado, até as eleições de 2020, nunca havia sido eleita uma deputada federal por Sergipe, apesar de nos últimos dois pleitos ter sido respeitado[56] o mínimo legal de 30% de candidaturas femininas. Por fim,

55 Estatísticas do eleitorado. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-eleitorado/cruzamento-de-eleitorado . Acesso em: 3 fev. 2024.

56 Vale pontuar que investigação jornalística do The Intercept já apontou como

para o Senado, tivemos apenas uma mulher.

E essa é uma mulher de quem precisamos falar. Maria do Carmo foi senadora da República desde 1999. Maria – ou Dona Maria, como foi muito chamada – era esposa do ex-governador João Alves. Engenheiro civil, João Alves associou seu nome a grandes construções na capital, mas, conta o jornalista e estrategista político Luiz Eduardo Costa, João não tinha muito apreço "pelo social". Na época de João Alves, políticas sociais eram quase exclusivamente pensadas em termos assistencialistas, quando não exclusivamente clientelistas.

A cara do apelo social ao redor de João, sobretudo quando passou a concorrer com Jackson, foi "Dona Maria". Apesar do *marketing* de "homem do povo", com direito a foto com chapéu de couro, era em torno de Maria do Carmo que João conseguia construir uma imagem de preocupado com as mazelas que assolavam a população pobre sergipana, sobretudo no interior.

Nomes femininos na política sergipana estiveram usualmente associados a masculinos. Maria do Carmo era esposa de João; Eliane Aquino era esposa de Déda; Yandra Moura – eleita deputada com estrondosa votação em 2022 – é filha de André Moura[57] [figura importante no grupo governista], e Tânia Soares, a primeira deputada federal do Estado, que não foi eleita, pois assumiu o cargo como suplente de Déda, é esposa de Edvaldo Nogueira.

Para Ana Lúcia, o surgimento na política sergipana de novos nomes femininos com relevância representa "um avanço da esquerda nessa temática, [pois] as mulheres que estiveram na política sergipana vêm de uma visão oligárquica e o patriarcado é muito forte: é sempre só porque é a filha ou esposa de alguém. Maria do Carmo não conseguiu ter autonomia por isso, pois muito cercada pelo seu ambiente familiar [João Alves]". Pensando no Estado como um todo, ela avalia que ainda não

mulheres são usadas por partidos em "candidaturas-laranjas" no país. https://www.intercept.com.br/2018/09/19/partidos-mulheres-laranjas-cota-eleicoes/

57 André Moura é ex-deputado federal e "um dos políticos que mais trouxeram dinheiro federal para Sergipe, por ter sido líder do governo Temer. Tem um grupo político muito grande, com várias prefeituras no Estado. O líder do governo Mitidieri na ALESE é do grupo de Moura", destaca uma de nossas fontes, que preferiu permanecer anônima.

vê "essa força toda [das mulheres] em Sergipe e no PT-SE. As mulheres que de fato conseguem algum espaço precisam de linguagem e proposta masculina, não têm força sem se adequar a esses limites masculinos". Ela continua: "Se você for mulher e não falar forte, não se impõe, não!".

Após a morte de Déda, Eliane Aquino entra para a política ocupando posições de vice, tanto na prefeitura (vice de Edvaldo Nogueira) quanto no governo do Estado (vice de Belivaldo Chagas), mas nunca consegue realmente se projetar. Segundo Luiz Eduardo Costa, "Eliane tinha um andar inteiro [no prédio do governo do Estado] como vice de Belivaldo, mas não soube irradiar essa força; é muito tímida". Já para Kátia Santana, "Eliane não tinha espaço na gestão de Edvaldo quando era vice, [então] não deixou marcas, nunca teve um projeto político. Depois foi Katarina Feitosa a vice, e ela tampouco tinha espaço."

A inserção das mulheres na política sergipana enfrenta desafios persistentes, com a representatividade feminina, muitas vezes, associada a figuras masculinas e à resistência em alcançar autonomia. Assim, apesar dos avanços, a dinâmica política ainda reflete padrões de poder tradicionais, destacando a necessidade de superar barreiras para promover uma participação mais igualitária e independente das mulheres no cenário político do Estado

Assim, as perguntas que ficam para analistas futuros são: Até que ponto mulheres, se eleitas, representarão mudanças em como a política é feita no Estado? Será como o PT, que surge e consegue alterar levemente a órbita dos objetos políticos, mas é capturado e transformado nesse processo? Ou será apenas uma nova expressão do "grupo do poder", de raízes oligárquicas, que compreende a necessidade de se modernizar frente à opinião pública?

Conclusão

Esperamos ter conseguido com estas poucas páginas promover uma contextualização histórica e política por trás da ascensão do PT em Sergipe, uma história que entre 1985-2022 parece ser de ascensão e queda. Desse modo, então, o que explicaria essa dissincronia recente entre votação no PT para presidente e votação no PT nas disputas locais?

O exposto até aqui nos sugere que a população sergipana tem algumas características que a inclinaram naturalmente a identificar-se com

o partido de Lula: seja porque se apresentou como oposição (nacional e localmente); seja porque fatores socioeconômicos se associam à valorização de políticas sociais; seja porque Lula I e II deixaram marcas positivas, quando o *boom* das commodities permitiu investimentos que mudaram a cara de cidades e universidades públicas; seja porque o PT construiu uma identidade partidária entre seus eleitores, com militância de porta em porta; seja porque penetrou no interior com o MST, porque teve força com a CUT, no SINTESE; seja porque comprou voto.

A questão é que o PT precisou jogar o jogo das elites locais para ascender à posição de elite. Grande parte das sergipanas e sergipanos, cansados das oligarquias, decepcionou-se com o partido entre alianças e concessões e a imagem de corrupção nacionalmente. Hoje em dia, a população, que é conservadora em seus costumes, tem mais um motivo para ser contra, já que com a polarização em âmbito nacional (Nunes; Traumann, 2023) o PT acabou puxando para si símbolos progressistas nos costumes. Como revela a reportagem de Anna Virginia Ballousier[58], enquanto a esquerda nacionalmente discutia temas pós-materiais, Bolsonaro falava das dezenas de milhares de assassinatos que acontecem anualmente no Brasil, ainda que sem oferecer soluções adequadas. É nesse contexto que ganha popularidade Valmir de Francisquinho, que "vem das camadas populares, mas representa o coronelismo", na visão da petista Ana Lúcia.

Como destaca uma fonte anônima, "Além do bolsonarismo, Valmir é também uma resposta da sociedade, que expressa um cansaço com o grupo político que está no poder", um grupo que, até meados de 2022, contava também com o PT. Assim, apesar de ser uma população que vota massivamente no PT em disputas presidenciais, há uma desilusão com figuras petistas locais, além de uma nova rejeição entre aqueles mais conservadores nos costumes. Esse cenário aliado à intensificação da compra de voto, "que nunca esteve tão alta", segundo nos conta uma fonte anônima, explica a perda de força do PT – que não teria como competir com as oligarquias estando fora do governo – e, portanto, é

58 Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/binario-livro-sobre-bancada-evangelica-da-corda-para-ringue-ideologico.shtml - Acesso em: 02 de abril de 2024.

parte da explicação por trás da derrota do PT nas eleições para o governo do Estado, em 2022, enquanto o Estado votava massivamente em Lula.

Segundo Ana Lúcia, "nunca houve um petismo, aqui temos um lulismo. Tivemos um dedismo também". O personalismo segue em alta em Sergipe e a dificuldade de líderes como Edvaldo Nogueira em fazer sucessores faz com que a política sergipana continue no caminho de colisões, coalizões e metamorfoses.

Referências

ANDRADE, Ciro Brasil, *et al*. **Vulnerabilidade social no estado de Sergipe**. 2017. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8908/1/Vulnerabilidade%20Sergipe.pdf. Acesso em: 3 fev. 2024.

BONFIM, Fagner dos Santos Bonfim. **Os governadores sergipanos pós-redemocratização do Brasil: modalidades de inserção, processo de recrutamento e investimentos na formação de carreiras políticas.** In: ANAIS DO SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA DA UFS, 2018, São Cristóvão, SE. Anais {...}. São Cristóvão, SE: PPGS/UFS, 2018.

DANTAS, Iberê. **Eleições em Sergipe** (1985-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

DIAS, Deise Ribeiro. **A mídia impressa sergipana nas eleições para governador em 2006:** cobertura do Cinform, Correio de Sergipe e Jornal da Cidade. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

FGV CPDOC. **Jackson Barreto de Lima**: verbete biográfico. Disponível em: https://www18.fgv.br/CPDOC/ACERVO/dicionarios/verbete-biografico/jackson-barreto-de-lima Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro, 2022.

LOPES, Elieno Sérgio Azevedo. Sergipe: o medo venceu a esperança. **Revista TOMO**, n. 4, 2001.

NUNES, Felipe; TRAUMANN, Thomas. **Biografia do abismo:** Como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil. 1ª ed. HarperCollins, 2023.

OBSERVATÓRIO DE SERGIPE. **PIB de Sergipe cresceu 4,3% superando a fase mais aguda da pandemia**, 2023. Disponível em: https://observatorio.se.gov.br/pib-de-sergipe-cresceu-43-superando-a-fase-mais-aguda-da-pandemia/. Acesso em: 3 fev. 2024.

THE INTERCEPT BRASIL. **Mulheres Laranjas**, 2018. Disponível em: https://www.intercept.com.br/2018/09/19/partidos-mulheres-laranjas-cota-eleicoes/. Acesso em: 3 fev. 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Estatísticas do eleitorado*. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-eleitorado/cruzamento-de-eleitorado. Acesso em: 3 fev. 2024.

SAMUELS, David J.; ZUCCO, Cesar**. Partisans, antipartisans, and nonpartisans:** voting behavior in Brazil. Cambridge University Press, 2018.

SARTI, Ingrid. **Da outra margem do rio**. Os partidos políticos em busca da utopia. Rio de Janeiro: Faperj, 2006.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo:** reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

AS ELEIÇÕES ESTADUAIS NA PARAÍBA (1986-2022): DINÂMICAS PARTIDÁRIAS E FORÇAS POLÍTICAS

Clóvis Alberto Vieira de Melo
Fábio Ribeiro Machado
Lara Lanny de Oliveira Silva

Introdução

O presente estudo investiga as dinâmicas políticas e eleitorais no estado da Paraíba, abrangendo o período de 1986 a 2022, com foco nas eleições estaduais e nos partidos políticos como unidade de análise. A proposta é analisar a dinâmica das forças políticas, por meio das lideranças e partidos que disputaram os espaços de poder nas eleições gerais, abrangendo tanto os cargos do Legislativo quanto do Executivo.

Adicionalmente, o desempenho dos partidos na Paraíba é comparado ao desempenho dos mesmos na região Nordeste e no Brasil. Busca-se, assim, identificar diferenças e similaridades entre essas três unidades geográficas, com o intuito de verificar se os padrões locais se repetem ou divergem em relação aos padrões regionais e nacionais.

A pesquisa adotou uma abordagem metodológica mista, articulando procedimentos qualitativos e quantitativos para analisar a trajetória das forças políticas e as dinâmicas eleitorais na Paraíba entre 1986 e 2022. O estudo combinou a reconstituição histórica dos ciclos político-eleitorais estaduais com uma análise estatística comparativa das eleições de 2022, baseada em dados do TSE. A etapa qualitativa envolveu o exame de documentos oficiais, registros de eleições e discursos políticos; a quantitativa concentrou-se no desempenho partidário. Para a classificação ideológica dos partidos, utilizou-se a tipologia de Bolognesi, Ribeiro e

Codato (2022). O recorte espacial prioriza a Paraíba, com comparações pontuais com os contextos regional e nacional, permitindo uma compreensão integrada dos fatores estruturais e conjunturais que moldam a competição política no estado..[59]

A pesquisa se divide em duas partes principais: um retrospecto histórico das eleições estaduais desde a redemocratização, e uma análise detalhada das eleições de 2022.

No retrospecto histórico, destaca-se a evolução das forças políticas no Estado, inicialmente dominadas por dois grandes grupos: os remanescentes da Arena/PDS, associados ao "braguismo" de Wilson Braga, e os opositores à ditadura militar, representados pelo PMDB. Esse período foi marcado por mudanças significativas na política paraibana, com a consolidação do PMDB como força dominante nas primeiras eleições diretas para governador após a ditadura. A trajetória política do Estado revela uma transição gradual, com a emergência de novas lideranças e partidos ao longo das décadas, refletindo as transformações nacionais e regionais.

A análise das eleições de 2022 revela um cenário de intensa competição política e a predominância de partidos como Republicanos, PSB, PL, PP e União Brasil. Esses partidos se destacaram tanto nas eleições proporcionais quanto nas majoritárias, com o PSB elegendo o governador João Azevêdo e o União Brasil conquistando a vaga para o Senado. A análise comparativa entre os desempenhos na Paraíba, no Nordeste e no Brasil revela diferenças marcantes. Enquanto alguns partidos demonstraram uma força regional significativa, como o Republicanos e o PSB, outros apresentaram um desempenho mais diluído no cenário nacional.

Um dos principais achados deste estudo é a discrepância entre o desempenho eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições presidenciais e nas eleições locais. Embora o PT tenha obtido uma expressiva votação na eleição presidencial na Paraíba, refletindo sua base histórica de apoio no Nordeste, seu desempenho nas eleições para deputado estadual e federal foi modesto. Esse fenômeno evidencia a complexidade das dinâmicas eleitorais locais, onde fatores como personalismo

59 Os dados deste trabalho foram extraídos de um arquivo gerado pelo TSE em 2 de março de 2024.

político, alianças pragmáticas e a força das lideranças regionais desempenham um papel crucial.

Este trabalho contribui para a compreensão das particularidades do cenário político paraibano, evidenciando como os processos eleitorais locais se articulam com as dinâmicas regionais e nacionais, oferecendo uma visão aprofundada das transformações políticas no estado da Paraíba ao longo das últimas décadas.

Eleições Estaduais na Paraíba - 1986-2022

Eleições de 1986

A década de 1980 foi um período crucial para a política brasileira, marcada pela transição da ditadura militar para a democracia. O processo de redemocratização, que começou com a eleição indireta de Tancredo Neves, em 1985, e sua subsequente morte, resultou na ascensão de José Sarney à presidência. Esse período foi caracterizado por uma série de reformas políticas e econômicas, incluindo a promulgação da nova Constituição Federal em 1988, que estabeleceu as bases para a estrutura democrática moderna do Brasil.

A nova Constituição promoveu a descentralização do poder e a eleição direta para governadores e prefeitos, o que teve um impacto direto nas eleições estaduais. O final dos anos 1980 também testemunhou a emergência de novos partidos políticos e a consolidação de velhos partidos em um cenário mais competitivo. A eleição de 1986 foi particularmente importante, pois representou a primeira eleição direta para governadores desde o fim da ditadura, e marcou o início de uma nova era política para o Brasil.

As eleições ocorridas para o governo do Estado da Paraíba, no ano de 1986, inserem-se em um contexto que denominamos de "o ciclo da redemocratização". Esse ciclo político teve uma primeira fase (1982-1995) marcada por dois campos políticos, que se agruparam em dois grupos. Os remanescentes da Arena e PDS, que apoiaram a ditadura militar, envoltos com o "braguismo", sob a batuta do líder político Wilson Leite Braga, e os opositores à ditadura civil-militar, reunidos no PMDB: Antônio Mariz, Humberto Lucena e Ronaldo Cunha Lima. Vieira (2023, p. 15).

No plano estadual, no ano de 1982, o PMDB apresentou a candidatura de Antônio Mariz ao governo do Estado, e do ex-governador Pedro Gondim ao Senado Federal, para disputar com Wilson Braga, candidato ao poder executivo, e Marcondes Gadelha ao Senado Federal. Essa é a primeira fase do "ciclo da redemocratização" que se estenderá até as eleições de 1986, quando o então deputado federal Tarcísio de Miranda Burity, oriundo da ARENA, entra no PMDB para ser o candidato do partido ao governo do Estado da Paraíba.

Então, já filiado ao MDB, Burity derrotou todo o esquema de Wilson Braga, da família Ribeiro e Veloso Borges, dos Maia, e todo o esquema tradicional que havia se mantido no poder, na Paraíba, durante o período autoritário sob o Regime Militar. O PMDB, que havia sido uma força importante na oposição à ditadura militar e desempenhou um papel central na transição democrática, dominava a política nacional e estadual. A vitória de Burity refletiu a força do partido em um contexto de redemocratização e renovação política. Ele assumiu o governo em um período de grandes mudanças políticas e econômicas. A sua administração procurou implementar políticas de desenvolvimento regional em consonância com as novas diretrizes estabelecidas pela Constituição de 1988.

Entre 1986 e 1990, as eleições estaduais na Paraíba foram fortemente influenciadas pelo processo de redemocratização do Brasil. A dominância do PMDB na política estadual refletiu a sua importância nacional durante a transição para a democracia. No entanto, o cenário político estava em evolução, com novos desafios econômicos e o surgimento de novos partidos que começariam a moldar o futuro político da Paraíba e do Brasil. Esse período de transição marcou a base para as mudanças políticas subsequentes e as novas dinâmicas eleitorais que se desenvolveriam na década de 1990.

Eleições de 1990

O início da década de 1990 foi um período de significativa transformação política e econômica para o Brasil. A eleição de 1989, que levou Fernando Collor de Mello à presidência, marcou a transição para uma nova fase na política nacional. Collor, um político novo no cenário nacional, foi eleito com uma plataforma de combate à corrupção e de

modernização econômica. Seu governo foi marcado por uma série de reformas estruturais, incluindo o Plano Collor, que visava controlar a hiperinflação, mas também gerou turbulências econômicas e sociais.

A nova Constituição de 1988, que estabeleceu o Estado Democrático de Direito, criou um ambiente de maior descentralização e autonomia para os Estados. Este ambiente permitiu que as eleições estaduais ganhassem ainda mais relevância, com governadores desempenhando papéis cruciais na implementação das políticas públicas e na gestão econômica local.

Durante o governo Collor, o Brasil enfrentou desafios econômicos significativos, como a implementação de reformas fiscais e a luta contra a inflação. O governo Collor passou por um período de instabilidade política e econômica, culminando com o seu impeachment em 1992, que foi seguido pela ascensão de Itamar Franco à presidência.

Em 1990, Ronaldo Cunha Lima, do PMDB, foi eleito governador da Paraíba. Sua eleição refletiu a continuidade do domínio do PMDB no Estado e a estabilidade política que o partido havia conseguido estabelecer. Durante o governo de Cunha Lima, a Paraíba enfrentou o impacto das reformas econômicas federais e a necessidade de adaptação às novas políticas econômicas implementadas pelo Governo Collor.

Entre 1990 e 1994, as eleições estaduais, na Paraíba, foram profundamente influenciadas pelo contexto nacional de instabilidade política e econômica. A reeleição de Ronaldo Cunha Lima refletiu a continuidade do domínio do PMDB no Estado, mas também destacou os desafios enfrentados pelos governadores em um período de reformas econômicas e turbulência política. A influência das políticas federais e a crise econômica nacional moldaram o ambiente político estadual, exigindo uma adaptação constante por parte dos líderes locais. Esse período foi um momento de transição crítica que preparou o terreno para as mudanças políticas e econômicas subsequentes no Brasil.

Eleições de 1994

O período de 1994 a 1998 foi uma fase de significativa transformação econômica e política para o Brasil. Em 1994, o país vivenciou uma grande mudança com a implementação do Plano Real, uma iniciativa econômica do governo do então presidente Itamar Franco, que visava

controlar a hiperinflação que havia assolado o Brasil durante os anos anteriores. O plano, elaborado pelo então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, introduziu uma nova moeda, o real, e implementou uma série de reformas fiscais e monetárias que estabilizaram a economia.

A estabilização econômica gerada pelo Plano Real teve um impacto profundo nas eleições subsequentes, proporcionando um ambiente mais favorável para candidatos que apoiavam políticas de continuidade e estabilidade econômica. A eleição presidencial de 1994 resultou na vitória de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), que foi eleito presidente no segundo turno, com um programa baseado na continuidade das reformas econômicas.

A administração de José Maranhão teve como foco a implementação de políticas de desenvolvimento regional e alinhadas com as políticas federais para maximizar os benefícios econômicos decorrentes da estabilidade monetária e fiscal. A popularidade do Plano Real e a recuperação econômica ajudaram Maranhão a manter o suporte político necessário para sua reeleição.

As eleições estaduais de 1998 também refletiram a influência do cenário nacional. O PSDB, com Fernando Henrique Cardoso como presidente, tinha um forte apoio em nível nacional, e esse apoio se estendeu para o nível estadual. Embora Maranhão fosse do PMDB, sua capacidade de se alinhar com as políticas econômicas bem-sucedidas do governo federal foi um fator importante para sua reeleição. Além disso, a administração de Maranhão beneficiou-se das condições econômicas favoráveis e da percepção de estabilidade que prevalecia no país.

Eleições de 1998

O final dos anos 1990 e início dos anos 2000 foram marcados por desafios econômicos. A crise financeira asiática de 1997 e a crise da Rússia de 1998 tiveram impactos globais que afetaram a economia brasileira. Além disso, a desvalorização do real, em 1999, e a necessidade de ajustes fiscais foram temas centrais na administração de Cardoso. O governo enfrentou críticas e desafios relacionados à gestão econômica e à crescente desigualdade social.

No contexto estadual da Paraíba, o período de 1998 a 2002 foi

dominado por José Maranhão, do PMDB. Maranhão foi reeleito governador, em 1998, em um cenário nacional de continuidade econômica e política. Sua administração buscou aproveitar a estabilidade econômica proporcionada pelo governo federal de Fernando Henrique Cardoso para implementar projetos de desenvolvimento e modernização no Estado.

Durante o governo de Maranhão, a Paraíba enfrentou os desafios impostos pela crise econômica global e a desvalorização do real. Apesar dessas dificuldades, a administração estadual tentou alinhar-se com as políticas federais para garantir investimentos e apoio econômico. Maranhão focou em iniciativas para melhorar a infraestrutura e promover o crescimento econômico regional, ao mesmo tempo em que lidava com as demandas locais por desenvolvimento e serviços públicos.

Eleições de 2002

O PMDB, no pós-1995, se consolidou na principal força política da Paraíba com capacidade para reunir partidos e liderar um projeto de poder, o partido se tornou centro da disputa política, que explodiu após o falecimento do governador Antônio Mariz (1995), deteriorando sua hegemonia que seria um fator crucial nas eleições de 2006. A crise no PMDB se acentuou quando foi aprovado no Congresso Nacional o direito à reeleição para prefeitos e governadores. Isso possibilitou a José Maranhão, o vice do governador Antônio Mariz, a assumir o governo após a morte de Mariz, afetando assim os planos do ex-governador Ronaldo Cunha Lima de lançar seu filho, Cássio, então prefeito de Campina Grande, ao governo estadual na eleição seguinte.

Então tem início a disputa no interior do PMDB pelo governo do Estado. Começa o início de um ciclo que denominamos de ciclo da disputa da gangorra: Maranhão X Cunha Lima nas eleições estaduais vindouras. Essa disputa termina na eleição de 2002, com a vitória de Cássio Cunha Lima (PSDB), filho de Ronaldo Cunha Lima, sobre seu adversário Antônio Roberto de Sousa Paulino (PMDB), à época então governador do Estado. Paulino era vice de José Maranhão, e assumiu o governo após a saída do governador para se candidatar ao Senado Federal.

Em 2009, após o julgamento de embargos impetrados ainda em

2008, o governador Cássio Cunha Lima tem o seu mandato cassado em definitivo, assumindo em seu lugar o segundo colocado nas eleições do ano de 2006, o senador José Maranhão. Este vai para a reeleição, inclusive com o apoio do PT, que indica o vice, Rodrigo Soares, presidente estadual do partido.

Vale ressaltar que, entre 2002 e 2006, as eleições estaduais na Paraíba foram moldadas por um contexto nacional de mudança política e econômica com a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva e do PT à presidência. A eleição de Cássio Cunha Lima, em 2002, e sua reeleição, em 2006, refletiram a influência do PSDB no Estado e a capacidade do governador de alinhar-se com as políticas federais para promover o desenvolvimento regional. O período foi caracterizado por uma combinação de crescimento econômico, modernização estadual e competição política, refletindo as dinâmicas e desafios do cenário nacional.

Eleições de 2006

Em 2006, Cássio Cunha Lima, do PSDB, foi reeleito governador da Paraíba em um cenário de estabilidade e continuidade. Durante seu segundo mandato, Cunha Lima focou em projetos de desenvolvimento estadual e buscou alinhar a administração estadual com as políticas federais do governo de Lula, aproveitando os investimentos e programas do governo federal para promover a infraestrutura e os serviços públicos no Estado.

No entanto, a administração de Cunha Lima também enfrentou desafios políticos e administrativos, que incluíram questões de gestão e conflitos com a oposição. A política estadual foi marcada por uma crescente polarização, refletindo as tensões políticas nacionais.

Em 2009, o governador Cassio Cunha Lima tem seu mandato cassado em definitivo pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE/PB), por suposto uso de um programa social em benefício da sua candidatura à reeleição, e o suposto uso eleitoreiro do Jornal Estatal "A União", durante o período eleitoral de 2006.

Eleições de 2010

A eleição de 2010 foi um ponto de inflexão importante. A vitória de Coutinho representou uma mudança significativa no cenário político

estadual, marcando a ascensão do PSB na Paraíba. A eleição do pessebista foi parte de um movimento mais amplo que refletiu uma nova fase política no Estado e uma maior competição entre os partidos. Silva (2018, p. 58-64). Coutinho, com uma plataforma focada em modernização e desenvolvimento regional, alinhou-se com as tendências de política social e econômica do governo federal, mas também buscou diferenciar sua administração com propostas próprias para a Paraíba.

Já no segundo ano do seu mandato na prefeitura, Coutinho começou sua aproximação com Cássio Cunha Lima, recém-cassado. Então, na eleição de 2010, Ricardo se alia a Cássio (PSDB) e Efraim Moraes (DEM). Com essa estratégia, Coutinho consegue entrar no reduto eleitoral de Campina Grande e do Sertão paraibano, e, assim, derrota José Maranhão. Tudo indicava que Coutinho seria refém de Cássio, já que eleito, dos trinta e seis deputados da Assembleia Legislativa da Paraíba, ele dispunha apenas de 4 deputados, a maioria cassistas e ou aliados de Efraim Moraes (Araújo, 2016, p. 278-279).

Todavia, já no governo, Coutinho se alia a Maranhão para se desvencilhar de Cunha Lima e Moraes. Ou seja, primeiro ele se aliou com Cássio e Efraim contra José Maranhão, e depois se alia a Maranhão para derrotar os outros dois. Dessa forma, ele se consolidou como importante político estadual, mesmo sem tradição política familiar no Estado, ao derrotar os grupos políticos poderosos na Paraíba, assumindo a liderança política no Estado.

Inicia-se um novo ciclo político na Paraíba: o ciclo antioligárquico. O padrão de gerenciamento de Coutinho não era oligárquico. Ele cria dois instrumentos importantes. Como não dispunha do apoio dos deputados da AL/PB, Coutinho criou um programa onde cada município apresentava, por ano, dois ou três projetos prioritários para os municípios. E mais, ele se comprometia a realizar aqueles projetos. Através de plenárias, o governador se reunia diretamente com os 223 prefeitos dos municípios paraibanos, sem necessitar da intermediação dos deputados estaduais. Como Coutinho não tinha acesso aos municípios, porque cada município tinha seus prefeitos e lideranças locais que dominavam politicamente suas localidades, Coutinho criou o Orçamento Democrático (OD), e atuou diretamente nos municípios através das plenárias (Silva, 2018, p. 67-68).

No plano nacional, o período de 2010 a 2014 foi caracterizado por uma continuidade e expansão das políticas iniciadas no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, com Dilma Rousseff, do PT, assumindo a presidência em janeiro de 2011. Rousseff, a primeira mulher a ocupar o cargo de presidente do Brasil, foi eleita com uma plataforma de continuidade das políticas sociais e econômicas de Lula, com ênfase em programas de inclusão social, infraestrutura e desenvolvimento econômico.

Eleições de 2014

Em 2014, Ricardo Coutinho, do PSB, foi reeleito governador da Paraíba, iniciando seu segundo mandato em um contexto de desafios econômicos e políticos. Durante esse período, Coutinho continuou a implementar políticas de desenvolvimento regional e infraestrutura, alinhando-se com as prioridades do governo federal enquanto enfrentava as consequências da crise econômica nacional.

A administração de Coutinho focou em melhorar a qualidade dos serviços públicos e em projetos de infraestrutura, como a construção de escolas e hospitais, além de promover a modernização do Estado. No entanto, a crise econômica e as dificuldades fiscais também impactaram a capacidade do governo estadual de implementar alguns de seus projetos.

No tocante às relações de poder, por ocasião das eleições de 2014, Cássio Cunha Lima, quando foi derrotado por Coutinho, viu seu capital político erodir ao não se reeleger para uma das duas vagas em disputa para o Senado em 2018, ocupando o quarto lugar no escrutínio.

Eleições de 2018

Em 2018, as eleições estaduais, na Paraíba, foram influenciadas por um ambiente político nacional turbulento. As eleições foram marcadas por uma crescente polarização e pelo impacto das crises econômicas e políticas em curso. O cenário nacional também trouxe novos atores políticos e partidos à cena, refletindo a insatisfação pública com o *status quo* e a busca por alternativas.

Em 2018, o Brasil vivenciou uma eleição presidencial marcada por um ambiente de alta polarização e insatisfação popular com o *status quo*. Jair Bolsonaro, do PSL (Partido Social Liberal), foi eleito presidente em

um segundo turno contra Fernando Haddad, do PT (Partido dos Trabalhadores). Bolsonaro, um ex-militar e deputado federal, trouxe uma plataforma de mudança radical, enfatizando o combate à corrupção, segurança pública e reformas econômicas liberais.

Nesse contexto, no plano estadual, o PSB, liderado por Ricardo Coutinho, teve um papel significativo nas eleições de 2018, com o partido buscando manter a influência no Estado. A disputa eleitoral foi marcada por uma competição intensa e mudanças no cenário político, refletindo as dinâmicas nacionais e regionais. A eleição estadual de 2018 foi um momento de transição, com novos candidatos e partidos emergindo no cenário político.

Na corrida para o governo do Estado, Coutinho escolhe seu secretário da Superintendência de Planejamento – SUPLAN, João Azevedo para a disputa. Um técnico que conhecia profundamente os 223 municípios, haja vista possuir ampla informação dos problemas de cada município e das secretarias do Estado. Durante os 8 anos do governo de Ricardo Coutinho, João Azevedo foi o gerente das obras do Estado. E, nesse contexto, João Azevedo é eleito governador. A ascensão de Ricardo Coutinho e João Azevedo, mais que tudo, é resultado do grande movimento de mudança política e social que viveram o Nordeste e a Paraíba na última década.

No meio do governo de João Azevedo, alguns fatos impactaram a política estadual: Coutinho rompe com o governador, alegando incompetência e lentidão administrativa, e Coutinho foi formalmente acusado de corrupção, chegando a ser preso. Esses episódios atingiram fortemente sua liderança política, sua imagem política, pois ele gozava de reputação como político incorruptível. O impacto desse evento na liderança política de Coutinho foi devastador.

A eleição de João Azevêdo, em 2018, representou a continuidade das políticas de modernização e desenvolvimento promovidas pelo PSB, enquanto o governo estadual enfrentou os desafios da crise global e as demandas emergenciais causadas pela pandemia.

Eleições de 2022

Em 2022, a eleição estadual na Paraíba foi marcada por uma significativa competição política e mudanças no cenário local. João Azevêdo, do

PSB, buscava a reeleição para o cargo de governador. Azevêdo havia assumido o governo em 2019, sucedendo Ricardo Coutinho, e sua administração enfrentou os desafios impostos pela pandemia de COVID-19, além de continuar com as políticas de desenvolvimento e modernização implementadas anteriormente.

A principal concorrência para João Azevêdo foi Pedro Cunha Lima, do PSDB, que representou uma oposição significativa ao governo estadual. Pedro Cunha Lima, filho do ex-governador Cássio Cunha Lima, trouxe uma plataforma que prometia uma nova abordagem para os desafios do Estado, focando em desenvolvimento econômico, inovação e melhorias nos serviços públicos. Além de Pedro, concorreu também o Senador Veneziano Vital do Rego que, como João Azevedo, apoiou Lula na campanha presidencial.

Um ponto que merece destaque no segundo turno da eleição de 2022 foi a aliança, no segundo turno, entre Pedro Cunha Lima e Veneziano Vital do Rego para enfrentar a chapa do então governador João Azevêdo. Esse movimento marcou uma aproximação entre dois grupos tradicionalmente rivais, os Cunha Lima e os Vital do Rego, que, há décadas, atuam em Campina Grande, o segundo maior colégio eleitoral do Estado. No entanto, mesmo com essa aliança, Pedro Cunha Lima não conseguiu derrotar o governador João Azevêdo, que terminou sendo reeleito.

A eleição de 2022, na Paraíba, também foi influenciada pelo cenário nacional, com a polarização política refletindo nas campanhas e nas posições dos candidatos. A disputa entre Azevêdo e Cunha Lima não apenas refletiu as dinâmicas locais, mas também as tendências nacionais, com debates sobre políticas públicas e alianças políticas alinhadas com os partidos e candidatos em nível federal.

Nacionalmente, essas últimas eleições ocorreram em um contexto de grandes transformações políticas e sociais. Após quatro anos de governo de Jair Bolsonaro, o país enfrentava uma série de desafios, incluindo uma crise econômica persistente, uma gestão controversa da pandemia de COVID-19 e uma crescente polarização política.

O ambiente político de 2022 foi marcado por uma forte polarização entre as forças políticas alinhadas com Bolsonaro e aquelas opostas ao seu governo. A eleição presidencial foi o ponto central das disputas

políticas, com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, desafiando a reeleição de Bolsonaro. A eleição presidencial foi altamente competitiva e polarizada, refletindo o profundo divisionismo político no país.

Participação e Desempenho Partidário na Paraíba nas Eleições de 2022

Em 2022, os partidos políticos lançaram 624 candidatos no estado da Paraíba, distribuídos entre quatro cargos eletivos que, juntos, disputavam 50 vagas (Tabela 1). Embora o cargo de deputado estadual tenha registrado, em termos absolutos, o maior número de candidatos, a maior concorrência foi observada para o cargo de deputado federal, com uma média de 17,58 candidatos por vaga, índice superior ao da média do Nordeste, mas inferior à média nacional. Destaca-se, ainda, a disputa para o cargo de deputado estadual, na qual a Paraíba apresenta uma relação candidato-vaga significativamente inferior à média nacional.[60]

Tabela 1 – Estatística Descritiva dos Candidatos e Eleitos para Cargos Públicos na Eleição de 2022

Unidade geográfica	**Variável**	**Cargo**			
		Deputado Estadual	**Deputado Federal**	**Senador**	**Governador**
Paraíba	Número de candidatos	398	211	7	8
	Candidatos eleitos	36	12	1	1
	Candidatos/ vagas	11,06	17,58	7,00	8,0

60 Para efeito de análise, os candidatos a deputados distritais foram classificados no grupo de deputados estaduais.

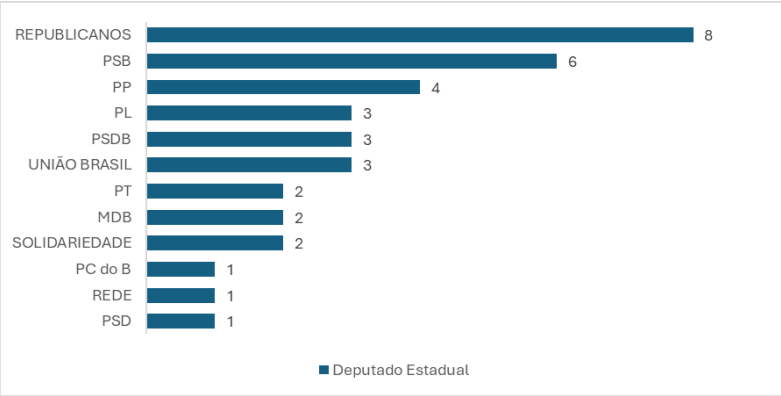
Nordeste	Número de candidatos	3.870	2.619	55	70
	Candidatos eleitos	341	151	9	9
	Candidatos/ vagas	11,35	17,34	6,11	7,77
Brasil	Número de candidatos	16.130	9.683	213	211
	Candidatos eleitos	1.059	513	27	27
	Candidatos/ vagas	15,23	18,88	7,89	7,81

Fonte: TSE.

Partidos como Republicanos, PSB, PL, PP e União Brasil dominaram o cenário político na Paraíba. Essas legendas conseguiram eleger um número expressivo de deputados estaduais e federais, demonstrando uma força regional que, em alguns casos, não se reflete com a mesma intensidade no restante do Nordeste ou no Brasil como um todo. O PSB e o União Brasil destacaram-se particularmente nas eleições majoritárias, elegendo, respectivamente, o governador do Estado e o senador.

A Assembleia Legislativa do Estado apresenta uma composição partidária bastante fragmentada. Dos 19 partidos que disputaram vagas, 12 conseguiram representação. O Republicanos emergiu como o partido mais forte, conquistando 8 cadeiras na Assembleia Legislativa, seguido pelo PSB, que obteve 6 cadeiras (Gráfico 1). Partidos tradicionalmente influentes no Estado, como o MDB e o PSDB, tiveram um desempenho mais modesto, conquistando 2 e 3 cadeiras, respectivamente.

Gráfico 1 - Número de Cadeiras na Assembleia Legislativa da Paraíba por Partido Político – 2022



Fonte: TSE.

No âmbito da eleição para deputado federal, o Republicanos também se destacou na Paraíba, conquistando 3 cadeiras, seguido pelo PL e PP, com 2 cadeiras cada (Gráfico 2). Esse cenário revela uma concentração de poder em partidos que, embora tenham significativa influência local, apresentam uma força mais diluída quando observados em âmbito nacional.

É interessante notar que, apesar de o PT ter alcançado a segunda maior bancada na Câmara dos Deputados e ter eleito o presidente da República naquela eleição, inclusive obtendo a maioria dos votos na Paraíba, o partido não liderou a ocupação de vagas para deputado estadual e deputado federal no Estado. Isso sugere que a força eleitoral do partido para ocupar cargos eletivos locais não coincide com seu desempenho nas eleições presidenciais na mesma unidade geográfica. Portanto, há uma discrepância no desempenho do PT entre as eleições presidenciais e as eleições locais.

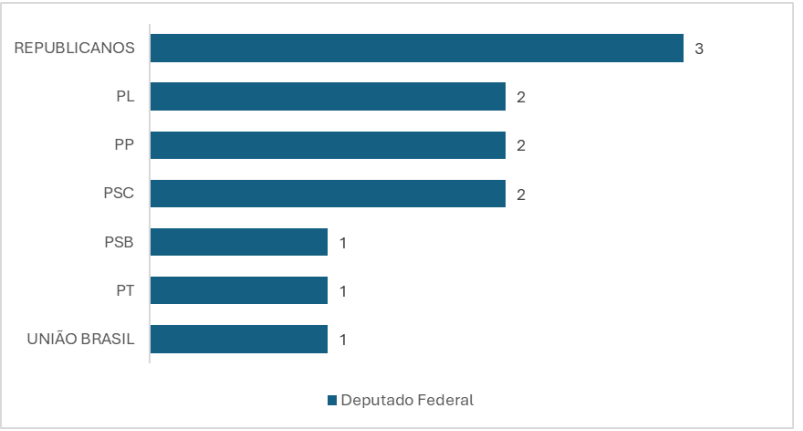
Essa discrepância pode ser explicada pela natureza distinta das eleições majoritárias e proporcionais. Nas eleições presidenciais, o eleitor tende a votar em um candidato com maior visibilidade, beneficiado por uma campanha nacional mais estruturada, onde o PT tradicionalmente

possui forte presença e mobilização. A figura do candidato à presidência, como Lula, exerce um apelo significativo, especialmente no Nordeste, onde o PT conta com uma base histórica de apoio devido às políticas sociais implementadas durante os governos do partido.

Já nas eleições para cargos legislativos, como deputado estadual e federal, a dinâmica é diferente. A eleição proporcional depende fortemente da força local dos candidatos, do trabalho de base e das alianças com lideranças regionais. Na Paraíba, o PT pode enfrentar desafios devido a menor presença de líderes locais influentes, o que impacta sua capacidade de eleger candidatos para os legislativos estadual e federal.

Ademais, aspectos como a natureza personalista da política brasileira, a falta de coesão ideológica dos partidos, alianças pragmáticas, volatilidade eleitoral e regionalismo podem contribuir para explicar esse fenômeno.

Gráfico 2 - Número de Cadeiras Conquistadas na Câmara Federal por Partido Político – 2022



Fonte: TSE.

Na eleição de 2022, dos 32 partidos que participaram do pleito, apenas 19 lançaram candidatos ao cargo de deputado estadual na Paraíba,

enquanto 26 partidos apresentaram candidatos para deputado federal (Tabela 2). Vale ressaltar que a grande maioria dos partidos que não lançaram candidatos para os cargos de deputado estadual e deputado federal foram aqueles que não atingiram as cláusulas de desempenho estabelecidas naquela eleição. Em contraste, ao considerar as candidaturas no âmbito da região Nordeste e do Brasil como um todo, observa-se que todos os partidos participaram do processo eleitoral.

Tabela 2 - Candidatos e Eleitos para Cargos Legislativos por Partido e Espectro[61] Ideológico – Paraíba - 2022

Espectro	Partido	Paraíba								
		Deputado Estadual			Deputado Federal			Senador		
		N	Eleitos	%	N	Eleitos	%	N	Eleitos	%
Esquerda	PCdoB	6	1	2,78	2	0	0,00			
	PCB									
	PCO				3	0	0,00			
	PDT	3	0	0,00	8	0	0,00	1	0	
	PSB	21	6	16,67	13	1	8,33	1	0	
	PSOL	12	0	0,00	2	0	0,00	1	0	
	PSTU									
	PT	28	2	5,56	8	1	8,33	1	0	
Centro	CIDADANIA									
	PV				2	0	0,00			
	REDE	24	1	2,78	11	0	0,00			

61 Para a classificação ideológica dos partidos políticos neste trabalho, foram utilizados os parâmetros elaborados por Bolognesi, Ribeiro e Codato (2022), com algumas adaptações. Os partidos inicialmente classificados como extrema-esquerda, esquerda e centro-esquerda foram reclassificados como 'esquerda'. Aqueles classificados como 'centro' mantiveram essa denominação. Por sua vez, os partidos classificados como centro-direita, direita e extrema-direita foram reclassificados como 'direita. Embora essa simplificação possa resultar em alguma perda de nuances específicas, ela é compensada pela clareza que oferece na interpretação dos dados e na identificação de padrões gerais, que é o objetivo desse trabalho.

Direita	AGIR	18	0	0,00	8	0	0,00			
	AVANTE				9	0	0,00			
	DC	25	0	0,00	2	0	0,00			
	MDB	32	2	5,56	13	0	0,00			
	NOVO									
	PATRIOTA				10	0	0,00			
	PL	34	3	8,33	12	2	16,67	1	0	
	PMB	16	0	0,00	9	0	0,00			
	PMN									
	PODE				3	0	0,00			
	PP	14	4	11,11	11	2	16,67			
	PROS				3	0	0,00			
	PRTB	15	0	0,00	11	0	0,00	1	0	
	PSC				13	2	16,67			
	PSD	14	1	2,78						
	PSDB	34	3	8,33	5	0	0,00			
	PTB	19	0	0,00	12	0	0,00			
	REPUBLICANOS	21	8	22,22	13	3	25,00			
	SOLIDARIEDADE	34	2	5,56	12	0	0,00			
	UNIÃO BRASIL	28	3	8,33	13	1	8,33	1	1	100,00
	UP				3	0	0,00			
Total		398	36	100,00	211	12	100,00	7	1	100,00

Fonte: TSE.

Observa-se que, embora o Republicanos seja o partido mais forte localmente, seus números em âmbito regional e nacional são bastante modestos em comparação com outros partidos de forte presença no Estado, como o PP, PL e União Brasil. O PSB, partido do governador, demonstrou uma presença significativa na região, mas menor em nível nacional.

É importante destacar que o PSB, um dos partidos mais influentes no Estado, é o único entre os mencionados que se posiciona no espectro ideológico de esquerda. Os demais partidos citados são classificados como de direita. A princípio, essa situação poderia ser vista como uma discrepância, considerando que o eleitorado elegeu um governador de esquerda, enquanto optou por deputados estaduais e federais de direita. No entanto, o que prevaleceu no Estado foi o pragmatismo nas estratégias de alianças partidárias, um fenômeno comum em eleições locais. O

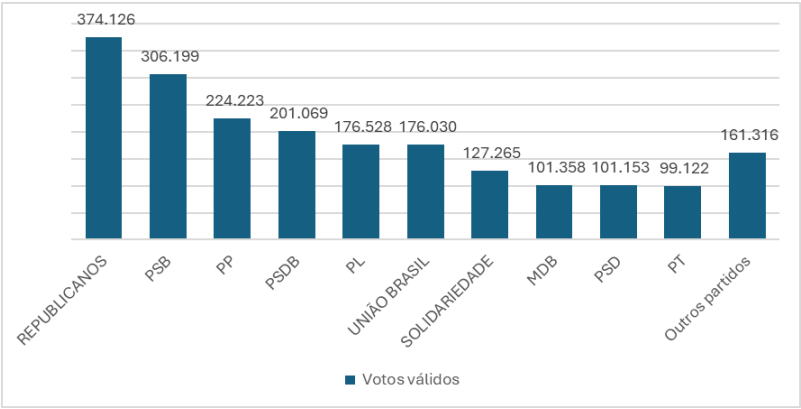
PSB coligou-se com uma ampla gama de partidos, incluindo o Republicanos, PP e PL, além de outros sete partidos de direita: Agir, Avante, PSD, Solidariedade, Podemos, Patriota e Pros. Esse quadro sugere que o aspecto ideológico teve pouca influência na decisão do eleitorado, com a junção de lideranças e estrutura partidária sendo os fatores determinantes para o aparente paradoxo.

Panorama da Distribuição de Votos Partidários no Legislativo

Em 2022, no Brasil, havia 156.454.011 eleitores aptos a votar. No estado da Paraíba, esse número era de 3.091.684. Desses, foram registrados 2.048.389 votos válidos para deputado estadual, 2.120.451 para deputado federal e 1.571.165 para senador.

Na eleição para deputado estadual, 92,12% dos votos concentraram-se em dez partidos políticos, com 44% dos votos sendo destinados apenas aos três primeiros partidos (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Os dez Partidos mais Votados para Deputado Estadual na Paraíba – 2022

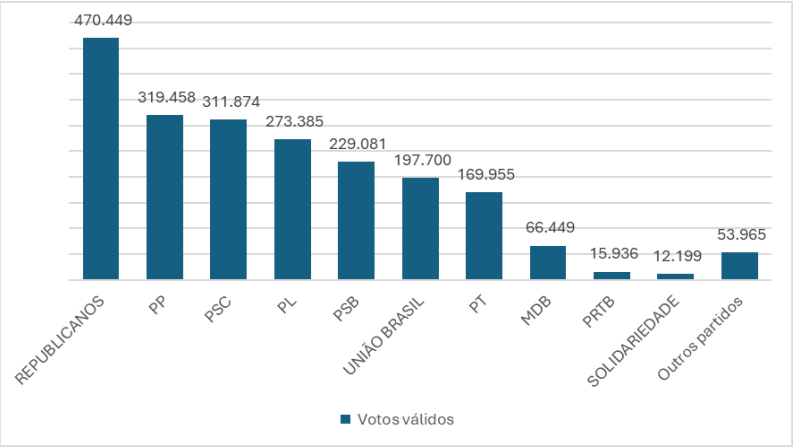


Fonte: TSE.

Na eleição para deputado federal, os dez partidos mais votados concentraram 97,45% dos votos, com os três primeiros acumulando

aproximadamente 52% (Gráfico 4). Esse cargo apresenta um cenário de maior concentração de votos, apesar de um número maior de partidos ter recebido votos em comparação com a eleição para deputado estadual.

Gráfico 4 – Os dez Partidos mais Votados para Deputado Federal na Paraíba – 2022

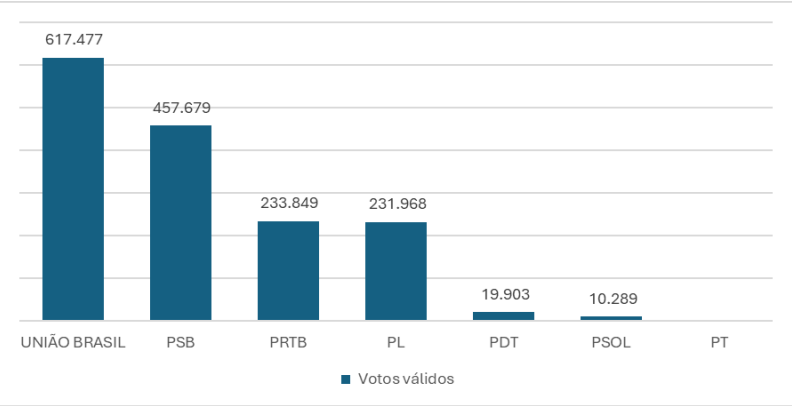


Fonte: TSE.

Na eleição para senador, o União Brasil conquistou a única vaga disponível, elegendo o então deputado Efraim de Araújo Morais Filho, que obteve 39,30% dos votos, seguido pela candidata do PSB, Yasnaia Pollyanna Werton Dutra, que alcançou 29,13% dos votos. O União Brasil adotou uma estratégia focada na eleição para o Senado, obtendo um desempenho modesto para deputado estadual e um resultado tímido para deputado federal.

Além disso, o ex-governador Ricardo Coutinho participou do pleito para o Senado Federal, mas seus 431.457 votos foram anulados devido a acusações de abuso de poder político. Por esse motivo, a votação do PT não está representada no gráfico abaixo.

Gráfico 5 – Votação dos Partidos na Disputa pelo Senado Federal - Paraíba – 2022



Fonte: TSE.

Em termos ideológicos, a maioria dos eleitores da Paraíba optou por partidos classificados como de direita. Para o cargo de deputado estadual, essa preferência alcançou 74,27%, enquanto para deputado federal foi ainda maior, chegando a 79,75%, conforme indicado na Tabela 3.

Tabela 3 - Número de Votos Válidos por Partido e Espectro Ideológico para Cargos Legislativos na Paraíba - 2022

Espectro	Partido	Paraíba					
		Deputado Estadual		Deputado Federal		Senador	
		Votos	%	Votos	%	Votos	%

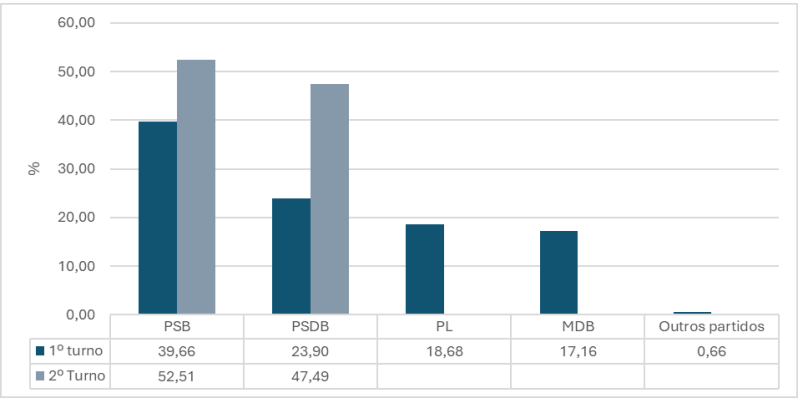
Esquerda	PCdoB	47.217	2,31	3.778	0,18		
	PCB						
	PCO			0	0,00		
	PDT	2.361	0,12	6.007	0,28	19.903	1,27
	PSB	306.199	14,95	229.081	10,80	457.679	29,13
	PSOL	8.064	0,39	5.419	0,26	10.289	0,65
	PSTU						
	PT	99.122	4,84	169.955	8,02	-	0,00
Centro	CIDADANIA						
	PV			977	0,05		
	REDE	64.105	3,13	10.717	0,51		
Direita	AGIR	4.146	0,20	686	0,03		
	AVANTE			4.488	0,21		
	DC	6.409	0,31	46	0,00		
	MDB	101.358	4,95	66.449	3,13		
	NOVO						
	PATRIOTA			1.684	0,08		
	PL	176.528	8,62	273.385	12,89	231.968	14,76
	PMB	8.202	0,40	451	0,02		
	PMN						
	PODE			1.195	0,06		
	PP	224.223	10,95	319.458	15,07		
	PROS			305	0,01		
	PRTB	13.369	0,65	15.936	0,75	233.849	14,88
	PSC			311.874	14,71		
	PSD	101.153	4,94				
	PSDB	201.069	9,82	5.216	0,25		
	PTB	7.443	0,36	9.587	0,45		
	REPUBLICANOS	374.126	18,26	470.449	22,19		
	SOLIDARIEDADE	127.265	6,21	12.199	0,58		
	UNIÃO BRASIL	176.030	8,59	197.700	9,32	617.477	39,30
	UP			3.409	0,16		
Total		2.048.389	100,00	2.120.451	100,00	1.571.165	100,00

Fonte: TSE.

Panorama da Distribuição de Votos Partidários para o Executivo

Nas eleições de 2022 para governador, oito candidatos disputaram o pleito, sendo quatro de partidos de esquerda e quatro de direita (Tabela 4). No primeiro turno, os principais concorrentes foram o então governador João Azevedo (PSB), Pedro Cunha Lima (PSDB), Nilvan Ferreira (PL), apoiado pelo presidente à época, Jair Bolsonaro, e Veneziano Vital do Rego. No segundo turno, João Azevedo (PSB) e Pedro Cunha Lima (PSDB) foram os candidatos mais votados, com João Azevedo sendo reeleito.

Gráfico 6 – Percentual de Votos Válidos Para o Cargo de Governador por Partido



	PSB	PSDB	PL	MDB	Outros partidos
1º turno	39,66	23,90	18,68	17,16	0,66
2º Turno	52,51	47,49			

Político – Paraíba 2022

Fonte: TSE.

O PSB, além de eleger o governador da Paraíba, também conquistou o governo do Maranhão, posicionando-se como uma força política relevante na região Nordeste, superado apenas pelo PT, que elegeu quatro governadores. O partido ainda garantiu o governo do Espírito Santo. No Nordeste, o PSB alcançou o terceiro lugar em volume de votos no primeiro turno (Tabela 4), enquanto, em âmbito nacional, obteve a oitava posição. Esses resultados demonstram a força do PSB em contextos locais e regionais, embora seu impacto nacional seja relativamente

mais modesto.

Tabela 4 - Número de Votos Válidos por Partido e Espectro Ideológico para Governador na Paraíba – 2022

Espectro	Partido	Paraíba					
		N	Eleitos	1º Turno		2º Turno	
				Votos	%	Votos	%
Esquerda	PCdoB						
	PCB						
	PCO	1	0	0	0,00		
	PDT						
	PSB	1	1	863.174	39,66	1.221.904	52,51
	PSOL	1	0	9.567	0,44		
	PSTU	1	0	978	0,04		
	PT						
Centro	CIDADANIA						
	PV						
	REDE						

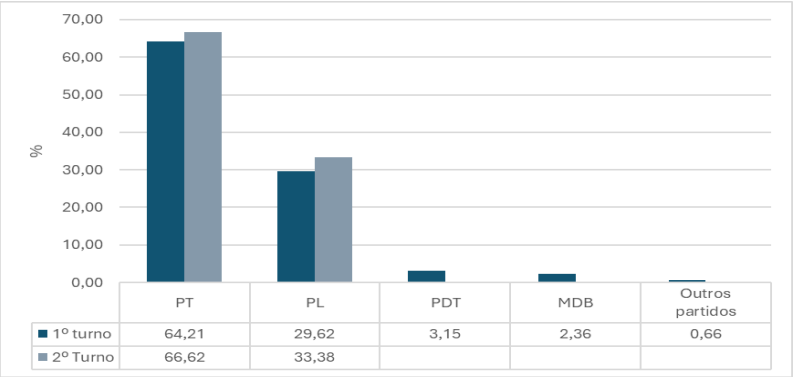
	AGIR						
	AVANTE						
	DC						
	MDB	1	0	373.511	17,16		
	NOVO						
	PATRIOTA						
	PL	1	0	406.604	18,68		
	PMB						
	PMN						
	PODE						
	PP						
	PROS						
	PRTB	1	0	2.455	0,11		
	PSC						
	PSD						
	PSDB	1	0	520.155	23,90	1.104.963,0	47,49
	PTB						
	REPUBLICANOS						
Direita	SOLIDARIEDADE						
	UNIÃO BRASIL						
	UP						
Total		8	1	2.176.444	100,00	2.326.867	100,00

Fonte: TSE.

Embora o PT tenha apresentado um desempenho modesto na conquista de cargos eletivos na Paraíba, a situação foi distinta na eleição presidencial. No primeiro turno, o PT obteve mais do que o dobro de votos em relação ao segundo colocado, alcançando 1.554.868 (64,21%) votos contra 717.416 (29,62%), uma diferença de aproximadamente 837 mil votos, conforme ilustrado no Gráfico 7 e Tabela 5. No segundo turno, embora a diferença percentual tenha diminuído ligeiramente devido ao aumento mais expressivo dos votos para o candidato do PL, a vantagem do PT permaneceu substancial. Esse resultado evidencia a clara preferência do eleitorado paraibano pelo candidato do PT à

presidência.

Gráfico 7 - Percentual de Votos Válidos para o Cargo de Presidente por Partido Político – Paraíba – 2022



Fonte: TSE.

Ao analisar a votação do PT no Nordeste, observa-se que o padrão identificado na Paraíba se intensifica. No primeiro turno, o PT alcançou 66,76% dos votos, enquanto o PL obteve 26,97%, resultando em uma diferença absoluta de 12.965.745 votos (Tabela 5). De forma similar ao ocorrido na Paraíba, essa diferença diminuiu para 12.572.020 votos no segundo turno. Contudo, esse fenômeno não se replicou no cenário nacional. Embora a vantagem de Lula sobre Bolsonaro tenha sido menor no primeiro turno em comparação com a Paraíba e o Nordeste, ainda se mostrou significativa, com uma diferença de 48,43% para 43,20%, ou seja, 6.187.159 votos a mais para o candidato do PT. No segundo turno, essa diferença foi substancialmente reduzida, com o candidato do PT obtendo 50,90% dos votos, contra 49,10% do candidato do PL.

Tabela 5 - Número de Votos Válidos por Partido e Espectro Ideológico para Presidente na Paraíba - 2022

Espectro	Partido	Paraíba			
		1º Turno		2º Turno	
		Votos	%	Votos	%
Esquerda	PCdoB				
	PCB	634	0,03		
	PCO				
	PDT	76.225	3,15		
	PSB				
	PSOL				
	PSTU	332	0,01		
	PT	1.554.868	64,21	1.601.953	66,62
Centro	CIDADANIA				
	PV				
	REDE				
Direita	AGIR				
	AVANTE				
	DC	283	0,01		
	MDB	57.154	2,36		
	NOVO	3.996	0,17		
	PATRIOTA				
	PL	717.416	29,62	802.502	33,38
	PMB				
	PMN				
	PODE				
	PP				
	PROS				
	PRTB				
	PSC				
	PSD				
	PSDB				
	PTB	1.489	0,06		
	REPUBLICANOS				
	SOLIDARIEDADE				
	UNIÃO BRASIL	8.713	0,36		
	UP	578	0,02		
Total		2.421.688	100,00	2.404.455	100,00

Fonte: TSE.

CONCLUSÕES

Este estudo sobre as eleições estaduais, na Paraíba, entre 1986 e 2022, fornece uma visão abrangente das dinâmicas político-eleitorais no Estado, destacando as mudanças significativas na estrutura de poder local e as implicações dessas transformações para a política regional e nacional. Ao longo desse período, a Paraíba passou por um processo de redemocratização e consolidação partidária, marcado pela disputa entre dois grandes grupos políticos no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 e, posteriormente, pela fragmentação e diversificação do cenário

político-partidário.

A análise histórica revelou que o ciclo da redemocratização, iniciado com a primeira eleição direta para governador em 1982, foi fundamental para o estabelecimento de novas forças políticas no Estado. O domínio inicial do PMDB, que desempenhou um papel central na transição democrática, foi gradualmente desafiado por novas lideranças e partidos que emergiram ao longo das décadas seguintes. Esse processo de transformação foi particularmente evidente nas eleições de 2002, quando a ascensão de Cássio Cunha Lima representou uma ruptura com o ciclo de poder anterior, marcando o início de um período de intensa polarização política na Paraíba.

Na eleição de 2022, observamos um cenário caracterizado pela fragmentação partidária e pela competição acirrada entre diferentes forças políticas. O desempenho dos partidos Republicanos, PSB, PL, PP e União Brasil, que dominaram as eleições tanto para os cargos proporcionais quanto para os majoritários, revela a complexidade das dinâmicas eleitorais no Estado. Enquanto o PSB conseguiu eleger o governador João Azevêdo, reafirmando sua posição como uma força política significativa na Paraíba, o União Brasil destacou-se na eleição para o Senado, conquistando uma vitória importante que consolidou sua presença regional.

A comparação entre os resultados eleitorais na Paraíba, no Nordeste e no Brasil revelou diferenças significativas nas estratégias e no desempenho dos partidos políticos. Partidos como o Republicanos e o PSB, que possuem forte presença local e regional, demonstraram uma capacidade de adaptação às particularidades do cenário paraibano, o que nem sempre se refletiu em uma presença nacional igualmente forte. Esse contraste sugere que, apesar das tendências nacionais, as dinâmicas locais continuam a desempenhar um papel determinante na definição dos resultados eleitorais no Estado.

Por fim, este estudo contribui para a compreensão das dinâmicas políticas na Paraíba, ao longo de mais de três décadas, evidenciando as complexidades e nuances do processo eleitoral no Estado. A trajetória política paraibana, marcada por ciclos de poder, alianças estratégicas e a ascensão de novas forças políticas, oferece um microcosmo das transformações mais amplas ocorridas no Brasil durante o mesmo período.

Ao destacar as especificidades do cenário político paraibano, este trabalho não apenas ilumina as particularidades de um Estado nordestino, mas também oferece *insights* valiosos para o entendimento das dinâmicas políticas regionais e nacionais no Brasil contemporâneo.

Assim, ao analisar as eleições estaduais, na Paraíba, entre 1986 e 2022, podemos observar que, embora o Estado tenha seguido algumas das tendências gerais observadas no Nordeste e no Brasil, também apresentou dinâmicas únicas que moldaram sua trajetória política. Esses resultados enfatizam a importância das especificidades locais ao estudar o comportamento eleitoral e a evolução dos partidos políticos em contextos regionais. A política paraibana, com sua rica história de competição e mudança, continuará a ser um campo fértil para estudos futuros, contribuindo para uma compreensão mais profunda das forças que moldam o cenário político brasileiro.

Referências

ARAÚJO, H. N. (2010). Paraíba: O reordenamento da dicotomia política. In H. Cortez & J. A. Spinelli (Orgs.), **Nordeste 2010. Os sentidos do voto II: Análises interpretativas dos resultados eleitorais nos estados do Nordeste (pp. 261-321).** Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco.

BOLOGNESI, B., RIBEIRO, E., & CODATO, A. (2022). Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. *Dados:* **Revista de Ciências Sociais**, *66(2),* e20210164. https://doi.org/10.1590/dados.2023.66.2.303

SILVA, L. L. de O. (2018). **A relação Executivo-Legislativo no Estado da Paraíba: O controle da agenda da Lei Orçamentária** – *2011-2014* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Repositório Institucional da UFRN. https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/26445

VIEIRA, F. L. (2023). **Paraíba: História de um novo ciclo político** *(2009-2018).* João Pessoa, PB: Edição do autor.

SOBRE OS AUTORES

Alan Lacerda
Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Mestrado e Doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Professor Associado do Instituto de Políticas Públicas e docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN. Estágio pós-doutoral na Universidade de Cambridge. Temas de pesquisa: instituições políticas, formas de governo, sistemas de governo, eleições e sistemas eleitorais e política regional.

Ananda Marques
Graduação em Ciências Sociais e Mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí. Diretora Científica da Escola de Saúde Pública do Estado do Maranhão. Chefe do Departamento de Saúde da Mulher da Secretaria Estadual de Saúde do Maranhão. Professora Substituta de Ciência Política na Universidade Estadual do Maranhão. Integra a Red de Politólogas e a Rede Brasileira de Mulheres Cientistas. Temas de pesquisa: política comparada, políticas públicas, política de saúde e questão de gênero.

Cláudio André de Souza
Graduação em Ciências Sociais com habilitação em Ciência Política, Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor Adjunto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) – Campus dos Malês (BA). Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

(UFRB). Temas de pesquisa: eleições, democracia, participação, movimentos sociais, representação, partidos políticos e protestos.

Cleyton Monte
Graduação em Ciências Sociais, Mestrado e Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Pesquisador do Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia (LEPEM/UFC). Articulista dos jornais O Povo, Segunda Opinião e TV Fortaleza. Membro da Associação Cearense de Imprensa. Assessor parlamentar. Professor da Universidade Estadual do Ceará e da Faculdade Cearense. Temas de pesquisa: democracia, representação política, partidos políticos e competição eleitoral.

Clóvis Alberto Vieira de Melo
Graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestrado e Doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor Associado e docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Coordena o Lab Policy Solutions – Laboratório de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Políticas Públicas da UFCG. Temas de pesquisa: instituições políticas, corrupção e inovação pública.

Fábio Ribeiro Machado
Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande. Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco. Pós-graduado em Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Foi professor de Ciência Política na Universidade Federal do Piauí e Universidade Federal da Paraíba. Professor da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande.

Gabriella Bezerra
Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestrado e Doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora Adjunta de

Ciência Política do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). Temas de pesquisa: oposições parlamentares, teoria política, teorias da democracia, instituições e dinâmicas políticas, Estado e democracia.

Hesaú Rômulo
Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutorado em andamento pelo Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (IPOL/UnB). Professor Assistente I do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Campus Tocantinópolis. Temas de pesquisa: representação e liderança política, quilombolas, América Latina, democracia, participação política e república.

Ian Rebouças Batista
Graduação em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Partidos, Eleições e Comportamento Político da UFPE e do Centro de Estudos sobre a União Europeia (CEURO) da UFS. Temas de pesquisa: política comparada, eleições e democracia.

Jéssica Duarte
Graduação em Ciências Sociais, Mestrado e Doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Cultura Política do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS. Colaboradora da equipe do World Values Survey Brasil (WVS). Pós-doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Temas de pesquisa: cultura política, metodologia, desinformação, *fake news* e conservadorismo político.

Lara Lanny de Oliveira Silva
Doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Atua na linha de pesquisa Estado, Governo, Sociedade e Instituições, mais especificamente sobre Estudos Legislativos, Teoria da Escolha Racional, Relação Executivo-Legislativo, Instituições, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

Marcos Paulo Campos
Graduação em Ciências Sociais e Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutorado em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Professor Adjunto da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e docente da Pós-Graduação em Políticas Públicas da UECE. Bolsista de Produtividade em Pesquisa, Estímulo à Interiorização e Inovação Tecnológica da Funcap. Temas de pesquisa: movimentos sociais, políticas públicas e democracia.

Mariana Meneses
Graduação em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Mestrado em Ciência Política e Doutorado em andamento pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Comportamento Político e Opinião Pública da UFPE e do Teaching Integrity in Empirical Research Network (TIER) HUB Recife. Temas de pesquisa: comportamento político, eleição, opinião pública, polarização afetiva e psicologia política.

Monalisa Soares
Graduação em Ciências Sociais, Mestrado e Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC. Tutora do Programa de Educação Tutorial (PET) do Curso de Ciências Sociais da UFC. Coordenadora do Laboratório

de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia (LEPEM/UFC). Integra a Red de Politólogas. Temas de pesquisa: comunicação política, campanhas eleitorais, gênero e poder.

Monalisa Torres
Graduação em Ciências Sociais e Mestrado em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora Adjunta de Teoria Política da Faculdade de Educação de Itapipoca (FACEDI) da UECE. Pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia (LEPEM/UFC) e do Observatório das Eleições do INCT/UOL. Temas de pesquisa: liderança política, disputas eleitorais, poder local e antropologia da política.

Priscila Lapa
Graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Especialista em Ciência Política pela Universidade Católica de Pernambuco. Especialista em Sociologia Política pela Unyleya. Mestrado e Doutorado em Ciência Política pela UFPE. Professora na Faculdade de Ciências Humanas de Olinda (FACHO) e Analista Técnica no SEBRAE-PE. Articulista do Jornal do Commercio. Temas de pesquisa: políticas públicas, eleições, gestão pública, poder legislativo e polarização política.

Raul Wesley Leal Bonfim
É doutorando em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e graduado em Ciências Sociais pela mesma instituição. Atualmente, é membro do Grupo de Estudos em Política Brasileira (Polbras/Cesop/Unicamp) e do Grupo de Estudos Legislativos (Legu/Cesop/Unicamp). Também atua como pesquisador no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e no projeto temático Instituições Políticas, Padrões de Interação Executivo-Legislativo e Capacidade Governativa.

Sandro Virgílio Prado Ribeiro
Graduado em Ciências Econômicas; Graduado em Administração; Graduado em Direito; Graduado em Ciências Contábeis; Graduado em Ciência Política. Pós-graduado em Administração e Estratégias de Marketing; Pós-graduado em Administração Hoteleira; Pós-graduado em Gestão de Pessoas; Pós-graduado em Direito e Processo Tributário; Mestre em Administração e Comunicação. Professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação da FCAP/UPE.

Vitor Sandes
Graduado em Ciências Sociais e Mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutorado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor Adjunto do Curso de Ciência Política da UFPI. Diretor de Graduação da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) no biênio 2020-2022. Coordena o Grupo de Pesquisa sobre Democracia e Partidos Políticos (GEPPOL) da UFPI. Temas de pesquisa: coalizões governativas, alianças eleitorais e partidos políticos.

Sobre o livro

Projeto gráfico e capa	Erick Ferreira Cabral
Normalização e revisão linguística	Elizete Amaral de Medeiros

Mancha Gráfica	10,5 x 16,7 cm
Tipologias utilizadas	Adobe Garamond Pro 11/13,2 pt

O livro Voto e Política no Nordeste representa um esforço de pesquisadores e analistas políticos em apresentar pistas sobre as mudanças políticas regionais das últimas décadas. A crise das oligarquias fez com que a política nos estados do Nordeste ganhasse novos padrões de competição em torno de uma "democratização tardia" com a ascensão de novos atores e grupos. E mais, a cada eleição presidencial, o país se pergunta qual o papel do voto nordestino no resultado do pleito. Esta obra apresenta respostas para este tema atual.

ISBN: 978-65-5221-092-0

